

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

## VOZES FEMININAS NA POLÍTICA:

Uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte

Autora: Luana Simões Pinheiro

Dissertação apresentada ao Departamento de  
Sociologia da Universidade de Brasília/UnB  
como parte dos requisitos para a obtenção do  
título de Mestre.

Brasília, dezembro de 2006

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**VOZES FEMININAS NA POLÍTICA:**

Uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte

Autora: Luana Simões Pinheiro

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Débora Messenberg Guimarães (UnB)

Banca:

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lourdes Bandeira.. (SOL/UnB)

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lúcia Avelar.....(IPOL/UnB)

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Flávia Biroli.....(IPOL/UnB – Suplente)

À minha amada irmã Marília,  
pedaço adorado de mim que se foi.

“Mas tua imagem, nosso amor, é agora  
menos dos olhos, mais do coração.  
Nossa saudade te sorri: não chora.  
Mais perto estás de Deus, como um anjo querido.  
E ao lembrar-te a gente diz, então:  
‘Parece um sonho que ela tenha vivido!’”

(Mário Quintana)

## AGRADECIMENTOS

Desde o início desta pesquisa espero ansiosamente o momento de agradecer a todos aqueles que me ajudaram ao longo desta jornada, viveram comigo este sonho e as angústias dele decorrentes, estimularam-me e, hoje, compartilham a felicidade de sua conclusão. Escrever uma dissertação é invariavelmente uma tarefa difícil e solitária. Para mim, foi ainda mais difícil pelo fato de representar a entrada em um novo campo de estudos, já que minha formação é em economia. E foi ainda mais solitária devido à ausência de minha irmã, que, no início das atividades no mestrado, partiu repentinamente, deixando um vazio inacreditável e uma saudade que habita meus dias.

Certa vez me disseram que escrever uma dissertação equivale a um exílio voluntário. E foi exatamente como me senti nestes últimos meses: exilada do mundo e afastada do convívio social. A compreensão que encontrei em meus amigos e em minha família, porém, ajudou-me a prosseguir com mais tranquilidade e menos culpa pelas ausências. O prazer de agora olhar para esta pesquisa finalizada compensa as dificuldades e tem o doce sabor do retorno à casa. Dever cumprido.

Ao longo de todo o período de elaboração deste estudo, várias foram as pessoas que me ajudaram a vencer os desafios. Agradeço, inicialmente, aos queridos colegas do Ipea, que compreenderam minhas dificuldades em conciliar o mestrado e as atividades profissionais e, por diversas vezes, me liberaram das atividades cotidianas, estenderam prazos e compartilharam comigo suas experiências acadêmicas. Em particular agradeço a Marcelo Medeiros e Nathalie Beghin, meus adorados padrinhos de casamento, que desde o início me apoiaram na decisão de enveredar pela sociologia, comemoraram minha entrada no mestrado, leram meus textos de maneira cuidadosa e ensinaram-me muito mais do que jamais poderei agradecer. A vocês, toda minha admiração e carinho.

Sem a valiosa contribuição de minha querida amiga Alda Pimentel, esta dissertação talvez não tivesse êxito. De maneira incansável, ajudou-me a agendar as entrevistas com as parlamentares selecionadas. Vivenciamos juntas as dificuldades de contatá-las, as frustrações por uma entrevista que não se realizou e a alegria pelas que deram certo.

Agradeço, também, por sua persistência, que, muitas vezes, foi maior do que a minha e impediu-me de desistir de um contato que, aparentemente, parecia impossível.

Nos últimos meses pude contar com o apoio, o carinho e o sorriso das amigas Ana Carolina Prata e Natália Fontoura. A difícil tarefa de estudar e trabalhar só se fez possível devido à existência destes dois “anjos da guarda”. Agradeço imensamente por terem me ajudado a cumprir os compromissos assumidos no Ipea, por terem tido paciência para me escutar por horas a fio falando do mestrado e, principalmente, por serem sempre tão suaves, positivas e divertidas.

Meus agradecimentos também a Nair Bicalho, que, em um momento de dificuldade, me disse algumas belas palavras que me deram novo fôlego para continuar. À doce Carol Querino, pela energia, pelas gostosas gargalhadas e pelo estímulo de sempre. E a André Campos, pela disponibilidade para pensar comigo a melhor forma de trabalhar com o banco de dados que construí para este estudo.

No Departamento de Sociologia, pude contar com a eficiência e a gentileza de Abílio e Evaldo, a quem sou grata. As discussões travadas em sala de aula foram sempre bastante estimulantes e me deram a certeza de ter finalmente acertado em minha escolha acadêmica. Agradeço aos colegas de turma, em especial a Any Ávila, Marcela Amaral e Fernando Kleiman, e aos professores Sadi Dal Rosso, Lourdes Bandeira e Maria Francisca, que talvez nunca saibam o quanto foram importantes para minha formação. Sou grata, também, à professora Lúcia Avelar, que com Lourdes Bandeira, apresentaram sugestões ao projeto submetido à qualificação e, certamente, muito contribuíram para o engrandecimento desta dissertação.

Devo especial agradecimento e reconhecimento a minha orientadora Débora Messenberg. Com ela cursei minha primeira disciplina no programa de pós-graduação, ainda como aluna especial, e a partir de suas aulas despertei-me para o tema com o qual acabei por trabalhar. Agradeço pela paciência, pelos ensinamentos, pelo incentivo, pela dedicação e, sobretudo, pela forma tão carinhosa com que sempre me tratou.

Agradeço, ainda, a Maria Fernanda, pelo fundamental apoio na coleta das informações junto à Câmara dos Deputados e na organização do banco de dados que permitiu a realização desta pesquisa. Aos funcionários da Câmara, registro não apenas meu agradecimento, mas a satisfação com o atendimento recebido e a presteza com que sempre

responderam às minhas solicitações. Às entrevistadas e, especialmente, às suas assessoras que tanto perturbei com inúmeras ligações, e-mails e visitas: sou grata pelo esforço que empregaram junto às deputadas para que as entrevistas pudessem ser realizadas.

Meus amigos revelaram-se, ao longo desta caminhada, verdadeiros irmãos. Cada um à sua forma, muito me ajudaram com palavras de estímulo, gestos carinhosos e tudo mais que se fizesse necessário. Meus agradecimentos sinceros aos queridos Leandro, Lê, Luis, Fábria, Carlinha, Juana e Tia Sônia. À minha amada Alessandra Dantas, com quem tanto já dividi nesta vida e que, de longe, acompanha a finalização de mais esta etapa. Saudades grandes. Não tenho como agradecer a Camilla, que, além de uma grande amiga, tornou-se uma excelente assistente, auxiliando-me com as transcrições das entrevistas e a formatação do texto final. À linda Verônica Lacerda, que, durante a fase de redação desta pesquisa, trouxe ao mundo minha sobrinha e afilhada Alice, o que me deu ânimo para concluir a dissertação e ter, enfim, tempo para curtir-las. À minha cunhada Flávia Macedo e ao meu sogro Raimundo Pacífico, que tão gentilmente se dispuseram a me auxiliar na revisão desta dissertação. Ao Chico Villela, competente profissional, que me presenteou ao aceitar revisar meu texto em tão pouco tempo. Sempre com observações geniais e comentários divertidos, deu ao trabalho um toque muito mais leve do que eu seria capaz. Agradeço, ainda, a Cecília Bartholo, que tão bem formatou todo o texto final.

Devo agradecimentos especiais aos meus adorados amigos Rê e Helder, cuja amizade foi ingrediente fundamental deste trabalho. Agradeço ao Helder por ter sido meu professor e meu sociólogo de plantão, por ter discutido comigo todas as etapas desta dissertação, por ter me acompanhado em atividades do projeto em plena quarta-feira de cinzas, pelas leituras atentas – às vezes até demais! – das versões iniciais dos textos e pelas observações sempre preciosas. À Rê, pela disponibilidade em estar comigo em todos os momentos, por ler e comentar meus textos, por formatar minhas notas de rodapé, pelas conversas sobre o mestrado quando nem eu já tinha mais paciência de falar sobre isso, por me dar coragem e força e por existir. Agradeço ao querido casal também pelos momentos compartilhados de descanso, sempre recheados de incontáveis gargalhadas, conversas sem fim, cervejas e mirabolantes discussões sobre Lost e sobre as eleições. Estes momentos recarregaram minhas energias e me permitiram voltar ao trabalho com mais disposição.

Finalmente agradeço a minha família, os maiores responsáveis por esta conquista. Em especial, a minha vó Efigênia e minha tia Patrícia, que comemoraram comigo todas as etapas vencidas deste trabalho, que me confortaram nos momentos difíceis e que entenderam minhas ausências e distanciamento. A vocês, todo meu amor, reconhecimento e gratidão. Agradeço ao tio Raul, que tão rapidamente me auxiliou na tradução do resumo para a língua inglesa. Aos pequenos João Vitor e Vitória, que, com sua ingenuidade infantil, me divertiam ao perguntar insistentemente quando eu iria parar de estudar para levá-los ao cinema. A alegria e o amor dessas duas jóias me fizeram terminar este trabalho. Agora, meus amores, estarei livre para o cinema do final de semana.

Ao meu amado Adri, faltam-me palavras e gestos para expressar o amor e a gratidão por tudo que fez por mim nestes últimos tempos e por tudo que representa em minha vida. Com ele divido uma vida, uma casa e muitos sonhos aos quais poderei me dedicar agora. Dividi, também, a realização do mestrado, com todas as suas dificuldades e prazeres. Agradeço por me ajudar na elaboração das tabelas, por entender minhas ausências e por cuidar de nossa casa enquanto não podia parar de trabalhar. Pelo colo nos momentos de choro, pelo abraço nos momentos de alegria e pelo amor em todos os momentos.

À minha irmã Marília, a quem dedico esta dissertação, agradeço por estar comigo em sonhos, em pensamentos e por ser parte de mim. Com Marília aqui tudo seria mais fácil, mas a certeza de sua presença e de sua torcida, e o gigantesco amor que lhe devoto, me fizeram chegar até aqui. Nos encontraremos um dia.

Aos meus pais, Wayne e Liliana. Por serem tão incrivelmente maravilhosos, amigos, parceiros, cúmplices. Pelas mãos que me seguram de pé nesta vida e pelo exemplo de força, simplicidade e compaixão. Por não me deixarem desistir e por acreditarem em mim. Pelos sorrisos do meu pai e pelos beijos da minha mãe. Consegui. Esta dissertação é nossa e o meu amor é todo de vocês.

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a participação de mulheres na Câmara dos Deputados brasileira no período de 1987 a 2002. Uma das questões centrais é entender quais são os principais elementos que contribuem para moldar as práticas políticas femininas. Para tanto, foi realizado um levantamento exaustivo sobre a produção legislativa e a participação das deputadas em comissões permanentes, bem como sobre informações biográficas e de trajetória política, que nos permitissem compreender melhor quem são e o que fazem. Os resultados encontrados indicam que as parlamentares apresentaram uma atuação bastante focada em temas sociais, especialmente naqueles que remetem aos papéis tradicionalmente delegados às mulheres no âmbito privado. Em especial, cabe destacar a preocupação em legislar para grupos considerados mais vulneráveis, como crianças, idosos, portadores de deficiência e as próprias mulheres. A partir da identificação com os “excluídos” da sociedade, as deputadas se sentem portadoras de seus anseios e necessidades. Outros elementos percebidos como importantes para o desenho do *ethos* político feminino referem-se: i) à socialização diferenciada; ii) ao sexismo institucional que, a partir das noções de patriarcalismo e de dominação masculina, é produzido e reproduzido no Parlamento; iii) à construção de bases políticas distintas em função do sexo e das representações sociais; e iv) à própria cultura política, por meio dos temas do *habitus* e do capital político acumulado e necessário ao exercício parlamentar. Revelou-se importante, ainda, a identificação de diferenças internas às parlamentares com base no tipo de capital político de que são dotadas: familiar, de movimentos sociais, convertido de outros campos ou da ocupação de cargos na estrutura do Estado. A análise dos dados coletados mostra diferenças significativas entre essas mulheres, que vão desde a formação e a atividade profissional, passando pela trajetória política construída, até o modo de atuação no Parlamento.

Palavras-chave: mulheres, participação política, Câmara dos Deputados, Parlamento.

## ABSTRACT

The following research aims towards the analysis of women participation in the Brazilian Chamber of Representatives during the years 1987 to 2002. One central question on the subject is the realization of the main elements that contribute to shape the feminine political practices. To that objective, an exhaustive investigation was conducted on the subject of legislative work and the work of women legislators on Permanent Commissions, as well as on biographical and political history information, in order to allow us a better understanding of who are these women and what do they do. The findings point to the fact that women legislators showed a performance very well focused on social issues, especially on those directed towards the traditionally assigned tasks in private life. It is important to emphasize the care that women demonstrate in legislating in favor of more vulnerable groups as children, senior citizens, bearers of special needs and women themselves. Starting from sharing the society's "excluded" needs, the women legislators assume the voicing of their own wishes and needs. Other elements perceived as important for the development of the feminine political *ethos*, refer to: i) differentiated socializing; ii) institutional sexism which, from the notions of patriarchy and masculine domination, is produced and re-produced in the Parliament; iii) the construction of a political basis as a function of gender and social representations; and iv) the political culture itself by means of the *habitus* question and the accumulated political capital needed to the parliamentary exercise. Thus, it was revealed as important the identification of internal differences among the women legislators based on the kind of political capital owned: from family, from social movements, converted from other fields or from previous experience in State bureaucracy. The analysis of collected data shows significant differences among those women, which spread from their upbringing and professional activity, passing through their political trajectory, up to the way in which they act in the Parliament.

Key-words: women, political participation, Chamber of Representatives, Parliament.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados e Senado Federal .....	33
Tabela 2: Proporção de mulheres candidatas e eleitas para a Câmara dos Deputados e as câmaras legislativas estaduais – 1994 a 2006 .....	55
Tabela 3: Proporção de mulheres no total de eleitos para a Câmara dos Deputados e no total da população brasileira.....	107
Tabela 4: Distribuição das deputadas, por tipo de capital político.....	116
Tabela 5: Distribuição das deputadas, por tipo de capital político e legislatura. ....	117
Tabela 6: Distribuição das deputadas por grau de instrução segundo tipo de capital político..	119
Tabela 7: Distribuição das deputadas por profissão segundo tipo de capital político.....	120
Tabela 8: Distribuição do universo de deputadas, por naturalidade e região eleitoral.....	124
Tabela 9: Distribuição do universo de deputadas, por região eleitoral e legislatura .....	126
Tabela 10: Distribuição das deputadas, por região eleitoral e tipo de capital político .....	127
Tabela 11: Distribuição das deputadas, por naturalidade e tipo de capital político .....	128
Tabela 12: Distribuição das deputadas, por partido eletivo, segundo legislatura .....	131
Tabela 13: Distribuição das deputadas, por corrente ideológica segundo legislatura.....	132
Tabela 14: Distribuição das deputadas, por corrente ideológica segundo tipo de capital político.....	134
Tabela 15: Distribuição das deputadas, por rotatividade partidária ao longo da carreira segundo tipo de capital político .....	136
Tabela 16: Proporção de deputadas que exerceram algum cargo público, segundo tipo de cargo.....	138
Tabela 17: Distribuição das deputadas por ocupação de cargos públicos e tipo de capital político.....	141
Tabela 18: Distribuição das deputadas por ocupação de cargos políticos.....	143
Tabela 19: Distribuição das deputadas por ocupação de cargos políticos segundo tipo de capital político.....	144
Tabela 20: Distribuição das deputadas por número de mandatos eletivos e tipo de capital político.....	145
Tabela 21: Distribuição das deputadas, por experiência prévia na Câmara dos Deputados,	

segundo legislatura.....	146
Tabela 22: Distribuição das proposições de iniciativa das deputadas apresentadas e aprovadas, por tipo.....	151
Tabela 23: Distribuição das proposições de iniciativa das deputadas, por conteúdo.....	157
Tabela 24: Número médio de proposições apresentadas por cada deputada por conteúdo, segundo tipo de capital político .....	162
Tabela 25: Distribuição das proposições das deputadas por conteúdo, segundo tipo de capital político .....	164
Tabela 26: Distribuição das deputadas por Comissão Permanente segundo tipo de capital .....	169
Tabela 27: Distribuição das deputadas por ocupação de cargos de liderança, segundo tipo de capital político.....	185

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	2
2. A participação política feminina no Brasil.....	17
2.1. As diferentes formas de participação.....	18
2.2. Um panorama sobre a participação da mulher na política formal .....	23
2.3. Evolução da participação feminina no Parlamento.....	31
2.4. A sub-representação feminina na vida política formal .....	37
2.5. As cotas eleitorais e seu funcionamento no Brasil.....	47
3. A atuação política das mulheres: delineamentos teóricos.....	64
3.1. Fatores que condicionam a atuação das mulheres no Parlamento .....	65
3.1.1. <i>Gênero como unidade de análise e de explicação</i> .....	66
3.1.2. <i>A formação dos habitus</i> .....	71
3.1.3. <i>A dominação masculina: o mundo do simbólico</i> .....	74
3.1.4. <i>Habitus e campo político</i> .....	80
3.1.5. <i>O capital político</i> .....	81
3.1.6. <i>Bases políticas femininas</i> .....	86
3.1.7. <i>O papel das mulheres no Parlamento</i> .....	90
4. Perfil e trajetória política das deputadas no pós-Constituinte.....	96
4.1. O Parlamento federal: palco do estudo .....	97
4.1.1. <i>A democracia representativa</i> .....	99
4.1.2. <i>As funções do Parlamento</i> .....	102
4.1.3. <i>O princípio da igualdade</i> .....	104
4.2. Quem são as deputadas do pós-Constituinte.....	106
4.2.1. <i>Perfil das deputadas por tipo de capital político</i> .....	115
4.2.2. <i>Perfil das deputadas por nível de escolaridade e profissão</i> .....	118
4.2.3. <i>Perfil das deputadas por naturalidade e região eleitoral</i> .....	124
4.2.4. <i>Perfil das deputadas por filiação partidária e ideológica</i> .....	129
4.3. A trajetória política anterior ao Parlamento federal.....	137
5. Práticas e representações sobre a ação política.....	149
5.1. Como atuam as deputadas do pós-Constituinte .....	150
5.1.1. <i>Produção legislativa</i> .....	150
5.1.2. <i>Presença em Comissões Permanentes</i> .....	167
5.1.3. <i>A segmentação vertical: pouca presença feminina nos cargos de poder</i> .....	179
5.2. Bases eleitorais, discriminação e socialização política.....	187
5.2.1. <i>A “voz” das mulheres e dos excluídos na Câmara dos Deputados</i> .....	187
5.2.2. <i>Dominação masculina, preconceito e discriminação de gênero</i> .....	192
5.2.3. <i>Socialização diferenciada e estereótipos de gênero</i> .....	200
6. Conclusão.....	212
BIBLIOGRAFIA.....	221
ANEXOS.....	231

## 1. Introdução

“[...] na democracia representativa, a exclusão política toma a forma de silêncio”.<sup>1</sup>

“Na primeira eleição foi uma eleição que eu era uma voz da mulher na Constituinte” (Deputada federal – PDMB).

A questão da presença feminina na vida política institucional<sup>2</sup> tem sido, ao longo dos anos, associada à contraposição entre silêncio e voz. Tal como aponta Urbinati, na epígrafe acima, há um entendimento de que a ausência de mulheres nessas esferas remete ao silêncio e corresponde, portanto, à ausência de representação de seus interesses. Assim como afirma uma das deputadas entrevistadas, a presença de mulheres nos parlamentos representaria a construção de canais por meio dos quais se tornaria possível ouvir as vozes, as necessidades e os interesses da população feminina. A partir deste argumento, os mais variados setores da sociedade constroem justificativas para a importância da participação feminina nesses espaços.

Desse modo, não são raras as manifestações que, ao defenderem a presença de mulheres na política, baseiam-se na idéia de uma política de presença, ou seja, na crença de que as melhores representantes para a população feminina são as mulheres e de que, exatamente por isso, devem ocupar cadeiras no Parlamento. Ganha espaço, nessa argumentação, a percepção de que a participação feminina representa uma “ruptura” com a política tradicional desenvolvida pelos homens, que se daria, basicamente, em duas direções. Na primeira, há a crença numa mudança moral na prática política; desse modo, a maior presença de mulheres levaria à (re)construção de um espaço mais honesto e ético, características estereotipicamente atribuídas a elas. Já no segundo caso, as representações socialmente construídas levam a crer que a maior presença feminina na política institucional levaria à inclusão, na agenda política, de temas até então negligenciados e suplantados, em geral, pelas discussões econômicas. Estabelece-se, a partir desse discurso, a idéia de uma divisão sexual dos trabalhos parlamentares que, pela própria natureza de

---

<sup>1</sup> URBINATI, Nadia. Representation as advocacy: a study of democratic deliberation. In: *Political Theory*, v. 28, n. 6, 2000, pp. 758-786.

<sup>2</sup> Por esferas institucionais entende-se, nesta dissertação, aqueles postos localizados na burocracia do Estado e que incluem desde os cargos públicos, assumidos por indicação, no poder Executivo (secretarias nos três níveis federativos, presidências de fundações públicas, etc.) até a ocupação de mandatos eletivos tanto para o Legislativo quanto para o Executivo.

exclusão vivenciada historicamente pelas mulheres, as colocaria em condição de melhor falar pelos grupos sociais mais vulneráveis, pelas temáticas mais esquecidas e, na lógica da política de presença, pelas mulheres de modo geral. “Essa estratégia consiste na aproximação entre dominados no campo político e excluídos, visando a um aumento da pressão e ampliação dos espaços de legitimidade”.<sup>3</sup>

As representações de que às mulheres caberia entrar na política para alterá-la nesses aspectos mencionados contribuem para conformar um tipo de atuação característico desse grupo. Cabe destacar que tais percepções fazem parte também das representações femininas, tendo sido incorporadas aos seus *habitus*, o que significa dizer que as próprias deputadas internalizaram as idéias de que estas seriam as suas funções na esfera política e, com suas atitudes, contribuem para reproduzi-las.<sup>4</sup>

De fato, os dados coletados nesta pesquisa mostram uma grande concentração das parlamentares nas áreas tradicionais, relacionadas aos cuidados e à atenção à população excluída, tais como idosos, negros e portadores de deficiências. Confirmam, portanto, aquilo que já se suspeitava, a partir do senso comum, e que já havia sido apontado por alguns poucos estudos.<sup>5</sup> É importante atentar, porém, para o fato de que não há nada que garanta que maior presença feminina no Parlamento signifique, automaticamente, maior defesa dos interesses femininos. Muitas autoras têm destacado que a luta pela inclusão refere-se a uma luta pelo reconhecimento da legitimidade política das mulheres e nada tem a ver com filiação ideológica. “A menos que se acredite que o feminino esteja ligado

---

<sup>3</sup> BARREIRA, Irllys. *Chuva de papéis: ritos de símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política, 1998, p. 153.

<sup>4</sup> Como bem aponta Scott, “não existe nada de essencialista em argumentar que algumas mulheres – em termos de uma análise de sua posição estrutural, suas experiências – serão mais sensíveis a essas ‘questões femininas’. O argumento se torna essencialista apenas quando se supõe que todas as mulheres pensarão ou devam automaticamente pensar sobre essas questões da mesma forma”. SCOTT, Joan. “La querelle de femmes” no final do século XX. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, 2001, p. 379.

<sup>5</sup> Entre os estudos que sistematizaram dados nesta direção destacuem-se os de Lúcia Avelar, especialmente *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da Unesp, 2001. Mais recentemente, publicou-se SANTOS, Eurico A. G. C.; BRANDÃO, Paulo Henrique; AGUIAR, Marcos Magalhães. *Um toque feminino: recepção e formas de tratamento das proposições sobre questões femininas no Parlamento brasileiro, 1826-2004*. In: SENADO FEDERAL. *Proposições legislativas sobre questões femininas no Parlamento brasileiro: 1826-2004*. Brasília: Senado Federal, 2004. Uma série de estudos discute o maior direcionamento social da atuação feminina, sem, contudo, apresentar informações a esse respeito. É o caso de LIBARDONI, Marlene. La cosecha de las cuotas. In: *Perspectivas*, n. 20, 2000; MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 253-267, 2001, entre muitos outros.

apenas a posicionamentos ‘bons’, é de se esperar que a paridade traga para a política mulheres de diferentes correntes”.<sup>6</sup>

Foi a vontade de investigar essa forma feminina de fazer política, fortemente relacionada a uma suposta ética particular e a uma pretensa responsabilidade pela defesa dos interesses femininos e de grupos sociais excluídos, que motivou a realização deste trabalho. A idéia de que as mulheres praticam uma política do desvelo, desprovida de interesses próprios, permeia o imaginário da sociedade e tem sido utilizada, ainda, como um diferencial feminino na política que justificaria sua presença nesse espaço.

A partir desta lógica, naturaliza-se um fenômeno que, na verdade, é socialmente construído. É fato, como mostram os dados, que as mulheres concentram sua atuação em áreas específicas, relacionadas ao atendimento à população mais vulnerável e aos papéis que tradicionalmente exerceram no mundo privado. Isso não significa, porém, que nascem com uma vocação para essas áreas ou que estejam, naturalmente, em um patamar superior de moralidade e ética em relação aos seus companheiros homens. Parte-se, nesta pesquisa, da noção de gênero como um elemento que contribui para explicar o comportamento das mulheres na política institucional. Assim, há reconhecimento da existência de construções sociais a definirem o que é ser homem e o que é ser mulher, e de que essas mesmas construções orientam o estabelecimento de relações sociais, construindo “preferências” que resultam em comportamentos e em representações diferenciadas entre os sexos.

No entanto, ao se justificar toda a prática política feminina como orientada exclusivamente por concepções de gênero, ignoram-se outros importantes componentes das identidades destas mulheres, como sua filiação ideológica e sua trajetória política, homogeneizando um universo que, na prática, é bastante diversificado. Ademais, ignora-se, também, que a atuação no campo político obedece a certas regras e lógicas próprias ao seu funcionamento. Parte da forma como as mulheres desenvolvem suas atividades está condicionada à estrutura do espaço, às questões pragmáticas do cotidiano político, como a preocupação em angariar votos, e às posições que ocupam no campo, e que irão dificultar ou favorecer sua ascensão interna e o acúmulo de capital político necessário para se “fazer política”.

---

<sup>6</sup> SCOTT, 2001, p. 378.

Com o propósito de ultrapassar essa visão essencializadora do papel feminino no espaço político, esta dissertação tem por objetivo proceder a uma análise da participação das mulheres na Câmara dos Deputados ao longo do período pós-Constituinte e delinear a sua atuação. Procurou-se ir além dos determinantes relacionados exclusivamente à socialização diferenciada, verificando-se outros elementos que pudessem contribuir para o desenho da prática política das mulheres. Para tanto, fez-se necessário identificar os atributos pessoais e políticos das mulheres que conseguiram romper as barreiras à entrada nesse espaço ainda tão marcadamente masculino, bem como investigar a sua atuação parlamentar. Assim, levou-se em consideração a participação em comissões permanentes; a ocupação de cargos importantes na Câmara, tais como presidências de comissões e da Mesa Diretora; e a produção legislativa das deputadas federais ao longo do período em foco segundo as áreas temáticas priorizadas. Por fim, dada a natureza da investigação, mostrou-se importante ouvir as próprias deputadas a respeito das representações que têm de suas atuações e de seus papéis na política institucional.

Espera-se, dessa maneira, contribuir para uma abordagem mais ampla da questão, que avance para preencher a lacuna até então existente no campo das análises sobre mulher e política. De fato, apesar do amplo espaço para o desenvolvimento de estudos que analisem a relação entre mulheres e vida política, o tema tem sido focado, tradicionalmente, a partir de determinados aspectos que, de certa forma, não exploram toda a riqueza do campo em questão. Muito já se investigou sobre a presença de mulheres no eleitorado, nos sindicatos, nos partidos e nas esferas institucionais de poder no Estado. A maior parte dessa produção acadêmica parte de um diagnóstico quantitativo, enfatizando a participação feminina a partir de uma discussão que se fundamenta na baixa presença das mulheres nos espaços decisórios. Sem desconsiderar a importância de se estudarem tais aspectos quantitativos e os obstáculos à entrada de mulheres na vida política, pouco se tem avançado com relação a outros elementos tão significativos quanto estes. São exemplos dessa lacuna, os poucos estudos destinados a analisar o perfil da base eleitoral de mulheres, as características de sua atuação no Parlamento ou o modo como a socialização e/ou a cultura política vigente interferem na participação e na representação política feminina.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Sobre a escassez e a parcialidade dos estudos sobre mulher e política até meados da década de 1990, vide PRA, 1992.

A maioria dos estudos<sup>8</sup> que se dedicaram a analisar a forma como as mulheres atuam na política formal, apesar de terem representado um avanço importante no modo como a temática vinha sendo tratada, ainda mantém-se, em grande parte dos casos, presos à relação entre a forma de atuação feminina e a importância, ou justificativa, da sua presença. Dessa forma, argumentam que a participação feminina no Parlamento é necessária porque garante a introdução de novos temas e de uma nova agenda política que iria ao encontro dos interesses e necessidades da parcela feminina da população brasileira.

Argumentam também que o diferencial da atuação feminina relaciona-se à forma como as mulheres foram socializadas, submetidas a uma sociedade estruturada sob concepções e papéis de gênero que lhes conferem uma vivência única e as tornam legítimas para tratar de determinados assuntos. É claro que grande parte desse diferencial de atuação é mesmo consequência de aspectos relacionados aos papéis sociais e à socialização diferenciada de meninos e meninas. No entanto, assumir isso como a única causa para as diferenças e, mais ainda, assumir essa maior aptidão aos assuntos sociais como o principal motivo para se ter mulheres na política, acaba por alimentar tal segmentação, na medida em que se expõe que apenas as mulheres são capazes e estariam aptas a tratar dos temas que dizem respeito aos cuidados, à atenção e aos chamados “espaços femininos de atuação”.

Nesse sentido, foram identificados, ao logo deste trabalho, novos elementos que também contribuem para o delineamento das práticas políticas das parlamentares do pós-Constituinte: destacam-se, além, da socialização diferenciada, o sexismo institucional; a construção de bases políticas distintas; e a própria cultura política, por meio da noção de *habitus* e de capital político.

Para dar conta de responder às questões a que se propõe, esta dissertação foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro apresenta uma ampla revisão dos principais estudos desenvolvidos sobre o tema da participação política da mulher no Brasil. São apresentadas discussões relativas ao conceito de participação, ao histórico de envolvimento político feminino, às principais dificuldades identificadas para o acesso da mulher à política institucional e aos resultados das cotas instituídas no país em 1997.

---

<sup>8</sup> Tais como os de Nancy Chodorow e Carol Gilligan, que, a partir da idéia de que as mulheres praticam uma política do desvelo, argumentam, de maneira essencialista, que o mundo político se transformaria com a maior presença feminina, já que elas seriam capazes de introduzir temas relacionados ao social e atuariam de maneira mais ética.

No segundo capítulo são discutidos os principais elementos teóricos que subsidiaram a análise realizada. As noções de gênero, *habitus*, campo e capital político são desenvolvidas em maior profundidade em razão da importância que têm na construção de representações que orientam as práticas políticas femininas. Os fundamentos na base do conceito de política de idéias e de presença são explicitados neste capítulo, uma vez que também contribuem para se construírem, na sociedade e pelas próprias deputadas, expectativas quanto aos papéis que devem desempenhar na Câmara dos Deputados.

Os dois capítulos seguintes referem-se à análise dos dados coletados nesta pesquisa. No terceiro, são identificadas as principais características do grupo sobre o qual se fala. Assim, procedeu-se a uma ampla exposição de dados com o objetivo de traçar um perfil das deputadas do pós-Constituinte, tanto no que se refere às suas informações biográficas, quanto no que diz respeito à sua trajetória política anterior à entrada na Câmara. Todos esses dados são analisados de maneira comparativa entre as mulheres com diferentes tipos de capital político. As informações aqui coletadas, aliadas a depoimentos valiosos obtidos nas entrevistas, permitem responder à pergunta “sobre quem estamos falando?” e identificar alguns primeiros pontos importantes que contribuem para o desenho da atuação feminina nessa esfera.

Uma vez conhecido o universo a ser analisado, tratou-se de pesquisar o perfil da atuação parlamentar dessas mulheres. No quarto capítulo, portanto, a partir de um exaustivo levantamento sobre a produção legislativa e a presença em comissões permanentes, traçou-se um quadro que explicita as áreas de atuação priorizadas pelas deputadas ao longo de sua atuação. A segregação vertical dessas mulheres também foi pesquisada, tendo sido levantadas informações referentes à ocupação de cargos de relevância no Parlamento. As entrevistas foram analisadas em profundidade, permitindo-se responder às perguntas “O que fazem as deputadas do pós-Constituinte” e “Por que o fazem dessa maneira?”.

Pretende-se, assim, contribuir com um novo olhar sobre tema tão relevante como o da participação das mulheres na política institucional. Sem naturalizar a condição das mulheres, de que a preocupação com o social e a honestidade fazem parte, invariavelmente, da essência feminina, este trabalho procura avançar na identificação de outros fatores importantes para moldar os interesses das parlamentares na Câmara dos

Deputados. Contribui-se, assim, para a desnaturalização da prática política das mulheres, desvendando-se o caráter essencializador das demandas exclusivas por presença, sem associação com a necessária política de idéias. A conjunção destas duas visões – presença e idéias – contribui para a desconstrução da divisão sexual de trabalhos e interesses e para maior sustentabilidade da inserção de temas de interesse feminino na pauta política que deixa de ser uma questão exclusiva das mulheres, e torna-se responsabilidade de toda a sociedade, representada pelos parlamentares eleitos.

Muitas outras questões seguem em aberto, sendo de grande relevância confrontar os resultados aqui encontrados com a forma de atuação política dos homens, que construíram o espaço político e moldaram as práticas ali desenvolvidas segundo seus interesses e necessidades. O confronto de idéias entre grupos que, tradicionalmente, ocuparam posições opostas na hierarquia política certamente em muito contribuirá para a compreensão das desigualdades geradas ou reproduzidas.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O período de análise escolhido para esta pesquisa recobre um amplo e crucial momento da história política brasileira, abrangendo quatro legislaturas (48<sup>a</sup>, 49<sup>a</sup>, 50<sup>a</sup> e 51<sup>a</sup>) e cinco mandatos presidenciais (José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e os dois de Fernando Henrique Cardoso), que correspondem ao período de redemocratização do país. A escolha desse intervalo temporal deu-se pelo interesse em analisar a atuação das parlamentares na vigência do regime democrático representativo. Assim, o período da análise se inicia em 1987, com um conjunto de deputadas eleitas para a Assembléia Constituinte, e segue até a última legislatura encerrada, que correspondeu, à época da coleta das informações, ao segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso.

Optou-se, também, por trabalhar apenas com as mulheres deputadas federais, excluindo-se da análise, portanto, as senadoras. Isso porque são espaços de poder distintos, cujas disputas e lutas de poder se manifestam de forma diferente desde o processo de lançamento das candidaturas. Tal como destacou Araújo,<sup>9</sup> as eleições majoritárias – como

---

<sup>9</sup> ARAÚJO, Clara. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, n. 1, pp. 71-90, 1998; \_\_\_\_\_. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, pp. 231-252, 2001a.; \_\_\_\_\_. As cotas por sexo para a competição

são as do Senado – são menos favoráveis à participação de mulheres, pois envolvem um número pequeno de candidaturas e a eleição de apenas um ou dois candidatos.<sup>10</sup> As dificuldades, portanto, são maiores para esta Casa. As lógicas que orientam a atuação de deputados e senadores também não são as mesmas, os interesses são distintos, as funções exercidas não são coincidentes. Assim, decidiu-se trabalhar somente com as parlamentares eleitas para a Câmara dos Deputados, de modo que se pudesse analisar a sua atuação submetidas a um ambiente, até certo ponto, mais homogêneo.

Além da preocupação em identificar o perfil e as práticas de um conjunto a que se chama de “as deputadas”, esta pesquisa orientou-se, também, pelo objetivo de marcar diferenciações internas nesse grupo de mulheres. Tais diferenças foram pesquisadas, tanto no que se refere às suas características biográficas e de trajetória política, quanto à sua atuação, seja sobre os temas tratados, a participação em determinados espaços na Câmara, a intensidade propositiva, e a capacidade de fazer aprovar seus projetos.

Diversos estudos<sup>11</sup> evidenciam a entrada de mulheres na política especialmente por dois canais: a participação em movimentos sociais e os laços de parentesco com famílias políticas, especialmente nas condições de filhas ou esposas de políticos já com tradição no campo. A partir dessas diferenças registradas na literatura e da discussão apresentada por Bourdieu<sup>12</sup> sobre os tipos de capital político, procedeu-se a uma classificação das mulheres em quatro grupos. Essa classificação levou em consideração a trajetória das deputadas e o tipo de capital político predominante na sua carreira, que poderia ter, a princípio, maior influência nas suas ações. Trabalhou-se, então, com quatro grupos de deputadas: i) as oriundas de movimentos sociais; ii) as que construíram uma carreira política via ocupação

---

legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Dados*: Revista de Ciências Sociais, v. 44, n. 1, pp. 231-252, 2001b.

<sup>10</sup> Apenas no caso do Senado as eleições majoritárias podem eleger dois candidatos. A cada quatro anos são renovadas proporções diferentes de cadeiras na Casa, para a qual o mandato dura oito anos. Em eleições intercaladas renovam-se 1/3 (ou 27 senadores, um cada para unidade federativa) e 2/3 das vagas, que correspondem àqueles cujos mandatos não expiraram nas eleições anteriores.

<sup>11</sup> BARREIRA, 1998; GROSSI E MIGUEL, 2001; PRÁ, 1992; COSTA, Delaine. Capacitação de líderes femininas: reflexões sobre a experiência do IBAM. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, pp. 213-224, 2001; AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da Unesp, 2001; RODRIGUES, Luciomar da Costa. *Explorações sobre gênero e poder: a voz e a vez da mulher na política*. 193 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2002; ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Dados*: Revista de Ciências Sociais, v. 44, n. 1, pp. 231-252, 2001b.

<sup>12</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003b. Essa discussão está apresentada em detalhes no segundo capítulo desta dissertação.

de cargos políticos importantes (públicos ou eletivos); iii) as que entraram na política em função da tradição familiar, seja de seus ascendentes, seja de seus maridos; e iv) as que converteram capital de outro campo para entrarem na vida política, tais como atrizes, radialistas ou detentoras de patrimônio econômico. As informações apresentadas ao longo deste estudo mostram que cada um desses grupos tem características próprias que os distinguem, o que poderia atestar a propriedade da divisão aqui proposta.

Faz-se necessário ressaltar que a classificação das parlamentares em uma das categorias apresentadas dá-se com base no tipo de capital político que foi mais determinante para sua eleição à Câmara dos Deputados, e não aquele que influenciou sua entrada no mundo político. De fato, essa diferenciação é importante, especialmente no caso das mulheres que apresentam trajetória prévia de ocupação de cargos políticos. Isso porque, para essas mulheres, em grande parte dos casos, o primeiro contato com o mundo político institucional se dá por meio da conversão de um saber técnico especializado em capital político, e é a ocupação desse cargo de alta visibilidade que lhe confere a notoriedade e a popularidade necessárias para sua eleição à Câmara Federal.

Importante lembrar que a idéia de ‘tipo’ aqui adotada remete à acepção de Weber,<sup>13</sup> sendo mais realista supor, portanto, que as deputadas trazem uma mistura de tipos de capital, e foram classificadas segundo aquele que parece ter sido o que mais influenciou a sua vitória nas eleições. Para essa classificação, utilizaram-se informações constantes nos repertórios biográficos das deputadas, disponibilizados pela Câmara, além de uma vasta e exaustiva pesquisa sobre a sua trajetória realizada a partir de documentos disponíveis na internet e em seus *sites* pessoais.

Adotou-se como padrão na exposição das informações a apresentação, inicialmente, das análises para o conjunto das parlamentares e, em seguida, a explicitação das diferenças existentes entre elas segundo a tipologia apresentada. Desse modo, é possível ter-se um perfil biográfico e de atuação das mulheres na Câmara, o que pode ser útil para a realização de comparações futuras com os homens, e da heterogeneidade que esse conjunto carrega.

---

<sup>13</sup> WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 4. ed. Brasília: EdUnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, v. 1.

## A coleta dos dados

O desenvolvimento deste estudo se deu em duas etapas: a quantitativa, na qual foram analisados dados secundários provenientes da Câmara dos Deputados, e uma segunda de caráter mais qualitativo, quando foram produzidos dados primários a partir de entrevistas realizadas com uma amostra das parlamentares que ocuparam cadeiras na Câmara entre 1987 e 2002.

Dessa forma, o primeiro passo consistiu na identificação do universo das parlamentares a ser pesquisado: é composto por 76 deputadas federais **eleitas** para as quatro legislaturas que compreendem o período de análise.<sup>14</sup> Excluíram-se, portanto, todas as mulheres que ocuparam cargos parlamentares em razão do exercício de suplência ou de mandato judicial. Esse procedimento permitiu que todo o universo pudesse ser submetido às mesmas hipóteses que norteiam este estudo, em particular àquela relacionada às bases eleitorais.

Na primeira etapa coletaram-se dados oriundos da base da Câmara dos Deputados ou de outras fontes documentais importantes para a construção do perfil de atuação parlamentar e também do perfil biográfico de cada uma das 76 parlamentares, com destaque para suas trajetórias políticas. A partir dessa coleta de dados, pôde-se construir amplo banco de informações que nos permitem entender melhor quem são essas mulheres e como atuam uma vez eleitas para o Parlamento.

Para traçar o perfil das deputadas foram coletadas informações de duas naturezas distintas: a de caráter mais biográfico, tais como naturalidade, região eleitoral, nível de escolaridade, profissão que exercia antes de entrar na vida política, filiação e rotatividade partidária, e a que enfoca a trajetória prévia de ocupação de cargos públicos em toda a burocracia do Estado, ou seja, a construção de uma carreira política. Neste caso, investigou-se a ocupação de postos importantes, tanto os de caráter eletivo (que vão desde a vereança até a presidência da República), quanto aqueles para os quais há nomeação (como secretária de estado/município, ministra). Coletaram-se, também, informações referentes ao número de mandatos já exercidos, à ocupação de cargos de liderança em sindicatos, entre outros.<sup>15</sup> Todas essas informações foram acessadas por meio da *home-*

---

<sup>14</sup> A relação completa das deputadas pesquisadas encontra-se no Anexo I.

<sup>15</sup> No anexo II, apresenta-se a listagem com todas as informações coletadas e inseridas no banco de dados produzido para esta pesquisa.

page da Câmara dos Deputados<sup>16</sup> e a partir de contatos estabelecidos com a sua Coordenação de Estudos Legislativos, unidade responsável pelo armazenamento e pela sistematização dos dados.

Já no que se refere à atuação no Parlamento, empreendeu-se levantamento e análise de toda a produção legislativa de iniciativa das deputadas eleitas entre os anos de 1987 e 2002, bem como da sua condição de aprovação. Como produção legislativa, consideraram-se, porém, apenas os projetos que materializavam a função legislativa da Câmara, a saber, os projetos de lei ordinária ou complementar, de decreto legislativo, de resolução, ou propostas de emenda à Constituição.<sup>17</sup> Não foram consideradas, portanto, as indicações, emendas, requerimentos, recursos, pareceres, propostas de fiscalização e controle ou outras proposições que não estivessem diretamente ligadas à função legislativa da Casa.

Ainda quanto à atuação das deputadas, coletaram-se as informações relativas à presença em comissões permanentes, mas sem distinção entre ocupação da vaga como titular ou suplente, importando apenas a sua alocação em cada comissão. Tal procedimento foi adotado porque, como se poderá ver adiante, a ocupação de vagas nesses espaços é fruto de uma intensa luta política que, muitas vezes, é dissolvida pela acomodação de um parlamentar na suplência de uma comissão para abertura da condição de titular para outro. Assim, o que interessa, de fato, é para onde as mulheres se dirigem na Câmara, mais do que a condição que ocupam nessas comissões, o que quase sempre está relacionado a acordos políticos.

É importante lembrar que entre 1987 e 2002, período recoberto por esta pesquisa, houve uma Assembléia Nacional Constituinte, que reuniu, entre seus membros, 26 mulheres. Para a elaboração da nova Constituição Federal foram criadas comissões especiais, que pautaram o trabalho dos parlamentares durante boa parte dos dois primeiros anos do período aqui analisado. Os dados referentes à participação das deputadas constituintes nas diferentes comissões foram coletados, mas optou-se por não incluí-los na presente análise por serem essas comissões dotadas de caráter excepcional, cujas disputas por espaço foram certamente diferentes daquelas que podem ser verificadas nas comissões permanentes ordinárias da Câmara. Estavam em jogo, naquele momento a garantia e a extensão de direitos para os mais diversos segmentos sociais, e também a consolidação de posições de poder e de acúmulo de capital político. Após a promulgação da nova Carta, o

---

<sup>16</sup> <<http://www.camara.gov.br>>.

<sup>17</sup> Segundo o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigo 108, e a Constituição Federal, artigo 59.

Congresso Nacional voltou a se organizar na estrutura de comissões permanentes e especiais, vigente até hoje.

Em 1989, foi aprovado o novo Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), no qual ficaram estabelecidas as comissões permanentes e suas respectivas funções. Até 2002, final do período analisado, a estrutura original do RICD sofreu poucas alterações, com algumas comissões criadas e outras agrupadas para se formar uma única nova comissão.<sup>18</sup> Após terem sido realizadas as adequações, chegou-se a um total de 18 comissões permanentes relacionadas aos temas de relações exteriores e defesa nacional, viação e transportes, ciência e tecnologia, agricultura e política rural, educação e cultura, desenvolvimento urbano, constituição e justiça, defesa do consumidor, seguridade social, trabalho, economia, fiscalização e controle, minas e energia, finanças, Amazônia, direitos humanos, legislação participativa, e segurança pública. A coleta das informações relativas à presença das parlamentares nas comissões se deu a partir dos repertórios biográficos e da consulta aos diários da Câmara dos Deputados que trazem a composição de todas as comissões no dia de sua publicação. Conforme orientação recebida da Coordenação de Estudos Legislativos, foram pesquisados 30 diários, um para cada semestre do período analisado.

Finalmente, levantaram-se dados a respeito da ocupação de cargos importantes no Parlamento federal. Consideraram-se, nesta análise, os seguintes cargos: presidência da Mesa Diretora; 1ª secretaria da Mesa Diretora; lideranças partidárias; lideranças de blocos parlamentares; lideranças de governo, e presidência de comissões temáticas permanentes.<sup>19</sup> Assim como nos dados referentes às Comissões, foram analisados os repertórios biográficos das deputadas e 30 diários da Câmara, pesquisados semestralmente.

A análise dos dados frente às hipóteses levantadas para explicar a prática política feminina incluiu os seguintes procedimentos:

1) A concentração de mulheres em determinadas áreas da política foi analisada segundo sua presença nas comissões permanentes de trabalho da Câmara e a natureza das

---

<sup>18</sup> Nos casos das que foram agrupadas, considerou-se a existência apenas daquela resultante da fusão. São exemplos dessa situação as Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que, em 1996, se fundiram em uma única sob o nome de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O mesmo se deu com as de Serviço Público e de Trabalho, que, ainda em 1989, formaram a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, até hoje existente. Assim, aquelas deputadas que tiveram assento, por exemplo, na Comissão de Defesa Nacional, foram classificadas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, formada em 1996.

<sup>19</sup> Foram utilizados como referência para a definição de cargos ocupados durante o exercício de mandatos políticos o trabalho de MESSEMBERG, 2002.

proposições legislativas apresentadas. Todas as proposições foram analisadas, independentemente de terem sido ou não aprovadas, pois refletem o tipo de atuação das mulheres;

2) Analisou-se a proporção de projetos que foram efetivamente transformados em lei, buscando-se identificar a capacidade de intervenção ou atuação das mulheres. Além disso, considerando-se que a importância da presença de mulheres no Congresso é, muitas vezes, justificada pela sua capacidade de trazer novos temas para a agenda política, a análise da aprovação dos projetos permite perceber a possibilidade das deputadas de exercerem essa “tarefa” de defesa de novos temas, tanto os voltados especificamente para as mulheres, quanto os da área social;

3) Para o conhecimento da base eleitoral dessas mulheres, foi feita investigação de suas trajetórias profissional e política;

4) Analisou-se, por fim, a ocupação de determinados cargos que indicam o nível de capital político acumulado. Tais cargos podem ter sido ocupados antes do exercício de mandatos políticos na Câmara dos Deputados, mas também podem ser cargos importantes no próprio Parlamento, que asseguram a posse de determinados recursos de poder a seus ocupantes e por onde passam, necessariamente, a definição da agenda da Casa, o encaminhamento de suas deliberações e/ou o seu funcionamento burocrático.

Como complemento às informações coletadas por intermédio da Câmara dos Deputados e como forma de corroborar as análises realizadas, a segunda etapa do estudo correspondeu a uma fase qualitativa, na qual foram feitas entrevistas com uma amostra selecionada do conjunto das 76 deputadas eleitas em todo o período. O primeiro ponto importante a ser destacado em relação à seleção dessa amostra refere-se à opção por limitar o conjunto de deputadas passíveis de serem entrevistadas àquelas que estavam exercendo mandatos parlamentares no momento da entrevista. Isso porque acredita-se que, como se trata de um tema que perpassa a noção de *habitus*, da vivência cotidiana, considerou-se importante trabalhar com as mulheres que estavam ainda em ação no Parlamento, exercendo ativamente o *habitus* político.

Optou-se, então, pela realização de entrevistas com um conjunto de seis deputadas de partidos (PT, PCdoB, PSDB, PMDB e PFL) e tipos de capital político distintos (familiar, movimentos sociais e ocupação de cargos). Nenhuma das parlamentares apresentou objeções a que as entrevistas fossem gravadas, tendo, cada uma delas, durado

entre 40 minutos e uma hora e ocorrido nos seus próprios gabinetes. A limitação do tamanho do grupo pesquisado deu-se em função da decisão de entrevistar apenas deputadas em exercício à época da pesquisa (o que reduziu de maneira significativa o conjunto de deputadas passível de ser entrevistado), das restrições de deslocamento e tempo e das dificuldades de acesso às parlamentares, especialmente em um ano eleitoral como foi 2006.

Tal como relatam Rodrigues e Bezerra,<sup>20</sup> muitas são as dificuldades de acesso a parlamentares em exercício. Os contatos iniciais eram feitos diretamente com os funcionários de gabinete aos quais era explicada a natureza do estudo, a importância da participação da parlamentar e o tempo provável de duração da entrevista. Os funcionários, em geral, solicitavam um prazo para entrarem em contato e agendar o melhor momento para a realização da pesquisa. Espantavam-se, também, com o fato de lhes informar que as entrevistas teriam duração de cerca de 40 minutos a uma hora. O pouco tempo disponível, as agendas lotadas, os compromissos de última hora e a falta de resposta das deputadas em relação à disponibilidade para conceder a entrevista eram motivos usualmente apresentados pelos funcionários de gabinete para adiar os encontros. Os contatos para realização das entrevistas se deram por longos seis meses, nos quais conversei inúmeras vezes com assessores, visitei os gabinetes repetidamente e aguardei por várias horas nas ante-salas por entrevistas que não chegaram a se realizar. Para que as entrevistas se concretizassem, entrei em contato com os gabinetes no mínimo uma dúzia de vezes. Em parte dos casos, a insistência não impediu o fracasso do encontro. Às dificuldades tradicionais, somaram-se aquelas típicas de um ano eleitoral. As visitas aos gabinetes, porém, mostraram-se reveladoras. Em muitos deles foi possível perceber, por meio de cartazes afixados nas paredes, ou pelas conversas com os funcionários, os principais focos de atuação das parlamentares.

A despeito de todas as dificuldades, as entrevistas realizadas revelaram-se bastante proveitosas e propiciaram o levantamento de questões interessantes que dão vida aos dados aqui apresentados e contribuem para melhor compreensão da participação feminina na política. As entrevistas semi-estruturadas foram guiadas por roteiro predeterminado, porém não fechado, o que permitiu a sistematização posterior dos dados qualitativos e garantiu, ao mesmo tempo, certa flexibilidade no aprofundamento e na ampliação de determinadas temáticas. Em função do compromisso assumido com as parlamentares, suas falas não são

---

<sup>20</sup> RODRIGUES, 2002; BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das "bases" – política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

identificadas nominalmente ao longo desta dissertação, ficando registrada apenas a filiação partidária de cada deputada ao lado do trecho transcrito da entrevista<sup>21</sup>.

Cabe destacar que o roteiro das entrevistas foi submetido a um teste, tendo sido realizada entrevista piloto com uma deputada eleita pelo PT. A partir de tal entrevista, que teve duração de cerca de 2 horas, o roteiro sofreu algumas modificações até atingir a versão final, que se encontra no anexo III.

Para alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa combinou, portanto, procedimentos de caráter quantitativo e de natureza mais qualitativa. Esta abordagem possibilitou esclarecer dúvidas que surgiram na análise dos dados quantitativos, mas, principalmente, permitiu entender de maneira mais clara as estratégias utilizadas para a intervenção política no Parlamento e as representações acerca de suas práticas nesse espaço. O contato com as parlamentares deu vida aos dados coletados junto à Câmara dos Deputados e explicitou percepções que jamais seriam apreendidas apenas por meio de informações de caráter quantitativo sobre os sujeitos envolvidos na análise.

---

<sup>21</sup> Importante destacar que ao longo do texto aparecem também trechos de entrevistas realizadas com mulheres políticas em outras ocasiões – que não esta dissertação – e que foram publicadas em materiais diversos. Nestes casos, sempre que disponível, os nomes das parlamentares foram explicitados.

## 2. A participação política feminina no Brasil

**“Mas, uma coisa é proclamar esse direito, outra é desfrutá-lo efetivamente. A linguagem dos direitos tem indubitavelmente uma grande função prática que é emprestar uma força particular às reivindicações dos movimentos que demandam, para si e para os outros, a satisfação de novos carecimentos materiais e morais; mas ela se torna enganadora se obscurecer ou ocultar a diferença entre o direito reivindicado e o direito reconhecido e protegido”.**<sup>22</sup>

A partir da década de 1990, avolumaram-se os estudos que tinham por objetivo analisar as relações que se estabelecem entre mulheres e vida política. A emergência do tema se deu basicamente por dois motivos correlatos. O primeiro refere-se ao contraste observado entre o grau de inserção feminina em esferas da vida social – como na educação e no mercado de trabalho – e a sua escassa presença nas instâncias formais ou informais de exercício do poder. A segunda motivação encontra-se no surgimento, em todo o mundo, em especial na América Latina, das ações afirmativas aplicadas ao campo político. Nesse caso, os estudos sobre o surgimento e a eficácia das cotas para as candidaturas de mulheres tiveram posição de destaque na Academia e nos movimentos sociais.

De fato, a participação política das mulheres apresenta um conjunto de características peculiares que devem ser levadas em conta na discussão do tema. Não se pode ignorar que este é um campo no qual a presença feminina se deu tardiamente, tendo sido garantida, de maneira formal, apenas em 1932 com a promulgação do Novo Código Eleitoral brasileiro. Até então, a maneira que as mulheres encontraram para se manifestar politicamente foi por meio dos movimentos sociais, em particular do movimento sufragista, responsável, em última instância, pela garantia dos seus direitos políticos. Reconhece-se, portanto, que a atuação política abarca um conjunto mais amplo de ações, e vai além do exercício do voto e da presença em esferas representativas de governo. No caso das mulheres essa participação formal é ainda menor e, tradicionalmente, elas têm se concentrado mais em outras esferas de exercício político. De fato, como defende Rodrigues:

As mulheres têm maior participação política no âmbito da sociedade civil – nos mais diversos movimentos sociais (movimento de mulheres, de combate ao racismo, de defesa

---

<sup>22</sup> BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 10.

dos direitos sexuais, de direitos humanos, ecológico, popular, comunitário e sindical). No âmbito da representação política junto ao Estado (nos espaços de poder no Legislativo, Executivo e Judiciário), as mulheres enfrentam grandes adversidades e a sua participação é muito reduzida. Na esfera dos partidos políticos (campo da sociedade civil organizada e, paralelamente, porta de entrada para a política representativa), a participação das mulheres é crescente.<sup>23</sup>

O objetivo deste capítulo é apresentar uma discussão sobre a participação política das mulheres no contexto brasileiro, a partir de uma reconstituição histórico-factual da sua trajetória ao longo dos anos, bem como da recuperação de alguns dos principais estudos já realizados sobre o tema. Inicia-se, porém, com a definição do que, afinal, vem a ser participação, com o intuito de dar visibilidade aos diferentes caminhos encontrados pelos indivíduos para terem voz na sociedade e para se fazerem presentes na atividade política. As duas seções seguintes recuperam o percurso da conquista dos direitos políticos formais pelas mulheres e seu exercício durante o século XX. Por fim, são apresentados os principais determinantes para a baixa participação das mulheres nas esferas representativas de poder, bem como uma discussão sobre as cotas, política implantada exatamente para reverter esse quadro de relativa ausência feminina.

## **2.1. As diferentes formas de participação**

Nas sociedades contemporâneas, as discussões sobre representação e participação evocam, em geral, o ideal democrático, ou seja, pressupõem a existência de cidadãos capazes de participar da vida política e de nela serem representantes ou representados. A garantia dessa participação torna-se ainda mais importante uma vez que a participação e a representação passam a exercer o papel de mediação entre a sociedade e o Estado.<sup>24</sup> Isso significa que, para que as aspirações, as reivindicações e as demandas de um indivíduo ou de um grupo sejam consideradas pelo poder público, é necessário que sejam “transmitidas” ou “defendidas” por representantes da sociedade.

---

<sup>23</sup> RODRIGUES, Almira. *Participação política das mulheres e gestão em política de gênero*. Brasília, 2004. Disponível em <<http://cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=92>>. Acesso em: 19 de setembro de 2006.

<sup>24</sup> Ver PRÁ, Jussara Reis. *Representação política da mulher no Brasil (1982-1990): a articulação de gênero no sul do país e a questão institucional*. 263 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992, p. 59.

Nesse contexto, é importante considerar a inexistência de consenso sobre o conceito de participação política. Enquanto, para alguns estudiosos,<sup>25</sup> a participação é reduzida apenas ao processo político-eleitoral, para outros, incluindo-se, aqui, aqueles que se dedicam ao tema “mulher e política”, a definição adotada é mais abrangente, e “[...] não está restrita ao envolvimento no processo eleitoral, através do voto (participação eleitoral), mas inclui outras formas de ação individual e coletiva”.<sup>26</sup>

Seguindo a concepção mais ampla de participação, Bobbio aponta que:

Na terminologia corrente da ciência política, a expressão participação política é geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um regime político, a difusão de informações políticas e por aí além.<sup>27</sup>

Já para Tabak, “Os estudos sobre participação política têm utilizado geralmente os conceitos tradicionais da Ciência Política e as formas institucionalizadas de participação: voto e eleições, partidos políticos, organizações profissionais, exercícios de mandatos (parlamentares e executivos)”.<sup>28</sup>

O termo participação também se presta a diferentes interpretações na medida em que se pode participar de alguma coisa das mais diversas maneiras: desde a condição de simples espectador até a de protagonista de destaque. Segundo Bobbio existem, pelo menos, três níveis de participação política que merecem destaque: 1) *presença*: é a forma menos intensa e mais marginal de participação política. Nela, o indivíduo se comporta de maneira essencialmente receptiva, ou passiva, e não coloca nenhuma contribuição pessoal; 2) *ativação*: “aqui o sujeito desenvolve, dentro ou fora de uma organização política, uma série de atividades que lhe foram confiadas por delegação permanente, de que é incumbido de vez em quando, ou que ele mesmo pode promover”;<sup>29</sup> 3) *participação*: dá-se quando o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política. Na maioria dos

---

<sup>25</sup> Ver, por exemplo, MILBRATH, Lester e GUEL, M. L. *Political participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand Mc Nally, 1965.

<sup>26</sup> BAQUERO, Marcelo. Participação política na América Latina: problemas de conceituação. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 53, n.a. Belo Horizonte, 1981, p.7.

<sup>27</sup> BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: EdUnb, 2004, p. 888.

<sup>28</sup> TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002, p. 15.

<sup>29</sup> BOBBIO, *op. cit.*, p. 888.

casos essa participação se dá de forma indireta, e se expressa na escolha do pessoal dirigente, ou seja, daqueles investidos de poder por certo tempo para analisar as alternativas e tomar decisões que vinculem toda a sociedade.

De fato, a associação entre participação e processo eleitoral limita bastante as possibilidades de atuação na esfera política, especialmente quando se tem como foco de análise a participação das mulheres neste campo. Isto porque quanto mais se sobe na escala apresentada por Bobbio, ou seja, da *presença* para a *ativação* e a *participação*, mais a presença de mulheres tende a se reduzir drasticamente. Assim, se a participação feminina nas esferas formais do exercício político é bastante baixa, chegando, por vezes, a quase nula, nos tipos de participação *ad hoc* – como movimentos sociais – essa presença aumenta consideravelmente. Para Avelar, “A ampliação do conceito de participação política em estudos sobre mulher e política nos permite introduzir o conceito de ‘política *ad hoc*’. O ativismo da mulher escapa da hierarquia da política institucionalizada, sendo maior a participação feminina em atividades políticas de curta duração e que envolvem ação direta”.<sup>30</sup>

Assim, a autora identifica dois possíveis canais de participação na vida política: um que chama de canal numérico do poder,<sup>31</sup> e que se refere ao sistema eleitoral propriamente dito, e o outro, ligado aos canais corporativos de poder, que incluem as diferentes formas de envolvimento dos indivíduos em organizações comunitárias, nas associações, etc. Essa distinção se torna importante por permitir visualizar o acesso diferenciado de grupos sociais aos espaços representativos e participativos e, desse modo, possibilita fazer inferências sobre quais arenas são mais favoráveis à presença das mulheres.

De acordo com Tabak,<sup>32</sup> a extraordinária transformação social e política que ocorreu no mundo pós-guerra e principalmente após a década de 1970, bem como a importante contribuição teórica e metodológica trazida pelo movimento feminista, ao procederem à revisão crítica do papel da mulher na sociedade, trazem a necessidade de nova abordagem conceitual para o que se considera participação política. Especialmente no caso de países subdesenvolvidos ou que se encontram sob o mando de regimes autoritários, é importante

---

<sup>30</sup> AVELAR, Lúcia. *A participação política da mulher e a ideologia do conservadorismo político feminino*: subsídios para novas pesquisas. Águas de São Pedro/ SP: XI Encontro Anual Anpocs, 1987, p. 24.

<sup>31</sup> Neste caso, incluem-se desde as formas mais simples de participação, como o ato de votar e a presença em comícios, até a ocupação de cargos públicos e eletivos.

<sup>32</sup> Ver Tabak, 1983, p. 15.

proceder à reconceitualização sobre as formas de participação na vida política; isto é, sem abandonar as formas tradicionalmente usadas, buscar compreender e trazer à tona as novas maneiras que têm sido adotadas pelas mulheres para marcarem presença.

Nesse sentido, o boom dos movimentos sociais no período de redemocratização do país, ou “a ascensão da política da sociedade organizada”,<sup>33</sup> ofereceu às mulheres novos meios de participação e de oportunidades políticas, favorecendo a sua presença, tanto na política *ad hoc*, como nos canais formais de acesso ao poder. Dentre as diversas possibilidades de integrar-se nesses “canais corporativos do poder”, destacam-se duas, as quais, tradicionalmente, têm envolvido maior número de mulheres: a que diz respeito “às ações coletivas para a defesa de problemas comuns e específicos, como os problemas relacionados com escolas, atendimento à saúde, as leis de trabalho, no geral realizadas no âmbito dos movimentos sociais”<sup>34</sup>, e a segunda, que se refere à construção de identidades profissionais, que se dão por meio do associativismo das mulheres oriundas de várias organizações profissionais.

A entrada na política institucional via movimentos sociais ou associativos abre novas portas para a participação feminina e, ao mesmo tempo em que torna visível a atuação das mulheres, lhes confere popularidade. Tais espaços constituem-se em esferas privilegiadas de formação e acúmulo de capital político, entendido como um tipo de capital simbólico que confere ao seu detentor o reconhecimento da legitimidade para agir no campo político. A análise dos movimentos sociais, em particular do movimento feminista, considerados na lógica ampliada de participação, contribui para desconstruir o mito do apoliticismo feminino ao demonstrar que, na verdade, as mulheres participam da vida política, mas o fazem de maneira diferenciada e em esferas que tradicionalmente não foram reconhecidas como políticas. A experiência nesses setores, que são também importantes arenas de preparação para a política institucional, favorece a emergência de indivíduos com capacidade de liderança e motivados a participar da vida política formal.

A amplitude do conceito de participação também é reconhecida por Duverger,<sup>35</sup> para quem é fundamental reconhecer e analisar as formas efetivas de participação na vida

---

<sup>33</sup> AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Centro de Estudos Konrad Adenauer/Editora Unesp, 2001, p.51.

<sup>34</sup> *Ibid.*

<sup>35</sup> DUVERGER, Maurice. *La participacion de femmes a la vie politique*. Unesco, 1995. *Apud* TABAK, 1983, p. 22.

política e não apenas os direitos formais reconhecidos legalmente; e tal conceito envolve, desde a atuação na imprensa política, até a ocupação tradicional de cargos eletivos. As formas mais habituais de participação seriam:

a) participação eleitoral – envolve o processo de votação: distribuição dos votos das mulheres entre os vários partidos políticos, sua evolução, participação nas campanhas eleitorais, proporção de abstenções, etc;

b) participação nas assembleias políticas e no governo – mulheres eleitas, atuação no Legislativo, participação direta no Executivo (ministras, secretárias de Estado);

c) participação na administração – em profissões parapolíticas, distribuição das mulheres segundo categorias e postos de ocupação, participação em concursos públicos, na magistratura, no ensino e nos vários escalões militares;

d) participação em associações de diversos tipos, como partidos políticos, sindicatos, associações e organizações de mulheres parapolíticas, grupos de pressão e movimentos sociais organizados;

e) participação na imprensa política e de informação;

f) ação indireta das mulheres na vida pública – influência de personalidades femininas em diferentes locais; papel político exercido pelas mulheres no âmbito familiar que possibilita alterar ou criar valores a serem reproduzidos no mundo público.

Além das formas habituais de envolvimento político, Tabak<sup>36</sup> destaca a importância de se considerar, ainda, aquilo que chama de “formas não-institucionalizadas de participação”, observáveis sob os regimes autoritários, nos processos de socialização política que se alteram substancialmente e acabam por “refletir as pressões ideológicas do regime no poder e as limitações ao exercício de uma prática democrática”<sup>37</sup>. Nesses casos, a análise da participação política de homens e mulheres não pode se limitar apenas às *formas tradicionais e, por vezes, quantitativas, mas deve identificar as múltiplas e variadas* formas que as pessoas têm encontrado para expressar suas opiniões e defender seus interesses. Nesse cenário, uma das formas que as mulheres encontraram para manifestar sua oposição ao regime e resistir à situação foi a tentativa de sobreviver em meio a casos de tortura e

---

<sup>36</sup> TABAK, 2002.

<sup>37</sup>DURVEGER, 1995, *apud* TABAK, 1983, p. 22.

assassinato, a repressão e a violência, a exemplo da atuação das Mães da Plaza de Mayo, na Argentina.

Importante destacar que nessa ampliação do conceito de participação política - tal como foi apresentada – pode estar implícita, também:

[Uma] tentativa de teorizar a participação política do segmento feminino enfocando múltiplos espaços sócio-políticos (eleitorais, partidários, trabalhistas). [...] A opção por uma definição mais abrangente, muitas vezes é feita como uma tentativa de superar teoricamente a constatação da sub-representação da mulher nas instâncias político-institucionais<sup>38</sup>.

Tal colocação não tem por objetivo questionar a importância de se trabalhar com uma definição mais ampla de participação, que vá além dos processos político-eleitorais e considere as várias práticas políticas possíveis. No entanto, é preciso estar atento para que essa definição abrangente não sirva de impedimento ou complicador para os estudos e análises das “práticas políticas de gênero” que têm lugar nas esferas institucionais, como o Parlamento, os cargos eletivos estaduais e municipais, ou aqueles ocupados nos altos escalões dos Poderes Executivo e Judiciário. É justamente nesses espaços de poder que se concentram as atividades de formulação, implementação e fiscalização das políticas e leis. São espaços fundamentais para se promover propostas de mudanças sociais, o que os torna alvos privilegiados de análise. Por esse motivo, frente a todas as possibilidades de se estudar a participação política feminina, optou-se, neste estudo, por analisar a sua inserção nos espaços institucionais ao qual se chega por meio das eleições diretas e a partir do qual se atua com o sentido de representação.

## **2.2. Um panorama sobre a participação da mulher na política formal**

Apesar de só ter garantido às mulheres os direitos de votar e de ser votadas em 1932, o Brasil figura entre os países considerados de vanguarda nessa questão. Na América Latina, o Brasil só fica atrás do Equador e do Chile, que asseguraram esses direitos em 1929 e 1931. Na Argentina, essa conquista se deu apenas em 1947, e, no Paraguai, em 1961. Mesmo se comparada aos países europeus, a vantagem temporal brasileira segue expressiva, uma vez que as mulheres suíças, por exemplo, só adquiriram os direitos de

---

<sup>38</sup> PRÁ, 1992, p. 69.

votar e ser votadas em 1971, e Portugal eliminou todas as restrições ao voto feminino só em 1976.<sup>39</sup>

De acordo com levantamento realizado por Miguel,<sup>40</sup> nas quatro primeiras décadas do século XX, 66 países asseguraram algum direito político às mulheres independentemente da existência de restrições. Após a Segunda Guerra Mundial e até finais dos anos 1950, ampliaram-se as conquistas femininas nesse campo, e 95 países asseguraram às mulheres esses direitos. A partir de então, praticamente a cada ano alguns países estendem às mulheres os direitos políticos.

O Brasil encontra-se no primeiro bloco de países que garantiram o direito ao voto feminino ainda nas primeiras décadas do século XX. Foi o quinquagésimo país a fazê-lo, por meio da promulgação do novo Código Eleitoral, em fevereiro de 1932, pelo então presidente Getúlio Vargas (Decreto 21.076/32). No primeiro momento, somente às mulheres casadas, portando autorização de seus maridos, ou às mulheres viúvas e solteiras com renda própria era garantida a possibilidade de votar. Em 1934, a Assembléia Nacional Constituinte reafirmou o direito ao voto feminino, eliminando todas as restrições até então existentes, mas tornando-o obrigatório apenas para aquelas mulheres que exercessem algum tipo de função remunerada em cargos públicos. A obrigatoriedade plena foi instituída na Constituição de 1946.<sup>41</sup>

No entanto, a luta pelo direito ao voto se inicia bem antes, ainda no século XIX, com o movimento das *sufragettes* – ou sufragistas, que pode ser considerado a primeira grande onda do movimento feminista, com foco na luta pela extensão dos direitos políticos às mulheres e na busca da cidadania. Assim, segundo Pinto:

Desde os primórdios da Revolução Francesa, no século XVIII, é possível identificar mulheres que de forma mais ou menos organizada lutaram por seu direito à cidadania, a uma existência legal fora de casa [...]. Na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX as lutas e manifestações esparsas cederam lugar a uma campanha

---

<sup>39</sup> O primeiro país a garantir à mulher o direito ao voto foi a Nova Zelândia, em 1893, com a possibilidade de as mulheres serem eleitas somente a partir de 1918. A Austrália foi o segundo país a seguir o exemplo, em 1902, mas ainda com uma série de restrições só retiradas em 1962. Na Europa, a liderança é da Finlândia, que, a partir de 1906, passa a permitir – sem qualquer tipo de restrição – os direitos políticos de votar e de ser votada. As norte-americanas conquistaram esses direitos por volta de 1920.

<sup>40</sup> MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, pp. 91-102, out. 2000b.

<sup>41</sup> A obrigatoriedade do voto masculino foi estabelecida pela Constituição de 1934. O Código Eleitoral de 1932 determinava que apenas o alistamento dos eleitores era obrigatório.

mais orgânica pelos direitos políticos de votarem e de serem votadas. O movimento sufragista se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos, construindo a primeira voga de feminismo organizado no mundo. No Brasil, da mesma forma, a primeira fase do feminismo teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos, mediante a participação eleitoral, como candidatas e eleitoras.<sup>42</sup>

O movimento sufragista que nasce no Reino Unido questiona, desde o princípio, o fato de as mulheres, no final do século XIX, estarem aptas a assumir postos importantes na sociedade inglesa – tais como o corpo diretivo das escolas e o trabalho de educadoras em geral – mas não serem capazes de votar ou de ser votadas, sendo vistas com desconfiança como possíveis eleitoras.<sup>43</sup>

No Brasil, conforme destaca Avelar, “se recuperarmos as primeiras manifestações das mulheres brasileiras na direção de maior igualdade, veremos que a estrutura da sociedade patriarcal e a posição das mulheres na hierarquia social constroem manifestações mais incisivas”.<sup>44</sup> Assim, as primeiras manifestações por maiores níveis de educação e direito ao voto iniciam-se em 1850 com Nísia Floresta, que denuncia a situação de ignorância na qual as mulheres eram mantidas dado o baixo padrão educacional, e protesta contra a situação de dependência em relação aos homens. Em 1852, a baiana Violante Bivar e Velasco funda o *Jornal das Senhoras*, primeiro jornal dirigido às mulheres, que tinha por objetivo, conforme era apontado em seu editorial de lançamento, ampliar o acesso feminino à informação, melhorando sua condição de inserção na sociedade de forma a possibilitar a sua emancipação moral.<sup>45</sup>

As disputas e os debates sobre o direito da mulher ao voto permeiam o Parlamento brasileiro desde o final do século XIX. Com efeito, ainda em 1890, durante os trabalhos de preparação da primeira Constituição republicana, o constituinte César Zama defendeu o sufrágio universal, a fim de que as mulheres pudessem participar efetivamente da vida política do país. No ano seguinte, outro constituinte – Almeida Nogueira – defendeu a proposta de Zama, argumentando que não havia na legislação qualquer impedimento a tais

---

<sup>42</sup> PINTO, Célio R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 13.

<sup>43</sup> Ainda que tenha sido o berço do movimento pelo sufrágio feminino, na Inglaterra a luta pelo direito ao voto foi bastante dura. Com uma característica inicialmente pacífica, o movimento assumiu contornos mais radicais, com confrontos entre policiais e militantes, e a morte da manifestante Emily Davison, que ao se jogar diante do cavalo do rei da Inglaterra tornou-se a primeira mártir do movimento.

<sup>44</sup> AVELAR, 2001, p. 18.

<sup>45</sup> Conforme apresentado em MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Revista de Estudos Femininos*, v. 11, n. 1, 2003, p. 227.

direitos e até mesmo o projeto da nova Constituição não o cerceava. Uma grande polêmica se instalou entre os constituintes, tendo por pano de fundo a noção de que o papel da mulher se restringia ao espaço privado e que sua participação no mundo público seria prejudicial à família. Essas idéias produziram manifestações como a do senador Muniz Freire: “*Estender o direito de voto à mulher é uma idéia imoral e anárquica, porque, no dia em que for convertida em lei, ficará decretada a dissolução da família brasileira. A concorrência dos sexos nas relações da vida anula os laços sagrados da família*”, ou a do deputado Coelho Campos: “*É assunto de que não cogito; o que afirmo é que minha mulher não irá votar*”.

A proposta de extensão dos direitos políticos às mulheres não foi aprovada, mas a Constituição de 1891 não proibiu explicitamente o voto das mulheres. Em seu artigo 70, a CF lista as categorias sociais que não poderiam participar dos processos eleitorais. São elas: os mendigos, os analfabetos, os praças de pré e os religiosos sujeitos a um estatuto que importasse a renúncia da liberdade individual. Para Pinto, a não-exclusão da mulher do texto constitucional não se dá por acaso, uma vez que “a mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos. [...] [Havia] a evidência de uma natural exclusão da mulher, que para tanto não precisava ser nem mesmo mencionada.” Foi com base nesse “esquecimento” que muitas mulheres solicitaram alistamento eleitoral ao longo do período em que vigorou a Constituição de 1891,<sup>46</sup> não tendo, no entanto, obtido sucesso.

No começo do século XX, a situação de inserção da mulher na sociedade começa a se alterar: costumes continuam a mudar, a informação se propaga, as fábricas iniciam processo de contratação de mulheres e algumas mulheres já saem para trabalhar em profissões como enfermeiras, telefonistas e professoras. De fato, a urbanização vivenciada pelo país nas primeiras décadas do século, acompanhada do surgimento de camadas médias e operárias e de canais de expressão de suas demandas (em 1922 é fundado o Partido Comunista do Brasil) “criou um caldo de cultura para o aparecimento de novas

---

<sup>46</sup> Segundo Rodrigues, os pedidos de alistamento eleitoral das mulheres eram indeferidos com base em alegações, por parte das autoridades, que remetiam à preservação dos valores sociais cumpridos na família pelas mulheres, à corrupção na política e à proteção às mulheres. Trechos de despachos judiciais, de 1929, deixam clara a evidência desses valores: “à mulher basta a nobilíssima missão que desempenha na família”, afirmou o juiz Dantas Cavalcanti; para o juiz Odelmar Pacheco, “o melhor feminismo é ainda e será sempre o da mulher influenciando na sua casa”. RODRIGUES, Lucimar da Costa. *Exploração sobre o gênero e poder: a voz e a vez da mulher na política*. Tese (Mestrado em Psicologia) – Instituto de psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2002, p. 84.

formas de organização da sociedade. O movimento das mulheres parece ser um exemplo das formas que essa organização podia tomar [...]”<sup>47</sup>

Nesse sentido, em 1910 um grupo de mulheres, liderado pela professora Leolinda Daltro,<sup>48</sup> funda o Partido Republicano Feminino, cujo objetivo era mobilizar as mulheres na luta pelo direito ao voto.<sup>49</sup> A criação do partido foi marcante, uma vez que se constituiu em um partido político formado por pessoas sem direitos políticos e cuja possibilidade de atuação teria de se dar, portanto, fora da ordem estabelecida. Em 1917, Leolinda lidera uma passeata pelas ruas do centro do Rio de Janeiro exigindo a extensão do voto às mulheres, o que teve enorme repercussão na elite política.

Em 1922, sob a liderança de Bertha Lutz,<sup>50</sup> é constituída, no Rio de Janeiro, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a mais importante e conhecida organização em defesa dos direitos da mulher no período. A luta da federação centrava-se no direito ao voto e, nesse sentido, encontrou eco entre alguns políticos da República, notadamente o então senador Juvenal Lamartine, do Rio Grande do Norte, forte aliado de Bertha Lutz, e representante dos interesses da federação no Congresso Nacional. É importante reconhecer, portanto, que, ainda que tenham sido muitas as manifestações masculinas contrárias à extensão dos direitos políticos às mulheres (conforme se anotou), alguns políticos apresentaram ativa participação e envolvimento favoráveis à causa feminina.

Segundo Pinto, ao contrário da maioria das feministas, mesmo as que pertenciam à elite econômica, Bertha tinha reconhecimento e trânsito na elite política local, o “que dá elementos para explicar tanto as facilidades encontradas por ela e suas seguidoras para levar adiante suas iniciativas como a própria forma bem-comportada de sua luta”.<sup>51</sup> É exatamente essa face “bem-comportada” do feminismo sufragista que diversas autoras criticam ao dizer que o movimento limitou sua luta à extensão dos direitos políticos e, mais

---

<sup>47</sup> PINTO, 2003, p. 17.

<sup>48</sup> Em 1909, impulsionada pela omissão da Constituição de 1891 no que se refere ao voto feminino, Leolinda Daltro requere seu alistamento eleitoral, tendo seu pedido negado. Como forma de protesto, funda no ano seguinte o Partido Republicano Feminista. Ver SHUMAHAR, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 318.

<sup>49</sup> O partido não se limitava à defesa dos direitos políticos das mulheres mas já tratava, também, da emancipação e da independência das mulheres, bem como da questão da exploração sexual.

<sup>50</sup> A posição de Bertha Lutz na sociedade e no movimento feminista era singular, uma vez que ela pertencia a uma elite econômica e intelectual. Tendo passado muitos anos na França e se formado na Sorbonne, Bertha construiu uma trajetória bastante rara entre as mulheres da época, tornando-se representante do país no Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho e na I Conferência Pan-Americana da Mulher nos Estados Unidos.

<sup>51</sup> PINTO, *op. cit.*, p. 23.

tarde, trabalhistas, sem, em nenhum momento, questionar a ideologia patriarcal reinante e os papéis atribuídos às mulheres.<sup>52</sup> Com efeito, a estrutura patriarcal sobre a qual se organizou a sociedade brasileira – e que a caracteriza, ao menos em parte, até os dias de hoje – pressupõe a existência de um processo de dominação dos homens sobre as mulheres, ou seja, de uma hierarquia construída social e culturalmente<sup>53</sup> e cujo pólo mais fraco é sistematicamente ocupado pelas mulheres.<sup>54</sup>

Romper essa hierarquia não era o objetivo do movimento feminista então nascente. Como Costa aponta,

Esse primeiro momento do movimento feminista, em linhas gerais pode ser caracterizado como de cunho conservador no que se refere ao questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero, inclusive reforçavam esses papéis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as idéias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativas para suas demandas.<sup>55</sup>

Na luta pelo direito ao voto, Berta Lutz chega a afirmar que

Os direitos políticos da mulher não significarão um rompimento com a família, com o seu papel tradicional de esposa e mãe. [...] Sendo o lar o *local tipicamente feminino*, nem por isso deve a mulher limitar seus horizontes a ele [...] Ser feminista não é, de nenhum modo, abdicar dos belos atributos morais, da sensibilidade e delicadeza afetivas, não é desvirtuar a finalidade sublime da mulher na terra: filha, noiva, esposa e mãe.<sup>56</sup>

É nesse contexto que surgem algumas declarações sobre o papel da mulher na política e sobre os temas aos quais ela deveria se dedicar. A segmentação dos temas hoje vistos no Parlamento remete à declaração de Lutz de que as verdadeiras feministas lutavam

---

<sup>52</sup> Esta discussão está presente em BORBA, Ângela. Legislando para as mulheres. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998; AVELAR, 2001; BRABO, Tânia S. A. M. *Gênero e poder local: eleições municipais do ano 2000 em Marília (SP)*. 361p. Tese (doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

<sup>53</sup> Neste estudo, entende-se cultura tal como apontado por Geertz “O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados, que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como um ciência interpretativa, à busca de significado”. Para o autor, a cultura é, portanto, um *contexto*. Clifford Geertz, *A interpretação das culturas*, trad., Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1989, p. 15.

<sup>54</sup> Nesse sentido, aproxima-se bastante do conceito de dominação masculina, tal como formulado por Bourdieu. Ver BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

<sup>55</sup> COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero*, Niterói, v. 5, n. 2, 1981, p. 13.

<sup>56</sup> ALVES, Branca Moreira. Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil, p. 102. *Apud*. BORBA, Ângela. Legislando para as mulheres. In: BORBA, 1998, p. 173.

pelo voto para exercê-lo com responsabilidade e para tratar de questões que competiam às mulheres, como “o bem-estar das crianças e de sua mãe, a legislação do trabalho, a instituição de horas mais curtas, salários mais adequados para as operárias...”.<sup>57</sup>

O movimento sufragista, embora tenha sido conduzido por mulheres de elite, que não questionavam a estrutura patriarcal da sociedade, foi responsável pelo reconhecimento dos seus direitos políticos. De fato, pode-se pensar que, dadas as condições sociais e culturais da época, a melhor estratégia (ou talvez única) fosse mesmo romper lentamente com os valores vigentes, garantindo o direito ao voto para, depois, buscar romper com os tradicionais papéis femininos.

É como resultado desse movimento e da parceria com Bertha Lutz e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1928, que o governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, altera o código eleitoral, visando conferir às mulheres o direito ao voto no estado. De fato as mulheres vão às urnas, mas seus votos são anulados pela Comissão de Poderes do Senado, sob a alegação da necessidade de uma lei especial a respeito. No entanto, elege-se a primeira prefeita da história do país (e da América do Sul): Alzira Soriano de Souza, em Lages, no Rio Grande do Norte.

Em 1932, finalmente, Getúlio Vargas promulga o novo Código Eleitoral que estende o direito de votar e de ser votadas às mulheres brasileiras (Decreto 21.076/32). Na eleição de 1934, a primeira após a conquista feminina, 214 deputados federais<sup>58</sup> são eleitos, dos quais apenas uma mulher titular – Carlota Pereira de Queiroz – e uma suplente – Bertha Lutz, empossada após a morte de um dos deputados, em 1936.<sup>59</sup> Havia também 40 deputados classistas, eleitos indiretamente pelos sindicatos, sendo uma única mulher – Almerinda Farias Gama, representante do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos e da Federação do Trabalho do Distrito Federal.<sup>60</sup> Além da pouca força do movimento feminista, “o preconceito contra as sufragistas, o não-envolvimento de mulheres de outras

---

<sup>57</sup> BORBA, 1998, p. 173.

<sup>58</sup> Ver LAVINAS, Lena; MELO, Hildete Pereira. *Mulheres sem medo do poder: chegou a nossa vez*. Cartilha para mulheres candidatas vereadoras – 1996. Rio de Janeiro, IPEA. 1996.

<sup>59</sup> Nesse processo concorreram quatro candidatas, três de São Paulo e uma do Distrito Federal.

<sup>60</sup> RIBEIRO, Antônio Sérgio. A mulher e o voto. Disponível em [http://www.al.sp.gov.br/web/eleicao/mulher\\_voto.html](http://www.al.sp.gov.br/web/eleicao/mulher_voto.html)> Acesso em 19 de setembro de 2006.

classes e o pequeno número de candidatas pode explicar o fraco desempenho nessa primeira eleição”.<sup>61</sup>

O regime do Estado Novo, implantado por Getúlio Vargas em 1937, instala um período autoritário de governo apenas 5 anos após as mulheres terem conquistado o direito ao voto; o Congresso é fechado e os avanços consagrados na Constituição de 1934 ficam no papel. Em 1946, com o fim do Estado Novo, uma outra Assembléia Constituinte é formada e conta com o efetivo exercício do voto feminino. O pluralismo partidário é retomado e algumas mulheres são eleitas para as câmaras municipais, outras para as assembleias legislativas estaduais, mas nenhuma para o Congresso Nacional, apesar de os partidos concorrerem com dezoito candidatas. Para Borba, esse fato pode ser atribuído, em parte, à ditadura de Vargas, mas não é suficiente, já que se observou, no período, maior participação feminina em sindicatos, associações de bairro, e nas lutas pela paz e pela derrubada do Estado Novo. A ausência de debate sobre a questão feminina, tal qual acontecida em 1934, pode ser melhor explicação para a inexistência de mulheres eleitas.

Entre 1946 e 1982 não há alterações significativas na representação feminina no Congresso Nacional (ver tabela 1 na próxima seção), a não ser pela presença de duas senadoras. Em 1979, pela primeira vez na história, uma mulher assume uma cadeira no Senado Federal – Eunice Michiles – por ocasião da morte do titular. Eunice dedicou-se a temas considerados de interesse direto das mulheres, como informação e acesso à anticoncepção e um amplo debate sobre a descriminalização do aborto. Três anos depois, Laélia de Alcântara, também suplente, assume outra vaga no Senado. Apenas nas eleições de 1990 é que as mulheres – Júnia Marise e Marluce Pinto – conquistaram cadeiras no Senado Federal na condição de titulares.

Embora o direito ao voto feminino esteja garantido há 74 anos, a participação de mulheres nas esferas institucionais que efetivamente possibilitam o exercício de poder é ainda muito baixa e inexpressiva. “Assim como a cidadania universal é verdadeiramente um mito, também o ativismo e a participação igual para todos também o são. Na prática e na teoria, participação [ainda] refere-se àquela do mundo masculino, de classe média alta, da população branca”.<sup>62</sup> A seção seguinte ilustra esse fato com números, e apresenta a evolução da presença de mulheres na esfera legislativa federal, a partir de 1982, com as

---

<sup>61</sup> BORBA, 1998, p. 155.

<sup>62</sup> AVELAR, 2001, p. 48.

primeiras eleições diretas realizadas para os cargos de governador, senador, prefeito, deputados estadual e distrital, após o período da ditadura militar.

### **2.3. Evolução da participação feminina no Parlamento**

No cenário internacional, o Brasil, se foi um dos primeiros países a garantir os direitos políticos às mulheres, atualmente integra o grupo dos 60 países com o pior desempenho quanto à presença de mulheres no Parlamento: 8,6% na Câmara dos Deputados e 12,3% no Senado Federal. Segundo o IPU,<sup>63</sup> o Brasil encontrava-se, em setembro de 2006, na 102<sup>a</sup> posição entre 189 países, estando abaixo da média das Américas, que foi de 20,6% para Câmara e 21,6% para Senado. À frente do Brasil, encontra-se grande parte dos países da América Latina, com destaque para a Argentina – que adotou um eficiente sistema de cotas, como será visto adiante – em 9<sup>o</sup> lugar na relação, e o Peru, em 21<sup>o</sup> lugar. O Equador, primeiro país latino-americano a estender o direito ao voto às mulheres, situa-se no bloco intermediário, na 63<sup>a</sup> posição, com 16% de mulheres no Parlamento.<sup>64</sup>

As barreiras encontradas para a ocupação de cargos eletivos nos Parlamentos constituem-se, para as mulheres, em realidade manifesta em quase todos os países. De fato, em apenas 19 deles conseguiu-se ultrapassar a marca dos 30% de mulheres eleitas, segundo os dados do IPU. Como conseqüência, a Plataforma de Ação aprovada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995, dedicou um capítulo inteiro à questão da mulher no poder e na tomada de decisões. Nesse documento, assinado pelo Brasil e por mais 183 delegações internacionais, os Estados reconhecem que:<sup>65</sup>

A participação equitativa da mulher na vida política desempenha um papel essencial no processo geral de avanço das mulheres. A participação das mulheres em condições de igualdade na tomada de decisões constitui não só uma exigência básica de justiça ou democracia, mas pode ser também considerada uma condição necessária para que os

---

<sup>63</sup> Inter-Parliamentary Union, 2006. Disponível em <<http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>> Acesso em: 15 de setembro de 2006.

<sup>64</sup> Ruanda é o país em que as mulheres estão mais presentes nas esferas formais da política: elas são quase 49% no equivalente à Câmara dos Deputados brasileira e 34,6% no que seria o Senado. A proporção de mulheres na Câmara dos Deputados do país saltou de 17,1% em 1998 para 48,8% em 2003.

<sup>65</sup> Já em 1989, a Conferência de Ministros do Conselho da Europa concluiu que a igualdade entre homens e mulheres na vida política era uma exigência real da democracia e um fator de reforço da igualdade e da construção da paz e da justiça social. A partir dessas constatações, recomendou aos países a adoção de medidas reais de ação propositiva, a fim de acelerar o alcance da igualdade entre os sexos. SUPPLY, Marta. Novos paradigmas nas esferas de poder. Revista de Estudos Feministas, v.4, n.1, jan/jun, 1996, pp 126-137.

interesses das mulheres sejam levados em conta. Sem a participação ativa das mulheres e a incorporação do ponto de vista próprio das mulheres em todos os níveis do processo de tomada de decisões não se poderá alcançar os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz.<sup>66</sup>

Os países signatários da Plataforma de Ação comprometem-se, ainda,

A estabelecer a meta de equilíbrio entre mulheres e homens nos organismos e comitês governamentais, assim como nas entidades da administração pública e no judiciário (...) a fim de aumentar substancialmente o número de mulheres e alcançar uma representação paritária das mulheres e dos homens, se necessário mediante ação afirmativa em favor das mulheres.<sup>67</sup>

O resultado mais concreto da assinatura da Plataforma de Beijing foi a instituição de um sistema de cotas para as eleições proporcionais brasileiras, por meio de legislação específica. Inicialmente, as cotas eram de, no mínimo, 20% dos candidatos a cargos eletivos para as mulheres e referiam-se apenas às eleições para câmaras legislativas municipais. Em 1997, as cotas são estendidas para os demais cargos proporcionais, mas passam a ser de, no mínimo, 30% e, no máximo, 70% para cada um dos sexos.

A expansão da presença de mulheres no Parlamento brasileiro, verificada ao longo do século XX e início do século XXI, por certo se relaciona com as mudanças nos papéis e nas posições das mulheres na sociedade. Se ainda permanece definida uma divisão sexual não só do trabalho, mas das emoções, das percepções, das responsabilidades, é inegável que as condições de vida das mulheres se alteraram profundamente. O seu nível de participação no mercado de trabalho cresceu bastante, assim como sua escolaridade, que, atualmente, já é em média superior à dos homens. Contribuíram para essa mudança, entre outros fatores, a atuação do movimento feminista, a revolução proporcionada pela difusão dos métodos contraceptivos, a redução nas taxas de fecundidade e a baixa renda das famílias, que impulsionou a entrada de maior número de mulheres no mercado de trabalho. O incremento da presença de mulheres na esfera pública – e o rompimento com o isolamento na esfera privada – repercutiu na sua participação na política institucional. Este não é, porém, o único fator a determinar a magnitude da presença feminina na política. Conforme será visto mais adiante, as características do sistema eleitoral, a cultura política e

---

<sup>66</sup> DECLARAÇÃO e Plataforma de Ação. IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Pequim, 1995. In: *A DEFESA das mulheres: instrumentos internacionais*. Brasília: Funag/Ipri/Ministério da Relação Exteriores, 2003, p. 207.

<sup>67</sup> *Ibid.*, p. 211.

os estereótipos de gênero ainda vigentes nas relações sociais têm também grande peso nessa definição. Como mostra a tabela 1, desde que os seus direitos políticos foram assegurados, foi apenas em 1986 que expressivo número de mulheres conseguiu espaço na Câmara dos Deputados, e esse número se amplia de maneira significativa até 2006.

**Tabela 1**

Número de mulheres eleitas para a  
Câmara dos Deputados e Senado Federal

Ano da Eleição	Câmara	Senado
1934	1	0
1946	0	0
1950	1	0
1954	3	0
1958	2	0
1962	2	0
1965	6	0
1970	1	0
1974	1	0
1978	4	0
1982	8	0
1986	26	0
1990	29	2*
1994	32	4**
1998	29	2*
2002	42	8**
2006	46	4*

Fonte: Avelar (2001), TSE, sites do Senado e da Câmara. Elaboração própria.

Notas: \* Eleições para 1/3 das cadeiras do Senado Federal.

\*\* Eleições para 2/3 das cadeiras do Senado Federal.

As eleições de 1982 mostram um aumento, tanto no número de mulheres candidatas à Câmara dos Deputados, quanto no de eleitas, o que foi influenciado, entre outros fatores, pelo retorno ao multipartidarismo, pelo início do processo de abertura democrática, pelo crescimento do movimento feminista e da mobilização das mulheres e pelo incremento do eleitorado feminino. Naquelas eleições, 42 mulheres concorreram a uma vaga de deputada federal, e oito foram eleitas. Este total representa algo em torno de

1,6% dos parlamentares da Câmara, índice bastante baixo, mas não desprezível, especialmente se comparado aos dos anos anteriores, que, à exceção de 1965,<sup>68</sup> apresentaram entre 1 e 4 mulheres eleitas.<sup>69</sup>

Em 1986, porém, ocorre o grande salto quantitativo na presença de mulheres na Câmara dos Deputados: 26 são eleitas deputadas constituintes. Contribuem para esse quadro, tanto a força das novas e tradicionais famílias políticas que delegam uma porção considerável de capital político às mulheres,<sup>70</sup> quanto a intensa mobilização feminista ocorrida no período e os debates travados nos momentos pré-eleitorais sobre a condição feminina e a situação de desigualdade a que estavam submetidas na sociedade. Tal mobilização acaba por resultar, em 1985, na criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, cuja missão era formular políticas públicas direcionadas às mulheres com os objetivos, entre outros, de eliminar as discriminações que atingiam a população feminina e contribuir para a construção da igualdade e da cidadania para as mulheres.

O fato de 26 mulheres se elegerem no pleito de 1986 é bastante significativo, não só por terem sido eleitas tantas quanto a soma de eleitas dos anos anteriores da história republicana do país (29, até 1982), mas especialmente por se tratar de eleição para uma Assembléia Nacional Constituinte. Elas concorreram, portanto, a cargos cuja importância estava diretamente relacionada à construção da história do Brasil no período pós-ditatorial e de uma sociedade norteada por ideais democráticos e igualitários. Assim, essas 26 deputadas estavam em posição de grande potencial para influenciar o Parlamento na elaboração da nova Constituição, que ficou conhecida como Constituição Cidadã, tal a gama de direitos reconhecidos e assegurados à população brasileira.

---

<sup>68</sup> Para algumas autoras o aumento do número de eleitas em 1965 pode ser explicado pelo protesto das mulheres às cassações políticas ocorridas neste período. Assim, as candidatas buscavam ocupar as vagas deixadas por seus familiares. Para Tabak, a eleição dessas mulheres em função do prestígio político de seus maridos cujos direitos políticos haviam sido cassados significa que foram conduzidas ao Parlamento e exerceram um mandato em virtude tão-somente de razões de ordem conjuntural. Segundo Prá, a reposta do regime a essa atuação das mulheres foi bastante rápida, pois pouco tempo depois boa parte das eleitas também foi alvo de cassações. Ver: TABAK, 1983; Avelar, Lucia. *O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1989; TABAK, Fanny. *Mulheres Públicas: participação política & poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002; PRÁ, 1992.

<sup>69</sup> PRÁ, 2002, p. 170.

<sup>70</sup> Nas eleições de 1986, 38,5% das mulheres eleitas eram oriundas de famílias com significativo capital político.

Durante o processo de elaboração da Carta de 1988, a bancada feminina do Congresso Nacional (que se resumia às deputadas, visto não terem sido eleitas senadoras), em parceria com o CNDM e os movimentos feministas, conseguiu garantir uma série de direitos apresentados pelas mulheres na “Carta aos Constituintes”, documento que continha as principais reivindicações feministas. Atuando de maneira suprapartidária, e por meio do que ficou conhecido como “*lobby do batom*”, venceram resistências e preconceitos e conseguiram incluir na Constituição Federal artigos como o 5º, que garante, em seu inciso I, que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”.<sup>71</sup> Além disso, foram estabelecidos o direito à creche, à licença-paternidade, a extensão da licença-maternidade, alguns direitos para as empregadas domésticas, entre outros importantes avanços no campo dos direitos.<sup>72</sup>

A grande mobilização das mulheres no final da década de 1980 e a gama de direitos assegurados pela Carta Magna não foram capazes, porém, de ampliar a participação feminina nos vários níveis parlamentares. Se é possível afirmar que há aumento crescente da presença de mulheres na política formal, é importante reconhecer que este vem ocorrendo, porém, de maneira muito lenta. Assim, nas eleições seguintes, em 1990, praticamente a mesma proporção de mulheres é eleita para a Câmara dos Deputados (ver tabela 1). A grande novidade desse pleito está na eleição de 2 mulheres para o Senado Federal, fato inédito, uma vez que as 2 únicas que já haviam ocupados essas cadeiras eram suplentes.

Nas eleições de 1994 e 1998 mantiveram-se praticamente inalterados os níveis de participação das mulheres no Parlamento nacional. De fato, as primeiras eleições em nível nacional após a instituição das cotas para os cargos proporcionais acabaram produzindo um efeito inverso ao esperado: em 1998 foram eleitas menos mulheres do que em 1994, quando ainda não existia a lei das cotas por sexo. Passaram de 32 para 29 deputadas federais, um decréscimo de 9,4%. Segundo Miguel, “estes resultados vêm sendo objeto de

---

<sup>71</sup> José Afonso Silva aponta a respeito do parágrafo 5º da Constituição Federal “[...] importa mesmo é notar que é uma regra que resume décadas de lutas das mulheres contra discriminações. Mais relevante ainda é que não se trata aí de mera isonomia formal. Não é igualdade perante a lei, mas igualdade em direitos e obrigações. Significa que existem dois termos concretos de comparação: homens de um lado e mulheres de outro. Onde houver um homem e uma mulher, qualquer tratamento desigual entre eles, a propósito de situações pertinentes a ambos os sexos, constituirá uma infringência constitucional”. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo, 14ª ed., São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 1997. *Apud* JUCOVSKY, Vera Lúcia. *Representação política da mulher*. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2000, p. 48.

<sup>72</sup> No caso do “*lobby do batom*”, a ação do movimento de mulheres foi capaz de unir praticamente toda a bancada feminina no Congresso, podendo-se entender que ultrapassou a mera iniciativa de parlamentares isolados.

inúmeras reflexões, destacando-se, entre outras, a profissionalização e os elevados custos das campanhas de âmbito federal; a ampliação das vagas e a dispersão dos votos entre as candidaturas femininas; e a falta de investimentos dos partidos políticos na formação e capacitação de lideranças femininas”.

Foi apenas em 2002 que a participação das mulheres apresentou um aumento mais significativo, especialmente no Senado: entre 1990 e 2002, a proporção de eleitas passou de 2,4% para 9,8%. Na Câmara dos Deputados tal percentual pulou de 5,6%, na eleição de 1990, para 8,2%, na de 2002. Se comparada com a eleição de 1998, houve um incremento da ordem de 45% no número de mulheres eleitas para a Câmara. Interessante, também, é perceber que 22 estados e 11 partidos elegeram representantes femininas no pleito de 2002, e o Partido dos Trabalhadores elegeu 14, ou 33% do total.

Apesar dos avanços, a participação das mulheres ainda é mínima no Congresso Nacional. Entre eleitas e suplentes, o Congresso contava, em setembro de 2006, com apenas 54 parlamentares do sexo feminino, sendo 45 deputadas federais e 9 senadoras, o que equivale a apenas 9% do total. Esse número se mostra ainda mais inexpressivo se levarmos em conta que a população brasileira, em 2005, estava dividida na proporção de 48,7% de homens e 51,3% de mulheres.<sup>73</sup>

As perspectivas não são muito otimistas. Longe de se alcançar o percentual mínimo estabelecido nas cotas para as candidaturas, as mulheres representavam apenas 14% dos 19 mil candidatos a algum cargo eletivo nas eleições de 2006, segundo levantamento do Tribunal Superior Eleitoral.<sup>74</sup> Foram eleitas 45 mulheres para a Câmara Federal, número quase idêntico ao obtida em 2002. Já no caso do Senado houve melhor desempenho, pois, em comparação com a eleição de 1998 – quando também foram renovados 1/3 dos lugares –, foram eleitas o dobro de mulheres em 2006.

No entanto, releva destacar que a questão da participação da mulher na política é ainda um fenômeno em construção. Elas tiveram acesso a esse espaço mais tarde que os homens – o que as faz, em geral, ter menor acúmulo de capital político – e enfrentam uma sociedade permeada por concepções preconceituosas, segundo as quais a população

---

<sup>73</sup> Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2005 do IBGE.

<sup>74</sup> Disponível em <<http://www.tse.gov.br>>. Acesso em 21/09/2006.

feminina não está preparada para assumir espaços e cargos com efetiva possibilidade de exercício do poder. Assim,

Falar da participação política da mulher exige, previamente, alguns lembretes no tocante às condições históricas desta participação. Afinal, trata-se de um processo de constituição da cidadania para amplas camadas da população, numa república que já viveu demasiado tempo sob a tutela das forças armadas e de oligarquias retrógradas [...] Nesse sentido, pode-se dizer que os últimos anos foram de instituição de uma prática política, vale dizer, é uma ‘prática instituinte’, de novas relações de poder e não uma ‘prática instituída’.<sup>75</sup>

Por ser fenômeno ainda em construção, muitas barreiras devem ser vencidas para que a presença de mulheres se torne mais significativa nas esferas de representação. Isto significa alterar, de maneira profunda, a cultura e os costumes da sociedade brasileira, de modo a que as mulheres se identifiquem como detentoras de espaço e de legitimidade para atuar no campo político. Na realidade, esses dois fatos caminham lado a lado, uma vez que a maior participação de mulheres na política altera a cultura tradicional vigente e, como consequência, essa alteração estimula maior presença política feminina.

#### **2.4. A sub-representação feminina na vida política formal**

Boa parcela dos estudos dedicados ao tema “mulher e política” tem se concentrado na busca por compreender o motivo da persistente baixa presença de mulheres na esfera política institucional, bem como apontar as principais dificuldades encontradas para a ocupação desses cargos.<sup>76</sup> Nesse sentido, a sub-representação feminina estaria relacionada, entre outros fatores, a resistências e preconceitos presentes nas organizações partidárias, ao acesso seletivo aos recursos econômicos e sociais, aos papéis de gênero e à socialização diferenciada que, por meio da formação educacional e da cultura dominante, não favorece a preparação da mulher para a disputa política e para o poder. A dicotomia público-privado e a divisão sexual do trabalho e das responsabilidades, mesmo com as mudanças ocorridas nas últimas décadas em relação ao papel das mulheres na sociedade, continuam sendo

---

<sup>75</sup> MORAES, Maria L. Quartim de. *Mulheres em movimento: o balanço da década de mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política*. São Paulo: Nobel/CECF, 1985, p. 51.

<sup>76</sup> Entre muitos outros, destaca-se: AVELAR, 2001; COSTA, Delaine Martins. *Ampliação da participação feminina no governo local: um trabalho de Sísifo?* In: Konrad Adenauer Stiftung Papers, n. 30, 1997, pp. 35-34. CORRÊA-PINTO, Maria Conceição. *A dimensão política da mulher*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992. TABAK, 2002; PHILLIPS, Anne. *De uma política de idéias a uma política de presença?* Revista Estudos Feministas, v.9, n.1, 2001, pp 268-290. RODRIGUES, 2002.

obstáculos à participação da mulher na vida pública. Isso porque delegam às mulheres a função de cuidadora e, assim, dificultam sua inserção na esfera política, tradicionalmente vista como de responsabilidade masculina. Para Costa,<sup>77</sup> um dos problemas da baixa representação feminina está na construção do processo liberal democrático que, ao privilegiar a esfera pública, reforça a exclusão feminina. A democratização do espaço público deve levar a uma revisão do espaço privado, politizando-o e democratizando-o.

Um dos principais elementos “dificultadores” da entrada da mulher na política institucional é a **questão da socialização diferenciada e dos valores**, que dizem respeito ao processo de construção de papéis sociais diferenciados para homens e mulheres com base em uma concepção de gênero.<sup>78</sup> Essa diferenciação se inicia no ambiente familiar, mas tem continuidade em outras instituições sociais que acabam por difundir e reforçar a separação de papéis entre homens e mulheres, reproduzindo uma concepção tradicional do que é ser homem e do que é ser mulher. Desse modo, um conjunto de estereótipos – que tem sido constantemente combatidos pelos movimentos feministas e de mulheres – se perpetuam-se para além da escola e alcançam o momento de decisão profissional, no qual as mulheres acabam deslocando-se para espaços ditos “femininos” e “tradicionalistas” (serviço doméstico, serviço social, pedagogia), enquanto os homens concentram-se nas atividades “modernas”,<sup>79</sup> tais como aquelas das áreas de ciências exatas e informática.

Um dos resultados dessa socialização diferenciada das mulheres está refletida em sua atitude em relação à política. A política é frequentemente vista como não sendo um domínio da mulher ou com a qual elas deveriam tratar. E muitas mulheres, quando entrevistadas, dizem que “não estão interessadas em política”, ou que a política “é coisa de homem”. Por isso, muitas mulheres talentosas e capazes, que conquistam prestígio, reconhecimento e liderança através de sua participação ativa em diferentes tipos de movimentos sociais, nem sequer pensam que elas poderiam (ou deveriam) ser indicadas para um mandato no Parlamento.<sup>80</sup>

---

<sup>77</sup> COSTA, 1997.

<sup>78</sup> Gênero refere-se ao primeiro modo de dar significado às relações de poder. A partir desse conceito, os papéis e as relações entre homens e mulheres passam a ser vistos como culturalmente construídos, e não naturalmente derivados do sexo dos indivíduos. O capítulo seguinte traz uma discussão mais detalhada sobre o conceito de gênero.

<sup>79</sup> TABAK, 2002, p. 104.

<sup>80</sup> *Ibid.*, p. 104. Pelas entrevistas realizadas nesta pesquisa foi possível perceber que até mesmo no caso das deputadas é recorrente a menção ao fato de que a entrada na política institucional não foi uma decisão individual, pois elas entram muito mais por demandas partidárias ou de movimentos, sem, de fato, terem pensado ou planejado.

De fato, “os valores de uma ‘cultura feminina’ e de uma ‘cultura masculina’ implicarão escolhas futuras, a partir de um conjunto organizado de referências que acabam sendo incorporadas aos componentes da personalidade dos indivíduos”.<sup>81</sup> Os valores podem ser também entendidos como concepções amplas que diferenciam indivíduos e grupos e influenciam fortemente o tipo de ação e de participação adotados. Aqueles relacionados ao mundo político traduzem-se em preferências e estarão expressos no interesse, nas atitudes e opiniões políticas. Socializar diferentemente homens e mulheres leva a padrões de comportamento e escolhas distintos no futuro.

Essa construção social dos espaços e dos papéis acaba por desenvolver, em homens e em mulheres, algumas características individuais, que representam sérios obstáculos para a entrada das mulheres na vida política. Tabak os chama de **fatores pessoais** e Rodrigues, de **limitações pessoais**. Poder-se-ia optar por visualizar esse tema de um outro ângulo, chamando-o de construção de estereótipos. Nesse caso, pode-se mencionar a crença que também se dissemina entre as mulheres, mas que vem sendo alterada, de que a política não é um espaço feminino, não é profissão adequada para a mulher. De fato, como bem aponta Bourdieu, a construção de processos de dominação – como a masculina – realiza-se com a concordância do próprio dominado, ou seja, as mulheres acabam (re) aplicando à realidade as mesmas construções sociais e os estereótipos que as colocam em posição subalterna. Além disso, somam-se ainda a questão da insegurança e do medo que as mulheres têm de não serem capazes de desenvolver com qualidade e competência o seu papel de representantes e de não possuírem as habilidades políticas necessárias para tanto. Nesse sentido, uma deputada, entrevistada na pesquisa de Rodrigues (2002), destaca ao expor suas dificuldades para ascender à esfera política: “*As dificuldades das minhas limitações de não ter sido talhada para ocupar a esfera do poder e de ser guindada à condição de prefeita*”.<sup>82</sup>

Na mesma direção, Miguel e Grossi<sup>83</sup> enfatizam também as dificuldades originadas do exercício solitário do poder. Para elas, no caso dos políticos homens, o peso emocional do exercício do poder é compartilhado, na maioria dos casos, com as esposas que ocupam o cargo de primeira-dama; são companheiras obrigatórias para as atividades políticas do

---

<sup>81</sup> AVELAR, 2001, p. 152.

<sup>82</sup> RODRIGUES, 2002, p. 144.

<sup>83</sup> GROSSI, Miriam Pilar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, 2001, pp. 167-200.

marido, o que, muitas vezes, acaba sendo a via de acesso ao mundo político para essa parcela das mulheres. Já para as mulheres candidatas e eleitas a realidade é de uma atuação política mais solitária, uma vez que é muito comum o término de casamentos quando se dedicam à vida política.

Os homens que estão ao lado das mulheres políticas não foram treinados para suportar esse peso. As mulheres continuam suportando o peso dos outros, dos homens, dos filhos etc., e o seu próprio peso, o que resulta muitas vezes em separação conjugal. [...] A separação dos maridos e companheiros, como consequência da inserção na vida política, é um dos problemas subjetivos que parece fundamental para as mulheres se elegerem, questão que antecede a temática das cotas.

Uma das deputadas entrevistadas nesta dissertação aponta exatamente nesta direção ao afirmar:

*Porque muitas que passaram por aqui [Câmara dos Deputados] tiveram problemas de relacionamento, que o homem é muito comum, ele virou parlamentar a mulher vem com ele, os filhos vem com ele, o contrário é muito difícil, né? Eu vivenciei uma separação depois que eu ganhei pra deputada federal, coisa que não aconteceu quando eu era estadual, né? Aí já não tinha o marido pra ajudar, os filhos, eu não podia trazer porque ele não deixava, no fim eu vi que ele não tinha... Ele tinha me apoiado pra deputada federal, caminhado comigo, mas eu notava que ele nunca tava no palanque comigo, ele só ajudava e ia embora. Então ele não tinha aceitado, então foi muito maior o sacrifício pra mim. Ter uma família sem ter o meu marido. Mas ele talvez não saiba, mas ele me ensinou um outro caminho, que é o de resistir bravamente quando você tem condição de fazer. (Deputada federal – PMDB).*

A necessidade de **conciliar vida pública e privada** também se constitui em óbice à entrada da mulher na política, especialmente ao se considerar os seus diferentes **ciclos de vida**, que, segundo Avelar, são segmentados conforme a situação conjugal e a maternidade. Uma vez que os tradicionais papéis de gênero socialmente produzidos delegam à mulher o cuidado com a casa e com os filhos e ao homem o trabalho “produtivo”, para a provisão dos bens materiais necessários, então, a mulher acaba por ter menor disponibilidade para a política. Ao se tornar mãe, ou, da mesma forma, ao entrar no mercado de trabalho, muito mais tempo e energia são demandados, pois cabe a ela o

cuidado, a educação e a atenção aos filhos, fora os já tradicionais cuidados com a casa. Além disso, a oferta de equipamentos públicos que possam amparar as mulheres com responsabilidades familiares (como creches), que facilitariam sua participação e atuação direta na vida política, é praticamente inexistente ou insuficiente. Tais fatores fazem que as atividades extra-familiares sejam criteriosamente selecionadas, ficando a participação política em segundo plano. Já a paternidade não altera necessariamente o ciclo de vida masculino, permitindo ao homem continuar exercendo sua vida política ou ter maior disponibilidade para tanto. Essa questão é apontada no estudo de Rodrigues<sup>84</sup> por uma das entrevistadas: *“Por isso é que tem menos mulheres nesse universo, que é um universo machista, porque a elas não é dada essa condição (conciliar vida pública/privada). Então a mulher não vai, ela prefere ir para o outro lado, de estar dentro do lar e ter sua profissão. E é por isso que o homem leva vantagem”*.

A disponibilidade para a política, porém, pode ser alterada de acordo com as **estruturas familiares existentes**. Como aponta Avelar, “[...] no século XX as mudanças de valores entre gerações de mulheres permitiram novas formas de concepções sobre vida familiar, em grande parte em direção a maior igualdade e independência feminina, o que gerou novas estruturas familiares”.<sup>85</sup> De fato, estruturas ‘mais modernas’<sup>86</sup> referem-se a famílias no interior das quais os papéis de cuidado com casa e filhos e a responsabilidade de provisão são muito mais igualmente distribuídos, o que facilita o interesse e a participação das mulheres no mundo político. Famílias tradicionais são aquelas com a conhecida divisão sexual do trabalho, na qual a mulher é cuidadora e o homem, provedor, que atua para dificultar a participação política feminina.

[...] é muito difícil para uma mulher “querer” ser candidata, sabendo de antemão que não vai contar com o apoio efetivo do partido nem infra-estrutura doméstica para exercer a atividade política. Pois se o candidato tem esposa que lhe dá retaguarda para que ele se dedique à campanha em tempo integral, quem substitui a candidata em seu papel de mãe e esposa, na sua dupla ou tripla jornada usual? E a cobrança que lhe é feita por “sair de casa” e até pelo horário que ela chega?<sup>87</sup>

---

<sup>84</sup> RODRIGUES, 2002, p. 134.

<sup>85</sup> AVELAR, 2001, p. 154.

<sup>86</sup> Assim as chama Avelar.

<sup>87</sup> SUPLICY, Marta. *Coisa Pequena*. In: Folha de São Paulo. São Paulo, 30 setembro 1996. pp. 1-3.

O **acesso diferencial** de homens e mulheres a **recursos econômicos e sociais** também pode ser evocado como fator que dificulta a presença feminina na esfera política institucional. De acordo com Avelar, “as explicações de caráter estrutural também são eficientes para clarear as razões pelas quais alguns grupos na estrutura social têm acesso diferencial aos recursos políticos. Por tal enfoque, os grupos ou indivíduos que gozam de posição mais central são aqueles que provavelmente se encontram mais bem equipados para concorrer às exigências várias das agências de recrutamento político”.<sup>88</sup> Ocupar essas “posições centrais” possibilita o acúmulo de capital social e de capital político, essenciais à participação e sucesso na vida política.

O conceito de capital social de Bourdieu pode ser entendido como o “[...] conhecimento e contato social, acesso privilegiado a tarefas socialmente valorizadas e habilidades sociais que capacitam os indivíduos a competir nos vários campos da sociedade”.<sup>89</sup> Um desses campos é certamente o político, no qual as redes de relação e contato social são importantes para a mediação dos conflitos, interesses e competição. Acumular capital social é um fator crucial na luta pelos recursos necessários à obtenção do poder e ao exercício das atividades políticas.

**O acúmulo de capital social e político** é difícil para qualquer indivíduo, e ainda mais para as mulheres. Por serem socializadas de maneira diferenciada e sem orientação para a participação política, acabam convertendo seu conjunto de habilidades em um “capital emocional”,<sup>90</sup> entendido como um conjunto de relações, conhecimentos, contatos e habilidades aplicáveis muito mais à dominação interna à família ou às relações de parentesco e amizade, e pouco eficaz no campo profissional e no político.

A inserção das mulheres na vida social, ainda que venha se alterando de maneira significativa desde a década de 1970, resume-se hoje a posições de menos prestígio na sociedade, cargos mais precários no mercado de trabalho e rendimentos menores, mesmo que tenham níveis de escolaridade mais elevados.<sup>91</sup> Se a mulher não se encontra, portanto,

---

<sup>88</sup> AVELAR, *op. cit.*, p. 156.

<sup>89</sup> *Ibid.*, p. 156.

<sup>90</sup> Tal como denominado em AVELAR, 2001.

<sup>91</sup> Segundo Pinheiro *et al.*, as mulheres ocupadas, em 2004, tinham em média um ano a mais de estudo que os homens, mas sua remuneração era de apenas 2/3 daquela auferida pelos trabalhadores do sexo masculino. Por outro lado, 17% das mulheres que estavam ocupadas no mesmo ano eram trabalhadoras domésticas, o que significa que cerca de 6 milhões de mulheres encontram-se em atividades cujo nível de formalização,

em “posição de centralidade” no meio social, sua inserção na vida pública e política se dá por caminhos alternativos, especialmente por meio dos movimentos sociais, a partir dos quais se adquire uma consciência de grupo social, que leva as mulheres a se identificarem com candidatos e partidos preocupados com as suas necessidades. No entanto, a maioria do eleitorado popular brasileiro está longe desse modelo de autonomia e informação, à exceção da parcela incorporada à socialização política por meio da ação dos partidos, das escolas, entre outros. Grande parcela da população tende a se identificar apenas com o que soa popular, dando suporte ao populismo, ao conservadorismo ou ao clientelismo.

A menor participação e interesse políticos não são característicos apenas das mulheres menos informadas, mas de todos os grupos econômica e socialmente excluídos. Diante dessa realidade, a participação feminina pela base é a forma encontrada pela maioria das mulheres para ascender à elite política. Nesse sentido, conforme aponta D’Ávila<sup>92</sup>, a presença em associações de bairro e organizações não governamentais, por exemplo, contribui, de maneira importante, para o processo de *empowerment* feminino. Esses espaços constituem-se em vias de acesso à participação social e à conscientização de direito, e possibilitam afastamento da esfera doméstica, bem como aumento do controle de seus próprios destinos.

Para que as mulheres passem da presença em movimentos de base para a representação nas esferas formais de poder, é necessária sua filiação a um **partido político**. E é nesse espaço que se encontram muitas outras barreiras para a ocupação de cargos eletivos por parte das mulheres. São diversas as formas como essas barreiras se manifestam: desde a falta de estímulo dos partidos às candidaturas femininas, até a falta de apoio financeiro para o desenvolvimento das campanhas eleitorais.

O relacionamento das mulheres com os partidos tradicionalmente tem sido mais sazonal do que contínuo,<sup>93</sup> e envolve participação nas campanhas de outros candidatos, ajuda na organização de eventos, mas sempre com muito poucas mulheres como

---

proteção social e valorização é, ainda, muito baixo. PINHEIRO, L.; FONTOURA, N.; PRATA, A. C.; SOARES, V. *Retrato das desigualdades*. Brasília: Ipea/Unifem, 2006.

<sup>92</sup> D’ÁVILA Neto, M. ; Pires, C. B. Empoderamento: uma questão atual no projeto de equidade de gênero no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 50, n. 4. Rio de Janeiro, 1998, pp. 14-21.

<sup>93</sup> Importante reconhecer que esse comportamento vem sendo lentamente alterado. Para aquelas mulheres que conseguem ascender à política institucional, o envolvimento tende a se dar de forma mais contínua, mas elas representam uma parcela ínfima da população feminina do país. O envolvimento sazonal segue sendo a regra quando se fala de participação política das mulheres.

candidatas lançadas pelo partido. Em geral, os motivos alegados para explicar o irrisório incentivo e o pouco espaço das mulheres nas estruturas partidárias referem-se ao fato de as mulheres serem recém-chegadas na arena política formal, não terem tradição como grupo social nem contarem, em geral, com a força de organizações econômicas e profissionais. Cria-se, assim, um círculo vicioso, pois às mulheres não se dá espaço porque não têm capital político, e, sem esse espaço, elas não conseguirão o capital necessário para se fazerem notadas e reconhecidas nos partidos e, conseqüentemente, para garantirem presença nos canais formais de representação.

Como já aponta Tabak,<sup>94</sup> o apoio partidário às candidaturas femininas só aparece decididamente “quando se trata de mulheres capazes de ‘arrastar votos’ para a legenda, graças a seu prestígio próprio”.<sup>95</sup> No entanto, se esta pode ser entendida como uma prática comum nos partidos, e que atinge qualquer candidato independentemente de seu sexo, no caso das candidaturas femininas é possível perceber que as boas chances eleitorais tornam-se elementos necessários para os partidos apoiarem mulheres e estimularem suas candidaturas, mas não são suficientes para garantir esse “suporte”. No Seminário Mulheres na Política, Mulheres no Poder, realizado em 2000, no Congresso Nacional, muitas parlamentares denunciaram a resistência dos partidos em apoiar suas candidaturas mesmo quando estas fossem as que mais tivessem chances no processo eleitoral. Para Miguel e Grossi “nestes casos, o que prevalece não é a tão decantada lógica eleitoral – ‘quem tem chances de ganhar, tem a sua candidatura apoiada pelo partido’ – e sim a lógica sexista”<sup>96</sup>.

Algumas deputadas presentes àquele encontro manifestaram publicamente seu desconforto com essa lógica que as atingiu pessoalmente, tal como é documentado em Miguel e Grossi:<sup>97</sup>

*As últimas pesquisas colocaram-nos em condições favoráveis, com mais de 30% das intenções de voto [...]. No meu partido, depois de mim, que tenho 38%, há outro candidato com 2%. Contudo, continua a briga para saber quem vai ser candidato.*

---

<sup>94</sup> TABAK, 2002, p. 100

<sup>95</sup> As dificuldades intra-partidárias também foram observadas por Rodrigues (2002), que, a partir de entrevistas realizadas, constatou que o partido investe, ou prioriza o investimento, apenas nos casos em que as mulheres são “boas de voto”, ou quando vêm de famílias com tradição política.

<sup>96</sup> GROSSI e MIGUEL, 2001, p. 176.

<sup>97</sup> *Ibid.*, p. 176.

*Pergunto-lhes: se fosse invertida a situação, haveria alguma discussão? [...] Não.*  
(Deputada estadual Célia Leão).

*No meu caso, por exemplo, [...] não tinha outro concorrente, mas havia uma tendência dentro do partido de apoiar um outro partido, uma outra candidatura. Quer dizer, como somos mulheres, podemos ficar um pouquinho para trás. Vocês sabem que existe um pouco disto na cabeça masculina. Temos de enfrentar isso cotidianamente em todos os nossos ambientes. Inclusive, na Câmara Federal.*  
(Deputada federal Maria Elvira).

A deputada federal Iara Bernardi, que exerce seu terceiro mandato na Câmara, enfatiza a real situação de desigualdade de condições abertas para homens e mulheres no interior dos partidos. Para ela: “[...] ainda temos muitas dificuldades a superar. É necessário que os partidos coloquem à disposição das mulheres os meios para que possam disputar em condições de igualdade. É preciso que se pratique, nos partidos e nas coligações, uma distribuição igualitária de recursos financeiros e materiais.”<sup>98</sup>

A questão do financiamento das campanhas se torna, portanto, crucial para o bom desempenho das mulheres que já conseguiram vencer a primeira resistência dos partidos e se lançaram candidatas. “Enfrentar o poder econômico durante as campanhas; e construir uma trajetória e um projeto político próprios é, sem dúvida, um desafio que enfrentam nas disputas eleitorais”.<sup>99</sup>

A presença de mulheres nas cúpulas partidárias também é muito pequena, com a maioria concentrada nos partidos de tendência ideológica de esquerda. Nos outros, constituídos por representantes das oligarquias tradicionais e emergentes, essa participação ainda é muito pequena. No entanto, é mister reconhecer que após o período autoritário a abertura dos partidos às candidaturas femininas constitui-se em um valioso esforço. Faz falta, também, a existência de um treinamento político oferecido tanto pelos partidos políticos quanto por outras formas de organização social. Além disso, o baixo índice de filiação das mulheres aos sindicatos e às associações profissionais também constitui outra desvantagem, pois sua participação nessas instituições enseja algum aprendizado para disputas políticas mais importantes.

---

<sup>98</sup> GROSSI e MIGUEL, 2001, p. 177.

<sup>99</sup> RODRIGUES, 2002, p. 162.

A resistência dos partidos à instituição do sistema de cotas, assunto a ser tratado na próxima seção, também constitui-se em outra dificuldade latente para a presença das mulheres na política formal. O não-preenchimento das vagas reservadas e o lançamento de “candidaturas laranja” apenas para fazer número são práticas cotidianas no interior dos partidos políticos.

De fato, é possível afirmar que os partidos ainda se encontram atrasados em relação à sociedade, ou não acompanham – no mesmo ritmo – o seu desenvolvimento. Isso porque, ao lado de um movimento de mulheres que se (re) constituiu com muita força no Brasil desde a década de 1970 e provocou importantes mudanças na sociedade – inclusive pressionando governos para promoverem e/ou alterarem políticas e a legislação em favor das mulheres –, os partidos ainda seguem sendo espaços pouco democráticos, fechados à participação das mulheres nas instâncias decisórias, nas candidaturas mais apoiadas, etc. Para Rodrigues, “os partidos são instituições dirigidas por homens e funcionam basicamente em contextos eleitorais. Seus dirigentes não internalizaram que a democratização da sociedade brasileira passa pela distribuição e compartilhamento de poderes entre homens e mulheres, também nesses espaços”.<sup>100</sup>

Dois fatos, porém, merecem ser destacados. O primeiro corresponde à percepção de que a entrada de mulheres nesse campo, além de ser fenômeno recente, estabelece uma luta de poder entre aqueles que ocupam as posições dominantes e os que se encontram nas posições dominadas (quando não ausentes), segundo as definições de Bourdieu. A partir da atuação direcionada do movimento de mulheres para as alterações no interior dos partidos é que esse quadro começa a apresentar pequenas mudanças, com alguns partidos incorporando as reivindicações dos grupos de mulheres, criando instâncias específicas para tratar dessas questões e adotando sistemas de cotas internas para as suas direções.

Em segundo lugar, há que se considerar a lógica da disputa eleitoral que orienta a atuação dessas agremiações. Desse modo, “ao lado de posições ideológicas, há cálculos eleitorais que influenciam, na esfera organizacional, definem as estratégias partidárias e o lugar dos atores nessas estratégias, tais como o recrutamento e o investimento eleitoral.”<sup>101</sup>

---

<sup>100</sup> RODRIGUES, 2002, p. 28.

<sup>101</sup> ARAÚJO, Clara. *A interseção entre gênero e partidos políticos no acesso das mulheres às instâncias de representação*. Brasília, 2003. Disponível em <<http://www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=72>>. Acesso em: 20 de outubro de 2006.

As escolhas preferenciais do partido tendem a ser, portanto, determinadas por uma lógica que é, ao mesmo tempo, pragmática e inercial. Logo, supõe-se que aqueles candidatos que já foram parlamentares ou obtiveram votações expressivas em eleições anteriores teriam menores riscos no pleito, por já terem base eleitoral e nome conhecido. São esses os candidatos prioritariamente apoiados pelos partidos. Como essa condição é mais difícil para as mulheres, então o apoio aos seus nomes tende a ser dificultado.

As dificuldades são muitas, assim como são muitos os esforços para vencê-las. Suas origens remontam à história da fundação da sociedade brasileira, organizada nos moldes de uma estrutura patriarcal e escravocrata. Os papéis de gênero daí resultantes, a valorização diferenciada dessas funções e a definição de atributos que caracterizam homens e mulheres deslocaram a política do mundo que coube à parcela feminina da população. Tal como aponta Bourdieu, para romper com o patriarcalismo não basta que se tome consciência da situação de opressão e dominação à qual as mulheres ainda encontram-se submetidas. Transformar essas condições requer mudanças nas estruturas sociais que as criaram e que estão profundamente enraizadas na sociedade. Nesse sentido, as políticas de ação afirmativa, que surgem com maior intensidade nos anos 1990, têm grande potencial de transformação e contribuem para alterar concepções tradicionais a respeito dos lugares, produzidos socialmente, de homens e mulheres.

## **2.5. As cotas eleitorais e seu funcionamento no Brasil**

Como se viu, esta herança pouco democrática de fato, somada às desigualdades estruturais da sociedade, que se construíram com base no patriarcalismo, têm dificultado a participação de mulheres em instâncias políticas mais institucionalizadas. Rodrigues (2006) resume os principais obstáculos à maior presença feminina na esfera política formal como:

[...] cultura patriarcal; desvantagens das mulheres nos processos político-eleitorais (em termos de recursos financeiros, tempo, articulação e vida pública); a falta de responsabilidade do Estado na implementação da educação infantil e de infra-estrutura de moradia; <sup>102</sup> a não- divisão das tarefas domésticas e do cuidado das crianças com os

---

<sup>102</sup> Tal como a oferta de cisternas e energia elétrica, que reduz o tempo gasto pelas mulheres para a busca de água e lenha, tarefas executadas em grande medida pela população feminina.

companheiros; a pequena vivência de exposição das mulheres e o ‘medo do poder’ por falta de intimidade com estes postos e lugares”.<sup>103</sup> Nesse contexto, o surgimento das cotas eleitorais marca uma tentativa de reversão do problema, que acaba tornando-se “a via quase exclusiva por onde se busca alterar o gap existente entre homens e mulheres nas instituições políticas”,<sup>104</sup> com um caráter de “missão/atuação salvacionista, no que tange ao acesso das mulheres às instâncias de decisão política.”<sup>105</sup>

O debate das cotas eleitorais surge, para Araújo, não apenas como estratégia política para assegurar maior presença de mulheres no Parlamento, mas também como “uma expressão (do) movimento por reconhecimento de coletivos e por presença nas arenas decisórias”.<sup>106</sup> De fato, como destaca Miguel, as cotas eleitorais colocam em xeque algumas das premissas básicas do ordenamento político liberal, quais sejam, o indivíduo como única unidade de análise legítima e o relativo isolamento da arena política em relação às injustiças sociais. Segundo a lógica do individualismo, o único sujeito de direitos é, neste caso, a mulher. “Se as mulheres querem se fazer representar, cada indivíduo do sexo feminino deve fazer a sua opção nesse sentido [...] Se as mulheres desejam ver mulheres candidatas, elas que ingressem nos partidos políticos, participem de convenções e conquistem seu espaço em ‘igualdade de condições’ com os homens”.<sup>107</sup> As políticas de ação afirmativa,<sup>108</sup> como as de cotas, rompem com essa idéia e reconhecem os grupos como sujeitos plenos de direitos. No caso em análise, a demanda por maior

---

<sup>103</sup> RODRIGUES, 2006, p. 2.

<sup>104</sup> ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Dados*, v. 44, n. 1, 2001, p. 231.

<sup>105</sup> ARAÚJO, Clara. Ações afirmativas como estratégia política feministas. In: BRUSCHINII, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Ed. 34, 2002. p. 151.

<sup>106</sup> ARAÚJO, 2003.

<sup>107</sup> MIGUEL, 2000b, p.94.

<sup>108</sup> Para Grossi e Miguel, as ações afirmativas reconhecem discriminações existentes e agem no sentido de impedir que se perpetuem. No caso das cotas eleitorais por sexo, essa ação afirmativa busca criar condições para o estabelecimento de maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política. Num primeiro momento, são medidas compensatórias que possibilitam que mais mulheres ocupem espaços. Num segundo, são medidas distributivas que buscam assegurar a igualdade entre homens e mulheres. De acordo com Suplicy, “Ações afirmativas são estratégias destinadas a estabelecer a igualdade de oportunidades por meio de medidas que compensem ou corrijam as discriminações resultantes de práticas ou sistemas sociais. Têm caráter temporário, são justificadas pela existência da discriminação secular contra grupos de pessoas e resultam da vontade política de superá-la”. Araújo aponta que existem inúmeras maneiras de se definir ações afirmativas, mas que todas trazem, porém, a noção de intencionalidade, relativa a um tratamento compensatório/reparatório a grupos que se encontram em posição de desvantagem social como consequência de discriminações, preconceitos ou estereótipos sofridos no passado. Nesse sentido, as cotas constituem-se em uma das formas possíveis de aplicação das ações afirmativas. GROSSI e MIGUEL, 2001; SUPLICY, 1996, p. 131; ARAÚJO, Clara. Ações afirmativas como estratégia política feministas. In: BRUSCHINII, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Ed. 34, 2002.

presença vem sendo interpretada como o deslocamento de uma política de idéias para uma política de presença, tal como é expresso por Anne Phillips.<sup>109</sup> Isso porque se reconhecem os limites que uma política de idéias tem em incorporar as demandas consideradas relevantes pelo grupo em questão. Logo, “quem representa” (política de presença) assume centralidade no debate a respeito do acesso a instâncias políticas decisórias, ganhando terreno em relação ao que é representado (política de idéias).

Araújo destaca que:

Mais do que garantir o compromisso dos outros (representantes) com suas demandas, muitos segmentos buscam ampliar sua presença nos parlamentos e nos organismos de decisão, como forma de demarcar sua condição, coletiva, de sujeitos de direitos, condição dada a partir da afirmação de seu pertencimento identitário com base em características físicas e/ou culturais, e não necessariamente ideológicas.<sup>110</sup>

Para Ávila, a simples adoção do sistema de cotas significa o reconhecimento de “uma desigualdade de gênero no acesso à esfera pública e, portanto, uma desigualdade no âmbito da democracia. Dessa forma, visa alterar relações de gênero e ao mesmo tempo aperfeiçoar o processo democrático”.<sup>111</sup> No mesmo sentido, Suplicy argumenta que as cotas eleitorais “representam uma forma de discriminação positiva para transformar as estruturas arcaicas de discriminação – nem sempre explícitas – excludentes das mulheres”.<sup>112</sup>

A maioria das primeiras iniciativas de instituição de cotas para as direções internas dos partidos e para as candidaturas aos cargos legislativos deu-se via partidos de esquerda. Segundo Araújo, a adesão dos outros partidos ocorre por “efeito-contágio”, ou seja, após observarem os resultados eleitorais que tal política pode proporcionar, os demais partidos acabam por adotá-la, não necessariamente em razão de compromissos ideológicos, mas por “imperativos pragmáticos” e direcionados aos ganhos eleitorais. De fato, as reservas de vagas para as candidaturas surgem em um contexto no qual as atenções estão voltadas para a revisão e para o repensar da democracia representativa. Os partidos, espaços centrais dessa discussão, procuram responder às demandas que lhes são dirigidas, incluindo-se aqui

---

<sup>109</sup> Para a política de idéias o que importa é mais **o que** é representado, independentemente de quem o representa. No caso da política de presença a situação é o oposto: o que importa é **quem** representa.

<sup>110</sup> ARAÚJO, 2001a, p. 156.

<sup>111</sup> ÁVILA, Maria Betânia. Cidadania, Direitos humanos e direitos das mulheres. In: BRUSCHINI, Op.cit., p.132.

<sup>112</sup> SUPLICY, 1996, p.133.

as das mulheres, não apenas por razões éticas, mas por “interesses gerados por necessidades de ampliar e absorver a pressão desse segmento, em razão de seu peso perante a opinião pública”. Assim, um número cada vez maior de países e de partidos vem adotando o sistema de cotas, tendo sido identificados, em levantamento realizado por Araújo, mais de cem partidos, em dezenas de países, que adotaram voluntariamente a reserva de vagas em suas listas.

O primeiro partido brasileiro a adotar o sistema de cotas para a ocupação de cargos diretivos foi o Partido dos Trabalhadores (PT), ainda em 1992. Desde sua fundação, em 1980, as direções nacionais do PT eram compostas por aproximadamente 90% de homens, o que “colocava em xeque a coerência dos discursos em defesa da igualdade”.<sup>113</sup> Tal situação, porém, não era exclusividade do PT, mas repetia-se, na maioria dos casos em grau ainda mais acentuado, nos demais partidos políticos. Reproduziam-se, assim, mecanismos presentes em outras esferas da sociedade que tornavam a presença de mulheres mais escassa à medida que se atingisse o topo na hierarquia das organizações. Com o objetivo de alterar a situação de desigualdade, foi aprovada, em 1991, uma cota mínima de 30% de mulheres nas direções do partido, fato que levou à ampliação dessa presença, de 8,7% no Diretório Nacional, em 1981, para 30,5%, em 1997.<sup>114</sup>

As cotas estabelecidas por iniciativa dos partidos são apenas uma das possíveis formas para o exercício da ação afirmativa. Em verdade, o grande debate sobre cotas centra-se naquelas aplicadas diretamente ao processo eleitoral, que podem ser do tipo “reserva de assentos” ou “reserva de candidaturas”. No primeiro caso, Araújo observou que havia um expressivo aumento no número de mulheres nos parlamentos, com queda abrupta, dessa presença, nos países em que as cotas foram posteriormente suprimidas. Isso indica que a participação feminina nos cargos representativos ocorria, basicamente, em razão da existência da reserva de vagas. Para alguns estudiosos, a reserva de cadeiras nos parlamentos para mulheres é vista mais como “expressão de conservadorismo político e de uma cultura política tradicional e pouco igualitária do que propriamente como expressão do poder de pressão das mulheres e de sua capacidade de ocupar mais espaço na esfera pública”.<sup>115</sup> No que diz respeito aos aspectos simbólicos, chega-se à conclusão de que há

---

<sup>113</sup> GODINHO, Tatau. O PT e o feminismo. *In*: BORBA, 1998, p. 26.

<sup>114</sup> Segundo Suplicy (1996), em alguns diretórios do PT a presença de mulheres supera a marca dos 50%.

<sup>115</sup> ARAÚJO, 2001a, p. 159.

um reforço no estereótipo de incapacidade das mulheres para competirem em iguais condições com os homens. Mas em alguns países a reserva de vagas tem sido utilizada como instrumento de poder e de pressão dos dirigentes partidários, pois cabe a eles decidir quais mulheres serão indicadas.

As legislações de cotas obrigatórias em geral se destinam à reserva de vagas nas listas eleitorais de todos os partidos. Em alguns países, como Espanha e Alemanha, a adoção de cotas por partidos de esquerda foi capaz de ampliar significativamente a presença de mulheres na política. Assim, a Alemanha, que no começo da década de 1980 contava com 8,7% de mulheres entre os parlamentares, passa a um percentual de 26,8%, em 1990.<sup>116</sup>

Em outros países, as cotas nas candidaturas chegaram a ser adotadas como política oficial, mas não existem mais, em grande medida por terem sido consideradas inconstitucionais. Foi o caso da Itália, onde a reserva de vagas, capaz de ampliar significativamente a presença de mulheres alguns anos depois acabou por ser considerada inconstitucional, sob o argumento de que estaria ferindo o princípio da igualdade entre os sexos. No caso da França, cotas de 25% das candidaturas chegaram a ser aprovadas em lei, mas não foram implementadas, também sob o argumento da inconstitucionalidade. A França, hoje, adota o sistema da paridade por sexo nas listas eleitorais. Funciona sob dois princípios: o primeiro refere-se à obrigatoriedade de paridade em todas as listas – garantida pela alternância entre homens e mulheres nas listas ou por um número igual de candidatos de cada sexo em cada grupo de seis na ordem de apresentação da lista. O segundo princípio é o da ajuda pública diferenciada aos partidos em função do número de mulheres apresentado nas eleições.<sup>117</sup> Segundo Scott, “*Les paritaires* querem que todas as listas eleitorais sejam divididas meio a meio; a idéia é que o poder político deve ser totalmente compartilhado, e que a discriminação passada e presente contra as mulheres apenas poderá ser retificada na força da lei”.<sup>118</sup>

Na América Latina, o primeiro país a adotar o critério de cotas foi a Argentina, que, em 1991, aprovou legislação garantindo às mulheres, no mínimo, a reserva de 30% das

---

<sup>116</sup> PRÁ, 1992.

<sup>117</sup> Disponível em

[http://www.interieur.gouv.fr/sections/a\\_votre\\_service/elections/les\\_elections\\_en\\_france/modalites-d-elections/modalites-election-france](http://www.interieur.gouv.fr/sections/a_votre_service/elections/les_elections_en_france/modalites-d-elections/modalites-election-france). Acesso em: 29/09/2006.

<sup>118</sup> SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil da análise histórica, *Educação e sociedade*, v. 20, n. 2, jul./dez.1995, p.372.

candidaturas proporcionais. Em levantamento realizado por Htun (2001), foi possível identificar onze países latino-americanos com sistemas eleitorais mistos ou proporcionais que adotavam políticas de cotas. Enquanto para grande parte deles não foi possível, à época do estudo, realizar uma avaliação sobre os resultados, a Argentina já apresentava dados concretos e positivos que apontavam para maior participação de mulheres nos parlamentos. O modelo argentino de cotas é comumente citado como exemplo e estímulo para propostas de outros países.<sup>119</sup>

O movimento das cotas para as eleições proporcionais chega ao Brasil em 1995,<sup>120</sup> quando é aprovada legislação para as eleições municipais que garante que “vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres”.<sup>121</sup> Ao mesmo tempo, porém, o número de candidatos que cada partido poderia apresentar saltou de 100% para 120% do total de cadeiras em disputa. O preenchimento da cota extra de 20% também não foi definido como algo obrigatório na legislação, de modo que os partidos não poderiam preenchê-la com candidatos homens, mas poderiam deixá-la vazia, caso não houvesse número suficiente de candidatas.

A mesma lógica norteou a elaboração da nova legislação eleitoral que, em 1997, estabeleceu regras permanentes para as futuras eleições em nível proporcional, incorporando as cotas como mecanismo permanente nos pleitos. No entanto, segundo Boseli,<sup>122</sup> para evitar as discussões sobre inconstitucionalidade das cotas, foi adotada uma perspectiva “plenamente democrática entre os sexos”, estabelecendo-se, então, que “do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas **de cada sexo**”.<sup>123</sup> Também nesse caso, o número de candidatos aptos a

---

<sup>119</sup> Na Argentina a eficácia das cotas se dá basicamente por quatro motivos: i) a existência de listas fechadas; ii) a obrigatoriedade de que em cada grupo de três posições na lista esteja presente uma mulher; iii) a moderada magnitude da circunscrição eleitoral, que disponibiliza um número não muito pequeno de vagas para cada distrito eleitoral; e iv) a existência de um movimento de mulheres vigoroso e atuante, que pressionou o governo pela aprovação da lei e por algumas das regras que orientam a sua aplicação.

<sup>120</sup> Segundo Jucovski (2000, p. 35), a legislação de cotas nas eleições municipais brasileiras atendia “à Plataforma de Ação Mundial da IV Conferência Mundial da Mulher, em Beijing, [...] que recomendava ‘ações alternativas’ para a aceleração da diminuição das defasagens quanto às exclusões das mulheres com vistas à paridade entre homens e mulheres nos centros de poder político”.

<sup>121</sup> Lei 9.100/1995, art.10º, parágrafo 3º.

<sup>122</sup> BOSELLI, Giane. O desafio da política das cotas na conquista de igualdade. Disponível em [www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br). Acesso em 29 de setembro de 2006.

<sup>123</sup> Lei 9.504/1997.

disputar uma vaga se ampliou (nesse caso, de 100% para 150% das cadeiras em disputa) e a não-obrigatoriedade de preenchimento das cotas foi mantida.

É interessante notar que ambas as leis relacionadas com o sistema de cotas foram aprovadas no Congresso Nacional sem gerar grandes debates, com apoio, inclusive, de grande parte da bancada masculina.<sup>124</sup> Tal apoio, no entanto, teve de ser negociado e, junto com as cotas, aprovou-se o aumento no total de candidaturas que os partidos poderiam apresentar. Esse aumento, juntamente com a não-obrigatoriedade do preenchimento das cotas, na prática, resultou em diminuição do impacto da medida aprovada, e retirou o seu caráter “polêmico” e o interesse pelo debate. De fato, ao se comparar as cotas eleitorais com as cotas para negros nas universidades, por exemplo, é fácil notar a diferença no nível de mobilização de toda a sociedade. Neste caso, há mesmo um impacto redistributivo das cotas, uma vez que estudantes brancos “perdem” suas vagas para estudantes negros. Já no caso das cotas para mulheres o impacto é notoriamente mais simbólico, pois não há uma disputa real de espaço entre homens e mulheres. O artifício de ampliar o número de candidaturas possíveis acomodou os interesses eleitorais dos partidos e dos políticos, os quais ficaram com a boa imagem de serem favoráveis às cotas, mas sem, no entanto, terem de enfrentar a necessidade de substituição de possíveis candidatos homens em favor de candidatas mulheres.

Assim, em discurso na Câmara, Marta Suplicy destacou que:

*Temos que dizer o que se passou por lá: aproveitaram a demanda das mulheres para aumentar o número de candidatos que cada partido pode registrar. A reivindicação das mulheres foi manipulada por aumentar o número de candidaturas (...). Acho que a proposta só passou porque nós, mulheres, não estávamos todas aqui para explicar aos nossos colegas parlamentares a importância desses 20% estarem dentro do número normal de candidatos. Era essa a nossa idéia porque assim obrigaria os partidos a investirem nas candidaturas femininas.*<sup>125</sup>

Como bem destaca Araújo,

---

<sup>124</sup> Ver ARAÚJO, 2001b; GROSSI e MIGUEL, 2001.

<sup>125</sup> MIGUEL, Sônia Malheiros. *A política de cotas por sexo: um estudo das primeiras experiências do legislativo brasileiro*. Brasília, Cfemea, 2000.

Na ausência de mecanismos objetivos que gerem ou estimulem debates, o processo vem sendo marcado por procedimentos burocráticos e formais. Com efeito, a característica do sistema eleitoral brasileiro, aliada ao tipo de legislação adotada, ajudam-nos a entender o porquê de as duas leis de cotas no Brasil terem sido apoiadas com relativa facilidade por todos os partidos, independentemente dos perfis ideológicos: em virtude do seu baixo impacto quanto à capacidade de alterar padrões de composição eleitoral e, conseqüentemente, modificar a situação das mulheres na representação proporcional.<sup>126</sup>

Se as cotas para as mulheres têm por objetivos não apenas a ocupação numérica de espaços, mas também as alterações simbólicas na percepção sobre as relações entre mulher e poder, visando alterar a cultura e as práticas políticas vigentes, as análises, até então realizadas, de seus resultados consideram apenas a vertente quantitativa da política. Além disto, ainda não se pode mensurar o real impacto das cotas, uma vez que mudanças de caráter mais subjetivo levam tempo e são de difícil caracterização. Alterações nas construções culturais e nos valores simbólicos adotados pelas sociedades e mudanças nos *habitus*<sup>127</sup> políticos tanto de homens quanto de mulheres poderão ser objetivamente percebidas com maior presença de mulheres nas instâncias partidárias, nas candidaturas apoiadas pelos partidos e, como resultado, nas esferas institucionais de poder .

Já no caso das avaliações quantitativas,<sup>128</sup> os resultados são mais facilmente perceptíveis. Ao analisar os efeitos das cotas em vários países da América Latina, Araújo<sup>129</sup> concluiu que não foram uniformes: muitos países experimentaram aumento significativo na proporção de mulheres no Parlamento – casos da Argentina e do Equador, que ampliaram essa proporção em aproximadamente seis e três vezes, respectivamente, nas eleições seguintes à aplicação das cotas –, mas outros não têm alcançado muito êxito. Este é o caso do Brasil, que, após a adoção do sistema de cotas, não apresentou crescimento significativo no número de mulheres eleitas ao Parlamento federal e às câmaras legislativas estaduais e municipais.

---

<sup>126</sup> ARAÚJO, 2001a, p. 179.

<sup>127</sup> Os *habitus* correspondem aos princípios geradores de práticas distintas, ou seja, são princípios que distinguem grupos localizados em diferentes posições no espaço a partir de um conjunto de escolhas de pessoas, de bens e de práticas. Ver BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. 5ª ed. Campinas: Papyrus, 1996; \_\_\_\_\_. Lições de aula. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2001; \_\_\_\_\_. Meditações Pascalianas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, \_\_\_\_\_. O Poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003; \_\_\_\_\_. 2003.

<sup>128</sup> Especialmente os estudos de Araújo e Miguel.

<sup>129</sup> ARAÚJO, Clara. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, n. 1, 1998, pp.71-90 e ARAÚJO, 2001a.

Esse fato pode ser observado na tabela 2, que traz a evolução do percentual de mulheres candidatas e eleitas desde as eleições estaduais e federais imediatamente anteriores à instalação das cotas até as últimas eleições, realizadas em 2006. No caso das candidatas, a primeira observação geral aponta para uma proporção bastante inferior àquela estabelecida na legislação, que é de 30% do total de candidatos. Entre 1994 e 2006, porém, há um aumento importante na participação de mulheres, que dobra, tanto no caso do Parlamento federal, quanto no dos estaduais: de 6,2% para 12,6%, no primeiro caso, e de 7,2% para 14,2%, no segundo. Interessante notar que essa ampliação se dá de maneira mais intensa no momento seguinte à instalação das cotas; mas a partir de 1998, no entanto, o aumento é mais lento, o que aponta para um possível esgotamento do efeito da legislação. O que chama atenção é exatamente a redução no crescimento, pois, sem dúvida, observa-se a tendência de mais mulheres se engajarem na atividade política; as cotas, porém, não parecem ter sido capazes de alterar essa tendência.

**Tabela 2**

Proporção de mulheres candidatas e eleitas para a Câmara dos Deputados e as câmaras legislativas estaduais – 1994 a 2006

Ano	Câmara dos Deputados		Câmaras Legislativas Estaduais	
	% Mulheres no Total de Candidatos	% Mulheres no Total de Eleitos	% Mulheres no Total de Candidatos	% Mulheres no Total de Eleitos
1994	6,2	6,2	7,2	7,8
<b>1998*</b>	<b>10,4</b>	<b>5,6</b>	<b>13,0</b>	<b>9,7</b>
2002	11,5	8,2	14,8	12,5
2006	12,6	8,9	14,2	10,4

Fonte: Araújo (2001a) e TSE. Elaboração própria.

Nota: \* Neste ano são realizadas as primeiras eleições já com a legislação de cotas.

É na análise da proporção de mulheres eleitas, porém, que se verifica a pouca eficácia das cotas no Brasil. Se o seu objetivo material é ampliar a presença feminina nos espaços representativos, então os dados mostram um relativo fracasso de tal política. Esse resultado pode produzir impactos negativos nas percepções da sociedade, uma vez que se pode atribuir o mau desempenho à incapacidade de mulheres de se elegerem, já que lhes foram reservadas vagas. De fato, parcela ainda muito pequena conseguiu se eleger nas eleições “pós-cotas”, mas essa proporção é bastante distante dos 30% mencionados na

legislação e, em geral, inferior, também, à proporção de mulheres candidatas. No caso do Parlamento federal, as primeiras eleições após a instalação do novo mecanismo resultaram em redução no percentual de mulheres eleitas (de 6,2%, em 1994 para 5,6%, em 1998). Entre 1994 e 2006 há um ligeiro incremento nessa participação, de apenas 2,6 pontos percentuais. Para as câmaras estaduais a situação de baixa representação se repete. Ainda que não tenha havido recuo na proporção de eleitas nas eleições imediatamente posteriores à implementação das cotas, o aumento é também bastante lento. E mais: entre 2002 e 2006, uma redução significativa de mulheres com cadeiras pôde ser verificada. Vale lembrar que na Argentina, nas primeiras eleições realizadas sob o princípio das cotas, ampliou-se em seis vezes a proporção de mulheres eleitas.

As razões para esse insucesso provocaram intenso debate e discussão entre os interessados na questão, sejam estudiosos, parlamentares, militantes do movimento feminista ou simples espectadores. Para alguns, a “culpa” da persistente baixa representatividade feminina é das próprias mulheres, por conta de seu desinteresse político ou por sua incompetência, uma vez que têm o espaço garantido na disputa eleitoral e, mesmo assim, não conseguem se eleger. Já nos movimentos de mulheres, a tendência é culpar os partidos, pela má vontade dos dirigentes que não apóiam as candidaturas e as campanhas de mulheres.

Sem ignorar a existência de preconceitos e discriminações de gênero no campo político, é preciso considerá-la sob a lógica política predominante.<sup>130</sup> Dessa maneira, evitam-se análises genéricas, que colocam as agremiações num mesmo patamar de resistência, quando já foram constatadas diferenças no nível de compromisso dos partidos com as mulheres e com as questões que mais lhes interessam.<sup>131</sup> A resistência partidária, vista como fator determinante, supõe a existência de amplo contingente de mulheres dispostas a concorrer e que são barradas pelos dirigentes, sejam eles de quaisquer correntes ideológicas. No entanto, estudos como o de Araújo<sup>132</sup> mostram que não existe uma recusa **explícita** dos partidos à participação de mulheres no momento da definição das candidaturas. O fato é que não há, ainda, um grande universo de mulheres dispostas a

---

<sup>130</sup> Ver ARAÚJO, 1998; 2001a.

<sup>131</sup> Ver LUVENDUSKI, Ione. *The Dynamics of gender and party politics*. In : NORRIS, Pippa; LUVENDUSKI, Ione (orgs.). *Gender and Party Politics*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

<sup>132</sup> ARAÚJO, Clara. *Cidadania Incompleta: o impacto da lei de cotas sobre a representação política das mulheres brasileiras*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

concorrer. A falta de candidatas às vagas das cotas também foi apontada por Miguel e Grossi como recorrente no discurso dos partidos. Isso não significa que sejam mais apáticas que os homens, mas que têm uma trajetória social e uma situação estrutural frente às relações de gênero que, aliadas às condições da política institucional e do processo eleitoral pré-existentes, não lhes oferecem um cenário favorável ou mesmo animador. Nesse sentido, a deputada federal Maria Elvira destaca que os condicionantes culturais são determinantes para essa baixa participação:

*Volta e meia liga um jornalista perguntando por que as mulheres não aparecem se será difícil preencher a cota no partido [...]. É claro que temos que reconhecer que a lei de cotas foi um avanço, mas a questão passa muito pelo cultural; nós, mulheres, nunca fomos incentivadas a entrar na política. Esse sempre foi um terreno reservado para os homens [...] Ainda causamos certa confusão nos partidos políticos.*<sup>133</sup>

Como tem sido sugerido, o sistema de cotas precisa ser pensado também sob o enfoque racional e instrumental, que coloca em destaque as estratégias dos partidos diante do sistema e que, como foi apontado, leva muitos partidos a adotarem a política de cotas em função dos possíveis ganhos eleitorais.<sup>134</sup>

Desse modo, uma série de estudos<sup>135</sup> tem procurado identificar os motivos dos poucos resultados das cotas, indo além da abordagem usualmente genérica que atribui à resistência masculina ou partidária a ainda baixa representação feminina. As conclusões, até então apresentadas, relacionam os resultados observados no Brasil às características do seu sistema e sua cultura política, bem como ao tipo de sistema eleitoral adotado no país, mais do que ao curto período de vigência das cotas no país ou à resistência partidária em

---

<sup>133</sup> GROSSI e MIGUEL, 2001, p. 178.

<sup>134</sup> No entanto, há uma reivindicação que ultrapassa o momento das candidaturas e chega até as campanhas. Ou seja, se para os partidos “compensa” lançar candidaturas de mulheres – mesmo porque os políticos tradicionais não perdem espaço com isso –, um grande contingente delas reclama da falta de apoio dos partidos durante o processo de campanha. Ilustrativa desse ponto é a declaração de Marta Suplicy:

“Ouço muito dizer que os partidos estão abertos às candidaturas femininas, que é só as mulheres quererem. É mentira! Eles não estão abertos e estamos tendo a maior dificuldade, mesmo agora com as cotas. Esperamos que os partidos nos apóiem e dêem condições para a mulher fazer campanha, porque todo candidato tem uma esposa que fica em casa, toma conta dos filhos e o recebe à hora que chega. Porém, toda candidata pode até ter esposo, mas não se porta como esposa. Por isso é muito difícil a vida para essas candidatas”. *Ibid.*, p. 176.

<sup>135</sup> Por exemplo, ARAÚJO, 1998, 1999, 2001a; RODRIGUES, 2004. RODRIGUES, Almira. Lugar de mulher é na política: um desafio para o século XXI. In: SWAIN, Tânia N.; MUNIZ, Diva C. G. *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, Belo Horizonte: PUC Minas, 2005. MIGUEL, 2000a; MIGUEL, 2000.

incluir mulheres na competição eleitoral. Para Araújo, “o problema deve-se menos ao número de concorrentes e mais às condições gerais que marcam o processo político. Essas condições envolvem múltiplos aspectos, dentre os quais podem ser citados as características socioeconômicas do país, os traços específicos dos sistemas político e eleitoral e o grau de organização do movimento de mulheres”.<sup>136</sup>

Em relação à influência dos sistemas de representação sobre os resultados das cotas, há uma confluência de que este é um fator decisivo para ampliar a presença de mulheres no Parlamento, sendo os sistemas proporcionais mais favoráveis em termos de acesso a mandatos legislativos e os majoritários (ou distritais puros), os menos favoráveis.<sup>137</sup> Apesar de o Brasil adotar os proporcionais, isso não significa que esteja entre os países em melhores condições para a aplicação das cotas, uma vez que outros componentes do sistema eleitoral devem ser considerados, como a magnitude do distrito (distritos menores tendem a desfavorecer a presença de mulheres) e o sistema de composição de candidaturas e votação.

Nesse sentido, o sistema eleitoral brasileiro acaba tornando-se desvantajoso, pois o país adota o sistema de listas abertas, no qual o eleitor vota em um candidato, sem necessidade do voto em uma legenda partidária. A maior parte dos estudos indica as listas fechadas ou semifechadas<sup>138</sup> como as mais favoráveis às mulheres,<sup>139</sup> dependendo, no entanto, da posição em que as mulheres são distribuídas nas listas. As barreiras a vencer para ocupar lugares realmente competitivos nas listas envolvem a discricionariedade dos dirigentes partidários que escolhem os candidatos que comporão a lista e a ordem em que aparecerão. De acordo com Tabak, “para ocupar uma posição no topo da lista de candidatos, as mulheres devem desenvolver um esforço enorme e ter demonstrado elevada dose de militância partidária, além de excepcional capacidade política”.<sup>140</sup> Com o objetivo de evitar que sejam prejudicadas por suas posições nas listas, alguns países têm adotado, ao lado do sistema de cotas, a obrigatoriedade de alternância de homens e mulheres, de modo

---

<sup>136</sup> ARAÚJO, 2001b, p. 171.

<sup>137</sup> Conclusões presentes em ARAÚJO, 2001a; RULE, W.; TAAGAPER, Rein. Beating the law of minority attrition. In: RULE, W.; ZIMMERMAN J. *Electoral systems in comparative perspectives: their impact on women and minorities*. London: Greenwood Press, 1994.

<sup>138</sup> Nesses sistemas os partidos estabelecem uma lista de nomes prioritários e o eleitor vota na lista como um todo. No sistema fechado essa ordem não pode ser alterada pelo eleitor, enquanto no semifechado os eleitores podem redefinir as prioridades dos nomes.

<sup>139</sup> Isso porque no caso das listas abertas há uma grande individualização da competição, com base na votação que um único candidato assume, dependendo, às vezes, da exclusão de companheiros de partido.

<sup>140</sup> TABAK, 2002, p. 230.

a não concentrar todas as candidaturas femininas no inferior de tais listas, o que na prática inviabiliza a eleição.

Algumas evidências, no entanto, tendem a contrariar essa tese. [...] uma das poucas nações a adotar a lista aberta, a Finlândia, é hoje o terceiro país em participação parlamentar de mulheres. Ou seja, qualquer conclusão que se concentre num único fator explanatório arrisca-se a ser problemática; é necessário considerar um conjunto de elementos interrelacionados. No caso da Finlândia, por exemplo, tem sido destacado que a cultura política, assim como a organização do movimento de mulheres, constituem fortes elementos explicativos para os índices alcançados.<sup>141</sup>

Ao lado dos diferentes sistemas eleitorais e de representação adotados, a questão da cultura política e, mais especificamente, da cultura política de gênero é outro fator a influir sobre o sucesso das cotas. Nesse caso, a influência se dá por uma via menos institucional, mostrando que o funcionamento das cotas pode ser influenciado decisivamente por fatores que ultrapassam o aspecto formal e legalista, mas que têm resultados bastante concretos. Norris<sup>142</sup> afirma que “[...] culturas políticas mais igualitárias tenderiam a ser mais abertas e valorizar a participação das mulheres, ao passo que culturas políticas mais tradicionais seriam mais conservadoras neste aspecto.”. No caso do Brasil, pesquisa de Araújo realizada com parlamentares, candidatos e dirigentes partidários apontou para o forte sentido de “concessão” imputado às cotas, o que as tornaria menos fruto de conquista ou de pressão e mais o resultado da bondade ou benesse concedida às mulheres. Há também pouca expectativa em relação ao cumprimento dessas cotas, já que o não-preenchimento não implica qualquer tipo de punição. Estes são fatores que certamente dificultam ou inviabilizam o sucesso da estratégia adotada.

Por fim, há de se considerar, ainda, a influência do sistema partidário e algumas características da competição eleitoral, em particular no que diz respeito ao aspecto econômico. Com relação ao primeiro item, Araújo mostra que o sistema partidário interfere na participação feminina, tanto pelo seu nível de fragmentação (multipartidário ou com maior concentração), quanto por características internas ao partido, tais como perfil ideológico e grau de institucionalização.

---

<sup>141</sup> ARAÚJO, 2001b, p. 241.

<sup>142</sup> NORRIS, Pippa. Conclusion. In: NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni (eds.). *Gender and Party Politics*. Oxford: Oxford University Press, 1993, p. 242.

Assim, sistemas com poucos e grandes partidos tenderiam a ser desfavoráveis às mulheres, porque a competição tende a ser mais concentrada e a ocupação de espaços no interior das organizações partidárias mais consolidadas [...] No contexto interno, ideologias de esquerda e partidos mais estruturados em termos organizacionais [...] tenderiam a oferecer um ambiente mais favorável à participação das mulheres.<sup>143</sup>

Já no caso dos aspectos econômicos da competição eleitoral, é importante salientar que a existência de financiamento público das campanhas contribui para ampliar as possibilidades e oportunidades de participação e de eleição de grupos historicamente excluídos da esfera de poder, como mulheres, negros e outros. No caso brasileiro, no qual não há esse financiamento, o cenário apresenta-se mais complicado para os grupos que procuram espaço nas arenas decisórias, vez que precisam contar com redes de apoio e financiamento maiores e ainda não possuem capital político e reconhecimento para tanto.

Algumas autoras<sup>144</sup> destacam que a efetividade das cotas requer a implementação de outras políticas afirmativas, promotoras da participação das mulheres, de modo a estimulá-las para a vida política e auxiliá-las nas campanhas. Entre elas, pode-se citar, além das já apresentadas: a realização de atividades de promoção da liderança feminina; a oferta de cursos especiais de capacitação política para as candidatas; a sensibilização dos líderes dos partidos para a necessidade de estimular e apoiar candidaturas femininas, garantindo-lhes presença em melhores lugares nas listas e apoio financeiro às suas campanhas; a destinação de cotas mínimas do fundo partidário e do tempo de propaganda na mídia para as mulheres; a adoção de cotas para a composição das instâncias de direção nos partidos; a implementação de medidas – consideradas de suporte – como as creches “de dia”; entre outras.

No entanto, apesar do limitado impacto no aumento da presença de mulheres em cargos legislativos, essa preocupação de curto prazo não pode obscurecer os importantes resultados que esta política pode gerar. De fato, parece que a incapacidade de produzir resultados imediatos produz um ‘efeito-bumerangue’, com uma possível baixa performance das mulheres tendendo a ser creditada ao seu **desinteresse** ou à sua **incapacidade política**”.<sup>145</sup> As cotas, porém, têm a virtude de, pelo menos, motivar a discussão sobre a baixa representatividade feminina na esfera política institucional, dando

---

<sup>143</sup> NORRIS, 1993, p. 22.

<sup>144</sup> RODRIGUES, 2004. LIBARDONI, Marlene. La cosecha de lãs cuotas. *Perspectivas*, n .20, 2000, pp. 23-32. AVELAR, 2001.

<sup>145</sup> ARAÚJO, 1998, p. 89.

visibilidade à questão. Muitos são os argumentos favoráveis e contrários. Argumenta-se que “é a maneira mais importante para assegurar à mulher, na prática, a igualdade de direitos”, ou que “as cotas são a única forma de criar uma massa crítica de mulheres, o que contribuirá para mudar as relações de gênero e os costumes políticos”. Mas também há os destaques para o fato de que as cotas não garantem o aumento da representação feminina, são benesses dos homens, elevam a presença das pouco qualificadas, e que às mulheres cabe lutar para a conquista do seu espaço, como qualquer outra pessoa.

Um segundo aspecto é que as cotas têm o potencial de provocar mudanças de caráter simbólico, tanto na cultura política brasileira, quanto no comportamento dos partidos. Mesmo sem preenchimento obrigatório, resulta importante a mobilização que as cotas podem causar nos partidos, fornecendo-lhes estímulos para ampliar o capital político feminino e para a capacitação e formação de quadros aptos a concorrer às eleições. Nessa linha, o impacto poderia ser visivelmente superior se o preenchimento das candidaturas fosse obrigatório, pois imagina-se que não seria de interesse do partido lançar somente candidatas sem chance de se elegerem, apenas para contemplar o estabelecido em lei. Nesse caso, é possível crer que os partidos sentir-se-iam mais estimulados a investir em programas de caráter permanente para as mulheres a fim de cumprir a cota e obter bons resultados eleitorais. “Com isso, a possibilidade de resultados concretos, objetivos, no curto prazo, e de alterações mais profundas na cultura política de gênero no médio e longo prazos torna-se mais efetiva”.

De fato, segundo as falas das deputadas presentes no Seminário Mulheres na Política, Mulheres no Poder, essa é uma das conseqüências indiretas e desejadas do estabelecimento do sistema de cotas. Tal como se documenta em Grossi e Miguel:

*O próprio partido teve que ir criando condições para que essas mulheres pudessem chegar a uma reunião. Isto é interessante, porque o partido foi obrigado a criar essa condição. Se não existem quadros, o partido é obrigado a capacitar mulheres para ocupar esses quadros (Deputada Marta Suplicy, a respeito das cotas na direção do PT).*

*[..] havendo essa cota, quem sabe os partidos possam fazer um trabalho de convencimento, de convites, para trazer essas mulheres à participação. Creio que seria muito bom para os municípios brasileiros, especialmente aos do Nordeste,*

*onde a mulher é presença pálida ainda (Deputada Maria Elvira, nas discussões que antecederam a aprovação da Lei de Cotas, em 1995).*

*É preciso investir em algumas mulheres para que, na véspera da eleição você não tenha que sair catando mulheres para preencher as vagas da chapa (Vereadora Rosa Fernandes, em entrevista à Folha de São Paulo, em 20 de outubro de 1996).*

Por fim, a visualização de “casos exemplares” de mulheres que conseguiram romper com trajetórias de vida tradicionais, ocupando outros espaços além daqueles socialmente esperados, é capaz de estimular mais mulheres a entrarem na vida política. Nesses casos, a presença de lideranças femininas no Parlamento permitiria mostrar que “ao contrário do que certas estruturas sociais tentam apresentar como ‘evidente’, [...] [as mulheres] não estão condenadas à passividade”.<sup>146</sup> O mesmo argumento é defendido por Atkeson ao apontar que a baixa presença de mulheres em cargos representativos acaba por criar a sensação de que elas não podem concorrer, ou não são capazes de fazê-lo. “A presença de mulheres candidatas, portanto, proporciona às mulheres um contexto, ao mesmo tempo simbólico e substantivo, que impulsiona o envolvimento político feminino. Este processo integra candidatas e cidadãs em um processo político, aumentando o engajamento político e a representação das mulheres”.<sup>147</sup>

A potencialidade de que as cotas são dotadas para a alteração das percepções e da tradicional cultura vigente na sociedade são enormes. Tais efeitos simbólicos, porém, não poderão ser percebidos no curto prazo, pois exigem alterações nas estruturas sociais que não são simples de serem processadas pelas consciências individuais. Por outro lado, os resultados práticos de tal política não têm sido percebidos naquelas eleições na qual foi implementada. Esses dois fenômenos dão a impressão de que as cotas foram, portanto, um retumbante fracasso; não alteraram o comportamento dos partidos; e não possibilitaram a maior presença de mulheres nos cargos eletivos proporcionais. Deve-se levar em conta, porém, que tais mudanças requerem tempo e, também, uma sociedade organizada que pressione para que a prática política saia do papel e se torne realidade. A possibilidade de uma reforma política, que altere mecanismos, como os apontados acima, que são bastante desfavoráveis às mulheres, traz novo alento para essa discussão. As dificuldades ao longo

---

<sup>146</sup> MIGUEL, 2000, p. 99.

<sup>147</sup> ATKESON, Lonna Rae. Not all cues are created equal: the conditional impact of female candidates on political engagement. *The Journal of Politics*, v. 65, n. 4, nov. 2003, p. 1043.

do caminho são inevitáveis, vez que as cotas interferem no funcionamento do campo político, para alterar relações de poder ali estabelecidas por muitas décadas. Romper com essas estruturas é o grande desafio que se apresenta, não apenas para o movimento feminista, mas, especialmente, para a construção de uma democracia de fato, cujos direitos sejam garantidos no âmbito da lei, mas cuja possibilidade de seu exercício seja também uma realidade para todos os grupos da sociedade.

### 3. A atuação política das mulheres: delineamentos teóricos

A atuação das mulheres nos parlamentos tem sido identificada como diferenciada da masculina em dois aspectos básicos: (i) moral, que atribui às mulheres uma atividade mais ética, honesta, “doce” e conciliadora, entre outros atributos; e (ii) temático, que associa sua atuação às áreas mais relacionadas aos cuidados, como uma extensão de seu papel no espaço privado, e que, na esfera das políticas públicas, traduz-se em uma atuação em áreas como educação, saúde, direitos humanos, ou voltada para grupos carentes de algum tipo de atenção especial, como crianças, idosos e portadores de deficiências.<sup>148</sup>

Considerando-se que o aspecto moral envolve questões de percepção e de sensibilidade, de construções sociais a respeito da forma de ser mulher e da forma de ser homem, suas manifestações ocorrem no nível mais simbólico, intangível e encontram-se de tal modo naturalizadas em nossas sociedades que percebê-las não é tarefa tão simples. De fato, as próprias mulheres fazem essa associação entre o “ser mulher” e o “ser ética, honesta, conciliadora”, o que pôde ser comprovado por meio das entrevistas realizadas neste estudo. Reafirma-se, portanto, a validade do conceito de dominação simbólica de Bourdieu (nesse caso, a dominação masculina), ao ser possível perceber que “o dominado tende a adotar sobre si mesmo, o ponto de vista dominante”.<sup>149</sup>

Quanto ao aspecto temático, a marca da atuação feminina na política pode ser constatada, mais facilmente, pela presença em comissões e pela natureza das proposições legislativas apresentadas na Câmara dos Deputados. E o que define e condiciona esse tipo de atuação particular? Alguns fatores foram identificados como importantes para explicar essas questões: (i) a socialização diferenciada que, ao incorporar valores de gênero, constrói mulheres e homens e delimita seus espaços de atuação; (ii) o acúmulo diferenciado de capital

---

<sup>148</sup> Essa discussão está presente em AVELAR, Lucia. *Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder*. São Paulo: Centro de Estudos Konrad Adenauer Stifting, n. 6, 1996. AVELAR, 2001; GROSSI e MIGUEL; COSTA, 2001; HTUN, Mala. A política de cotas na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 225-230, 2001; PRÁ, 1992; BURREL, Barbara C. A Woman's place is in the house: campaigns for Congress in the feminist era. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994; HUDDY, Leone; TERKILDSEN, Nadya. Gender Stereotypes and the Perception of Male and Female Candidates. *American Journal of Politics Science*, v. 37, n. 1, pp. 119-147; LEEPER, M. S. The impact of Prejudice on Female Candidates: an experimental look at voter inference. *American Politics Quarterly*, vol. 19, pp. 248-261, 1991; NORRIS e LUVENDUSKI, 1993.

<sup>149</sup> BOURDIEU, 2003.

político, necessário para sua atuação na Câmara, que se configura em um *habitus* político marcado pela dominação simbólica; (iii) a base política diferenciada e orientadora de sua atuação; (iv) o entendimento por parte das próprias parlamentares de que sua atuação deve responder aos anseios e necessidades das mulheres na sociedade (política da presença); e (v) o sexismo institucional, que, muitas vezes, constrange a atuação das deputadas.

Se essas hipóteses, bem como as explicações da “moral diferenciada de mulheres”, têm como pano de fundo concepções de gênero, é importante explicitar os embasamentos teóricos que nortearam a sua construção. Desse modo, este capítulo apresenta os principais conceitos que subsidiarão as análises desenvolvidas nos capítulos seguintes a respeito dos dados coletados e das entrevistas realizadas. Serão discutidos os conceitos de gênero, *habitus* e capital político, além do tema da dominação simbólica desenvolvido por Bourdieu. Por fim, apresenta-se uma breve discussão sobre a pretensa dicotomia que se estabelece entre política de idéias e política de presença. Esta contribui, também, para disseminar na sociedade percepções sobre o papel que homens e mulheres devem desempenhar uma vez eleitos para o Parlamento.

### **3.1. Fatores que condicionam a atuação das mulheres no Parlamento**

Grande parte do debate em torno da presença de mulheres no Parlamento evoca, portanto, o princípio da representatividade. A idéia é que a pouquíssima presença feminina nesse espaço viola o princípio da democracia representativa, ou seja, como as mulheres constituem um grupo que é afetado pelas decisões políticas, devem poder participar e intervir nos processos que as definem e ver neles refletidos os seus interesses.

Mas as desigualdades de participação transparecem, também, da análise da atuação daquelas mulheres que conseguiram acesso a esse espaço político. Nesse caso, as parlamentares encontram barreiras invisíveis para ocuparem cargos de alto prestígio, concentram-se em determinadas áreas e têm que responder à pressão e à cobrança social que as torna, de certa forma, presas a um tipo muito particular de atuação. Assim, importa discutir alguns elementos que ajudem a compreender e explicar essa “atuação feminina”. O primeiro diz respeito à construção de gênero e de *habitus* femininos e masculinos. Os conceitos de campo e capital político, firmados por Bourdieu, também podem auxiliar nessa compreensão, assim como as questões da dominação masculina – que o autor levanta

– e do patriarcalismo, tal como entendido pelo movimento feminista e pelas estudiosas da área.<sup>150</sup> Por fim, a análise do relacionamento das deputadas com suas bases eleitorais e com a sociedade em geral possibilita identificar alguns condicionantes importantes desta forma de atuação quando no âmbito da esfera política.

### *3.1.1. Gênero como unidade de análise e de explicação*

O conceito de gênero, tal qual formulado pelas feministas ainda na década de 1970, é de grande relevância para o entendimento das questões aqui levantadas. Afinal, se homens e mulheres se comportam de maneiras diferentes e se são (auto) reconhecidos por essas diferenças, o que exatamente as causou e as reproduz? São diferenças de origem biológica ou são construções sociais? É nesse contexto que a idéia de gênero surge, como “desnaturalizador” daquilo que, na verdade, é socialmente construído.

A inserção diferenciada de homens e mulheres na sociedade e, em particular, na política tem como base diferentes papéis atribuídos a cada um desses grupos. Na realidade, a consequência dessa separação de papéis e funções é que, por estar no espaço público, a política, tradicionalmente, passa a ser de responsabilidade dos homens. O espaço da casa – privado – constitui-se, então, em espaço feminino, de responsabilidade da mulher e considerado menos importante que o espaço masculino do trabalho e dos negócios. Além de funções bem estabelecidas para cada um dos sexos, há também a construção social que aponta para o que é ser mulher e o que é ser homem. Desse modo, características tais como sensibilidade, solidariedade, conciliação são vistas como típicas de mulheres, enquanto agressividade e objetividade se referem ao mundo masculino.

As desigualdades visíveis entre homens e mulheres no que concerne às funções que desempenham (ou deveriam desempenhar), aos lugares que ocupam (ou deveriam ocupar) e às características que apresentam (ou deveriam apresentar) resultam, no entanto, de diferenças muito mais amplas do que apenas diferenças sexuais (biológicas). De fato,

---

<sup>150</sup> Nesse caso, como aponta Saffioti, é importante reconhecer que o conceito de patriarcado tal como usado pelas feministas raramente tinha alguma relação com o conceito weberiano. “Rigorosamente, muitas delas nem conheciam Weber, exceto de segunda mão, sendo sua intenção bastante política, ou seja, a de denunciar a dominação masculina e analisar as relações homem-mulher delas resultantes”. SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 95. No entanto, algumas características do conceito de patriarcalismo de Weber podem ser bem entendidas no âmbito da dominação masculina, como o de tradição, que aponta para relações que se fundamentam na crença naquilo que foi assim desde sempre.

pode-se afirmar serem elas o resultado de diferenciações de *gênero*, a refletir construções culturais que atribuem, a determinados grupos, características (des) favoráveis que não encontram respaldo no campo biológico, mas que acabam por legitimar as relações de poder. Desse modo, as relações sociais estabelecidas em todas as esferas da sociedade tendem a ser “gendradas”,<sup>151</sup> ou seja, marcadas por especificidades de gênero. Como aponta Scott, “[...] o termo gênero torna-se uma forma de indicar construções culturais – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres”.<sup>152</sup> A utilização de gênero enfatiza a existência de um sistema de relações sociais que pode incluí-lo, mas que não é diretamente determinado por sexo nem determina diretamente a sua sexualidade. Assim, gênero pode ser visto como categoria social aplicada sobre um corpo sexuado.

O termo gênero teve seu uso inicialmente difundido por feministas americanas para enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, ou seja, havia a rejeição ao determinismo biológico embutido em termos como sexo e diferença sexual.<sup>153</sup> É, portanto, um conceito eminentemente político, nascido no movimento de mulheres em sua luta contra as desigualdades, para demonstrar à sociedade e à comunidade científica que as diferenças físicas entre elas e os homens não geram a desigualdade verificada, mas, ao contrário, são usadas para naturalizá-las. Para Izquierdo, “la separación analítica entre sexo y género se realiza después de que las mujeres han demostrado prácticamente que ser hembra de la especie nos es una dificultad para ser ingeniera, o conductora de autobús, o para ser autónoma economicamente”,<sup>154</sup> bem como não deveria ser dificuldade para que conseguissem ser alçadas à esfera política e dela participar em condições de igualdade com seus colegas do sexo masculino.

Se este sistema de relações é socialmente construído, há a possibilidade, portanto, de que seja desconstruído. Como bem aponta Suárez *apud* Bandeira,<sup>155</sup>

[...] a palavra gênero vem sendo utilizada com o propósito de desconstruir a ligação entre

---

<sup>151</sup> MOREIRA NETO, Mariana. A categoria “gênero”: considerações acerca de suas variações e validade. *Política & Trabalho*, n. 16, setembro 2000, p. 137.

<sup>152</sup> SCOTT, J., 1995, p. 76.

<sup>153</sup> *Ibid.*, p. 76.

<sup>154</sup> IZQUIERDO, María Jesús. *El malestar en la desigualdad: feminismos*. Madrid: Ed. Cátedra, 1998, p. 18.

<sup>155</sup> BANDEIRA, Lourdes. Gênero, racismo e violência. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2004/vnac/tetxt3.htm>>, 2004, p. 9. Acesso em: 20 de setembro de 2006.

mulher e natureza e que pode viabilizar simbolicamente a equidade entre homens e mulheres. O uso reiterado da categoria pode possibilitar a explicação da forma como a cultura constrói o masculino e o feminino, abrindo margem para uma desconstrução que é geradora de rupturas e transformações.

A palavra gênero aparece, então, para introduzir uma noção relacional, isto é, a idéia de que homens e mulheres são definidos em termos recíprocos, não se podendo entender um dos sexos sem levar em consideração o outro. Nesse sentido, qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente uma informação sobre os homens.

De maneira resumida, portanto, podem-se identificar dois aspectos centrais à definição de gênero. Um aspecto remete à idéia de que o biológico não é capaz de explicar os diferentes comportamentos de homens e mulheres, que são, produtos sociais, aprendidos, internalizados e reproduzidos. O outro aspecto refere-se à noção de um poder que é desigualmente distribuído entre os sexos. Se esse poder coloca as mulheres em posição de subalternidade, o conceito de gênero aproxima-se ao de patriarcado, pois acaba-se por constituir um sistema de dominação das mulheres pelos homens. Não se deve, porém, proceder à redutora substituição de um conceito pelo outro, pois, se gênero remete à relação entre os sexos que não determina previamente o pólo dominante, no patriarcado o pólo dominante é, por definição, o homem. "O patriarcado é um caso específico das relações de gênero".<sup>156</sup>

A idéia de gênero tal como concebida pelo movimento feminista tem sido alvo de inúmeras críticas. Algumas se referem ao seu uso indiscriminado, pois muitas vezes é utilizada como sinônimo de sexo, ou mesmo de mulher. Nesses casos o problema não é apenas terminológico, mas basicamente conceitual, pois há uma despolitização do conceito, que obscurece os conflitos e as relações que se estabelecem entre homens e mulheres sob a lógica da construção social e do poder desigualmente distribuído. "*Al usar género como sinónimo de sexo, se le niega al género un lugar específico en los marcos teóricos que estudian la desigualdad social de las mujeres, disociando lo que son, del lugar que ocupan o la identidad que constituyen sobre lo que son*".<sup>157</sup> Segundo

---

<sup>156</sup> SAFFIOTI, 2004, p. 119.

<sup>157</sup> IZQUIERDO, 1998, p. 19.

Heilborn,<sup>158</sup> a adoção do conceito de gênero, em substituição aos termos mulher e feminino, foi utilizada por favorecer a aceitação acadêmica dessa área de pesquisa, uma vez que despolitizou uma problemática que, tendo se originado no feminismo, mobilizava preconceitos. Utilizada nesse sentido, a idéia de gênero não implica tomada de decisão em relação às questões de desigualdade e poder.

A suposta neutralidade da categoria gênero é motivo de outra leva de críticas. Com o intuito de vencê-la, teóricas francesas, como Anne Marie-Devreux,<sup>159</sup> desenvolvem uma teoria que recebe o nome de "relações sociais do sexo". Para essa corrente, a idéia de gênero permitiu às pesquisadoras serem vistas como menos agressivas por suas instituições e por seus colegas homens. Isso porque é uma categoria que evoca a idéia do problema social sofrido pelas mulheres, da desigualdade social construída, mas da qual os homens não seriam atores, o que geraria menos conflito. Já a utilização de "relações sociais de sexo" nomeia explicitamente o confronto, pois não pode haver relação com apenas uma categoria.

Por fim, as adeptas da corrente pós-moderna, exemplificada por Judith Butler,<sup>160</sup> propõem a desconstrução do conceito de gênero, não com o intuito de destruí-lo, mas de libertá-lo dos significados que carrega, há muito sedimentados pelo hábito de sua transmissão. Nesse sentido, a primeira crítica é feita em relação ao sujeito universal que o feminismo e a categoria gênero querem representar. Argumenta-se não haver uma experiência comum "das mulheres", generalizável a partir da vivência de gênero e coletivamente compartilhada através das culturas e da história. Há, ainda, a crítica aos dualismos adotados na teoria de gênero, como: sexo X gênero, natureza X cultura.<sup>161</sup> Para Butler, nesse caso, também se cai no determinismo, pois, se se parte da idéia de que o sexo é natural e o gênero é construído, então a cultura se torna o destino. "Talvez o sexo tenha

---

<sup>158</sup> HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília: CAPES, v. 2, pp. 183-221, 1999.

<sup>159</sup> DEVREUX, Anne-Marie. *A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina*. Paris, 2005 (mimeo).

<sup>160</sup> BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Witting e Foucault. In: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. BUTTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>161</sup> Guacira Louro argumenta que é necessário desconstruir o caráter de oposição masculino-feminino ainda vigente em nossa sociedade. Isso porque, para ela, essa oposição faz surgir outras dicotomias dela derivadas, como as de produção-reprodução, público-privado, razão-sentimento, que tornam possível naturalizar e tornar fixo um lugar para cada gênero. A idéia de desconstrução trabalha com essa lógica na medida em que mostra que a oposição é construída e não fixa. LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, Vozes, 1997.

sempre sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero torna-se absolutamente nenhuma”<sup>162</sup>. O sexo deixa de ser considerado natural, para ser, também, cultural, o que remete a outras críticas que dizem respeito à falta da problematização no conceito de gênero da sua relação com o desejo.

Sem ignorar as importantes críticas feitas ao conceito, este trabalho adota a definição original de gênero. Se não há uma identidade única que agregue todas as mulheres sob um mesmo denominador, como se propõe a categoria gênero, é importante lembrar ser este um conceito político que, como tal, constrói um sujeito político coletivo – "as mulheres" – que irá buscar estratégias para superar a subordinação e entender suas origens. Como defendia o movimento feminista, “O reconhecimento político das mulheres como coletividade ancora-se na idéia de que o que une as mulheres ultrapassa, em muito, as diferenças entre elas. Dessa maneira, a identidade entre as mulheres torna-se primária”.<sup>163</sup> Na mesma linha, Sorj diz que:

Sem pretender prescrever o futuro da teoria e prática feminista, poderíamos concluir que aquelas que permanecem, basicamente, no campo da modernidade poderão encontrar no discurso pós-moderno um poderoso antídoto para as tendências totalizadoras, e até mesmo intolerantes, presentes em seu discurso. Por outro lado, as feministas pós-modernas não podem desconhecer que a modernidade, como um campo unificado do social, continua presente demandando um esforço de identificação de denominadores comuns, mais além das afirmações particulares.<sup>164</sup>

Ademais, a relação que se estabelece entre gênero e poder pela definição de Scott é também aplicável a este estudo. Diz ela: “O núcleo da definição [de gênero] repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.<sup>165</sup> Logo, não se pode tratar gênero e poder de formas dissociadas; para se analisar um, deve-se levar em conta o outro. Tendo em vista os propósitos deste estudo, é essencial reter essa segunda parte da definição sem,

---

<sup>162</sup> BUTLER, 2003, p.25.

<sup>163</sup> PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Claudia; SCHMIDT, Simone. *Poéticas e políticas feministas*. Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2004, p. 46.

<sup>164</sup> SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

<sup>165</sup> *Ibid.*, p. 86.

no entanto, esquecer que a política é apenas mais um dos campos em que se pode trabalhar a partir do gênero, mas, certamente, não é o único.

### 3.1.2. A formação dos *habitus*

Tomando por base a definição de gênero, tem-se que o desempenho dos papéis sociais previamente estabelecidos para cada sexo se dá por meio do comportamento de homens e mulheres, não só no que diz respeito às suas práticas, mas também em relação às suas representações. Com base nas representações que fazem de si mesmos e do mundo, homens e mulheres tornam-se capazes de explicar sua prática de acordo com suas próprias lógicas. Numa sociedade patriarcal, tais lógicas acabam por resultar em um relacionamento entre os sexos no qual a mulher ocupa posição e função social inferior, subalterna.

A sociedade, pois, a partir da família e posteriormente por outros canais, introjeta as representações geradoras de atitudes e comportamentos não somente com afirmações verbalizadas, mas através de emissões significadas por todos os tipos de linguagem. Sejam quais forem os veículos emissores, as representações se constroem a partir de percepções que se assentam sobre a realidade corporal, ponto de inserção do indivíduo com a realidade interior e exterior à sua pessoa.<sup>166</sup>

Dessa forma, meninos e meninas constroem um *habitus*, ou seja, sistemas de disposições duráveis que funcionarão como estruturas estruturantes. Mead mostra que “através da postura corporal determinada desde muito cedo, o menino e a menina identificam o seu sexo. À medida que percebem que certa maneira de falar, gesticular, brincar é aplaudida, interiorizam seu próprio papel e ao mesmo tempo assimilam o papel dos outros [...]”.<sup>167</sup> As práticas e representações daí geradas independem da consciência das crianças, que, em suas escolhas futuras, antecipam as conseqüências de suas opções, reproduzindo as estruturas já objetivadas. Assim, a escolha do campo profissional e a organização dos relacionamentos e ocupações dentro e fora do lar são fortemente influenciados por esse *habitus*.

Para Bourdieu, os *habitus* equivalem aos princípios geradores das práticas distintas, ou seja, correspondem ao “[...] princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto

---

<sup>166</sup> CORRÊA-PINTO, 1992, p. 100.

<sup>167</sup> *Ibid.*, p. 100.

é, em um conjunto de escolhas de pessoas, de bens, de práticas”.<sup>168</sup> É aquilo que se adquiriu, que se encarnou no corpo como sistema de disposições permanentes. Os indivíduos “vestem o *habitus* como hábito”. Está ligado à história individual; é um capital, que, sendo incorporado, apresenta-se como inato. Assim, o mesmo comportamento ou um mesmo bem pode ser valorado de formas diversas por diferentes grupos das sociedades, dotados de determinados *habitus* e inseridos em um determinado ponto do espaço social.<sup>169</sup>

Os *habitus*, porém, definem

[...] estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes [...] que podem ser objetivamente reguladas e regulares sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizada de um regente.<sup>170</sup>

De fato, como se verá adiante, esta é uma das principais características da dominação simbólica: a obediência do dominado ao dominante sem questionamento, o que acaba por legitimar a relação de dominação. Por ora, é interessante notar como os conceitos de *habitus* e gênero se interconectam, vez que o primeiro acaba sendo responsável pela reprodução do segundo. Ao processo de socialização primária mencionado anteriormente, seguem momentos de ressocialização, em consequência das escolhas que são feitas ao longo da vida. Tais escolhas são orientadas por esse *habitus* e, portanto, podem reforçar os papéis e comportamentos de gênero, contribuindo para a sua naturalização. Segundo Ortiz “[...] as práticas que o *habitus* produz [...] são determinadas pela antecipação implícita das consequências, isto é, pelas antigas condições da produção de seu princípio de produção, de modo que elas **tendem a reproduzir as estruturas objetivas das quais elas são o produto**”.<sup>171</sup>

A incorporação das estruturas estruturantes, isto é, dos *habitus*, dá-se em relação a um campo. Os campos traduzem-se em espaços de possíveis, ou seja, em um sistema de coordenadas que é preciso ter em mente para entrar no jogo. Dizem respeito a um sistema

---

<sup>168</sup> BOURDIEU, 1996, p. 21.

<sup>169</sup> Bourdieu define espaço social como “[...] um conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre”. *Ibid.*, p. 18.

<sup>170</sup> ORTIZ, Renato. *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d’Água, 2003, p. 54.

<sup>171</sup> *Ibid.*, p. 54. Grifos nossos.

de relações objetivas entre atores que ocupam posições definidas em lutas anteriores. “De maneira sucinta [...] um campo é um sistema de relações sociais que estabelece como legítimos certos objetivos, que assim se impõem ‘naturalmente’ aos agentes que dele participam. Esses agentes, por sua vez, interiorizam o próprio campo, incorporando suas regras, também de maneira ‘natural’, em suas práticas”.<sup>172</sup>

Todo campo traduz-se em um campo de forças inseparável de um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura de forças. Na realidade, o processo que propicia a construção das obras (específicas a cada campo) é, ele mesmo, um produto das lutas entre os agentes. Assim, Bourdieu destaca que “O motor da mudança reside nas lutas cujo lugar são os campos de produção correspondentes: essas lutas que visam a conservar ou a transformar a relação de forças instituída no campo de produção têm, evidentemente, o efeito de conservar, ou de transformar, a estrutura do campo das formas que são instrumentos e alvos nessas lutas”.<sup>173</sup>

A cada campo corresponde um *habitus* e cada *habitus* é construído, por sua vez, a partir das características de seu campo específico. A relação entre esses dois conceitos é a base para refutar a visão utilitarista da ação, na qual os agentes são tratados como se fossem movidos por ações conscientes, como se colocassem conscientemente os objetivos de suas ações e agissem de forma a alcançá-los da maneira mais eficaz e eficiente possível. O motor da ação está justamente nesta relação entre *habitus* e campo, que faz que o *habitus* contribua para determinar aquilo que o determina. Assim, situamo-nos em um espaço de antecipação pré-perceptiva em que a relação com o futuro se dá com um futuro que não é futuro, mas quase um presente. Tais antecipações pré-preceptivas, porém, são criadas pelo *habitus* no sentido do jogo. Os agentes sociais inseridos nesse jogo não tendem a colocar o futuro como projeto, mas a decidir-se em função de um quase-presente, a partir de um *habitus* que está no princípio do encadeamento das ações. Essas ações são objetivamente organizadas como estratégias,<sup>174</sup> mas não são, de maneira alguma, produto de uma verdadeira intenção estratégica. Por meio das disposições e da crença, que estão enraizados

---

<sup>172</sup> MIGUEL, Luis Felipe. *Influência e resistência: em busca de um modelo complexo da relação mídia/política*. Trabalho apresentado ao X Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), Brasília/DF, 29 de maio a 1º de junho de 2001b, p.2.

<sup>173</sup> BOURDIEU, 1996, p. 63.

<sup>174</sup> Para Bourdieu (2001), estratégias dizem respeito às seqüências de ações objetivamente orientadas.

no envolvimento do jogo, quaisquer pressupostos constitutivos da prática do campo se introduzem até nas intenções aparentemente mais lúcidas.

A reprodução das diferenças entre homens e mulheres em seu caráter naturalizante se dá, portanto, em função de *habitus* desenvolvidos na sociedade. A partir destes, as mesmas "verdades" são repetidas, ensinadas, reiteradas, passam ao domínio da tradição, da norma, tornam-se e reafirmam-se como naturais, envolvem e modelam os indivíduos segundo a expressão de valores que circulam naquela sociedade. Não perdem, então, seu caráter histórico, construído, apesar de serem distribuídos como verdade definitiva.<sup>175</sup>

### 3.1.3. A dominação masculina: o mundo do simbólico

Uma das grandes contribuições de Bourdieu à compreensão dos determinantes e condicionantes das ações humanas diz respeito à aplicação que faz dos conceitos de *habitus* e campo para a construção de outra categoria: a da dominação (ou violência simbólica). Para ele, o fenômeno da dominação está impregnado nas estruturas de pensamento de dominados e dominantes e se expressa no próprio corpo por meio da manifestação de seus *habitus*, sendo este a “força dormente de onde a violência simbólica extrai a sua eficácia”.<sup>176</sup>

Assim, para que um ato simbólico seja eficaz, é preciso que haja igualdade das categorias de percepção e de avaliação entre os agentes sociais. No caso da dominação, essa igualdade significa ser exercida com a cumplicidade do dominado, na medida em que, para que a dominação se dê, é preciso que o dominado aplique aos atos do dominante as mesmas estruturas de percepção utilizadas pelo dominante. Dessa forma, os dominados sentem como normal o processo de obediência e submissão; eles se sentem dominados por natureza, enquanto os dominantes se sentem assim também de maneira natural. É necessário, portanto, que tenha ocorrido um trabalho anterior, normalmente invisível, que tenha produzido, naqueles submetidos aos atos de imposição, as disposições necessárias para que tenham a sensação de ter de obedecer sem sequer levantar a questão da obediência.

---

<sup>175</sup> SWAIN, Tânia N.; MUNIZ, Diva C. G. *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres, Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

<sup>176</sup> BOURDIEU, 2003, p. 50.

Nesse contexto, o capital simbólico torna-se instrumento indispensável para garantir a existência de relações de dominação. Para Bourdieu, “O capital simbólico é uma propriedade qualquer que, percebida pelos agentes sociais dotados das categorias de percepção e de avaliação que lhes permitem percebê-la, conhecê-la e reconhecê-la, torna-se simbolicamente eficiente, como uma verdadeira força mágica”.<sup>177</sup> Ele é, na verdade, o princípio objetivo da violência, que permite solucionar problemas aparentemente insolúveis como a dominação ao mesmo tempo sofrida sob pressão e aceita por meio do reconhecimento ou obediência.

Segundo o autor, as relações sociais entre os sexos são, portanto, orientadas segundo a lógica da dominação masculina, situada no campo da dominação simbólica. Sendo assim, tais relações são socialmente instituídas e engendram o mundo social e simbólico com os referenciais de masculinidade e feminilidade compondo dimensões do *habitus* e da dominação simbólica.

As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos e fazer ver uma construção social naturalizada (os ‘gêneros’ como *habitus* sexuais), como o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade.<sup>178</sup>

O princípio de perpetuação da dominação masculina não reside, porém, principal ou exclusivamente no domínio da unidade doméstica, mas em instâncias como a escola ou o Estado, lugares de elaboração, imposição e reprodução dos princípios de dominação que se exercem dentro mesmo do universo mais privado. Assim, o universo político é também um locus de reprodução dessa relação de dominação, mas de forma privilegiada, pois é um espaço tradicionalmente visto como masculino e que denota uma grande possibilidade de exercício do poder, o que o faz ser palco de disputas constantes pela sua posse.

A divisão entre os sexos parece estar na “ordem das coisas”, ou seja, parece ser algo tão natural que chega a ser inevitável. Ao mesmo tempo em que está presente como estado objetivado nas coisas, também se encontra em estado incorporado nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como esquemas de percepção, pensamento e ação. Essa

---

<sup>177</sup> BOURDIEU, 1996, p. 170.

<sup>178</sup> *Id.*, 2003, p. 9.

concordância entre estruturas objetivas e estruturas cognitivas leva à naturalização e faz com que “[...] o mundo social e suas arbitrárias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos (passem a ser vistas como) naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação”.<sup>179</sup>

A dominação masculina tem sua força expressa no fato de não necessitar de justificação, ou seja, a visão androcêntrica coloca-se no mundo como neutra e não tem necessidade de legitimar-se mediante discursos, o que caracteriza o mundo simbólico. A ordem social, portanto, funciona como imensa máquina simbólica que ratifica a dominação masculina<sup>180</sup> sobre a qual se fundamenta por meio da divisão sexual dos trabalhos, que coloca mulheres no privado, longe da esfera política; ou por meio da divisão dos espaços até mesmo dentro da casa, onde cabem aos homens os salões e às mulheres a cozinha ou a lavanderia. As mulheres foram, e ainda são, excluídas de todos os lugares públicos nos quais se realizam os jogos comumente considerados os mais sérios da existência humana. Esse mundo social é, assim, orientado segundo as idéias de gênero, ultrapassando a justificativa de que características biológicas distintas de homens e mulheres são suficientes para colocá-los em espaços distintos na vida social. As construções sociais feitas sobre esse natural são, nesse momento, mais importantes para justificar a separação.

A forma natural como a dominação masculina é percebida é destacada por Welzer-Lang:

Não somente homens e mulheres não percebem da mesma maneira os fenômenos, mas, sobretudo não percebem que o conjunto social está dividido segundo o mesmo simbólico que atribui aos homens e ao masculino as funções nobres e às mulheres e ao feminino as tarefas e funções afetadas de pouco valor. Esta divisão do mundo mantém-se e é regulada por violências: violências múltiplas e variadas as quais tendem a preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente os homens às custas das mulheres.<sup>181</sup>

A violência (dominação) simbólica é, desse modo, aquela suave, invisível à suas próprias vítimas e que pode se traduzir em uma coerção que se estabelece por meio da

---

<sup>179</sup> BOURDIEU, 2003, p. 17.

<sup>180</sup> Bourdieu (2003, p. 33) destaca que “A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada”.

<sup>181</sup> WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, jul/dez 2001, p. 461.

adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao seu dominante sempre que se utiliza de instrumentos partilhados entre eles para pensar sobre si mesmo, o dominante ou as relações aí estabelecidas. Ao se utilizar desses instrumentos, que se constituem na forma incorporada da estrutura da relação de dominação, a relação entre eles estabelecida passa a ser vista como natural; é a idéia do “é mais forte do que eu”. Dito em outras palavras, a adesão involuntária dada pelo dominado ao dominante se dará sempre que “[...] os esquemas por ele empregados (pelo dominado) no intuito de perceber e de se apreciar, ou para perceber e apropriar os dominantes (masculino/feminino; branco/negro) constituem o produto da incorporação das classificações assim naturalizadas, cujo produto é o seu ser social”.<sup>182</sup>

Assim, a obediência que dominados concedem aos seus dominantes não pode ser vista como uma submissão – ou coerção – mecânica a uma força nem como um consentimento consciente a uma ordem. Essa obediência é involuntária, no sentido de que não é planejada, é fruto do acordo entre *habitus* predispostos a obedecerem às chamadas à ordem e às estruturas objetivas no mundo no qual se inserem. A violência simbólica é capaz de transformar atos de dominação e submissão em relações afetivas, de transformar poder em carisma ou em um encanto capaz de suscitar um encantamento afetivo. As relações de dominação são, portanto, ao mesmo tempo espontâneas e extorquidas.

Desse modo, a questão da legitimidade da dominação jamais se coloca de fato na existência ordinária. Fora das situações de crise a questão da legitimidade da dominação e da ordem aí estabelecida nem mesmo chega a ser questionada. Tais situações, porém, só se manifestam quando os esquemas de percepção aplicados à relação são questionados. De fato, a teoria da violência simbólica requer uma teoria da produção da crença, um trabalho de socialização, necessário para produzir agentes dotados de esquemas de percepção e de avaliação que os farão obedecer sem questionar. Considerando-se que essas estruturas de percepção e avaliação são produtos da incorporação de estruturas objetivas, é de se esperar que a estrutura do capital simbólico apresente grande estabilidade. Assim, as “revoluções ou crises simbólicas” supõem uma revolução mais ou menos radical dos instrumentos de conhecimento e das categorias de percepção. Por se apoiar em uma crença, apenas a crise ou a reprodução dessa crença serão capazes de levar a uma crise ou reprodução da economia dos bens simbólicos. A crise traduz-se em uma ruptura do acordo entre as

---

<sup>182</sup>BOURDIEU, 2001, p. 207.

estruturas mentais e as estruturas objetivas, mas não resulta de simples tomada de consciência, pois a extraordinária inércia resultante da inscrição das estruturas sociais nos corpos faz que qualquer movimento para libertar-se do processo de dominação deva ser acompanhado de mudanças nessas estruturas.

É ilusório crer que a violência simbólica possa ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade, pois os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritos no mais íntimo dos corpos e das mentes, sob a forma de predisposições ou de *habitus*. Tal ceticismo é explicitado por Bourdieu ao destacar que a alteração desses *habitus* não é tarefa trivial. Marcados no inconsciente dos indivíduos, sua modificação requer mais do que simples tomada de consciência da posição ou da dominação a que os atores sociais estão submetidos; requer uma mudança nas disposições por eles incorporadas, algo certamente muito mais difícil e trabalhoso.<sup>183</sup> Além disso, a alteração do quadro de dominação requer uma mudança de consciência não apenas dos dominados, mas, também, dos dominantes. A divisão sexual que assegura a dominação masculina está fortemente presente nos *habitus* de cada indivíduo, dominado ou dominante, e de tal forma que pareça algo natural.

De acordo com Arán,

Apesar da importância de o movimento feminista ter introduzido no debate político aquilo que permanecia na ordem do privado, o seu limite está em reproduzir essa mesma lógica de poder. Assim, somente uma ação política que leve em conta os efeitos objetivos e subjetivos da dominação, considerando que dominantes e dominados fazem parte de um mesmo sistema, poderia provocar um ‘periclitamento’ sócio-simbólico da dominação masculina”. A conquista da igualdade entre os sexos passa, portanto, pela descoberta daquilo que Arán chama de “alavanca que possibilite saltar desses dualismos que estão impregnados tanto no sistema de pensamentos como nas organizações sociais.”<sup>184</sup>

A autora, porém, é cética quanto à possibilidade desse “salto”, referindo-se, então, a um poder improvável das mulheres. Se assumirmos isso como verdade, então podemos entender porque, mesmo se pressões externas são abolidas e as liberdades formais são adquiridas (como o direito ao voto, à educação), a auto-exclusão e a vocação tomam o lugar

---

<sup>183</sup> Saffioti (2004) também expressa sua preocupação, afirmando que “[o conceito de *habitus*] incomoda por sua quase absoluta permanência, ou seja, quase impossibilidade de mudar”.

<sup>184</sup> ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 399-422, jul/dez 2003, p. 411.

da exclusão expressa. Encontra-se, aí, o fundamento da baixa participação das mulheres na vida pública. Mesmo extintas as barreiras formais, as mulheres ainda participam de forma muito tímida da esfera política, dos sindicatos, partidos ou de cargos eletivos. Muitas vezes, as cotas de 30% de candidaturas femininas não são preenchidas por falta de interessadas em participar. Esse fato tem levado muitos estudiosos, pesquisadores e militantes de movimentos sociais a organizarem oficinas, cursos e outros eventos que sensibilizem e despertem no público feminino o interesse por um espaço que foi tradicionalmente masculino, mas que não necessariamente o precisa ser para sempre.

Muitas vezes se argumenta que as mulheres, por não romperem de forma imediata e definitiva com essa dominação, são as responsáveis pela situação de submissão em que se encontram, porque escolhem adotar práticas submissas (como recolher-se à participação em esferas políticas menos “poderosas”) ou mesmo porque gostam dessa dominação. No entanto, é fundamental destacar não só que essas tendências à submissão resultam das estruturas objetivas, mas também que essas estruturas só devem sua eficácia aos mecanismos que desencadeiam e que contribuem para sua reprodução. O poder simbólico, portanto, não pode ser exercido sem a cumplicidade do dominado, que só se subordina a esse poder **porque o constrói como tal**.

O transformar das disposições não pode ocorrer sem uma mudança anterior ou concomitante nas estruturas objetivas das quais são o produto e às quais podem sobreviver. Só se pode chegar à ruptura da relação de cumplicidade entre dominados e dominantes a partir da transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes.

No entanto, alguns fatores têm apontado, hoje em dia, para certa mudança nas relações de dominação entre homens e mulheres. A maior, sem dúvida, reside no fato de a dominação masculina deixar de ser algo indiscutível, o que é uma característica essencial para que funcione sob a égide do simbólico. Isso é fruto do processo de tomada de consciência (não suficiente, mas necessário, para desencadear a mudança) provocado pela intensa atuação dos movimentos feministas e que colocaram a dominação como dado a ser justificado ou defendido. Importante também foi o aumento da presença feminina nos

bancos escolares, bem como a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho e a conseqüente possibilidade de autonomia econômica.

#### 3.1.4. *Habitus e campo político*

Aplicando a análise da teoria de ação de Bourdieu ao mundo político, interesse deste trabalho, convém iniciar destacando que a todo *habitus* político corresponde, necessariamente, um campo político. Tal campo político insere-se em um campo de poder, incluído, por sua vez, no espaço social. O tipo de capital específico desse campo é o capital político, o que significa que a ocupação de posições dominantes no campo requer o acúmulo desse capital, cuja construção inclui não só, mas principalmente, a valorização do econômico. É de se supor, portanto, que se mulheres “políticas” estão em uma situação de menor *status* no campo político, é porque detêm menor acúmulo do tipo de capital que ali mais interessa.

O campo político é um universo social como todos os outros, no qual se trata de poder, de capital, de relações de força, de estratégias de manutenção e de conservação das relações de força aí instituídas. Assim, a atuação de homens e mulheres na esfera política institucional guia-se, dentre inúmeros outros fatores, pela preocupação masculina em manter sua posição dominante, excluindo outros grupos dos pólos de poder, e pela feminina em subverter a sua posição de dominada. Essa preocupação, no entanto, não é óbvia, somente sendo considerada no momento em que as mulheres percebem-se como agentes políticos e passam a buscar igualdade de condições na ação no Parlamento. Enquanto a dominação masculina é vista como normal, então a estrutura de forças não é questionada.

Mas cabe destacar que o campo político também apresenta características distintivas, que os separam dos demais campos e estabelecem os seus limites. Assim, constitui-se em um mundo à parte, dotado de leis próprias de funcionamento e de um tipo de capital singular. “O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’ devem escolher”.<sup>185</sup> É importante observar, ainda, que as posições ocupadas nesse campo não são simples reflexos das votações recebidas; basta

---

<sup>185</sup> MIGUEL, 2001b, p. 6.

lembrar que vários campeões de votos, como radialistas, esportistas, cantores ocuparam lugares menos do que secundários no Congresso Nacional. Isso ocorre porque o capital político, necessário para a atuação nesse campo, é uma forma de capital simbólico e depende, portanto, do reconhecimento fornecido pelos próprios pares. Logo, a popularidade contribui para o reconhecimento, mas não é determinante.

Se às distâncias no espaço social correspondem distâncias sociais, então homens e mulheres inseridos em posições diametralmente opostas no campo político apresentam, por consequência, uma classe de gostos<sup>186</sup> também bastante diferenciada. Assim, se ao campo político corresponde um *habitus* político amplo e geral, a cada grupo ali inserido corresponderão *habitus* ao mesmo tempo orientados por aquele mais geral, mas muito particulares, pois serão construídos com base nas características de cada um dos grupos, a depender da sua posição no espaço.

### 3.1.5. O capital político

Nesse sentido, a análise do capital político se reveste de importância, pois é justamente o seu acúmulo que define os lugares a serem ocupados pelos indivíduos no campo político. A importância do capital político é destacada por Bourdieu ao constatar que nem todas as diferenças de oportunidade no acesso a bens e serviços escassos podem ser racionalmente relacionadas às diferenças no capital cultural e escolar, ou seja, com base na meritocracia. Assim, ele levanta a hipótese de que existe outro princípio de diferenciação, outro tipo de capital, cuja distribuição desigual está na base das diferenças verificadas, especialmente no consumo e nos estilos de vida: o capital político. Logo, “[o capital político] assegura a seus detentores uma forma de apropriação privada de bens e serviços públicos [...] vemos então que o capital social de tipo político que se adquire nos aparelhos de sindicatos e dos partidos transmite-se através de redes de relações familiares que levam à constituição de verdadeiras dinastias políticas”.<sup>187</sup>

De fato, como mostra a literatura e como os dados deste trabalho irão indicar, a entrada da mulher na vida política se faz por meio de duas grandes vias: a das relações

---

<sup>186</sup> Vale lembrar que a utilização do termo “gostos” não tem uma conotação naturalizadora. Parte-se do pressuposto de que tais preferências são construídas histórica e culturalmente, a partir de processos de socialização, como foi mencionado.

<sup>187</sup> BOURDIEU, 1996, p. 30.

familiares e a da participação política prévia. Se o capital político é acumulado em função do “prestígio” ou reconhecimento da atividade de pais, irmãos e maridos, também é construído por meio de uma atividade política anterior.

Para Miguel,

O capital político é, em grande medida, uma espécie de capital simbólico; o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Ele baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à política). Como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído na sociedade. Na base da pirâmide, temos os simples eleitores [...] no topo, os líderes que [...] são *reconhecidos* como representantes dos diversos segmentos sociais.<sup>188</sup>

Uma primeira classificação do capital político em seus subtipos foi feita por Bourdieu em sua obra *O Poder Simbólico*. A partir dessa ordenação inicial, é possível chegar-se a uma divisão tríplice:

a) capital delegado – produto de transferência limitada e provisória (apesar de por vezes poder ser renovada) de um capital detido e controlado unicamente por uma instituição, como é o caso dos partidos políticos. Tal capital pode ser construído com base em sua força eleitoral (número de votos e cadeiras que cada partido conquista), mas também em sua história e em seu posicionamento ideológico (direita, centro, esquerda).<sup>189</sup> Assim, o político é depositário de um capital que pertence, na verdade, ao partido do qual faz parte. Os estudos de Fox & Oxley e Dolan<sup>190</sup> concluíram que, para os EUA, os estereótipos dos partidos são mais influentes do que os estereótipos de gênero ou, ao menos, interagem com ele. Apenas se não se dispõe de muitas informações sobre o candidato, como, por exemplo, a filiação partidária, é que os eleitores tendem a recorrer aos estereótipos de gênero. Logo, torna-se de grande relevância verificar em que medida o capital delegado do partido às mulheres contribui para a construção de um capital político de grande porte e influência. Poder-se-ia pensar também na instituição familiar, o que faria

---

<sup>188</sup> MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, pp. 115-134, junho 2003.

<sup>189</sup> TEIXEIRA, Rodolfo Marcílio. *Partidos, verticalização das eleições e reforma política no Brasil pós-85*. 101 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

<sup>190</sup> FOX, Richard; OXLEY, Zoe. Gender stereotyping elections: candidate selection and success. *The Journal of Politics*, v. 65, n. 3, pp. 833-850, August 2003. DOLAN, Kathleen. The impact of candidate sex on evaluations of candidates for the U.S. House of Representatives. *Social Science Quarterly*, v. 85, n. 1, March 2004.

que mulheres oriundas de famílias políticas, fato bastante comum na política brasileira, fossem depositárias de um capital que é, em verdade, de seu clã familiar. Graham confirma essa idéia ao tratar do tema do clientelismo no século XIX, afirmando que “as famílias representavam importante fonte de capital político. Naturalmente [...] dedicavam-se a aumentar sua propriedade, e, ao longo de várias gerações sucessivas, famílias bem-sucedidas acumularam recursos significativos. Os vínculos que levavam homens a cargos oficiais e ao domínio local constituíam parte importante desses recursos”.<sup>191</sup>

b) capital convertido – neste caso, uma parte do capital seria originada da conversão da notoriedade e popularidade obtidas em outras áreas para o campo político. Aqui entram, portanto, o histórico pessoal e profissional dos políticos, como, por exemplo, o capital que artistas ou intelectuais trazem de suas atividades anteriores e que acabam por contar para o acúmulo de capital político, por meio da conversão. Nesse caso é importante identificar a taxa de conversão, que varia de uma espécie de capital para outra e é função das lutas políticas.<sup>192</sup>

c) capital heróico – este seria um subtipo do capital convertido, mas dele se diferenciaria, segundo Bourdieu, pelo fato de que é produto de uma acumulação lenta e contínua, a qual leva em geral toda uma vida. O capital pessoal a que se pode chamar heróico e profético é produto de uma ação inaugural, realizada em “situação de crise”.

Na tentativa de adaptar essa proposta do sociólogo francês para a realidade brasileira, Miguel propõe que seja razoável do ponto de vista teórico trabalhar com apenas dois subtipos básicos de capital: o delegado e o convertido, com algumas adaptações apresentadas a seguir:

a) capital delegado – considerando-se que as instituições partidárias brasileiras são frágeis e o capital político dos partidos, salvo raras exceções, é bem baixo, o capital delegado passa a ser entendido, para o autor, como aquele originário do campo político ou estatal. Isto é, da notoriedade advinda da ocupação de determinados cargos institucionais, sejam ele mandatos parlamentares ou executivos anteriores, cargos públicos importantes no Executivo, como funções de confiança no alto escalão governamental, posições de

---

<sup>191</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 35.

<sup>192</sup> MIGUEL, 2003b.

poder na estrutura partidária, ou mesmo a própria militância partidária.<sup>193</sup> Esse tipo de capital assume, aqui, um caráter bem mais individual, pois é fruto apenas da história política de cada indivíduo (o ex-ocupante de um cargo beneficia-se do prestígio obtido no exercício de sua função e pode continuar na política), enquanto na proposta de Bourdieu era fruto de uma história de uma instituição, no caso, dos partidos. Nesse caso, encaixam-se, ainda, as “heranças” que mulheres de famílias políticas obtêm, ou seja, em função de seu pertencimento a um núcleo familiar que goza de reconhecimento na esfera política, há uma delegação de capital político que contribui para sua eleição/atuação.<sup>194</sup>

b) capital convertido – corresponde à conversão da popularidade adquirida em outros campos e também à transferência de capital econômico por meio de campanhas dispendiosas. É o caso daqueles que fazem da notoriedade artística, profissional ou econômica a alavanca para o sucesso eleitoral. Cabe destacar, porém, que, considerando-se que o campo político tende a exigir de seus membros um período de treinamento ou socialização prévio em funções inferiores antes que ocupem cargos de mais alta hierarquia, a taxa de conversão aqui imposta tende a ser desfavorável a capitais simbólicos oriundos de outros campos.<sup>195</sup>

Sendo assim, pode-se falar em dois tipos<sup>196</sup> de trajetórias políticas. Um primeiro, que corresponde ao político do tipo “capital delegado”, para o qual a carreira se faz de

---

<sup>193</sup> Palmeira e Goldman destacam que parte desse capital delegado é também obtida por meio de referências que outras pessoas reconhecidas podem dar do candidato em questão. PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

<sup>194</sup> Um grande número das deputadas eleitas no período analisado é portadora desse capital político delegado pela família. É o caso, por exemplo, das deputadas Nice Lobão, Rita Camata, Dirce Tutu Quadros, entre outras. Esta não é uma exclusividade feminina, pois políticos como ACM Neto e Rodrigo Maia também se beneficiaram da trajetória de seus parentes na vida política. A propaganda eleitoral permite observar essa delegação de capital de forma bastante clara. No caso das eleições para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, em 2006, a filha do ex-governador Joaquim Roriz apresentava-se como “Jaqueline Roriz, a filha de Joaquim Roriz”, o mesmo acontecendo com um sobrinho do então candidato ao Senado.

<sup>195</sup> O que não se constitui em uma regra incontestável. Basta observar a eleição, em 2006, dos deputados federais por São Paulo Clodovil Hernandez e Frank Aguiar, respectivamente, costureiro/apresentador e cantor famosos, mas sem nenhum envolvimento ou participação prévia no mundo da política.

<sup>196</sup> Neste caso usa-se o conceito de tipo ideal de Weber, qual seja “a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia. A atividade historiográfica defronta-se com a tarefa de determinar, em cada caso particular, a proximidade ou afastamento entre a realidade e o quadro ideal. [...] (O conceito de tipo ideal) trata-se de um quadro de pensamento, e não da realidade histórica, e muito menos da realidade “autêntica”, e não serve de esquema no qual se pudesse incluir a realidade à maneira de exemplar”. WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel. *Weber: sociologia*. São Paulo: Ática, 2003, pp. 106-109.

maneira lenta e gradual, iniciando-se na ocupação de cargos na base da hierarquia da carreira política (vereadores, por exemplo), após longas estadas em cargos públicos ou partidários ou, ainda, por influência familiar para a entrada. O segundo tipo seria o político “capital convertido” que possui grande acúmulo de capital não político e busca convertê-lo de modo a alcançar uma posição mais elevada no campo político. É importante lembrar que, por se tratarem de tipos ideais, nenhuma carreira política se faz exclusivamente por uma ou outra trajetória, mas sempre por meio de uma mistura complexa entre todos os tipos.

O baixo acúmulo de capital político pode limitar as possibilidades de ascensão na carreira política, dado que a relação que se estabelece entre capital político e carreira política é direta. O capital político “indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente”.<sup>197</sup> Nesse caso a relação que se estabelece é dialética: é necessário capital político para ascender na carreira, também a ocupação de cargos de mais alta hierarquia no campo político contribui para a ampliação desse tipo de capital. O progresso na carreira<sup>198</sup> depende, tanto da popularidade do parlamentar no sentido de ser capaz de cativar o público externo ao campo político institucional (e que deve, portanto, constituir-se em sua base eleitoral), quanto do reconhecimento de seus pares, o que garante apoio às candidaturas e à ocupação de postos-chave na estrutura hierárquica da carreira política. Nesse sentido, a posse de capital delegado ou convertido coloca seus detentores em posições que lhes conferem visibilidade social e permite que formem, em maior ou menor medida, uma rede de apoios partidários e extrapartidários necessários à busca de um mandato eleitoral.

Sendo assim, a ocupação de determinadas posições ou a entrada em determinados espaços<sup>199</sup> depende do acúmulo de capital político e, conseqüentemente, da carreira política que mulheres parlamentares construíram ao longo de suas vidas. Isso porque o campo político, assim como qualquer outro campo, pressupõe que os agentes ali inseridos (no caso

---

<sup>197</sup> MIGUEL, 2003b, p. 115.

<sup>198</sup> Para Miguel (2003b), uma carreira política ideal mistura a ocupação de mandatos nos poderes Executivo e Legislativo. Isso porque o Executivo confere maior notoriedade, já que cada cargo é único e porque, para que se ocupe um cargo nesse Poder, quase sempre é necessário disputar e ganhar uma eleição de alta visibilidade, seguida de um mandato também potencialmente com grande publicidade. Já o Poder Legislativo é o espaço da socialização da elite política em seus diferentes níveis (local, estadual e federal).

<sup>199</sup> Tais como membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, presidência de comissões, relatoria de projetos importantes, lideranças partidárias e de governo, etc.

os parlamentares) disputam o acesso às posições de poder e de maior prestígio, buscando valorizar seus atributos em detrimento dos de seus concorrentes. As posições de maior poder e prestígio têm sido, tradicionalmente, ocupadas por homens e referem-se a áreas de atuação que remetem ao masculino. Ocupar tais posições é ainda mais importante para mulheres, pois possibilita o acúmulo de maior capital político, a ampliação de seu reconhecimento tanto interna quanto externamente ao Parlamento,<sup>200</sup> e, conseqüentemente, permite a entrada em outros espaços ou posições que até então estavam fechados às parlamentares.

### 3.1.6. Bases políticas femininas

A literatura existente sobre bases políticas tem, em geral, abordado a questão do ponto de vista da localidade, ou seja, da destinação de recursos ou do atendimento a pleitos que deputados e senadores fazem por seus municípios ou estados.<sup>201</sup> Apesar da pouca atenção dispensada a esse tema, Bezerra destaca que a atuação de deputados ou senadores voltada para o atendimento das demandas de suas bases não se constitui em uma parcela menor, ou menos importante, de sua atuação parlamentar. Os parlamentares estão submetidos a uma enorme quantidade de atividades que devem desenvolver no âmbito de sua atuação, e mobilizam parte expressiva de suas energias para o atendimento de pedidos de caráter particularista, proveniente do que chamam de suas bases eleitorais. O estudo de Costa<sup>202</sup> enumera essas atividades, quais sejam, produção de leis, participação em debates, uso da palavra, freqüência ao plenário e comissões, redação de projetos e discursos, declarações à imprensa, discussão de projetos, encaminhamento de correspondência aos eleitores, atendimento às bases, e elaboração do Orçamento. Os parlamentares, ao descreverem o trabalho que realizam no Congresso, costumam estabelecer distinção entre duas frentes básicas de atuação: as atribuições legislativas e o atendimento às bases, o que mostra a importância e a magnitude dessa última atividade no cotidiano parlamentar.

---

<sup>200</sup> A ampliação do reconhecimento e da aceitação de mulheres políticas no interior do Parlamento é de extrema importância, dado que a ocupação de posições no campo político não é mero reflexo das votações recebidas no processo eleitoral, mas depende, também, de como tais mulheres são vistas por seus pares, em termos de competência, capacidade, merecimento e acúmulo de capital necessário para a ocupação dos cargos mais relevantes.

<sup>201</sup> BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das "bases" – política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 1999. PALMEIRA; GOLDMAN, 1996.

<sup>202</sup> COSTA, Maria Cecília S. da. *Os caminhos da casa*. Dissertação (Mestrado) – PPGAS/MN/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1980.

Para Bezerra, a idéia de bases está ligada muito mais ao compromisso com determinadas localidades do que com grupos particulares. Assim, “A base eleitoral está associada ao desempenho da função parlamentar. Ela não é somente o local ao qual o parlamentar retorna, mas é para onde dirige sua atividade. Ressalte-se, portanto, a importância atribuída às bases – em detrimento, por exemplo, da referência a grupos ou a idéia de nação – na definição a respeito da atividade parlamentar”.<sup>203</sup>

Este tipo de atuação vem como resultado de um processo construído já nas campanhas eleitorais, ou mesmo antes, na ocupação de cargos sindicais, por exemplo, nas quais o voto se apresenta, não apenas como a expressão da vontade de um indivíduo, mas também “remete a uma relação moral entre pessoas, expressa na noção de um *compromisso*”.<sup>204</sup> A idéia de compromisso remete, portanto, ao vínculo moral que se estabelece entre políticos e eleitores, fundando uma espécie de lealdade política entre esses grupos. Assim, o eleitor promete seu voto a um político que, por sua vez, promete atender a suas demandas e necessidades.

Há alguns tipos de campanhas eleitorais em que se busca construir candidatos identificados com um determinado grupo ou categoria profissional, que se constituirá em sua base fundamental. Essa identificação cria a idéia de pertencimento nos eleitores e é fundamental para proporcionar reconhecimento do candidato ao eleitor. Nesse caso, o principal elo entre essas duas pontas é a existência de uma cumplicidade que se dá por meio de experiências de vida comum. Palmeira e Goldman destacam que candidatos que se utilizam desse partilhamento de experiências como forma de conquistar votos já apresentam uma preocupação em mostrar que a conquista do mandato pode significar avanços legislativos na defesa dos interesses da categoria profissional ou do grupo em questão, indo além da simples concessão material.

Existem pouquíssimos estudos no Brasil que tratem da questão das bases eleitorais femininas. Alguns estudos – que muitas vezes se contrapõem – podem ser encontrados em âmbito internacional, como o de Smith e Fox,<sup>205</sup> no qual se conclui que as mulheres com alto nível de escolaridade (e não todas as mulheres) favorecem fortemente as candidatas do mesmo sexo no caso das eleições para a Câmara nos Estados Unidos, ou seja, que votam

---

<sup>203</sup> BEZERRA, *op. cit.*, p. 103.

<sup>204</sup> PALMEIRA; GOLDMAN, 1996, p. 132.

<sup>205</sup> SMITH, Eric. e FOX, Richard. The electoral fortunes of women candidates for Congress. *Political Research Quarterly*, v. 54, n. 1, pp. 205-221, March 2001.

em mulheres simplesmente pelo fato de serem mulheres. As explicações para tanto variam. Alguns autores argumentam que pessoas com menor nível educacional tendem a carregar maiores doses de preconceito contra mulheres candidatas.<sup>206</sup> Já outros defendem que isso se deve ao fato de que o movimento feminista é mais forte entre aquelas com mais escolaridade.<sup>207</sup> Conclusão semelhante é apresentada por Dolan,<sup>208</sup> ao afirmar que as mulheres têm maior tendência para apoiar mulheres candidatas à Câmara dos Deputados dos EUA e não ao Senado. Além disso, descobre que as mulheres são mais influenciadas pelas ideologias e pela divisão sexual de temas se uma mulher é candidata.

Mas alguns estudos chegam a resultados diversos, como os de Seltzer, Newman e Leighton<sup>209</sup>, que encontram maior vantagem das candidatas entre as eleitoras do mesmo sexo no caso nas eleições para o Senado e governos estaduais. Outros, ainda, como o de Queiroz,<sup>210</sup> elaborado para os cargos municipais brasileiros, e o de Plutzer e Zipp,<sup>211</sup> não chegam à conclusão de que mulheres candidatas têm maior vantagem entre as eleitoras. O tema é ainda bastante controverso e polêmico, sendo merecedor de estudos mais aprofundados.

As bases de parlamentares mulheres são, majoritariamente, formadas por movimentos ou grupos sociais ligados às áreas de atuação tradicional feminina. Isso porque, em função da socialização diferenciada, tais parlamentares concentraram-se em carreiras ligadas à área social antes de ingressarem na vida política formal, especialmente àquelas que remetem ao seu papel na vida privada, tais como educação e saúde.<sup>212</sup> Tal fato, certamente, limita as possibilidades de atuação dessas mulheres eleitas, que, por deverem satisfação aos

---

<sup>206</sup> BENNETT, Linda; BENNETT, Stephen. Changing views about gender equality in politics: gradual changes and lingering doubts. In: DUKE, Lois L. (ed.). *Women in politics: outsiders or insiders?* 2ª ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1996.

<sup>207</sup> CONOVER, Pamela Johnson. Feminists and the gender gap. *Journal of Politics*, n. 50, 1988, pp. 985-1010. KLEIN, Ethel. *Gender politics*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984.

<sup>208</sup> DOLAN, Kathleen. The impact of candidate sex on evaluations of candidates for the U.S. House of Representatives. *Social Science Quarterly*, v. 85, n. 1, Mar. 2004.

<sup>209</sup> SELTZER, Richard A.; JODY, Newman; LEIGHTON, Melissa Voorhees. *Sex as a political variable: women candidates and voters in U. S. Elections*. Boulder, Co: Lynne Rienner, 1997.

<sup>210</sup> QUEIROZ, Cristina Monteiro de. *Mulheres nas eleições municipais do Brasil (1996-2004)*. 2005. 91 p. Monografia (Graduação em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

<sup>211</sup> Nesse estudo, algumas conclusões mais específicas foram tiradas: i) nas eleições realizadas no “Ano da Mulher” dos EUA, há fortes evidências de que os eleitores preferiram candidatos do mesmo sexo; e ii) esse voto “gendrado” é mais comum quando uma candidata democrata se identifica como feminista, o que de certa forma é uma garantia a mais de que defenderá os temas de interesse das mulheres. PLUTZER, Eric, and ZIPP, John, F. Gender Identity and Voting for Women Candidates. *Public Opinion Quarterly*, n. 60, pp. 30-57, 1996.

<sup>212</sup> O que pode ser verificado a partir dos dados apresentados no próximo capítulo.

seus grupos e por tradicionalmente contarem com baixo capital político que lhes permita ampliar suas bases, mantêm-se “presas” à atuação em áreas consideradas femininas.

Nesse sentido, a forte ligação entre o tipo de atuação das parlamentares e o tipo de base que possuem se dá, sobretudo, pela noção de que cabe ao parlamentar agir em favor de seus representados, os quais diretamente constituem a sua própria base eleitoral. A percepção negativa do eleitor, ou seja, a crença de que o “seu parlamentar” não age em sua defesa ou na defesa de seus interesses, o faz ser reconhecido como ineficiente, incapaz, ou até mesmo ingrato (pelo fato de ter recebido seu voto), o que resulta, obviamente, na perda de eleitores, que representam votos, e que podem ameaçar a obtenção de um novo mandato. Por contarem com uma base que, em geral, as associa aos temas sociais, a preocupação com a manutenção e a ampliação dos seus eleitores as faz atuar em áreas mais tipicamente conhecidas como femininas.

Outra questão importante a ser destacada é que a relação direta que se faz entre mulheres e sua atuação em áreas consideradas femininas leva a que mesmo parlamentares que não foram eleitas sob essa bandeira acabem tendo que defender os interesses “femininos”<sup>213</sup> como forma de adquirirem credibilidade, reconhecimento e maior quantidade de capital político que se traduza em votos. Pode-se supor que até mesmo pessoas que não votaram em mulheres esperam que sua atuação no Parlamento seja direcionada para assuntos femininos e de interesse maior para as mulheres. “Muitos atores – eleitores, dirigentes partidários, candidatos, jornalistas – transferem suas expectativas estereotipadas sobre homens e mulheres para os candidatos e candidatas. O resultado destes estereótipos é que certas características pessoais e o conhecimento de algumas áreas passa a ser considerado como ‘femininas’ e outras como ‘masculinas’”.<sup>214</sup> Como as mulheres eleitas, assim como qualquer político, dependem da opinião pública para se reelegerem, há uma pressão da sociedade para que elas concentrem-se em determinadas espaços.<sup>215</sup>

---

<sup>213</sup> É o que argumenta Libardoni (2000, p. 31): “[...] dada la legitimidad de la bancada femenina frente a los parlamentarios, al movimiento de mujeres y a la sociedad en general, em cada nueva legislatura, el encaje de las parlamentarias recién electas con la bancada há dado como resultado su compromiso con los derechos de las mujeres, contribuyendo a fortalecer su trabajo, aun cuando esos temas no formaron parte de su plataforma de campana”.

<sup>214</sup> FOX; OXLEY, 2003, p. 834.

<sup>215</sup> Interessante a análise que Dolan (2004) faz da utilização dos estereótipos como percepções que as pessoas utilizam para orientar seus votos. Para ele, o uso desses pré-conceitos é usualmente uma forma que as

De fato, essa expectativa social pode ser usada, segundo Hernson, Lay e Stokes,<sup>216</sup> em favor da eleição de mulheres. Para os autores, se as mulheres competem “como mulheres”, ou seja, defendendo e associando sua atuação àqueles temas tradicionalmente reconhecidos como de sua competência,<sup>217</sup> então as chances de que mais mulheres votem nelas aumenta consideravelmente. “Nossos resultados mostram que ser uma candidata pode ser um bem. Quando as mulheres escolhem capitalizar em cima dos estereótipos de gênero, focando os temas que são mais favoravelmente associados às candidatas e tendo como alvo mulheres e outros grupos sociais, elas melhoram suas chances de sucesso eleitoral”.<sup>218</sup> No entanto, essa estratégia, ao mesmo tempo em que pode ampliar a votação das mulheres, contribui para a construção de uma base eleitoral que certamente irá reivindicar sua atuação nesses temas dentro do Parlamento, ou seja, constitui-se em outro fator que molda e condiciona a participação das parlamentares.

### 3.1.7. O papel das mulheres no Parlamento

As justificativas usualmente levantadas para a presença de mulheres no Parlamento – moral, ética e atuação diferenciadas – também influenciam a sua atuação. Isso porque, a partir dessas justificativas, homens e mulheres em sociedade constroem representações acerca das funções que devem desempenhar no Parlamento. A atuação feminina passa a ser vista, inclusive, pelas próprias deputadas como orientada pelo fato de que são elas as únicas e mais legítimas representantes das mulheres brasileiras. E, como tal, devem agir na defesa de seus interesses e necessidades.

Ao buscar construir argumentos concretos que permitam justificar a necessidade de maior igualdade entre os sexos na representação política, Miguel aponta três linhas de raciocínio: a afirmação de uma diferença **moral** entre homens e mulheres, de uma

---

peças encontram para economizar tempo e esforço que iriam investir se resolvessem entender o mundo político ao seu redor. Assim, podem decidir não votar em mulheres porque estas não foram “feitas” para a política, e também podem acreditar que cabe a elas tratar de temas relacionados aos cuidados e aos assuntos femininos.

<sup>216</sup> HERNSON, Paul; LAY, J. Celeste; STOKES, Atiya Kai. Women running “as women”: candidate gender, campaign issues, and voter-targeting strategies. *The Journal of Politics*, v. 65, n. 1, p. 244-255, Feb. 2003.

<sup>217</sup> Para os autores, os eleitores vêem as mulheres como mais competentes para lidar com assuntos femininos, tais como cuidados com crianças e educação, mas menos capazes de lidar com assuntos masculinos, como economia e guerra.

<sup>218</sup> HERNSON; LAY; STOKES, *op. cit.*, p. 251.

diferença de **interesses** e de uma diferença **estrutural** entre eles.<sup>219</sup> No que se refere ao primeiro ponto, que corresponde à idéia de uma ética particular feminina, assume-se que as mulheres são dotadas de uma sensibilidade moral que é distinta da masculina. Há, de fato, uma percepção generalizada na sociedade de que as mulheres são dotadas de um conjunto de atributos e qualidades, que Grossi e Miguel reuniram em torno da categoria “sensibilidade”.<sup>220</sup> Assim, a presença de mulheres na esfera política seria justificada pelo fato de serem elas detentoras de determinadas qualidades inatas ao sexo feminino, tais como ética, solidariedade, justiça e fraternidade, que as tornariam mais sensíveis e mais voltadas à defesa de uma sociedade mais justa do que os seus parceiros do sexo masculino, tornando a política uma atividade mais branda e “humana”. A idéia central, aqui, é que

[...] existiria uma diferença entre a política feita pelos homens e a política feita pelas mulheres, sendo que, no cerne desta diferença, estaria a ‘sensibilidade’. Dois argumentos são utilizados para explicar esta sensibilidade, um que aponta que ela seria natural pelo exercício da maternidade e outro que a veria como construção social das mulheres, a partir do cuidado com os outros, inseridas em profissões como as de professoras, enfermeiras, médicas ou assistentes sociais.<sup>221</sup>

O primeiro argumento, essencializador das diferenças, tem sido paulatinamente substituído pelo segundo, que assume que as diferenças são construídas e, nesse caso, o são por fatores relacionados ao gênero.

Esta forma de fazer política, que seria particular das mulheres, tem recebido o nome de “política do desvelo”. Autoras como Carol Gilligan e Nancy Chodorow, defensoras dessa idéia, têm assumido que “as mulheres trariam um aporte diferenciado à esfera política, por estarem acostumadas a cuidar dos outros e a velar pelos mais indefesos. Com uma presença feminina mais expressiva nas esferas de poder, haveria o abrandamento do caráter agressivo da atividade política, que é visto como inerentemente masculino. As mulheres trariam para a política uma valorização da solidariedade e da compaixão, além da busca genuína pela paz; áreas hoje desprezadas no embate político, como amparo social,

---

<sup>219</sup> MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, pp .253-267, 2001.

<sup>220</sup> GROSSI e MIGUEL, 2001.

<sup>221</sup> *Ibid.*, p. 193.

saúde, educação ou meio ambiente, ganhariam atenção renovada”.<sup>222</sup> Os teóricos de tal corrente partem do pressuposto de que a presença feminina possibilitaria a superação da “política de interesses”, que seria a política típica dos homens.

Tal visão, no entanto, tem sido alvo de inúmeras críticas. Primeiro, por reificar papéis de gênero, deslizando sempre para a naturalização das diferenças. Segundo, porque a experiência de mulheres no poder tem demonstrado que a relação entre gênero e “política do desvelo” não é inequívoca, o que indica que homens e mulheres podem exercer o poder da mesma maneira. E também porque muitas vezes as mulheres podem estar concentradas na atuação em políticas sociais porque este é o único nicho disponível a elas no campo político. Dessa forma, dada a estrutura do campo, as posições de menor prestígio e que demandam menor quantidade de capital político são aquelas para as quais as mulheres se dirigem. “O discurso da ‘política maternal’ insula as mulheres neste nicho e, desta forma, mantém a divisão do trabalho político, uma divisão que, mais uma vez, destina aos homens as tarefas socialmente mais valorizadas”.<sup>223</sup> Por fim, porque a idéia de uma política desinteressada, que se opõe à “política de interesses” masculina, traz consigo a idéia de que as mulheres têm como característica própria preocupar-se mais com os outros do que consigo. Estaria subjacente, aqui, a negação do direito da mulher a possuir interesses próprios, uma negação imposta pela sociedade patriarcal, e que essa corrente teórica acaba por exaltar.

A segunda linha de raciocínio apontada por Miguel vai exatamente nessa direção, relacionando diferenças de interesses entre homens e mulheres. Assim, a presença de mulheres na política estaria justificada, não porque elas representam uma “política do desvelo”, do desinteresse, mas porque têm interesses próprios, obviamente ligados a questões de gênero, e que precisam ser levados em conta. Está subjacente, aqui, a idéia de que as mulheres são as melhores defensoras de seus interesses. No entanto, há novamente uma perspectiva essencializadora nessa discussão. Tanto porque supõe que todas as mulheres sejam dotadas dos mesmos interesses, ignorando outras dimensões que as compõem como sujeitos (raça, posição social, idade, etc.), quanto porque define que uma parlamentar, simplesmente por ser mulher, estará comprometida com a questão feminina, o que muitas vezes não é o caso.

---

<sup>222</sup> MIGUEL, 2001, p. 259. Ver GILLIGAN, Carol. *In a different voice*. Cambridge: Harvard University Press, 1982. CHODOROW, Nancy. *The Reproduction of Mothering*. Berkeley: University of California Press, 1978.

<sup>223</sup> MIGUEL, 2000b, p. 93.

Para Anne Phillips, há uma discussão que transcende o sexo do parlamentar, e que se coloca no nível de suas consciências. Logo, o comprometimento com a causa está intimamente relacionado à consciência feminista dos indivíduos, que pode estar presente tanto em homens quanto em mulheres. Para a autora, a simples presença de mulheres na política não basta; é preciso que essas mulheres estejam comprometidas com a causa feminista, levando à discussão de uma política de presença versus uma política de idéias. A política de presença estaria baseada na argumentação de que pessoas de grupos diferentes têm uma vivência diferente e, portanto, a importância de quem os representa politicamente se torna fundamental. Como crítica a essa concepção surge a discussão das múltiplas identidades, o que, no limite, fragmentaria tanto a sociedade que tornaria necessário haver um representante para cada indivíduo; e põe-se em jogo a representação de grupos que, legalmente, não podem estar presentes no Parlamento.

Para Miguel, há nesse caso uma questão de justiça intuitiva. De fato, se a parcela feminina corresponde a pouco mais da metade da população e ocupa menos de 10% das cadeiras do Congresso Nacional, há, indubitavelmente, um caráter de sub-representação permeando a esfera política que não pode estar certo. Nem todas as desproporções ou diferenças entre governo e sociedade são, no entanto, relevantes a ponto de serem vistas como problemas políticos. “Não há, por exemplo, crianças no Parlamento. A desproporção de mulheres se torna relevante, pois, contrariamente ao caso das crianças que, por conta de uma característica natural, sua idade, não são capazes de advogar por seus próprios interesses, não há nada que impeça as mulheres de fazê-lo”.<sup>224</sup>

Tal argumentação acaba por cair no debate sobre o que é ou como deveria funcionar uma democracia representativa e como pensá-la sob a égide das identidades plurais e fragmentadas que aparecem com a modernidade. O grande desafio passa a ser como conceber um sistema de representação considerando-se a diversidade de identidades (de gênero, raça, etnia, orientação sexual, classe...) que compõem o indivíduo.

Para Phillips, algumas dessas identidades serão mais importantes que outras dependendo da cultura, da época e do país. E seriam exatamente essas diferenças, que estruturam a vida das pessoas e causam experiências de vida diferentes, que deveriam ser levadas em conta na representação política. Levando-se essa idéia ao extremo, ou seja,

---

<sup>224</sup> QUEIROZ, 2005, p. 7.

assumindo que toda diferença se torna significativa para aquele que a vive, então “a busca da autenticidade – [...] da perseguição interminável da experiência que dará a autoridade a alguém – torna difícil para qualquer um experimentar uma experiência que não seja idêntica à sua própria e, levando ao extremo, torna o diálogo virtualmente impossível”.<sup>225</sup>

Já a política de idéias enfatiza mais o que é representado, independentemente de quem representa. Aqui o importante é que as idéias e necessidades das mulheres negras, por exemplo, estejam contempladas na diversidade de propostas apresentadas no Congresso, não importando se foi uma mulher negra ou um homem branco o autor da proposta. Argumenta-se contra esse ponto que existem determinadas vivências que só quem as já sentiu estaria apto a descrever e defender os seus interesses. No entanto, os parlamentares brancos comprometidos com a causa negra, por exemplo, mesmo que não experimentem o racismo eles mesmos, fazem (ou poderiam fazer) proposições legislativas a partir da participação, do comprometimento e do trabalho conjunto com os movimentos negros, vítimas finais do processo discriminatório. Segundo Queiroz, “A política de idéias, assim como a de presença, não devem ser vistas como pólos opostos, mas sim como medidas complementares para se alcançar tanto uma melhor representação política da sociedade, como mecanismos que façam com que nossos representantes tenham o compromisso de resposta referente às suas ações”.<sup>226</sup>

Finalmente, um terceiro aspecto que poderia justificar a atuação diferenciada de homens e mulheres seria uma diferença estrutural, ligada às posições que cada um dos sexos ocupa na sociedade. Por esta visão, tal diferença é consequência

[...] da divisão sexual do trabalho: é apanágio das mulheres cuidar das crianças e, cada vez mais, dos idosos. Existe então esta divisão sexual do trabalho, a qual estrutura as relações entre homens e mulheres: as mulheres têm esta experiência, elas vivem, passam por isso. E quando alçada a postos de tomada de decisão [...], quase que intuitivamente a mulher encaminha demandas relacionadas com este universo. Segundo a divisão sexual do trabalho, a mulher está para o trabalho reprodutivo assim como o homem está para o produtivo. Da mesma forma, a mulher está para o privado assim como o homem está para o público.<sup>227</sup>

---

<sup>225</sup> PHILLIPS, 2001, p. 275.

<sup>226</sup> QUEIROZ, 2005, p. 14.

<sup>227</sup> COSTA, Delaine. Capacitação de líderes femininas: reflexões sobre a experiência do IBAM. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, 2001, p. 222.

Nesse caso, o que está em jogo com a inclusão de mulheres na esfera política é a possibilidade de realmente se alcançar o pluralismo de perspectivas que caracteriza sociedades tão fragmentadas como as contemporâneas, de superar os limites impostos pelas desigualdades estruturais, que alocam em proporções diferentes, segundo os grupos sociais, a capacidade de intervir no campo político. “O acesso de mulheres às esferas de deliberação é necessário não porque compartilhem das mesmas opiniões ou interesses, mas porque partem de uma mesma perspectiva social [...]. A palavra é relevante: trata-se de um ponto de partida e não de chegada”,<sup>228</sup> o que significa que tal diferença na perspectiva de vida de homens e mulheres é um fato (ponto de partida), mas não deve ser vista como uma condição, ou como algo natural às sociedades (ponto de chegada). Assim, as vozes das mulheres na política são certamente diferentes das dos homens, não porque a diferença sexual produza uma moral diferenciada, mas porque a organização da sociedade impõe experiências diferenciadas.

A idéia por trás de toda essa questão é que mulheres e homens agem de maneira diferenciada porque tiveram uma socialização diferenciada e, portanto, se interessam por temas situados em esferas distintas. É claro que este é um fator que não pode, de forma alguma, ser desconsiderado em um estudo como este. Certamente a questão da socialização é um item que fundamenta a atuação diferenciada de homens e mulheres, não só na vida política, mas em todas as outras esferas da vida social. No entanto, tendo como objetivo entender essa diferença, acreditamos ser importante buscar outros fatores que também possam contribuir, em graus variados, para a concentração de mulheres e homens em áreas específicas, sendo interessante notar que a concepção de gênero perpassa todas as hipóteses aqui apresentadas, assumindo um caráter transversal.

---

<sup>228</sup> MIGUEL, 2001, p. 265.

#### **4. Perfil e trajetória política das deputadas no pós-Constituinte**

O período de análise coberto por esse estudo – 1987 a 2002 – é bastante rico tanto do ponto de vista do contexto político-econômico que o caracteriza quanto do fortalecimento da participação e da presença de mulheres no Congresso Nacional e, em especial, na Câmara dos Deputados.<sup>229</sup> Abarcam-se, dessa maneira, cinco mandatos presidenciais – José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e dois de Fernando Henrique Cardoso – que perpassam quatro legislaturas (48<sup>a</sup> a 51<sup>a</sup>) e se situam no contexto da redemocratização do país após os duros e longos anos da ditadura militar.

Nesse período, foram eleitas 76 deputadas para a Câmara Federal. Entre eleições e reeleições, essas mulheres ocuparam, no período de 1987 a 2002, um total de 112 mandatos na Casa. Ademais, romperam uma série de barreiras que vão, desde as limitações originadas da divisão sexual do trabalho e do patriarcalismo, até questões mais pragmáticas, ligadas aos tipos de sistemas eleitoral e partidário vigentes no país. Para algumas, mais do que para outras, essas dificuldades apresentaram-se com maior intensidade. De fato, não é possível, mesmo, afirmar que essas mulheres formam um grupo homogêneo. Suas origens, trajetórias de vida e formas de inserção na política são bastante diferenciadas, e, dessa forma, suas experiências, dificuldades e vitórias devem ser vistas com o pano de fundo desse conjunto de fatores que as constróem como indivíduos.

O objetivo deste capítulo é apresentar o perfil e a trajetória política destas parlamentares ao longo de suas carreiras. Os dados aqui apresentados trazem um quadro que permite identificar claramente quem são as mulheres que conquistaram posições importantes na política federal brasileira ao longo dos quinze anos que se seguiram à redemocratização do país. Suas trajetórias profissional e política trazem importantes informações que ajudam a compreender a forma de atuação que desenvolvem na Câmara dos Deputados e os lugares que ali ocupam. Importante destacar que, inicialmente, os dados são apresentados para o conjunto das deputadas do pós-Constituinte com o intuito de fornecer seu retrato geral. Em seguida, porém, a análise se orienta para a identificação de subgrupos importantes que se formam entre essas mulheres. No caso desta dissertação,

---

<sup>229</sup> Como foi apresentado no primeiro capítulo desta dissertação, é a partir de 1986 que a presença de mulheres se torna mais expressiva na Câmara dos Deputados, passando de 8 parlamentares, em 1982, para 26, em 1986.

optou-se por observá-los a partir de uma lente que focaliza o tipo de capital político que possuem: delegado de suas famílias, de movimentos sociais; construído a partir da ocupação de cargos públicos e políticos importantes na esfera governamental; ou convertido de outros campos sociais. Antes, porém, faz-se necessário apresentar uma breve discussão sobre o Parlamento federal, *locus* da análise aqui desenvolvida. O objetivo é entender o espaço no qual essas mulheres atuam, bem como suas funções e limitações.

#### **4.1. O Parlamento federal: palco do estudo**

As dificuldades para participar da política institucionalizada e as barreiras à atuação em determinados âmbitos repetem-se desde a esfera municipal, ainda que em menor proporção,<sup>230</sup> até a federal, na ocupação de assentos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. A escolha do Parlamento federal como foco deste estudo justifica-se por ser esta a mais alta instância do Legislativo representativa da sociedade brasileira e com maior possibilidade de exercício do poder. Nessa linha, tomando-se como ponto de partida a idéia de quanto mais institucionalizada for a política, mais difícil ser a presença feminina, poder-se-ia supor que mulheres que venceram as inúmeras dificuldades para ascender ao Congresso Nacional estariam menos condicionadas por fatores que as limitaram a uma atuação particular e específica. Tal suposição, no entanto, não encontra respaldo nas evidências empíricas, o que torna esse espaço um espaço privilegiado para o entendimento da forma de atuação das mulheres na política.

As definições do que vem a ser Parlamento são inúmeras e o período de tempo em que esse tema vem sendo discutido no campo da ciência se estende por, no mínimo, quatro séculos, se considerarmos as primeiras referências feitas por Locke. Messenberg faz uma interessante e breve recuperação da discussão histórica do que vem a ser o Parlamento. Segundo a autora: “Para Locke, o Parlamento é o poder supremo da comunidade; para Stuart Mill, é o fórum central de discussão de demandas sociais e fiscalização das ações do

---

<sup>230</sup> A maior presença de mulheres na esfera municipal reflete, em grande parte, questões relacionadas à sua disponibilidade para participar da política. A ocupação de cargos em nível estadual ou federal requer uma ausência do âmbito familiar que nem sempre é possível, dada a necessidade de conciliação entre as tarefas de cuidado e responsabilidade com a casa e a família e as atividades políticas. Se atuam em nível local, mais perto de seus familiares e de suas comunidades, então se torna mais fácil para as mulheres conciliarem essas atividades, bem como recorrer às redes familiares para as auxiliarem nesta conciliação. De fato, algumas das entrevistadas neste estudo afirmam essa dificuldade ao assumirem mandatos parlamentares, o que se traduz muitas vezes em separações e conflitos conjugais.

Executivo; para Weber, um terreno de luta e ascensão de lideranças políticas. Finalmente, para Habermas, é a esfera pública política estatalmente institucionalizada pelo Estado”.<sup>231</sup>

Ao se passar da análise histórica para a análise dos dias atuais, dos chamados Parlamentos modernos, nota-se a existência de variadas formas parlamentares “igualmente desconcertantes”,<sup>232</sup> todas com o nome de Parlamento, porém com constituições e conteúdos bem diversos. Segundo Cotta, os principais motivos para esse fenômeno incluem desde a proliferação das instituições parlamentares em grande número de Estados que surgiram ao longo dos últimos séculos, com características e realidades políticas completamente distintas, até a incidência também diferenciada daquilo que o autor chamou de “novidades políticas” – como democracia de massa, partidos organizados e regimes totalitários. Com o intuito de criar um “ponto de referência”, a partir de definição ao mesmo tempo ampla mas que abrigue os elementos comumente enfatizados na literatura especializada, o autor sugere a seguinte conceituação de Parlamento:

[...] pode definir-se assim: uma assembléia ou sistema de assembléias baseadas num “**princípio representativo**”, que é diversamente especificado, mas determina os critérios de sua composição. Estas assembléias gozam de **atribuições funcionais variadas**, mas todas elas se caracterizam por um denominador comum: a participação direta ou indireta, muito ou pouco relevante, na elaboração e execução das opções políticas, a fim de que elas correspondam à “vontade popular”. Convém precisar que, ao dizermos “assembléia”, queremos indicar uma estrutura colegial organizada, baseada não num princípio hierárquico, mas, geralmente, num **princípio igualitário**. Trata-se, por isso, de uma estrutura de tendência policêntrica.<sup>233</sup>

Três pontos se destacam na definição de Cotta e se fazem imprescindíveis para o entendimento da atuação parlamentar de maneira geral, e das mulheres no caso específico deste estudo: o princípio da representatividade, o da igualdade, e as funções próprias e variadas que a instituição abriga.

---

<sup>231</sup> MESSEMBERG, Débora. *A elite parlamentar do pós-Constituinte: atores e práticas*. São Paulo: Brasiliense, 2002, p.21.

<sup>232</sup> COTTA, Maurizio. Parlamento. In: BOBBIO, 2004, v. 2, p. 880.

<sup>233</sup> *Ibid.*, p. 880, grifos nossos.

#### 4.1.1. A democracia representativa

O primeiro ponto importante a ser destacado nesta definição “refere-se ao estreito vínculo que se estabelece entre o fenômeno dos parlamentos modernos e a noção de representação”.<sup>234</sup> De fato, ao se partir da idéia de democracia representativa, poder-se-ia, pelo menos em tese, considerar os parlamentos, eleitos periodicamente, como a expressão concreta da representação política, ou seja, no momento em que a população vai às urnas e elege o seu parlamento, configura-se uma representação legítima e inquestionável da vontade popular.<sup>235</sup>

O conceito de representação política tem-se tornado cada vez mais complexo e, dessa forma, tem sido utilizado de maneira tão flexível a ponto de servir como legitimador de diferentes regimes políticos. Tanto governantes que chegaram ao poder via eleições diretas, quanto aqueles sustentados por regimes ditatoriais, apresentam-se como representantes do povo, “de forma que o conceito e a prática da representação política nem sempre podem ser relacionados com as noções de democracia e de liberdade”.<sup>236</sup>

Essa amplitude conceitual faz que, se alguns autores propõem desmembrar ou substituir o conceito de representação pelo de participação direta, outros procuram limitá-lo à análise dos processos políticos, dando ênfase à questão das eleições, dos partidos políticos e do Parlamento. Esta noção de democracia representativa, em que o processo eleitoral ocupa lugar central, é recente na literatura. De fato, para o pensamento clássico, democracia e eleições não se confundiam, uma vez que a democracia pressupõe o princípio da igualdade de todos e as eleições pressupõem um processo de seleção no qual se admite, implicitamente, que alguns indivíduos são mais bem preparados para assumir cargos públicos, constituindo-se, portanto, em um mecanismo aristocrático. Manin<sup>237</sup> aponta que a eleição para a ocupação dos cargos governamentais, no lugar do tradicional sorteio, característico das democracias gregas, representou o triunfo do princípio da distinção aristocrática. No mesmo sentido, alguns autores afirmam que as instituições representativas não surgiram como solução para a impossibilidade da democracia direta em Estados de grandes proporções, mas foram

---

<sup>234</sup> MESSENERG, 2002, p. 21.

<sup>235</sup> Se o processo atualmente vigente para ascensão aos parlamentos passa pelas eleições livres e diretas, cabe ressaltar que restam, ainda, algumas formas de nomeação “do alto”, como, por exemplo, na Itália, onde fazem parte do Parlamento representantes nomeados pelo presidente, bem como os ex-presidentes de Estado.

<sup>236</sup> PRÁ, 1992, p. 74.

<sup>237</sup> MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

pensadas, desde o início, como forma de diminuir a presença e a participação popular, reduzindo-a e reservando-a a homens com características de elite.

Durante muito tempo a possibilidade de ser representado foi, explicitamente, privilégio de poucos. Se a mulheres, pobres ou analfabetos não era permitido o voto, então os interesses a serem representados no Parlamento ficavam restritos a um reduzido universo de cidadãos, e os contornos da representação terminavam por refletir os interesses daqueles aptos a serem representados. Na atualidade, a situação não é de todo distinta. Embora não existam mais mecanismos formais de exclusão de grupos da esfera política representativa, na prática observa-se a ausência real de muitos deles dos espaços de poder. No entanto, é possível afirmar que a ausência de representantes de determinado grupo no Parlamento significa estar esse grupo sem representação parlamentar? Essa é a discussão de fundo que perpassa o conceito de representação. Deve o Parlamento ser o retrato fiel da sociedade para ser considerado, de fato, seu representante?

Na busca de encontrar elementos que permitam construir um conceito mínimo do que seja representação política, Pitkin<sup>238</sup> chega a uma tipologia, na qual se destacam duas correntes principais. A primeira, conhecida como ‘representação descritiva’, afirma que o Parlamento deve formar um microcosmo da sociedade representada, reproduzindo-a em suas características principais. Assim, mais importante do que a atuação dos parlamentares é a noção de quem são eles e que grupo representam.<sup>239</sup> Já a segunda vertente – ‘representação formalista’ ou ‘de interesses’ – enfatiza a relação entre representante e representado, destacando, nesse caso, ou a autorização que alguns dão para que outros ajam em seu lugar, ou a prestação de contas que o representante deve fazer de seus atos. Sobressai, aqui, a capacidade do representante de bem defender os interesses de seus representados.

Em seqüência ao mesmo raciocínio, Messenberg aponta três acepções de tal conceito.<sup>240</sup> A primeira envolve a noção de representação como uma ação que encerra uma relação de delegação, ou seja, os representantes agem sem grande potencial de iniciativa e com pequeno grau de autonomia frente às instituições para as quais foram eleitos. A segunda acepção diz respeito à representação como uma relação de confiança entre

---

<sup>238</sup> PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.

<sup>239</sup> Nesse sentido, caímos na dicotomia política de idéias X política da presença e na dificuldade de se obter uma representação adequada da sociedade dadas as identidades múltiplas e fragmentadas que caracterizam a modernidade.

<sup>240</sup> MESSENBURG, 2002, p. 21.

parlamentares e eleitores. Nesse sentido, o representante adquire maior liberdade para decidir, embora predomine o pressuposto de que seus atos são orientados pela percepção acurada dos interesses dos representados, ou seja, significa que são capazes de fazer valer a vontade popular. Por fim, o conceito de representação pode estar vinculado àquilo que a autora chamou de noção de “espelho”. Essa terceira acepção supõe que o foco central da representação encontra-se relacionado a um isomorfismo de características e atos entre representados e representantes.

Tais acepções, porém, não se apresentam nos parlamentos modernos em suas formas puras. São encontradas em combinações as quais, não necessariamente, se reproduzem de maneira idêntica em todos os sistemas políticos representativos. Em outras palavras,

[...] para que se possa definir um sistema político “minimamente” representativo, devem estar configurados, ainda que em proporções não facilmente determináveis: um certo grau de controle dos representados sobre os representantes (tal como sugere a concepção de delegação); uma certa margem de autonomia para a atuação dos representantes (expressa na concepção de confiança); e um certo grau de identidade entre representantes e representados (acepção do espelho), envolvendo características sociais comuns a ambos.<sup>241</sup>

A expansão da democracia representativa – quase sempre via vertente eleitoral – tem sido acompanhada, contudo, de uma redução na adesão popular às instituições representativas. Percebe-se uma “crise” no sentimento de estar representado, o que acaba por comprometer os laços que idealmente deveriam ligar os eleitores aos parlamentares, candidatos, partidos e, de forma mais genérica, aos poderes constitucionais.<sup>242</sup>

Essa “crise”, embora de difícil comprovação empírica, pode ser constatada pelo declínio do comparecimento eleitoral, pela ampliação da desconfiança em relação às instituições, pelo esvaziamento dos partidos políticos<sup>243</sup> e pela demanda crescente, por parte dos grupos historicamente alijados dos processos decisórios, por uma política de presença,

---

<sup>241</sup> MESSEMBERG, 2002, p. 22.

<sup>242</sup> MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D. Elementos para uma teoria ampliada da representação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, pp. 123-140, fev. 2003.

<sup>243</sup> Estudo de Miguel (2003) traz uma série de evidências empíricas que comprovam que é “mais ou menos generalizada a tendência à redução no comparecimento às urnas”. Além disso, em pesquisa realizada pelo Eurobarômetro em 1996, 36% dos entrevistados acreditavam que não tinham muita influência sobre as decisões nacionais, enquanto outros 38% acreditavam não ter qualquer tipo de influência sobre as instâncias parlamentares. No caso do Reino Unido, a soma dessas duas categorias alcançou 84%, o que aponta para a pouca identidade com as instituições. Por fim, entre as razões para o esvaziamento dos partidos encontram-se a burocratização de suas estruturas internas, o menor leque de opções políticas e as mudanças que a mídia eletrônica introduziu no processo eleitoral.

que substitua a política de idéias supostamente em vigor. Entre a política de presença e a política de idéias, Pitkin<sup>244</sup> aponta sua predileção por esta última, “que daria maior proteção aos cidadãos, contraposta à visão ‘ingênua’ da representação descritiva”. A reduzida presença de alguns grupos sociais nos espaços de representação – tais como as mulheres –, porém, tem levado à crescente demanda por um Parlamento que espelhe de maneira mais fiel a sociedade brasileira. Essa demanda origina-se na percepção de que a “porção de espelho” que o Parlamento deve carregar encontra-se diminuída. Assim, os grupos sociais que não se sentem representados defendem maior presença de seus membros, o que, em síntese, significaria mais atenção às suas necessidades e à defesa de seus interesses. Essa crença, no entanto, pressupõe que a simples presença de mulheres no Parlamento garante que seus interesses serão defendidos, ou seja, que todas aquelas porventura eleitas estarão comprometidas com as questões femininas. Concebe, também, que existe um único interesse feminino a cruzar as fronteiras de classe, etnia, orientação sexual e que seja identificável.

#### *4.1.2. As funções do Parlamento*

Outro ponto digno de destaque na definição de Parlamento de Cotta é o que remete às funções que exerce ou deveria exercer. A existência de múltiplas e variadas funções parlamentares encontra explicação no papel característico do Parlamento de fazer cumprir a soberania popular, e no desempenho desse papel evoca para si o direito e o dever de intervir, embora de formas diversas, em variados momentos e espaços da vida política. Assim, podem haver atividades de estímulo ao trabalho legislativo, de controle do Executivo, de apoio ou de legitimação, por exemplo. De maneira geral, as muitas funções parlamentares podem ser agrupadas em quatro grandes áreas: representação, legislação, controle do Executivo e legitimação.

A função representativa pode ser entendida como uma função preliminar, como a função última do Parlamento, e na qual todas as demais se baseiam. Apesar dos sistemas ou situações políticas vigentes, a representação é uma constante histórica, mantida apesar de todas as transformações sofridas pelas atribuições do Parlamento.

As demais funções são, na verdade, instrumentos para que a representação se efetive. Nesse sentido, destaque-se a função legislativa, que é a mais peculiar de todas, a

---

<sup>244</sup> PITKIN, 1967.

ponto de definir o Parlamento como o Poder Legislativo. No entanto, se inicialmente a doutrina da separação dos poderes deixava clara a distinção entre o Executivo e o Legislativo, atribuindo funções específicas a cada um (ao Parlamento cabia a elaboração de normas gerais e ao Executivo, a atividade de governo, ou seja, a incumbência de atender ao caso concreto e particular no quadro legislativo estabelecido), as transformações políticas dos últimos séculos tornaram essa divisão menos clara. Assim, segundo Cotta, pode-se afirmar que hoje se governa legislando, pois o Executivo, por meio de instrumentos particulares a cada Estado, é capaz, também, de atuar na atividade da legislação.<sup>245</sup> A atividade legislativa tornou-se, portanto, resultado da intervenção conjunta do Parlamento e demais órgãos de governo. Sendo assim, “há que se admitir que o vigor da atividade legislativa dos Parlamentos modernos encontra-se diretamente relacionado ao grau de autonomia constitucionalmente estabelecido para essa instituição em relação ao Executivo, e ao nível de competição entre ambos os poderes na execução dessa mesma função”.<sup>246</sup>

A terceira função parlamentar diz respeito à legitimação. O Parlamento, ao se colocar como intermediário das manifestações de consenso e dissenso, de apoio político ou de contestação da sociedade perante o governo, interfere diretamente no grau de legitimidade desse organismo político. Cabe destacar que, quanto menos democrático o regime, mais importante torna-se essa função, vez que, em regimes nos quais a autonomia política do Parlamento é limitada, essa função legitimadora constitui-se na principal justificativa para a manutenção das estruturas parlamentares.

Por fim, a função de controle e fiscalização exercida pelo Parlamento sobre o Executivo vem se revelando de extrema importância para a manutenção da ordem democrática. Assim, Weber já demonstrava sua preocupação com a necessidade da atuação fiscalizadora do Legislativo diante da burocracia, em função da tendência desta última em se expandir para todas as esferas sociais e, particularmente, no terreno por excelência da ação política. Segundo Weber, “[os] dirigentes do funcionalismo sempre tentarão manter a

---

<sup>245</sup> FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. O processo legislativo e a produção legal no Congresso pós-Constituinte. *Novos estudos Cebrap*, n. 38, mar. 1994. \_\_\_\_\_. Mudança constitucional, desempenho legislativo e consolidação institucional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10 n. 29, out. 1995. \_\_\_\_\_. Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 38, n. 3, 1995b. \_\_\_\_\_. O Congresso e as medidas provisórias: abdicação ou delegação? *Novos estudos Cebrap*, n.47, mar. 1997.

<sup>246</sup> MESSENERG, 2002 , p. 22

tendência de uma liberdade sem controle possível e, acima de tudo, de monopolização dos cargos ministeriais para as promoções dos funcionários em carreira”.<sup>247</sup>

Não se trata, no entanto, de impedir a participação da burocracia na política, mas de não deixá-la sobressair no jogo político, reduzindo-o a uma mera ação rotineira.

Os dirigentes do funcionalismo, aqueles que prescrevem as tarefas, naturalmente têm sempre de resolver problemas políticos, sejam problemas de poder político ou de política cultural. Controlá-los nesse mister é tarefa do Parlamento. Não são somente as tarefas delegadas às altas instâncias de poder, mas cada questão, mesmo que meramente teórica, numa instância inferior que pode tornar-se politicamente importante, e o tipo de solução encontrada ser determinada por critérios políticos. Os políticos devem ser a força capaz de enquadrar o funcionalismo.<sup>248</sup>

#### 4.1.3. O princípio da igualdade

Recuperando o terceiro ponto importante da definição de Parlamento presente em Cotta, é fundamental, ainda mais para estudos dessa natureza, ressaltar “[...] que, ao dizermos ‘assembléia’, queremos indicar uma estrutura colegial organizada, baseada não num princípio hierárquico, mas, geralmente, num **princípio igualitário**”.<sup>249</sup> A presunção da igualdade entre os membros do Parlamento constitui-se, como bem argumenta Messenberg, em suposição de cunho muito mais ideológico do que de expressão da realidade. O estudo dessa autora aponta justamente no sentido contrário a essa igualdade ao concluir que a grande massa dos parlamentares encontra-se na posição de liderados e a negociação política, assim como os processos decisórios, são regidos por pequeno grupo, denominado de elite parlamentar. “Ainda que todos os parlamentares, ao serem eleitos [...], adquiram formalmente [...] os mesmos direitos e deveres, observam-se no interior do Parlamento [...] diferenças profundas quanto à capacidade individual desses representantes de exercerem influência (ou de participarem igualitariamente) nas decisões legislativas”.<sup>250</sup>

Os estudos sobre a política deliberativa e a esfera pública trazem importante contribuição para o debate sobre o princípio da igualdade que deveria nortear o

---

<sup>247</sup> WEBER, Max. *Parlamento e governo na Alemanha reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos*. Petrópolis RJ: Vozes, 1993, p.72.

<sup>248</sup> *Ibid.*, p. 72.

<sup>249</sup> COTTA, 2004, p. 880, grifos nossos.

<sup>250</sup> MESSENBURG, 2002, p. 24.

funcionamento do Parlamento. Cohen<sup>251</sup> constrói, em seus trabalhos, um modelo ideal de política deliberativa, parte do processo ideal de deliberação e que deve espelhar-se, da melhor maneira possível, nas instituições políticas. Para ele,

[...] a noção de uma democracia deliberativa está enraizada no ideal intuitivo de uma associação democrática na qual a justificação dos termos e das condições de associação efetua-se através da argumentação pública e do intercâmbio racional entre **cidadãos iguais**. Em tal ordem, os cidadãos engajam-se coletivamente para resolver, através de uma argumentação pública, os problemas resultantes de sua escolha coletiva e consideram suas instituições básicas legitimadas na medida em que estas conseguirem formar o quadro de uma deliberação pública conduzida com toda a liberdade.

Esse processo, marcado pela natureza política, caracteriza-se: (i) pela deliberação de forma argumentativa, ou seja, as partes apresentam seus argumentos e informações para análise e exame críticos; (ii) pela característica de ser inclusivo e público, ou seja, ninguém deve ser excluído do processo de discussão, todos têm **iguais chances de participarem e de serem ouvidos**; (iii) pela deliberação isenta de injunções externas; (iv) pela deliberação livre, principalmente, de coerções internas, o que poderia colocar em risco a igualdade entre os participantes; (v) por deliberações com vistas ao estabelecimento de acordo racional e passível de ser (re) tomado a qualquer momento e sem restrições. As deliberações políticas devem obedecer ao princípio da maioria, ou seja, a decisão tomada deve estar em consonância com a vontade e a opinião dessa maioria, e irá continuar valendo como base racional até que a minoria convença a maioria do contrário; e (vi) pelo fato de a deliberação política abranger matérias das mais diferentes naturezas e que são passíveis de regulação, dado o interesse simétrico de todos. Isso não significa, no entanto, que alguns temas, originalmente tidos como de caráter privado, não possam ser discutidos na esfera pública deliberativa.

Para Robert Dahl,<sup>252</sup> o processo de participação deliberativa em qualquer ordem política deve proporcionar: (i) inclusão de todas as pessoas envolvidas; (ii) chances reais de participação no processo político, repartidas equitativamente; (iii) igual direito a voto nas decisões; (iv) mesmo direito para escolha de temas e de agendas; e (v) situações nas quais todos os participantes, tendo à mão informações e argumentos suficientes, possam

---

<sup>251</sup> COHEN, J. *Deliberation and democratic legitimacy*. In: Hamlin, A.; Pettit, B. (eds.). *The Good Policy*. Oxford, 1989.

<sup>252</sup> DAHL, R. A. *Democracy and its Critics*. New Haven, 1989.

formar compreensão articulada acerca das matérias a serem regulamentadas e dos interesses controversos.

Isso significa que homens e mulheres deveriam ter, a princípio, igual espaço na esfera pública e suas questões, o mesmo peso em processos deliberativos. No entanto, nota-se enorme dificuldade, marcada por coerções internas, para que alguns temas relacionados à vida da mulher, e para que a sua própria atuação nessa esfera, sejam concretizados. A idéia de que o privado não pode ser objeto de discussão e não pode ser assunto “político” acaba reduzindo o papel da mulher nesse espaço público, pois os papéis de gênero associados a cada um dos sexos delegaram à mulher a responsabilidade pelo mundo privado, enquanto ao homem coube a participação nessa esfera pública. Segundo Dahl, nenhuma ordem política ainda foi capaz de preencher suficientemente os critérios por ele apresentados; certamente uma das lacunas encontra-se na desigualdade de participação, inclusão, voto e definição de temas, não só em termos de gênero, mas de raça/etnia e de classe social.

#### **4.2. Quem são as deputadas do pós-Constituinte**

As discussões sobre democracia representativa, portanto, remetem sempre à idéia de que o Parlamento deve, em alguma medida, funcionar como um espelho da sua sociedade. Como já se apresentou, ele não precisa refletir exatamente as características de seu povo, mas, para que seja minimamente representativo, deve guardar uma proporção de identidade entre representantes e representados, com características sociais comuns entre ambos.

Dessa forma, faz-se importante para a democracia representativa contar com a presença de mulheres em seus parlamentos. Aí já se encontra uma primeira dificuldade para o caso brasileiro, pois a proporção de eleitas ao longo dos anos tem se mantido sempre bastante baixa, especialmente se comparada à proporção de mulheres na população total do país. A tabela 3 mostra, com clareza, esse estável desequilíbrio.

**Tabela 3**

Proporção de mulheres no total de eleitos para a Câmara dos Deputados e no total da população brasileira.

(Em porcentagem)

Legislaturas	Mulheres na Câmara	Mulheres na População*
1987 (48 <sup>a</sup> )	5,4	51,4
1991 (49 <sup>a</sup> )	5,8	51,5
1995 (50 <sup>a</sup> )	6,2	51,6
1999 (51 <sup>a</sup> )	5,6	51,7

Fonte: Messenberg (2002); TSE e IBGE. Elaboração própria.

Nota: \* Considerou-se apenas a população elegível, ou seja, com idade igual ou superior a 21anos.

Como já foi apontado, as causas para a baixa presença feminina na Câmara dos Deputados, assim como nas demais esferas de representação política formal, referem-se a fatores tais como: (i) a socialização diferenciada para meninos e meninas que, em geral, não considera a política como componente essencial da vida das mulheres e constrói um *habitus* político tipicamente masculino; (ii) as estruturas familiares e as dificuldades de conciliar vida privada e pública, originadas também de papéis sociais culturalmente definidos; (iii) o baixo acúmulo de capital político experimentado pelas mulheres ao longo de sua vida; (iv) as dificuldades encontradas já no âmbito dos partidos políticos, dentre as quais se destacam pouco apoio e incentivo para as campanhas, a lógica puramente eleitoral que permeia suas atuações, a falta de treinamento e o próprio sexismo; e (v) o tipo de sistema eleitoral vigente no país.

Se muitas são as dificuldades, muitas são também as formas de entrada destas mulheres no espaço político. A literatura,<sup>253</sup> em geral, aponta para duas principais vias de acesso: a da liderança ou participação nos movimentos sociais e a das relações familiares. Mais recentemente, o sistema de cotas instalado no país também vem se constituindo em uma outra via aberta às mulheres, aos partidos e à sociedade em geral para maior participação feminina na política. Esta foi a realidade encontrada por uma das entrevistadas nesta dissertação. Casada com um famoso político e filiada a um partido que não contava com

<sup>253</sup> Ver, entre outros, MIGUEL, 2000; AVELAR, 2001; PRÁ, 1992; COSTA 2004; ARAÚJO, 2001b; RODRIGUES, 2002; BARREIRA, Irllys. *Chuva de papéis: ritos de símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

mulheres para preencher as cotas, a deputada conta que acabou saindo candidata “[...] justamente por esse tipo de cota, cota de mulheres. Só que o partido não prepara mulheres pra serem candidatas, então essa cota... Eu acho assim, que ela é, ela tem um ponto negativo por isso. Nos não somos preparadas, não preparou. [...] Meu partido não tinha mulheres pra candidatar e eu vim na parte da cota, graças a Deus que deu certo, né? Porque eu ganhei e já tô no segundo mandato, né?” (Deputada federal – PFL).

Cada indivíduo, ao entrar na política, carrega consigo algum tipo e algum acúmulo de capital político, sendo este um capital simbólico que confere ao parlamentar a legitimidade necessária para sua ação no campo. Tal como se apresentou no capítulo 2, o capital político pode subdividir-se em capital delegado ou convertido, estando o delegado mais relacionado às instituições – partidos ou famílias –, à ocupação de cargos públicos e políticos e à própria militância partidária. O capital convertido seria aquele originado de outros campos – como o esportista, o artístico ou o intelectual – e que se converte, em maior ou menor grau, em capital próprio da política.

A partir desta proposta e da análise dos dados coletados sobre a trajetória política das deputadas, adotou-se, aqui, uma outra tipologia que desagrega um pouco mais os tipos de capital político tais como propostos por Bourdieu. Isso é necessário porque, neste estudo, interessa especificamente o tipo de capital político que as mulheres levam consigo ao entrarem na Câmara dos Deputados. Assim, aquelas que construíram suas carreiras via ocupação de cargos públicos importantes ou via movimentos sociais, a despeito de possuírem um capital político delegado de uma atuação no próprio campo político,<sup>254</sup> apresentam perfis diferentes e compromissos com públicos bastante distintos, o que fez que a análise de cada uma delas ocorresse de maneira separada. Chegou-se, assim, a uma tipologia<sup>255</sup> que abarca quatro possibilidades de capital político: (i) capital familiar – delegado das famílias que têm tradição política; (ii) capital oriundo da participação em movimentos sociais; (iii) capital delegado da ocupação de cargos públicos/políticos em função de um saber técnico especializado; e (iv) capital convertido de outros campos que não o político.

---

<sup>254</sup> Entende-se campo político, aqui, sob a concepção mais ampla, tal como foi apresentado no capítulo 1, ou seja, remete à participação política formal, mas não apenas; inclui também a presença nos movimentos sociais.

<sup>255</sup> Importante lembrar que a idéia de ‘tipo’ aqui adotada remete à acepção de Weber (2004), sendo mais realista supor, portanto, que as deputadas trazem uma mistura de tipos de capital, sendo classificadas segundo aquele que parece ter sido o que mais influenciou para a sua vitória nas eleições.

## Capital familiar

O primeiro tipo, portanto, refere-se ao **capital familiar**, que tem sido tradicionalmente uma das principais formas para mulheres entrarem na política. Nesse caso, elas se “aproveitam” do prestígio de familiares para conquistar uma cadeira no Parlamento, e herdaram, não apenas o *savoir faire* político, mas também uma rede de vínculos, compromissos e lealdades.

Esse prestígio pode advir de famílias que têm uma importante trajetória e tradição no campo político ou de cônjuges que já construíram uma carreira política prévia.<sup>256</sup> Assim, em muitos casos as referências à herança familiar são utilizadas nas campanhas eleitorais como *marketing* político.<sup>257</sup> Essa trajetória, porém, não é exclusividade das mulheres, sendo amplamente verificada também entre os deputados homens.<sup>258</sup> No entanto, ela se faz ainda mais importante para a parcela feminina da população, constituindo-se muitas vezes em seu primeiro contato com o mundo político e transformando-se em estímulo para o seu envolvimento. Em muitos casos, tal envolvimento inicia-se a partir da necessidade de acompanhar e colaborar para as campanhas dos maridos; assim, contribui para o rompimento de uma socialização que não incorpora o mundo político como parte do horizonte de possibilidades da mulher.

*Acontece isso porque a mulher do político é seu principal cabo eleitoral. Ela costuma trabalhar ao lado do marido e aprende a agir nas campanhas. Depois, partir para a própria campanha é um pulo. Dep. Janete Capiberibe (PSB/AP).<sup>259</sup>*

*Olha, eu venho... Meu esposo é senador da República, foi deputado federal e hoje é senador da República junto comigo. Agora, eu ajudei na campanha dele, eu participei, eu não queria que ele fosse político. Do momento que ele começou, realmente eu fui junto porque eu sou casada com ele, não tem outra opção (Deputada federal – PFL).*

---

<sup>256</sup> No primeiro caso cite-se, por exemplo, as deputadas Roseana Sarney e Márcia Kubitschek. No segundo, estão, entre outras, as deputadas Rita Camata, Nice Lobão e Elcione Barbalho.

<sup>257</sup> Foi o caso, por exemplo, da deputada Andréia Zito, filha do prefeito de Duque de Caxias (RJ), que se utilizava do slogan “Filho de Peixe... Andréia Zito vai continuar as obras de Zito em Caxias” e entre os motivos para sua candidatura indicava “ser filha de Zito, ser jovem, ser mulher e ser evangélica”.

<sup>258</sup> Tais como Aécio Neves, Sarney Filho e Rodrigo Maia.

<sup>259</sup> Em FERRARI, Luís; COBOS, Paulo. Graças ao Norte, Câmara terá recorde de mulheres. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 out. 2006. Caderno Brasil, p. A10.

Há que se apontar, ainda, para aquelas que entram no Parlamento para dar continuidade à ação política de seus maridos ou pais. Nesses casos, as deputadas constituem-se, em algum medida, em “fantoques” daqueles que lhes delegaram capital político, atuando de acordo com suas orientações, mais do que segundo convicções próprias.<sup>260</sup> Considerando-se esse grupo de parlamentares, a idéia de uma política de presença não parece fazer sentido, já que não necessariamente desenvolverão um trabalho orientado para as mulheres ou para a defesa de seus interesses.

*Meu marido não era candidato nessa época [quando saiu candidata a deputada federal], não ia pra eleição, porque era senador e são 8 anos, e ele não ia ser candidato, então eu fui convidada pelo partido, fui quase que imposta pelo partido, pra ser deputada federal. [...] Eu tenho, assim, preocupação de diminuir o número de mulheres. Primeiro porque umas não virão mais como candidatas, virão os maridos, e outras não querem nem vir mais por nada deste mundo (Deputada federal – PFL).*

Por outro lado, como aponta Tabak: “[a entrada via tradição familiar] se repete na política brasileira; em virtude da posição do marido que exerce cargo público, **a candidata pode dispor de uma máquina administrativa, recursos financeiros, canais de propaganda e base eleitoral**”.<sup>261</sup> Desse modo, levando em conta que o acesso a recursos materiais é mais difícil para as mulheres que têm pouca tradição no campo político, a ligação familiar, por vezes, permite-lhes acesso ao necessário para entrarem na política formal.

É importante considerar, ainda, que

[...] evidenciar a paternidade, a maternidade ou a conjugalidade, e se utilizar dessas relações para conseguir uma melhor votação, em si mesmo não é negativo nem positivo. Muitas das mulheres e dos homens que ingressaram na política a partir de laços familiares, exerceram os seus mandatos com dignidade e se destacaram em defesa de causas

---

<sup>260</sup> Durante a realização da pesquisa de campo desta dissertação, esse fato pôde ser claramente percebido. Enquanto aguardava para realizar a entrevista com uma das deputadas selecionadas, seu marido, que ocupa o cargo de senador da República, entrou em seu gabinete e interrompeu suas atividades para iniciar uma reunião com pessoas diretamente ligadas a ele. A entrevista acabou não sendo realizada, uma vez que a deputada afirmou-se impedida de concedê-la, pois teria que participar da reunião que seu marido conduziria.

<sup>261</sup> TABAK, 1989, p. 127. Grifos nossos.

significativas, entre elas as das mulheres. Mas, abrir outros espaços para que outras e mais mulheres possam se candidatar e se eleger, é fundamental e necessário.<sup>262</sup>

O que se pôde perceber nas entrevistas, porém, é que, para aquelas que não se utilizaram de capital familiar para construírem suas trajetórias políticas, há a percepção de que a entrada na política por essa via é um elemento de desqualificação da capacidade de atuação política daquela mulher.<sup>263</sup> Assim, há um discurso que se ocupa em desvincular a trajetória política de uma possível influência familiar, buscando nisso uma forma de diferenciação do **tradicional** e colocando a entrada na Câmara via envolvimento político prévio como oposta e mais legítima do que a entrada via prestígio familiar.<sup>264</sup>

*Não [tem familiar político]. Que bom né? [...] A minha história ela é diferente disso [de entrar pela política via famílias]. É afastar que isso não presta, então vamos ficar afastado disso, entendeu? Já marchei contra a maré, né? Contra a correnteza” (Deputada Federal – PCdoB)*

*Ah! sim, eu tenho um tio avô, que fez parte do governo Getúlio Vargas, é... Mas isso são coisas antigas, recentemente não. Que tem deputadas aqui que vêm porque o marido já tá na carreira, porque ele era governador, porque ele era senador, eu não tenho ninguém... Muitas que estão aqui vieram por carreiras, também fazendo isso, não é nenhum demérito não, vieram de carreiras familiares, né? [...] Acho que a bancada tá quase que dividida, as que vieram **pelas suas atuações específicas**, de área, de região, de profissão, e as que vieram **por influência familiar** (Deputada federal – PT/SP).*

Esta visão ultrapassa o Parlamento e se dissemina também pela sociedade. Exemplo disso foi a entrevista que o cientista político Fábio Wanderley concedeu ao jornal Folha de São Paulo. Na tentativa de explicar o aumento do número de mulheres no Parlamento nas eleições de 2006, afirma: “[o capital familiar] Pode ser uma razão plausível para o quadro todo. Por um lado, desqualifica um pouco o aumento da realização feminina, que

---

<sup>262</sup> MIGUEL, 2000, p. 170.

<sup>263</sup> Vale notar que o mesmo não é verificado na mesma medida para os homens eleitos pelo mesmo tipo de capital.

<sup>264</sup> Em entrevista concedida à revista Carta Capital, a deputada Denise Frossard afirma: “A mulher na política não é um arremedo do homem. Ele faz política para os políticos. A mulher, não. Claro, falo das mulheres que estão na política por seus próprios esforços, porque há as feministas e as que eu chamo de mulheristas, que não chegaram ali por seus próprios esforços”. ATHAYDE, Phydia. Jogo de damas. *Carta Capital*, ano XII, n. 389, pp. 12-18, abril de 2006.

*acaba sendo algo que pode ser associado a um certo ‘caciquismo’. Se se constata que boa parte das mulheres eleitas tem este tipo de ligação, com líder político já conhecido como tal, realmente a coisa é muito menos significativa”.*<sup>265</sup>

### **Capital delegado pela participação em movimentos sociais**

A participação em movimentos sociais também tem-se revelado uma fonte importante de capital político para as mulheres ingressarem na Câmara dos Deputados. Nesse caso, incluem-se as deputadas que contam com uma trajetória em sindicatos, associações de bairros, associações estudantis e profissionais e no próprio movimento de mulheres. Antes de se candidatarem, muitas mulheres vivenciaram uma importante socialização política nesses espaços e se destacaram como lideranças comunitárias ou sindicais.

Esta porta de entrada na política formal abriu-se com maior intensidade a partir do processo de redemocratização da sociedade brasileira, o que permitiu a formação de quadros fora da herança familiar ou partidária. Muitas delas envolveram-se com a política a partir dos movimentos estudantis ou que lutavam pela anistia. Ademais, as difíceis condições de vida, a pobreza e a desigualdade social – experimentadas ou observadas por elas – também contribuíram para que muitas deputadas militassem nos movimentos sociais de base e nos movimentos sindicais.

A militância social acaba por se constituir, no discurso dessas mulheres, em elemento de valorização e distinção da sua trajetória política e transformar-se em “uma espécie de ‘ficha política’ de candidatas preocupadas em demonstrar princípios de ‘comprometimento com causas sociais’ capazes de estabelecer diferenças entre os demais candidatos ao pleito.”<sup>266</sup> Isto pôde ser percebido no decorrer da realização das entrevistas, momento no qual as deputadas discorriam longamente sobre sua trajetória nos movimentos sociais, deixando claro o caráter de construção própria da carreira política.

*Eu militava já na comunidade, era militante da igreja, Comissão Pastoral da Terra que [...] luta pela preservação dos camponeses, pequenos trabalhadores, sem terras, a lutar pelos seus direitos. Também este órgão da igreja estimulou a organização das trabalhadoras rurais, e eu, como trabalhadora rural, já estava me*

---

<sup>265</sup> ATHAYDE, 2006.

<sup>266</sup> BARREIRA, 1998, p. 138.

*organizando no movimento de trabalhadoras rurais, participando com minhas companheiras, no movimento sem-terra, em sindicatos, organizando sindicatos combativos, movimentos contra as barragens, eu já fazia parte desse processo inicial que tava se começando e daí eu entrei também no partido. [...] O movimento de mulheres não tinha ainda uma organização, era apenas alguns contatos e depois disso em 84 nós organizamos um movimento estadual (Deputada federal – PT/SC).*

*Quando eu entrei na universidade era final da ditadura militar, né? Em 79, em plena campanha a favor da anistia, foi que eu tomei conhecimento do que estava acontecendo porque até então eu estava num colégio privado, em que a gente não falava e nem se organizava e não sabia de nada. Eu não venho de uma família que tenha tradição de participação política, então foi quando eu ingressei na universidade, pra mim foi um choque, aí me chamou muito mais atenção o fator político o do que acadêmico propriamente dito, me seduziu mais a questão política do que a questão acadêmica (Deputada federal – PCdoB).*

*Eu comecei a lecionar como professora, entrei no sindicato dos professores, foi na década de 80, início da década de 80, começou aquela efervescência do movimento sindical, e também as lutas pela redemocratização do país. Comecei a participar no mesmo momento do Comitê Brasileiro pela anistia, que na época se formou pela redemocratização, pela discussão dos mortos e desaparecidos políticos da ditadura. (Deputada federal – PT/SC)*

Ao analisar as candidaturas de mulheres às prefeituras das cidades de Natal, Maceió e Fortaleza, Barreira conclui que essa via relaciona-se a um “desempenho profissional<sup>267</sup> capaz de construir um capital simbólico baseado na ‘popularidade’. A realização de um desempenho profissional permite o reconhecimento de méritos pessoais, que designam a característica de ‘conta própria’. Esse é um modelo que, se não passa a vigorar como regra, figura como ideal de autonomia partilhada por todas as candidatas analisadas”.<sup>268</sup>

---

<sup>267</sup> Refere-se à militância nos movimentos sociais, em especial, nos sindicais.

<sup>268</sup> BARREIRA, 1998, p. 139.

### **Capital delegado da ocupação de cargos públicos e políticos**

O terceiro tipo de capital importante, também oriundo do campo político, é aquele delegado pela ocupação anterior de cargos de peso tanto no Legislativo (vereadora, deputada estadual/distrital, deputada federal ou senadora) quanto no Executivo (prefeita, governadora, secretária municipal/estadual, ministra, cargos em fundações públicas). A trajetória política que as mulheres dotadas desse tipo de capital construíram passa, em um primeiro momento, pela conversão de um saber técnico especializado em capital político, o que as leva a ocuparem posições importantes na hierarquia governamental. Tais posições, porém, é que lhes conferem notoriedade e popularidade maior, possibilitando que sejam eleitas para a Câmara dos Deputados. É o tipo de capital que Costa chama de “profissionalização e politização de competências”.<sup>269</sup>

Em muitos desses casos, há um envolvimento prévio com os partidos, mas sem qualquer ligação com os movimentos sociais.<sup>270</sup> Em estudo realizado com todas as 318 prefeitas eleitas pelo país no ano 2000, Costa colheu diversas declarações de acúmulo de capital político originado a partir da conversão inicial de um saber técnico: “*Trabalhamos três anos em numa escola estadual como diretora, realizamos um bom trabalho na educação e fomos convidadas a nos candidatar ao cargo de prefeita*”; “[...] *pela minha trajetória na educação, fui indicada para Prefeita*”.<sup>271</sup>

A trajetória das mulheres que entram na Câmara dos Deputados em função desse tipo de capital político obedece, portanto, a um de dois caminhos: (i) a ocupação de cargos eletivos; e (ii) a ocupação de cargos públicos nessas mesmas condições, sempre em função de uma conversão de capital técnico ou de envolvimento com os partidos, mas sem qualquer passagem pelos movimentos sociais.

### **Capital convertido de outros campos**

Por fim, uma última trajetória identificável é a de mulheres que, em função de seu reconhecimento em outros campos que não o político, conseguiram uma votação

---

<sup>269</sup> COSTA, 2004, p. 15.

<sup>270</sup> É o caso, por exemplo, da deputada Yeda Crusius, que construiu uma trajetória profissional que a consolidou como uma competente e reconhecida economista. O reconhecimento desse saber especializado lhe valeu um convite para ser ministra. O capital político acumulado com a ocupação desse cargo foi essencial para sua entrada no Parlamento federal.

<sup>271</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 17.

expressiva e se elegeram deputadas federais. É o que se verifica na eleição de artistas, atletas ou indivíduos que tenham grande projeção por meio da mídia. Mais uma vez, essa não é uma exclusividade das mulheres, sendo uma realidade igualmente importante para os homens que desejam ocupar uma vaga na Câmara.<sup>272</sup>

Interessante notar que, para todos esses tipos de trajetória apresentados, há sempre alguma relação prévia com o campo político, seja de maneira indireta – pela participação de familiares no campo – seja pela participação em movimentos sociais ou ocupação de cargos. De fato, como já apontou Bourdieu, o campo político requer um treinamento específico e é dotado de regras próprias, que se traduzem em um *habitus* próprio. Assim, a taxa de conversão do capital oriundo de outros campos que não o político acaba sendo menor, o que é indicado pela baixa presença de parlamentares com essa trajetória. Em todo o período aqui analisado, apenas a 10,5% das deputadas se poderia atribuir esse tipo de capital. Muitas delas têm também envolvimento político prévio, como são os casos de Marta Suplicy – pelo seu casamento com Eduardo Suplicy e seu envolvimento no movimento de mulheres – e Bete Mendes, pela sua participação no movimento pela anistia. No entanto, foi a **grande** projeção e popularidade garantidas pela sua presença na mídia que lhes assegurou a eleição para a Câmara dos Deputados, motivo pelo qual optou-se por abordá-las em separado.

#### *4.2.1. Perfil das deputadas por tipo de capital político*

Após a apresentação da tipologia que orientará todo o trabalho aqui desenvolvido, é importante verificar a importância que cada uma dessas trajetórias tem para as deputadas eleitas entre 1987 e 2002. De fato, essas trajetórias não devem ser compreendidas isoladamente, de maneira estanque, uma vez que “representam formas de acumulação de recursos, saberes, legitimidades, constituidores de redes sociais nas quais transitam as agentes políticas.”<sup>273</sup> Assim, a classificação de uma deputada em qualquer das categorias não significa que seu capital político seja puro, formado por apenas um dos quatro tipos aqui apresentados. Ao contrário, é, na maior parte das vezes, composto por porções de “peso” diferente de cada um deles.

---

<sup>272</sup> São exemplos dessa trajetória o cantor Agnaldo Timóteo, o ex-presidente do Vasco da Gama, Eurico Miranda, e as deputadas Marta Suplicy – apresentadora de televisão – e Bete Mendes, atriz de telenovelas.

<sup>273</sup> COSTA, 2004, p. 15.

Como já se apontou, a proporção de mulheres que entram na Câmara em função de uma bem-sucedida carreira em outros campos, como o artístico ou intelectual, é baixa; apenas 10,5% do total. As demais dividem-se entre aquelas que têm sua origem no próprio campo político, por uma trajetória própria, e aquelas que entram em função, principalmente, de prestígio e popularidade de suas famílias. As primeiras correspondem a quase 49%, o que aponta para a importância do treinamento prévio que inicia a construção de um *habitus* político essencial para sua atuação no campo. Na divisão interna, o maior peso é para aquelas oriundas dos movimentos sociais (30,3%), que são espaços privilegiados de participação política das mulheres, tal como se discutiu no capítulo 1, o que lhes permite construir uma trajetória política a partir dessa militância e, por sua própria força nesses espaços, conquistar posições e prestígio no interior dos partidos. Outras 41%, por fim, vêm de famílias políticas, particularmente por meio de seus pais ou maridos. Logo, se essa é considerada uma forma tradicional e muitas vezes desprestigiada de entrar na política, para muitas mulheres constitui-se na principal porta de acesso (ver tabela 4).

**Tabela 4**

Distribuição das deputadas, por tipo de capital político.  
Brasil, 1987 a 2002

Tipo de Capital Político	Nº Absoluto	Porcentagem
<b>Delegado do campo político</b>	<b>37</b>	<b>48,7</b>
Movimento	23	30,3
Ocupação de cargos	14	18,4
<b>Delegado das famílias</b>	<b>31</b>	<b>40,8</b>
<b>Convertido de outros campos</b>	<b>8</b>	<b>10,5</b>
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>100</b>

Fonte: Pinheiro, Luana. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. 237 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

De fato, essa importância vem crescendo ao longo dos anos aqui analisados. Se em 1987 38% das deputadas eram dotadas de capital político familiar, essa proporção sobe para 46,4% na legislatura de 1999. Segundo matéria jornalística divulgada a respeito das eleições de 2006, a próxima legislatura (2007-2010) contará com uma bancada que terá

metade de suas integrantes na condição de companheiras ou ex-companheiras, filhas ou viúvas de políticos<sup>274</sup> (ver tabela 5).

**Tabela 5**

Distribuição das deputadas\*, por tipo de capital político e legislatura.  
Brasil, 1987 a 2002

Tipo de Capital Político	1987		1991		1995		1999	
	Nº Absoluto	(%)						
<b>Delegado do campo político</b>	<b>13</b>	<b>50,0</b>	<b>16</b>	<b>55,2</b>	<b>14</b>	<b>48,3</b>	<b>14</b>	<b>50,0</b>
Movimento	8	26,9	10	34,5	7	24,1	9	32,1
Ocupação de cargos	5	19,2	6	20,7	7	24,1	5	17,9
<b>Delegado das famílias</b>	<b>10</b>	<b>38,5</b>	<b>11</b>	<b>37,9</b>	<b>12</b>	<b>41,4</b>	<b>13</b>	<b>46,4</b>
<b>Convertido de outros campos</b>	<b>3</b>	<b>11,5</b>	<b>2</b>	<b>6,9</b>	<b>3</b>	<b>10,3</b>	<b>1</b>	<b>3,6</b>
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>	<b>29</b>	<b>100,0</b>	<b>29</b>	<b>100,0</b>	<b>28</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pinheiro, Luana. *Vozes Femininas na Política*. Brasília, 2006.

Nota: \* O conjunto das deputadas não soma 76, pois, na análise que considera a legislatura, estão contadas repetidamente aquelas que foram reeleitas para o cargo. Assim, a soma, nesse caso, é igual a 112, o que significa que as 76 deputadas estudadas ocuparam 112 mandatos na Câmara.

A participação em movimentos sociais também aumenta no período, mas em menor proporção que o crescimento verificado para as deputadas de origem familiar. Isso certamente está relacionado ao crescimento desse terreno após o processo de redemocratização e ao maior espaço encontrado pelas mulheres para atuarem na política informal. Em sentido oposto, verifica-se uma queda significativa na proporção de deputadas cuja entrada na Casa é fruto de um capital de outros campos que não o político. Pode-se pensar que isso se dá em função de um Parlamento que é cada vez mais produto de uma política profissional, de campanhas caras e bem estruturadas, que seleciona aqueles que já têm alguma experiência prévia para atuarem em seu interior. No entanto, este é um terreno para o qual não são possíveis explicações simplistas. Cada vez mais se verifica o poder da mídia em influenciar o processo eleitoral<sup>275</sup> e, se a política se profissionaliza também ainda é possível presenciar a eleição de indivíduos sem qualquer trajetória anterior, que batem recordes de votos em função de um capital artístico ou econômico (que lhes permite fazer campanhas vultosas que os tornam conhecidos do grande público).

<sup>274</sup> FERRARI e COBBOS, 2006.

<sup>275</sup> A respeito ver Miguel, 2001b e 2003b.

Os perfis políticos e sociais das deputadas não nos permitem, portanto, falar em “mulher” no Parlamento. De fato, as mulheres são múltiplas, com identidades diversas e trajetórias distintas, o que contribui para a formação de uma Câmara dos Deputados que, espera-se, reflita a diversidade existente na sociedade brasileira. Passa-se, agora, à análise do perfil destas 76 mulheres que alcançaram postos mais elevados na hierarquia política. Todas as informações apresentadas serão desagregadas também por tipo de capital político; dessa maneira, procura-se contribuir para o melhor entendimento de quem são as deputadas eleitas no pós-Constituinte.

#### *4.2.2. Perfil das deputadas por nível de escolaridade e profissão*

Alcançar o Parlamento é “privilégio” de muito poucos, o que expressa “uma das faces do tradicional elitismo vigente na história política brasileira, que, embora não lhe seja exclusivo, redundava numa enorme distância a separar representantes e representados”.<sup>276</sup> Tal elitismo fica ainda mais evidente quando se analisa o perfil educacional das mulheres que se elegeram ao longo de todos esses anos.

Entre as 76 deputadas, aproximadamente 83% possui nível superior completo (ver tabela 4). Esse comportamento não difere daquele apresentado para todo o Congresso Nacional, como mostra Messenberg (2002) em seu estudo sobre a elite parlamentar e o Congresso no pós-Constituinte. O alto nível educacional é, portanto, quase um pré-requisito para a entrada nesse espaço.

Ao longo das legislaturas analisadas há um ligeiro crescimento na proporção de deputadas com ensino superior completo, que passa de 85%, na 48<sup>a</sup> legislatura, para 89%, na 51<sup>a</sup>, e chega a 93% do total das mulheres em 1995. Esse elevado nível educacional limita bastante as possibilidades de ascensão aos cargos no Parlamento, tendo-se em vista que apenas 10,8% da população brasileira e 11,2% da feminina, com 25 anos ou mais de idade, concluiu um curso superior.<sup>277</sup> Apenas uma deputada conseguiu se eleger sem o ensino fundamental completo. Nesse caso, foi determinante para sua ascensão o envolvimento na política informal, via movimentos sociais, especialmente o de mulheres agricultoras.

---

<sup>276</sup>MESSEMBERG, 2002, p. 60.

<sup>277</sup>PINHEIRO; FONTOURA; PRATA; SOARES, 2006.

Da inserção na análise do tipo de capital político predominante na trajetória dessas mulheres, é possível notar que, para qualquer um dos grupos, a maior parte das deputadas possui nível superior completo. Este é ligeiramente mais importante para aquelas que construíram uma trajetória via ocupação de cargos, o que se explica pelo fato de que convertem um capital técnico para tanto, obtido, em geral, nos bancos universitários. Mas para aquelas oriundas de outros campos que não o político, o peso da escolaridade torna-se menor. O grande fator distintivo dessas mulheres é a popularidade que obtêm a partir de sua atuação em outros espaços, especialmente o artístico, o que torna o grau de instrução um atributo menos relevante em comparação às demais categorias nas quais se enquadram (ver Tabela 6).

**Tabela 6**

Distribuição das deputadas\* por grau de instrução segundo tipo de capital político.  
Brasil, 1987 a 2002

Tipo de Capital Político	Grau de Instrução								Total (%)
	Superior Completo		Superior Incompleto		Médio Completo		Fundamental Incompleto		
	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)	
Movimentos	19	82,6	2	8,7	1	4,3	1	4,3	<b>100,0</b>
Ocupação de cargos	12	85,7	-	-	2	14,3	-	-	<b>100,0</b>
Familiar	26	83,9	-	-	5	16,1	-	-	<b>100,0</b>
Outros campos	6	75,0	-	-	2	25,0	-	-	<b>100,0</b>
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>82,9</b>	<b>2</b>	<b>2,6</b>	<b>10</b>	<b>13,2</b>	<b>1</b>	<b>1,3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pinheiro, Luana. Vozes Femininas na Política. Brasília, 2006.

Nota: \* O total de deputadas refere-se às 76 eleitas, tendo sido desconsideradas as duplas contagens resultantes de processos de reeleição.

É na análise da profissão<sup>278</sup> anteriormente exercida que se encontra um importante fator de orientação da atuação parlamentar. Seguindo a tradicional divisão sexual das tarefas e do conhecimento, a maior parte das deputadas dedicava-se ao magistério e à pedagogia antes de entrar na vida política. Em segundo lugar aparecem as advogadas e, em seguida, as empresárias e as profissionais da área de saúde (ver Tabela 7).

<sup>278</sup> Muitas deputadas informaram ter mais de uma profissão. Nesses casos, foi escolhida aquela que lhe garantia a sobrevivência cotidiana de maneira mais decisiva.

O perfil profissional das deputadas difere significativamente daquele observado para o Congresso Nacional. Pode-se, a partir dessa comparação, inferir sobre as desigualdades entre homens e mulheres, uma vez que a quase totalidade do Congresso é masculina. Nesse caso, o predomínio é do bacharelismo e do empresariado que, juntos, respondem por cerca de 40% do total de parlamentares. Os professores equivalem a pouco menos de 6% do universo e as ocupações de “ruralista” e “engenheiro”, que sequer aparecem no elenco de atividades profissionais das deputadas, ocupam, respectivamente, a terceira e a quarta posição no ordenamento do Congresso Nacional.<sup>279</sup>

**Tabela 7**

Distribuição das deputadas\* por profissão segundo tipo de capital político  
Brasil, 1987 a 2002

(Em %)

Profissão	Tipo de Capital Político				Total
	Movimentos	Ocupação de Cargos	Familiar	Outros Campos	
Advogada	4,3	21,5	16,1	12,5	<b>13,2</b>
Empresária	-	-	16,1	25,0	<b>9,2</b>
Médica/Farmacêutica/ Enfermeira	17,4	7,1	6,5	-	<b>9,2</b>
Jornalista	4,3	7,1	9,7	-	<b>6,6</b>
Professora/Pedagoga	35,0	35,7	25,8	12,5	<b>28,9</b>
Servidora Pública	4,3	-	12,9	0,0	<b>6,6</b>
Economista	4,3	7,1	3,2	-	<b>3,9</b>
Assessora Política	-	7,1	3,2	-	<b>2,6</b>
Atriz/Radialista	-	-	-	37,5	<b>3,9</b>
Assistente Social	17,4	7,1	3,2	-	<b>7,9</b>
Outras	13,0	7,1	3,2	12,5	<b>7,9</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pinheiro, Luana. Vozes Femininas na Política. Brasília, 2006.

Nota: \* O total de deputadas refere-se às 76 eleitas, tendo sido desconsideradas as duplas contagens resultantes de processos de reeleição.

O predomínio de profissionais oriundos da área do direito não é uma característica da vida política recente do país. De fato, desde o Império pode-se observar a expressiva presença, na elite política, de profissionais ligados a esse campo do saber. Também não é uma realidade tipicamente brasileira, pois Weber já apontava que, para as sociedades ocidentais em geral, a participação dos advogados no campo político não podia ser

<sup>279</sup> Todas as referências a respeito da morfologia do Congresso Nacional foram retiradas de Messenberg, 2002.

menosprezada. Segundo ele, “A natureza das exigências feitas hoje à estrutura partidária faz com que em todos os parlamentos e partidos democratizados, uma profissão exerça um papel preponderante ao se recrutar parlamentares: a de advogado”<sup>280</sup>. Isso porque, além de contarem com o conhecimento oriundo do Direito e um *habitus* típico e bastante adequado ao exercício político, aos advogados é mais fácil a passagem do exercício profissional para a política profissional, considerando-se o trabalho a ser realizado no Parlamento.<sup>281</sup>

As “facilidades” e a adequação que o bacharelismo proporciona, porém, têm um peso significativamente maior para os deputados do que para suas colegas do sexo feminino. Ademais, o exercício profissional do Direito confere um *status* simbólico ao parlamentar que, em função de uma formação que privilegia a retórica e o conhecimento profundo da legislação, estaria mais habituado e preparado para a atividade política. Contribui, assim, para a formação de capital político, uma vez que o seu maior acúmulo depende, entre outros fatores, de como os pares se vêem e se valorizam.

Nesse sentido, a construção das desigualdades de gênero e da segregação vertical e horizontal percebida no Parlamento começa a ser delineada já no momento da formação acadêmica e, posteriormente, na escolha profissional. O cenário ainda vigente na sociedade brasileira indica que, em 2002, nos cursos das áreas de educação, saúde e ciências sociais, o predomínio de mulheres era amplo (76%, 70% e 68%, respectivamente); já nas áreas de engenharia e ciências, matemática e computação havia apenas 27% e 36% de mulheres, respectivamente, em seu corpo discente.<sup>282</sup> De maneira diversa, nos cursos de direito a situação, hoje, é de igualdade; metade das vagas disponíveis nas universidades e faculdades é ocupada por mulheres. Esse quadro, porém, é recente; durante muito tempo esses cursos foram redutos quase exclusivos dos homens. A maior abertura de tais cursos para as mulheres, ocorrida nos últimos anos, aponta para uma possível melhora, em anos próximos, na presença de mulheres no Parlamento com essa formação.

Tal divisão se perpetua para além dos bancos universitários e reproduz uma divisão sexual do trabalho que, diferentemente da divisão tradicional dos séculos anteriores

---

<sup>280</sup> WEBER, 1993, p. 114.

<sup>281</sup> Esse trabalho envolve o uso constante da oratória e a habilidade de trabalhar com a legislação brasileira, ambas características amplamente desenvolvidas e aperfeiçoadas nos cursos de Direito.

<sup>282</sup> INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*: relatório nacional de acompanhamento. Brasília: Ipea, 2005, p. 73.

(mulher no espaço privado e homem no espaço público), se reinventa e encontra novos caminhos para se manifestar. Na contemporaneidade, os limites do público e do privado são bem mais fluidos, o que não impede uma separação profissional na qual, às mulheres, cabem aquelas profissões que representam uma extensão do mundo privado para o público. Desse modo, a divisão sexual do trabalho reserva às mulheres profissões relacionadas às capacidades e virtudes da esfera doméstica. As profissões mais “femininas” mantêm os estereótipos da feminilidade e da maternidade.

Essa tradicional divisão sexual faz que as mulheres, independentemente do tipo de capital político que possuem, estejam concentradas nas profissões ligadas à área educacional, atuando como professoras ou pedagogas. A exceção fica por conta das deputadas que converteram capital de outros campos, cuja maioria é de atrizes e radialistas, como se podia esperar (ver Tabela 7).

Algumas diferenças importantes podem ser notadas em relação ao tipo de capital político. Uma primeira diz respeito à proporção de mulheres advogadas. Para aquelas originadas do movimento social, esta não é uma profissão de peso. De fato, neste caso o envolvimento com a política se dá, em muitos casos, por meio dos movimentos sindicais e sociais de base, o que faz que a atuação como professora, assistente social ou profissional de saúde (médica, enfermeira, farmacêutica) envolva quase 70% do total. Por outro lado, a advocacia se configura na segunda profissão mais presente entre as deputadas que possuem um saber técnico especializado e entre as oriundas de famílias políticas. O domínio de direito, de economia e de política (atividades de peso para as mulheres que ocuparam cargos públicos e políticos) se constitui em valioso atributo de reconhecimento, sendo mais facilmente convertido em capital próprio do campo político.

Para parcela significativa do universo das deputadas é possível, de fato, falar em uma escolha profissional, no sentido de que algumas alternativas são apresentadas a essas mulheres e elas decidem entre essa “cesta de opções”. Tal escolha, porém, não tem uma conotação naturalizadora. Parte-se do pressuposto de que tais preferências são construídas histórica e culturalmente, a partir de processos de socialização e de construção de papéis de gênero que delimitam bem as esferas a que cada grupo social tem acesso.

Essa “escolha condicionada” pôde ser confirmada a partir da fala de algumas deputadas entrevistadas, que, ao serem questionadas sobre a motivação para a escolha da atividade profissional, destacaram:

*Eu fui preparada [para ser professora]. Na minha época, meus pais educavam os filhos para serem professor, então no meu município onde eu comecei a trabalhar, [...] eu fui a primeira professora que tinha nível de normalista na época. Então a gente era levado por isso, pra ser professora. Mas agora eu gosto, gostei, trabalhei a vida inteira, sou aposentada, e sempre gostei da minha profissão de professora, não me arrependi de ter estudado pra ser professora (Deputada federal – PFL).*

*Eu nunca achei que eu tinha mesmo vocação pra ser professora, né? Nunca. “Ah, quero ser professora”. [...] Mas no ensino médio que eu fiz, na mesma escola, que era uma escola boa, tinha o ensino, chamado na época, curso normal, pra formação de professoras e eu fiz o curso normal, e o que a minha região oferecia. [...] Me formei [...] e quase que imediatamente eu fui pra... inclusive até como, como é que se diz, é uma forma de começar a trabalhar imediatamente (Deputada federal – PT).*

Deveu-se salientar que a percepção de que determinadas opções profissionais são alternativas únicas é, muitas vezes, permeada também por concepções de gênero, de qual é a função que se atribui à mulher e do que dela se espera na sociedade. Nota-se também um raciocínio mais estratégico que pode, em certa medida, orientar a atuação feminina no Parlamento, pois, uma vez que se reconhece que as oportunidades profissionais estão mais abertas às mulheres nas áreas tradicionais, como o magistério, então a orientação para esse tipo de formação pode ser incentivada.

Para um outro grupo de deputadas, porém, a atividade profissional não é exatamente uma escolha, mas constitui-se em uma resposta às contingências que lhes são apresentadas em suas vidas. Explicitam-se, assim, a multiplicidade de identidades que compõem cada indivíduo. Ao lado da condição de mulher, aparecem outros fatores que determinam as escolhas e trajetórias desse grupo – como a classe social – e que, por vezes, atropelam os reais anseios e preferências que possuem.

*O que motivou [a escolha profissional]? Acho que não teve... nem foi questão de motivação, foi questão de realidade social. Meus avós, meus bisavós, são trabalhadores rurais, os meus pais, trabalhadores rurais, eu nasci trabalhando na*

roça, [...] acho que eu nasci já com a enxada na mão. Então não teve opção, foi uma questão social do meio que eu vivia. [...] Mas eu tinha um grande sonho, na época quando era menina de dez, onze anos, eu admirava o conhecimento, **meu sonho era ser educadora, ser professora, né?** Mas situações de origem, é, cultural... E minha família era muito pobre, eu continuei trabalhando na roça por não poder estudar também (Deputada federal – PT).

#### 4.2.3. Perfil das deputadas por naturalidade e região eleitoral

Outro indicador importante para o desenho do perfil das deputadas no pós-Constituinte é sua distribuição segundo naturalidade e região eleitoral. Alguns estudos partem dessas informações para estabelecer relações entre a eleição de mulheres, a corrente ideológica a que pertencem e a forma de ingresso na política. O estudo de Araújo<sup>283</sup> conclui que, nas regiões Norte e Centro-Oeste, predomina a eleição de deputadas pelos partidos de centro e esquerda, apoiados por laços familiares, enquanto no Sul e Sudeste há maior proporção de mulheres da esquerda, a partir de vínculos com movimentos sociais.

Entre as deputadas eleitas no período 1987-2002 prevalecem aquelas oriundas das regiões Sudeste e Norte (ver Tabela 8). Essa observação vale para análise tanto de dados de naturalidade quanto de região eleitoral. É natural que uma parcela significativa das mulheres que entraram na Câmara dos Deputados tenha origem no Sudeste, uma vez que essa região concentra quase 43% da população total do país e, pela regra da proporcionalidade, conta com mais cadeiras no Parlamento.<sup>284</sup>

**Tabela 8**

Distribuição do universo de deputadas, por naturalidade e região eleitoral  
Brasil, 1987 a 2002

Regiões	Naturalidade		Região eleitoral	
	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)
Norte	12	15,8	20	26,3
Nordeste	16	21,1	14	18,4
Centro-Oeste	8	10,5	11	14,5
Sudeste	33	43,4	27	35,5
Sul	7	9,2	4	5,3
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>100,0</b>	<b>76</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

<sup>283</sup> ARAÚJO, 2001a.

<sup>284</sup> Os dois estados que mais elegem são Rio de Janeiro e São Paulo, que, juntos, somam 26,3% do total de deputadas. No outro extremo encontram-se Sergipe e Paraná, que, ao longo período, não elegeram mulheres.

Já a situação do Norte é outra: concentra apenas 7% da população brasileira, as mulheres nortistas encontram-se sobre-representadas no Parlamento, respondendo por 26% do universo de eleitas. As eleições de 2006 trouxeram novos dados para confirmar a importância dessa região para a representação parlamentar feminina. De fato, foi graças ao desempenho das candidatas do Norte que o número de mulheres na Câmara não foi reduzido. Ademais, as 13 deputadas eleitas pela região possibilitaram à Casa alcançar um total de 46 mulheres, número mais alto de toda a sua história.<sup>285</sup>

A região Sul, por sua vez, foi a que menos elegeu mulheres ao longo da história: as mulheres sulistas conquistaram apenas quatro cadeiras (5,3%), mesmo respondendo por 15% da população feminina brasileira. As causas desses fenômenos merecem melhor investigação, especialmente por ser o Norte a região menos desenvolvida e o Sul estar em situação oposta, o que contraria a tese de serem as regiões mais industrializadas, ou os maiores distritos eleitorais, as que têm maior probabilidade de eleger mulheres.<sup>286</sup>

Poder-se-ia supor que a sub-representação do Sudeste e a sobre-representação do Norte e do Centro-Oeste tivessem relação direta com os dispositivos eleitorais, que, ao estabelecer um teto e um piso para o número de deputados a serem eleitos em cada região, acaba prejudicando a primeira e favorecendo as demais. No entanto, da análise dos dados do Congresso Nacional, não é isso que se observa, o que aponta para a existência de mecanismos próprios à região relativos à eleição de mulheres. De fato, a distribuição das deputadas segundo a região eleitoral difere significativamente daquela apresentada pela totalidade do Congresso Nacional. Nessa comparação, ganham espaço o Norte e o Centro-Oeste, que, para o Congresso, representam, respectivamente, cerca de 12% e 9% dos parlamentares, e perdem força o Nordeste, com pouco mais de 30% do total, e o Sul, que concentra em torno de 15% desse universo.

Da análise desses dados ao longo das legislaturas aqui enfocadas, é possível perceber que a participação de mulheres eleitas pela região Nordeste cai significativamente, passando de 27%, na legislatura iniciada em 1987, a 7%, na de 1999. O Centro-Oeste ampliou bastante sua participação: de 11,5% para 25%. No caso do Sul, há tendência de estabilidade: após um

---

<sup>285</sup> FERRARI e COBBOS, 2006.

<sup>286</sup> Talvez esta seja uma característica da política local que não se repete no âmbito federal. Alguns estudos têm mostrado que nas eleições municipais as mulheres são mais eleitas nos estados menos industrializados, menos urbanizados e mais pobres. Por exemplo, COSTA, Ana Alice A. *Donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: Ed. do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – FFCH/UFBA, 1998.

crescimento da primeira para a segunda legislatura, as parlamentares dessa região têm ocupado, sempre, o mesmo número de cadeiras. Para o Norte, há uma queda expressiva no final do período, que, no entanto, já apresenta reversão nas eleições de 2006 (ver Tabela 9).

**Tabela 9**

Distribuição do universo de deputadas, por região eleitoral e legislatura  
Brasil, 1987 a 2002

Região Eleitoral	1987-1991		1991-1994		1995-1998		1999-2002	
	Nº Absoluto	(%)						
Norte	8	30,8	8	27,6	10	34,5	5	17,9
Nordeste	7	26,9	3	10,3	3	10,3	2	7,1
Centro-Oeste	3	11,5	4	13,8	6	20,7	7	25,0
Sudeste	8	30,8	12	41,4	8	27,6	12	42,9
Sul	-	-	2	6,9	2	6,9	2	7,1
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>28</b>	<b>100</b>

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Nota: \* O conjunto das deputadas não soma 76, pois, na análise que considera a legislatura, estão contadas repetidamente aquelas que foram reeleitas para o cargo. Assim, a soma, nesse caso, é igual a 112, o que significa que as 76 deputadas estudadas ocuparam 112 mandatos na Câmara.

Com a análise da distribuição regional das deputadas eleitas segundo o tipo de capital político predominante, diferenças importantes saltam aos olhos. Os dados da tabela 10 mostram que quase 50% das mulheres que construíram suas carreiras por meio dos movimentos sociais é eleita pelo Sudeste, enquanto outros 21,7% têm no Nordeste sua base eleitoral. São parlamentares que emergem no contexto político como porta-vozes de ideais ou interesses coletivos, como representantes de determinadas corporações profissionais – forte no Sudeste – ou de grupos em situação de maior pobreza e vulnerabilidade social, particularmente no Nordeste e Norte, as regiões onde a incidência de pobreza e extrema pobreza são as maiores do país.<sup>287</sup>

Com relação às deputadas com um histórico de ocupação de cargos importantes no poder público, o que chama atenção é o fato de se concentrarem especialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. Uma possível explicação é que, uma vez que nessas regiões a competição para assumir cargos de relevância política tende a ser, proporcionalmente, menor, especialmente em função da possível menor disponibilidade de pessoas dotadas de

<sup>287</sup> IPEA. *Radar Social 2006: condições de vida*. Brasília: Ipea, 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 20 de outubro de 2006.

saber técnico especializado<sup>288</sup>, há maior abertura para o acesso de mulheres a esses postos. Além disso, essas regiões comportam uma proporção elevada de mulheres cujos cônjuges são políticos dotados de poder e prestígio local. Nesses casos, é comum a ocupação de cargos públicos pelas esposas, principalmente na área social, dado que também pode contribuir para ampliar a compreensão do fenômeno.

**Tabela 10**

Distribuição das deputadas\*, por região eleitoral e tipo de capital político  
Brasil, 1987 a 2002

Região Eleitoral	Tipo de Capital Político							
	Movimentos		Ocupação de Cargos		Familiar		Outros Campos	
	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)
Norte	4	17,4	5	35,7	8	25,8	3	37,5
Nordeste	5	21,7	1	7,1	8	25,8	-	-
Centro-Oeste	1	4,3	4	28,6	6	19,4	-	-
Sudeste	11	47,8	3	21,4	8	25,8	5	62,5
Sul	2	8,7	1	7,1	1	3,2	-	-
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0</b>	<b>14</b>	<b>100,0</b>	<b>31</b>	<b>100,0</b>	<b>8</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pinheiro, Luana. *Vozes Femininas na Política*. Brasília, 2006.

Nota: \* O total de deputadas refere-se às 76 eleitas, tendo sido desconsideradas as duplas contagens resultantes de processos de reeleição.

Já a eleição de parlamentares oriundas de outros campos sociais é bastante forte no Sudeste brasileiro, pois nessa região concentram-se os principais canais midiáticos do país. Por fim, um outro dado importante refere-se às deputadas que se elegem por meio de seus vínculos familiares. Diferentemente do que se veicula com frequência, esta é uma realidade presente em todas as regiões do país. Uma série de estudos associa a eleição de mulheres filhas/casadas com políticos às regiões menos desenvolvidas, na qual predominam as tradicionais oligarquias políticas. Em termos proporcionais, para as mulheres do Norte, Nordeste e Centro-Oeste esta é a via ainda mais importante, já que no Sul e no Sudeste o caminho alternativo aberto pelos movimentos sociais também se torna relevante. No

<sup>288</sup> São as regiões Norte e Nordeste as que possuem menor proporção da população com nível superior completo; pouco menos de 8% da população, em comparação a 13% no Sudeste e 12% no Sul e Centro-Oeste. IPEA. *Retrato das desigualdades*. Brasília: Ipea, 2006.

entanto, não é possível afirmar que esta é uma realidade exclusiva das regiões menos desenvolvidas do país; os dados coletados mostram que a entrada na política a partir do prestígio familiar aparece como um caminho importante para as mulheres de todo o país.

De fato, ao se analisar os dados de naturalidade, apresentados na tabela 11, percebe-se que 48% das deputadas com capital político familiar nasceram em cidades do Sudeste brasileiro, tendo, posteriormente, migrado para o Norte, Sul e Centro-Oeste. No caso do Nordeste, todas as deputadas que ali nasceram e que tinham trajetória política familiar foram eleitas na região, ou seja, há maior grau de fixação deste subgrupo de deputadas.

**Tabela 11**

Distribuição das deputadas\*, por naturalidade e tipo de capital político  
Brasil, 1987 a 2002

Naturalidade	Tipo de Capital Político							
	Movimentos		Ocupação de cargos		Familiar		Outros Campos	
	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto.	(%)	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)
Norte	2	8,7	5	35,7	3	9,7	2	25,0
Nordeste	6	26,1	1	7,1	8	25,8	1	12,5
Centro-Oeste	1	4,3	4	28,6	3	9,7	-	0,0
Sudeste	9	39,1	4	28,6	15	48,4	5	62,5
Sul	5	21,7	-	0,0	2	6,5	-	0,0
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100,0</b>	<b>14</b>	<b>100,0</b>	<b>31</b>	<b>100,0</b>	<b>8</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pinheiro, Luana. Vozes Femininas na Política. Brasília, 2006.

Nota: \*O total de deputadas refere-se às 76 eleitas, tendo sido desconsideradas as dupla contagens resultantes de processos de reeleição.

Da comparação das tabelas 10 e 11, é possível visualizar esse processo migratório entre as deputadas, especialmente em direção às regiões Norte e Centro-Oeste. Este também foi um comportamento observado para os demais parlamentares do Congresso Nacional, tendo sido explicado por Messenberg como “diretamente relacionado à condição de zona de fronteira agrícola assumida por essas regiões, sobretudo a partir da década de 70, a qual estimulou a migração de milhares de famílias, especialmente as sulistas, no rumo da exploração econômica de suas áreas”.<sup>289</sup> A direção desse fluxo migratório é interessante, pois aponta que as mulheres migram das localidades onde a competição eleitoral é mais intensa (Nordeste e Sudeste) para aquelas onde a disputa pode ser

<sup>289</sup> MESSEBERG, 2002, p. 58.

considerada menos difícil. Para a elite parlamentar do Congresso essa situação é distinta, já que a migração se dá em direção ao Sudeste, vinda especialmente do Nordeste. Não é possível, porém, estabelecer que há uma estratégia eleitoral conscientemente assumida pelas deputadas no sentido de migrar para regiões menos competitivas, de modo a construir suas carreiras políticas. De fato, como apontou Messenberg, essa migração deve estar relacionada, muito mais, a fatores econômicos e sociais que, em algum momento, incentivaram as famílias dessas mulheres a mudarem de região.

#### *4.2.4. Perfil das deputadas por filiação partidária e ideológica*

Outro aspecto de fundamental importância para o desempenho das parlamentares na Câmara dos Deputados refere-se à sua filiação partidária. Isso porque o funcionamento do Congresso Nacional, bem como a ocupação de cargos de maior poder, são determinados pela posição dos partidos no contexto geral do Parlamento, ou seja, as possibilidades e limites de atuação dos deputados dependem, em grande medida, do tamanho da bancada do partido ao qual o parlamentar é filiado. Até mesmo a presença nas comissões permanentes obedece a critérios de representatividade partidária, o que os torna um importante aspecto a ser considerado no controle do processo decisório e na organização dos trabalhos legislativos.

A relação entre mulheres e partidos políticos tem sido bastante estudada na Academia e nos movimentos feministas. Muito se investigou para buscar entender as principais dificuldades enfrentadas pela população feminina para entrar nesse tradicional reduto masculino, para conseguir lançar candidaturas e para ter apoio efetivo dos seus partidos durante as campanhas realizadas. Ademais, com o surgimento das cotas e o seu relativo fracasso até o momento, tem-se buscado, também, compreender como a dinâmica partidária pode ter contribuído para tanto.

Alguns estudos apontam que as mulheres têm maiores chances de serem eleitas para a Câmara dos Deputados pelos partidos menores.<sup>290</sup> Para Araújo, isso se dá porque

---

<sup>290</sup> ARAÚJO, 2001a e 2001b; TABAK, Fanny. *A mulher brasileira no Congresso Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989. PRÁ, Jussara Reis. Eleições e cidadania: notas sobre o comportamento político de gênero. In: BAQUERO, Marcello (org.). *A lógica do processo eleitoral em tempos modernos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1997. Costa (1998), porém, encontra,

[...] nos grandes partidos, sobretudo nos tradicionais, de centro ou de direita, os espaços e áreas de influência já se encontram consolidados e tendem a ser alvos de disputas mais acirradas, já os partidos pequenos estão à procura de novas áreas de apoio e, por isso, tendem a ser mais abertos ao ingresso de mulheres. Os partidos de esquerda, além da busca de apoio nessas áreas, tendem a ser portadores de compromissos ideológicos com setores sociais historicamente excluídos.<sup>291</sup>

No contexto geral, porém, a maior parte das mulheres foi eleita pelos maiores partidos (ver Tabela 12). Isso não significa que a tese de Araújo seja refutada, pois a maior eleição de deputadas por grandes partidos reflete a própria estrutura do Congresso Nacional, que, ao funcionar sobre a lógica do quociente eleitoral, favorece aqueles que têm possibilidade de apresentar maior quantidade de candidatas e, assim, angariar mais votos para a sua legenda. Logo, partidos como PMDB e PFL e, mais recentemente, PSDB e PT têm conquistado maior número de cadeiras, o que os faz eleger maior número absoluto de mulheres. Na composição interna, porém, o peso de mulheres é grande entre os partidos menores.

*Nós não adotamos ainda a política de cotas. Há uma discussão já longa, de muito tempo, se adota ou se não adota agora. [...] Entretanto nós **somos a bancada que tem o maior percentual de participação feminina, dos 12 deputados, 5 são mulheres**, é. Na própria direção nacional, na direção dos partidos nos estados, nos sindicatos, muitas mulheres. Porque nós internamente temos uma política de gênero importante, nós não fazemos uma conferência específica, a gente faz muito encontro, a gente participa de uma, de uma organização não governamental chamada de União Brasileira de Mulheres, que tem em todos os estados, ou seja, nós trabalhamos muito a questão de gênero dentro do partido, entendeu? Então não houve essa necessidade ainda, mas pode ser que no futuro a gente venha a adotar a política de cotas, mas apenas pra formalizar algo que já existe. Então no meu partido foi diferente, **eu não lutei pra entrar, como é a realidade da maior parte dos partidos, no meu não, eu fui empurrada até pelo fato de ser mulher** (Deputada federal – PCdoB).*

---

para o caso da Bahia, que nos municípios pequenos e médios são os partidos maiores e mais conservadores que mais elegem para o Legislativo municipal.

<sup>291</sup> ARAÚJO, 2001a, p. 167.

**Tabela 12**

Distribuição das deputadas\*, por partido eletivo, segundo legislatura  
Brasil, 1987 a 2002

Partidos	1987		1991		1995		1999	
	Nº Absoluto	(%)						
PMDB	10	38,4	6	20,7	8	27,6	8	28,6
PTB	2	7,7	1	3,4				
PDT	1	3,8	6	20,7			1	3,6
PT	2	7,7	5	17,2	6	20,7	5	17,9
PFL	7	27,0	3	10,3	2	6,9	5	17,9
PCdoB	1	3,8	2	6,9	2	6,9	2	7,1
PSB	1	3,8	1	3,4	1	3,4	1	3,6
PSDB			1	3,4	4	13,8	6	21,4
PSC					1	3,4		
PDS**	2	7,7	4	13,8				
PP**					2	6,9		
PPR**					3	10,3		
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>	<b>29</b>	<b>100,0</b>	<b>29</b>	<b>100,0</b>	<b>28</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Nota: \* O conjunto das deputadas não soma 76, pois, na análise que considera a legislatura, estão contadas repetidamente aquelas que foram reeleitas para o cargo. Assim, a soma, nesse caso, é igual a 112, o que significa que as 76 deputadas estudadas ocuparam 112 mandatos na Câmara.

\*\* O PDS fundiu-se ao PDC, em 1993, para formar o PPR. Em 1995, o PPR promove nova fusão, desta vez com o PP, formando o PPB. Finalmente, em 2003, o partido transforma-se em PP.

Importante destacar que, ao longo do período analisado, há uma consolidação de alguns partidos como redutos das deputadas na Casa. O PMDB segue responsável por grande parte das mulheres eleitas, mas cresce consideravelmente a importância de PT, PSDB e PCdoB, em menor grau. O PFL, apesar de ainda concentrar parcela expressiva das parlamentares, perde espaço no decorrer dos anos. São, portanto, os partidos de centro e esquerda, mais o PFL, aqueles que mais elegem mulheres para a Câmara Federal.

Na comparação dos dados da tabela 12 com os do Congresso Nacional, algumas diferenças merecem ser ressaltadas. A primeira é que as mulheres se elegem em um número mais concentrado de partidos. Enquanto para o Congresso foram identificados, apenas entre os anos de 1987 e 1994, deputados eleitos por 30 partidos, as mulheres se elegeram, em um período duas vezes maior, por um conjunto de 12 siglas. E a força dos partidos, medida pelo seu peso no total, também é distinta. Assim, para as deputadas, PT, PCdoB e PSB elegem mais do que no conjunto de parlamentares da Câmara. Isso tem a ver com a corrente ideológica mais à esquerda que caracteriza tais partidos os quais, como se

anotou acima, tradicionalmente são mais comprometidos com grupos socialmente excluídos.

A tabela 13, que traz informações sobre filiação ideológica, confirma essa questão. Nesse caso, para a classificação da parlamentar em esquerda, centro ou direita<sup>292</sup> em cada legislatura, foi considerado o partido pelo qual ela exerceu a maior parte do mandato. Isso porque, como já apontaram Limongi e Figueiredo,<sup>293</sup> o plenário é disciplinado e, em 90% dos casos, vota de acordo com a orientação da liderança do partido. Assim, interessa, de fato, o partido pelo qual a deputada exerceu a maior parte de seu mandato, pois sua atuação reflete o perfil ideológico da agremiação ao qual se encontra filiada, muito mais do que o do partido que a elegeu.

**Tabela 13**

Distribuição das deputadas\*, por corrente ideológica segundo legislatura  
Brasil, 1987 a 2002

Legislatura	Corrente Ideológica					
	Esquerda		Direita		Centro	
	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)
<b>Total (1987-2002)</b>	<b>27</b>	<b>35,5</b>	<b>19</b>	<b>25,0</b>	<b>30</b>	<b>39,5</b>
1987-1990	9	34,6	6	23,1	11	42,3
1991-1994	13	44,8	9	31,0	7	24,1
1995-1998	9	31,0	6	20,7	14	48,3
1999-2002	9	32,1	5	17,9	14	50,0

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Nota: \* O total de deputadas refere-se às 76 eleitas, tendo sido desconsideradas as duplas contagens resultantes de processos de reeleição.

Foi nos partidos de centro e esquerda que as deputadas eleitas no período concentraram suas atuações, como pode ser visto na tabela 11.<sup>294</sup> De fato, 39,5% estavam no PSDB e no PMDB, enquanto 35,5% encontravam-se em partidos de esquerda, especialmente

<sup>292</sup> Para a definição de centro e esquerda foram considerados os estudos de Limongi e Figueiredo, especialmente FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 38, n. 3, 1995b. A partir desse trabalho, os autores concluíram que, pela análise das votações, é possível dividir o plenário segundo padrões ideológicos clássicos: esquerda, centro e direita. Nesse caso teríamos, como componentes da esquerda o PT, PDT, PSB, PC do B, PCB/PPS, PV e PSTU. Compõem o centro do Congresso, PMDB e PSDB. Para a direita são considerados PDS, PFL, PTB e mais um grupo de 17 pequenos partidos que incluem PSC, PP, PPR, Prona, entre outros.

<sup>293</sup> *Ibid.*

<sup>294</sup> Alguns estudos têm mostrado que na política local, mais uma vez, a situação é diferente, com os partidos de direita elegendo mais do que os de centro e esquerda. A respeito ver, por exemplo, Avelar (2002).

no PT – que conta com quase metade da bancada da esquerda – e no PCdoB. Ao longo do período, os partidos de direita, que, à exceção da legislatura de 1991-1994, sempre contaram com a menor proporção de mulheres, têm visto sua participação ser ainda mais reduzida, alcançado apenas 17,9% do total das deputadas na última legislatura em questão. Esse espaço tem sido ocupado especialmente pelos partidos de centro, em detrimento dos de esquerda, que mantiveram suas bancadas mais ou menos constantes ao longo dos anos.

Como pode ser observado na tabela 13, a legislatura que se inicia em 1991 é a única que apresenta uma distribuição das parlamentares pelas correntes ideológicas que foge ao padrão observado para as demais. Nesse caso, o crescimento da direita na 49<sup>a</sup> legislatura explica-se pela eleição (e exercício do mandato) de quatro parlamentares pelo PDS, feito inédito e que não se repetiu nos anos seguintes. Essas deputadas<sup>295</sup> foram eleitas em grande medida pelo capital político a elas delegado por seus (ex-) maridos e companheiros. Também para a esquerda esta legislatura marca o ponto mais forte de sua participação, o que é explicado pela presença de 5 deputadas do PDT na bancada, fato que também não tornou a se repetir.

A associação entre direita e prestígio familiar e entre esquerda e movimentos sociais reproduzidas em alguns estudos da área, é confirmada a partir dos dados aqui analisados, tal como se demonstra na tabela 14. Assim, entre as deputadas dos movimentos sociais, 87% eram filiadas a partidos de esquerda, 13%, a partidos de centro, e nenhuma aos de direita. O maior peso, nesse caso, é do PT, com 48% das deputadas, seguido do PCdoB que elegeu 17,4% das deputadas no período, todas detentoras desse tipo de capital político. Em virtude da própria construção desses partidos, pela ação de trabalhadores e ativistas comprometidos com as lutas sociais, o perfil daqueles que o procuram para filiação foi, tradicionalmente,<sup>296</sup> de pessoas ligadas a movimentos sociais que, ao menos no nível do discurso e da ideologia, objetivam transformar as relações hierárquicas e desiguais da sociedade.

---

<sup>295</sup> Ângela Amin, Célia Mendes, Maria Valadão e Teresa Jucá.

<sup>296</sup> Essa relação, atualmente, já não pode ser vista de maneira direta, uma vez que, após a chegada da esquerda ao poder, o fisiologismo e a adesão de ocasião aos partidos tornou-se mais forte nessas legendas.

**Tabela 14**

Distribuição das deputadas\*, por corrente ideológica – segundo tipo de capital político  
Brasil, 1987 a 2002

Tipo de Capital Político	Corrente Ideológica							
	Esquerda		Centro		Direita		Total	
	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)
Movimentos	20	87,0	3	13,0	-	-	<b>23</b>	<b>100,0</b>
Ocupação de cargos	2	14,3	9	64,3	3	21,4	<b>14</b>	<b>100,0</b>
Familiar	3	9,7	15	48,4	13	41,9	<b>31</b>	<b>100,0</b>
Outros campos	2	25,0	3	37,5	3	37,5	<b>8</b>	<b>100,0</b>
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>35,5</b>	<b>30</b>	<b>39,5</b>	<b>19</b>	<b>25,0</b>	<b>76</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pinheiro, Luana. Vozes Femininas na Política. Brasília, 2006.

Nota: \*O total de deputadas refere-se às 76 eleitas, tendo sido desconsideradas as duplas contagens resultantes de processos de reeleição.

Para o conjunto daquelas que contam com capital familiar, os partidos de centro e de direita constituem-se nas principais legendas que recebem sua filiação. Apenas o PMDB concentra 35% dessas parlamentares, e é por isso que o centro acaba por concentrar a maior parcela das mulheres que contam com prestígio político familiar. Destaca-se, ainda, a elevada presença de deputadas no PFL e no PP, cada um deles com 19,4% do total.

O PSDB é o principal responsável pela eleição de mulheres que iniciaram suas trajetórias políticas a partir da conversão de um conhecimento especializado, com 43% das mulheres nessa situação. Como conseqüência, a maior proporção daquelas que contam com capital da ocupação de cargos públicos e políticos está entre os partidos de centro. Por fim, há uma distribuição equilibrada, pelas diversas correntes ideológicas, das deputadas eleitas graças ao prestígio adquirido em outros campos de ação.

Entre os partidos de esquerda, 74% das eleitas vêm de movimentos sociais. Entre os de centro, 50% contam com laços de parentesco importantes e 30% ocuparam posições de poder na hierarquia do poder público. Já entre as mulheres filiadas a siglas de direita, 68% elegem-se, em grande medida, em função da tradição familiar. Na mesma direção, Araújo afirma: “Entre os partidos situados à direita, continua predominando a eleição de mulheres [...] apoiada sobretudo em laços de parentesco. A esquerda elege predominantemente a

partir de vínculos com movimentos associativos. Esta distribuição, por sua vez, corresponde, grosso modo, à distribuição de forças dos partidos”.<sup>297</sup>

A eleição de uma deputada por um determinado partido não significa, porém, que ela esteja totalmente alinhada ao discurso ideológico proposto. Segundo Araújo, entre as mulheres com filiação recente a partidos políticos, uma boa parte declarou que sua filiação teve por objetivo concorrer às eleições. “Enquanto uma parte – sobretudo dos partidos de esquerda e algumas de centro – afirmava um discurso ideológico, outras salientaram que a opção pela filiação ao partido havia considerado a facilidade de contatos políticos visando conseguir legenda para concorrer, o que poderia ter ocorrido em outros partidos com perfis semelhantes, caso essas chances se apresentassem”.<sup>298</sup>

A filiação, porém, pode não se dar por propósitos eleitorais, o que não é uma exclusividade das mulheres, ou por afinidade ideológica. A deputada C., do PFL, entrevistada nesta pesquisa, levantou um outro ponto interessante que tem a ver com o menor envolvimento e conhecimento da política pelas mulheres:

*Porque no partido, assim, o município pequeno, a gente já... Eu já era filiada já há muitos anos. **Nem sabia de política e já era filiada.** É porque no município a gente é convidada a participar da reunião, você vai.. [Convidada] Como professora. Acabei filiando no partido...(Deputada federal –PFL).*

Assim, a filiação antiga a partidos não necessariamente significa maior afinidade ideológica, como sugere Araújo.<sup>299</sup> Pode ser resultado, também, de acontecimentos conjunturais, e representar mais o sucesso de uma estratégia partidária para conquistar novos filiados do que um interesse e uma identificação da mulher com as orientações ideológicas. Não se pode ignorar, também, que a falta de definição política aproxima essas mulheres das correntes políticas mais tradicionais do país.

Além da pouca identificação com as agremiações, diversos outros fatores podem ser levantados para explicar a elevada rotatividade partidária que caracteriza a política brasileira. Entre as mulheres a situação não é diferente. Ao longo de suas carreiras, 60,5%

---

<sup>297</sup> ARAÚJO, 2001a, p. 170.

<sup>298</sup> *Id.*, 2004, p. 20.

<sup>299</sup> “Em relação ao tempo e às motivações da filiação, constatou-se que um número maior do que o esperado de entrevistados [...] tinha uma história mais longa nos seus respectivos partidos, o que sugere algum vínculo ideológico, e não apenas eleitoral”. *Ibid.*, p. 20.

das deputadas mudaram,<sup>300</sup> ao menos uma vez, de partido. Um quarto delas trocou de legenda mais de três vezes, como pode ser visto na tabela 15.

**Tabela 15**

Distribuição das deputadas\*, por rotatividade partidária ao longo da carreira segundo tipo de capital político  
Brasil, 1987 a 2002

Número de Partidos	Tipo de capital político									
	Movimentos Sociais		Ocupação de Cargos		Familiar		Outros Campos		Total	
	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)
1	13	56,5	2	14,3	3	37,5	12	38,7	30	39,5
2	6	26,1	8	57,1	4	50,0	9	29,0	27	35,5
3	2	8,7	1	7,1	1	12,5	6	19,4	10	13,2
4	2	8,7	1	7,1	0	0,0	3	9,7	6	7,9
5	0	0,0	2	14,3	0	0,0	0	0,0	2	2,6
7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	3,2	1	1,3
Total	24	100,0	14	100,0	8	100,0	31	100,0	76	100,0

Fonte: Pinheiro, Luana. *Vozes Femininas na Política*. Brasília, 2006.

Nota: \* O total de deputadas refere-se às 76 eleitas, tendo sido desconsideradas as duplas contagens resultantes de processos de reeleição.

Ainda que bastante elevada, essa rotatividade é menor do que aquela verificada para o conjunto dos parlamentares do Congresso Nacional. Entre aqueles que exerceram mandatos até 2004, mais de 70% trocaram pelos menos uma vez de partido.<sup>301</sup> Não se pode ignorar, porém, que a trajetória feminina de participação e envolvimento nos partidos é bem mais recente, o que pode explicar, em parte, a menor rotatividade para elas do que para homens.

A rotatividade, porém, varia significativamente conforme a trajetória percorrida antes da entrada na Câmara dos Deputados. De fato, dos dados da tabela 13, nota-se que a infidelidade partidária é mais intensa para as mulheres com capital político familiar ou originado da ocupação de cargos relevantes. Em relação às primeiras, apenas 38,7% mantiveram-se, ao longo de toda sua vida política, em um mesmo partido. Entre elas, a

<sup>300</sup> Para esta análise, não foram consideradas como trocas partidárias as mudanças oriundas de fusões entre agremiações.

<sup>301</sup> MESSEMBERG, Débora. A elite parlamentar brasileira: 1989-2004. In: *30<sup>o</sup> Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu, 2006.

maior fidelidade era devida ao PMDB, que contou com 50% das deputadas de capital familiar que nunca trocaram de partido.

No caso daquelas que ocuparam cargos importantes, apenas 14,3% mantiveram-se fiéis aos partidos em que ingressaram originalmente. Quase 60% passaram por 2 partidos ao longo de toda sua trajetória política, e 14,3% experimentaram 5 agremiações diferentes ao longo dos anos. A infidelidade partidária, aqui, é bastante superior àquela verificada nas análises para o Congresso Nacional. Em situação oposta, encontram-se as deputadas que vêm de movimentos sociais: pouco menos de 57% mantiveram-se fiéis ao partido de origem, na maioria das vezes ao PT e PCdoB. Tal constatação sugere maior aderência e comprometimento ideológico aos princípios e propostas apresentados pelo partido.

### **4.3. A trajetória política anterior ao Parlamento federal**

Um último aspecto a ser destacado na análise do perfil das deputadas federais do pós-Constituinte é o que concerne à sua trajetória anterior de ocupação de cargos públicos e políticos. O primeiro caso refere-se àqueles postos não eletivos que, no Poder Executivo, conferem aos seus ocupantes possibilidades reais de exercício do poder. Englobam as três esferas federativas e vão desde posições como ministras de Estado até diretoras de departamentos políticos.

A ocupação de cargos públicos por políticos não é uma característica da história recente do Brasil; está presente desde a época do Império, na qual podia ser verificada uma verdadeira simbiose entre a cúpula da burocracia do Estado e a elite política.<sup>302</sup> A ocupação desses cargos é deveras importante para aqueles que almejam alcançar a Câmara Federal, não só porque se constituem em esferas de treinamento e de aquisição de *habitus* políticos fundamentais para a atividade parlamentar, mas também porque conferem (ou renovam) a visibilidade de quem os ocupa, contribuindo para a construção de suas bases eleitorais. Como bem aponta Messenberg,

[...] a visibilidade que um cargo de destaque na hierarquia do serviço público propicia ao seu ocupante, aliada aos recursos de poder inerentes a essas posições, faz com que a participação direta nos altos escalões da burocracia do Estado, em quaisquer de suas esferas, apresente-se como um dos mais tradicionais e eficientes mecanismos empregados

---

<sup>302</sup> MESSENBURG, 2002, p. 63.

na política brasileira para a consecução de mandatos parlamentares. Em sentido inverso, a detenção de mandato parlamentar facilita muitas vezes a conquista de postos de prestígio na hierarquia da administração pública.<sup>303</sup>

Se ocupar tais cargos é fator de grande relevância tanto para a ascensão quanto para o desempenho da atividade política, então as deputadas contavam com pouco capital acumulado. De fato, a metade dessas mulheres não havia ocupado qualquer um dos postos de comando listados na tabela 16. Retirado aqueles que se referem a diretorias e coordenadorias de secretarias e fundações públicas, que, comparados aos demais, são os que comportam menor nível de poder, essa proporção salta para 54%.

**Tabela 16**

Proporção de deputadas\* que exerceram algum cargo público, segundo tipo de cargo Brasil, 1987 a 2002.

Cargos Públicos	Nº Absoluto	Porcentagem
Secretária municipal	11	14,5
Secretária estadual	13	17,1
Ministra/Secretária de Estado	3	3,9
Presidente/diretora de empresa pública	4	5,3
Presidente/superintendente de fundações públicas	9	11,8
Assessora da Presidência da República	2	2,6
Diretora/coordenadora em secretarias e fundações públicas	10	13,2
Procuradora estadual	1	1,3
Nenhum cargo	38	50,0
Nenhum cargo além de diretora e coordenadora	35	54,0

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Nota: \* Para o cálculo das proporções aqui apresentadas tomou-se como base as 76 deputadas eleitas, considerando-se que cada uma pode ter ocupado mais de um cargo público. Assim, em função da possibilidade de múltiplos registros, os percentuais não somam cem.

A baixa ocupação de cargos públicos não é exclusividade feminina, mas é, ainda, uma realidade que se coloca de maneira mais intensa para elas. Na análise do Congresso Nacional chega-se a uma taxa de 44,7% de parlamentares que não ocuparam quaisquer dessas posições. Esse percentual pode ser equiparado aos 54% encontrados para as mulheres, uma vez que não foram considerados os cargos de direção e coordenação de departamentos na pesquisa desenvolvida por Messenberg.<sup>304</sup> As explicações para essa

<sup>303</sup> MESSEMBERG, 2002, p.63.

<sup>304</sup> *Ibid.*

baixa taxa de ocupação remetem às discussões apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho, nas quais se destaca a pouca socialização para a política<sup>305</sup> e, portanto, o pouco tempo de imersão neste espaço e o baixo capital até então acumulado. Ademais, as dificuldades de conciliar vida privada e pública também são significativas, em especial na ocupação de posições que requerem jornadas de trabalho longas e imprevisíveis. Não se pode ignorar também a existência de posturas preconceituosas e discriminatórias que, fundamentadas nos argumentos de incapacidade, inexperiência e inabilidade femininas para ocupar postos de grande poder, dificultam a ascensão de parcela considerável de mulheres.<sup>306</sup>

A maioria das deputadas que conquistaram espaço nos cargos de mais alto escalão concentrou-se nas secretarias de governos municipais ou estaduais e na presidência ou superintendência de fundações públicas. Uma parcela significativa de mulheres também exerceu atividades de chefia em departamentos e coordenadorias de secretarias/fundações públicas. No caso das secretarias e das fundações públicas, dois pontos merecem ser destacados. O primeiro remete aos papéis de gênero, pois quase a totalidade dessas secretárias, presidentas ou superintendentes atuou em áreas socialmente construídas como femininas e relacionadas a cuidados. Destaque-se, assim, a presença de mulheres nas secretarias de desenvolvimento e assistência social, nas de educação, nas de criança e adolescente, nas fundações de bem-estar social e na Legião Brasileira de Assistência (LBA), extinta em 1995. Nesse sentido, deve-se destacar que, nem sempre se reconhece à mulher a capacidade e a racionalidade necessárias ao exercício de cargos de mando, elas parecem aptas a assumirem essas posições apenas se o tema tratado remete ao seu papel tradicional no espaço privado. Além disso, como destaca Avelar, o recrutamento de mulheres para esses cargos se dá, em geral, em situações nas quais a capacidade de decisão é pequena. “Sabe-se que, em muitos casos, as mulheres secretárias de educação são alçadas ao cargo sem poder político e no geral apenas para reafirmar diretivas definidas pelas cúpulas partidárias. Quando efetivamente se quer promover reformas no ensino, são os

---

<sup>305</sup> Já que a ocupação de cargos desse porte – com exceção, talvez, das diretorias e coordenadorias de secretarias e fundações públicas – constitui-se em indicação de caráter político e, quase sempre, é precedida da filiação a algum partido.

<sup>306</sup> Exemplo dessa situação é a distribuição de servidoras públicas entre os cargos de direção e assessoramento superiores (DAS) do governo federal. Entre aqueles de nível mais baixo, as mulheres são quase 50%; nos de maior responsabilidade e poder, essa proporção cai para apenas 21%, mesmo sendo as mulheres 44% do total de servidores na administração pública federal. IPEA, 2005.

homens a preencherem os cargos de ministros e secretários de educação”.<sup>307</sup> Desse modo, é nesses espaços, menos valorizados, que se tem “permitido” a presença de mulheres parlamentares. Mesmo se ocupados por homens, os “postos femininos” tendem a ser desvalorizados.

O segundo ponto a ser destacado diz respeito às deputadas que ocuparam secretarias/fundações por serem casadas com prefeitos ou governadores. Uma vez eleitos, políticos investem suas esposas de poder e autoridade para comandar a área social de seus governos procedendo, mais uma vez, à tradicional divisão sexual dos trabalhos. Mais da metade (53,8%) das deputadas que ocuparam secretarias municipais e 45,5% das que ocuparam o mesmo cargo nos estados possuíam capital delegado do campo familiar. Esse percentual salta para quase 78% se se considera a ocupação de presidência e superintendência de fundações públicas (ver Tabela 17). Não se pode afirmar que todas essas mulheres exerceram seus mandatos exclusivamente por delegação de maridos que governavam estados e municípios. Esta, porém, é uma prática tradicional na cultura política brasileira, que, por constituir-se em um *habitus* do campo político, acaba sendo vista como natural. A sociedade incorpora tais representações e comportamentos, reproduzindo-os indistintamente.<sup>308</sup>

Vale ressaltar que, das deputadas envolvidas em movimentos sociais, 74% não ocuparam qualquer cargo público. Para esse grupo pesa muito mais, na construção do capital política, a participação em sindicatos; 61% delas exerceram liderança no movimento sindical, o que se constituiu, também, em importante espaço de socialização política, de projeção e de acúmulo de capital, tal como se destaca nas entrevistas.

*Agora, pra você chegar aqui [no Congresso Nacional] então a visibilidade que lhe dá... a popularidade que lhe dá, você militando em outras esferas, ela é um passo fundamental pra te trazer até aqui, né? (Deputada federal – PCdoB).*

*[...] a primeira atuação pública que eu tive foi no movimento de professores, como dirigente sindical. Foi esse o primeiro passo de exposição pública minha. Aí dá*

---

<sup>307</sup> AVELAR, 2001, p. 103.

<sup>308</sup> Exemplo dessa reprodução foi encontrado no jornal Folha de São Paulo, de 5 de novembro de 2006. Em coluna dedicada à primeira-dama Marisa Letícia, a jornalista argumenta que a esposa do presidente não desenvolve atividades sociais e que “[...] seria bacana termos uma primeira-dama engajada em algum projeto social, fosse ele qual fosse [...]. Pegaria bem”. LEÃO, Danuza. Carta a D. Marisa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 nov. 2006, Caderno Cotidiano, p. C2.

*espaço pra falar na imprensa, dá espaço pra visitar escolas, organizar greves, organizar debates, discussões [...] Então houve esse espaço de projeção quando eu fui pro sindicato dos professores (Deputada federal – PT/SP).*

**Tabela 17**

Distribuição das deputadas\* por ocupação de cargos públicos e tipo de capital político Brasil, 1987 a 2002.

Cargos Públicos	Tipo de Capital Político									
	Movimentos		Ocupação de cargos		Familiar		Outros Campos		Total	
	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto.	(%)	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)
Assessora da Presidência da República	1	50,0	-	-	1	50,0	-	-	2	100,0
Diretora/Coordenadora em secretarias e fundações públicas	2	20,0	3	30,0	4	40,0	1	10,0	10	100,0
Presidente/Diretora de empresa pública	1	25,0	1	25,0	1	25,0	1	25,0	4	100,0
Mínistra/Secretária de Estado	1	33,3	1	33,3	1	33,3	-	-	3	100,0
Presidente/superintendente de fundações públicas	-	-	2	22,2	7	77,8	-	-	9	100,0
Secretária estadual	1	7,7	4	30,8	7	53,8	1	7,7	13	100,0
Secretária municipal	2	18,2	4	36,4	5	45,5	-	-	11	100,0
Procuradora estadual	-	-	-	-	-	-	1	100,0	1	100,0
Nenhum cargo	17	44,7	3	7,9	13	34,2	5	13,2	38	100,0

Fonte: Pinheiro, Luana. *Voices Femininas na Política*. Brasília, 2006.

Nota: \* O total de deputadas refere-se às 76 eleitas, tendo sido desconsideradas as duplas contagens resultantes de processos de reeleição.

Entre as que não ocuparam qualquer cargo, a menor parcela é a das deputadas cuja trajetória política se constrói exatamente a partir da conversão de um saber técnico especializado em capital político a ser utilizado em cargos públicos ou eletivos. Essa pequena parcela que não passou pela administração pública construiu sua trajetória a partir do que alguns autores vêm chamando de “carreira política”. Nesse caso, trata-se da ocupação de cargos eletivos que se distribuem em uma hierarquia que vai da vereança à Presidência da República.<sup>309</sup>

<sup>309</sup> Ver Miguel (2003) e SANTOS, A. M. Nas fronteiras do campo político: raposas e *outsiders* no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 87-101, fev. 1997.

A idéia de uma carreira política, porém, não pressupõe que os políticos devam – ou desejem – seguir uma estrutura rígida, que vai, necessariamente, da ocupação de cargos de menor valor hierárquico para os de maior valor. A lógica político-eleitoral é mais complexa, envolve cálculos estratégicos que podem levar um político a preferir disputar uma eleição para cargos menos importantes, mas que lhe assegurem, com maior certeza, a possibilidade de vitória. Tais chances de sucesso são determinadas por vários fatores, entre eles, o tipo e a quantidade de capital político acumulado pelos candidatos.

A Câmara dos Deputados constitui-se em ponto crucial para a carreira política no Brasil, uma vez que representa a passagem da política local para a política nacional. O que se verifica para aqueles que alcançaram postos tão altos é que “não há uma trajetória linear a ser trilhada pelos parlamentares no sentido da ocupação preliminar de cargos de menor status e poder na hierarquia da carreira política”.<sup>310</sup> A maior parte dos parlamentares brasileiros do pós-Constituinte não exerceu mandatos nas câmaras municipais ou estaduais antes de ingressar na Câmara Federal. Também foram poucos aqueles que ocuparam cargos eletivos nas esferas do Executivo em seus três níveis.

Essa mesma situação pode ser observada, em grau mais intenso, na análise restrita às mulheres eleitas entre 1987 e 2002. De fato, é muito baixa a proporção de deputadas que contaram com algum tipo de socialização prévia na política formal antes de entrar para o Parlamento nacional. Cerca de um quarto dessas mulheres, apenas, exerceu mandatos nas câmaras legislativas municipais, e proporção semelhante conquistou mandatos nas câmaras estaduais.<sup>311</sup> Já os dados do Executivo mostram uma situação de inexistência prática de todo tipo de participação. Somente 8% das deputadas foram prefeitas antes;<sup>312</sup> este percentual é de quase 17% para o Congresso. Ademais, somente 1% delas acumulou experiência e capital político a partir do exercício do cargo de governadora, proporção que atinge 6% para o conjunto de parlamentares da Casa (ver Tabela 18).

Tal como foi discutido por Araújo, os cargos majoritários revelam-se mais difíceis à participação feminina, estejam eles no Executivo (prefeitas/governadoras) ou no Legislativo (Senado). Isso porque, para tais cargos, há uma dificuldade inicial que se refere

---

<sup>310</sup> MESSEMBERG, 2002, p. 63.

<sup>311</sup> Eliminando-se a dupla contagem, 40% das mulheres ocuparam algum cargo nos legislativos locais.

<sup>312</sup> Três delas assumiram capitais – São Paulo, Boa Vista e Fortaleza – e as demais comandaram as cidades de Santos/SP, São José dos Campos/SP e Betim/MG.

ao lançamento da candidatura de uma mulher, visto que, ao partido, é dada a possibilidade de lançar apenas um candidato. Como é um cargo único, a chance de que uma mulher seja eleita se reduz ainda mais. No caso das eleições proporcionais, em virtude da possibilidade do partido de lançar um número bem maior de candidaturas e eleger, também, um número maior de candidatos, as chances de sucesso feminino aumentam consideravelmente. Desse modo, o caminho percorrido até o Parlamento passa muito mais pela ocupação de cargos nos Legislativos locais, para os quais a eleição é proporcional, do que nos Executivos.

**Tabela 18**

Distribuição das deputadas\* por ocupação de cargos políticos  
Brasil, 1987 a 2002.

Cargos Políticos	Nº Absoluto	Porcentagem
Vereadora	19	25,0
Prefeita	6	7,9
Deputada Estadual/Distrital	17	22,4
Governadora	1	1,3
Senadora	1	1,3
Deputada Federal antes da Constituinte	5	6,6
Vice-Prefeita	3	3,9

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Nota: \* Para o cálculo das proporções aqui apresentadas tomou-se como base as 76 deputadas eleitas, considerando-se que cada uma pode ter ocupado mais de um cargo público. Assim, em função da possibilidade de múltiplos registros, os percentuais não somam cem.

Se a baixa ocupação de cargos políticos revelou-se traço comum na carreira dessas deputadas, o direcionamento para a ocupação de cargos eletivos revelou-se particularmente importante para aquelas mulheres cuja trajetória foi construída a partir do envolvimento com movimentos sociais. A exceção está na ocupação de cargos como governadoras, senadoras e vice-prefeitas, que, tal como se poderia supor, mostram-se mais relevantes para as deputadas cujo capital político foi moldado e acumulado a partir de uma trajetória marcada pela ocupação de cargos públicos – como os discutidos anteriormente – e eletivos. Os espaços majoritários de maior competição eleitoral, como governos de estado e Senado Federal, foram sempre preenchidos por mulheres com tal trajetória.

Pela tabela 19 nota-se que, no conjunto das deputadas que ocuparam cargos de vereadora, prefeita ou deputada estadual, a grande maioria é composta por mulheres com capital político construído na sociedade organizada. No caso das prefeituras, a supremacia das deputadas originadas de movimentos alcança 83%. Já para aquelas que vêm de uma

trajetória de herança política familiar, a ocupação de cargos políticos têm menor relevância. Destaca-se, aqui, uma diferenciação importante entre esses dois subgrupos de parlamentares. Para as detentoras de capital familiar, a ocupação de cargos públicos – tais como secretarias estaduais/municipais e presidências de fundações – constitui-se em componente importante de suas trajetórias pré-Parlamento federal. Já para aquelas com capital de envolvimento em movimentos sociais, o caminho percorrido é outro: passa pela disputa eleitoral para ocupação de cargos tipicamente políticos. Para as primeiras, vale mais a indicação do comando do governo local para a ocupação de postos de poder; para as segundas, vale a disputa eleitoral e a conquista de espaços via manifestação da sociedade por meio do voto.

**Tabela 19**

Distribuição das deputadas\* por ocupação de cargos políticos segundo tipo de capital político Brasil, 1987 a 2002.

Cargos Públicos	Tipo de Capital Político									
	Movimentos		Ocupação de cargos		Familiar		Outros Campos		Total	
	Nº Abs.	(%)	Nº Abs.	(%)	Nº Abs.	(%)	Nº Abs.	(%)	Nº Abs.	(%)
Vereadora	10	52,6	5	26,3	3	15,8	1	5,3	<b>19</b>	<b>100,0</b>
Prefeita	5	83,3	-	-	1	16,7	-	-	<b>6</b>	<b>100,0</b>
Deputada Estadual/Distrital	10	58,8	5	29,4	1	5,9	1	5,9	<b>17</b>	<b>100,0</b>
Governadora	-	-	1	100,0	-	-	-	-	<b>1</b>	<b>100,0</b>
Senadora	-	-	1	100,0	-	-	-	-	<b>1</b>	<b>100,0</b>
Deputada Federal antes da Constituinte	2	40,0	-	-	1	20,0	2	40,0	<b>5</b>	<b>100,0</b>
Vice-Prefeita	1	33,3	2	66,7	-	-	-	-	<b>3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pinheiro, Luana. Vozes Femininas na Política. Brasília, 2006.

Nota: \* O total de deputadas refere-se às 76 eleitas, tendo sido desconsideradas as duplas contagens resultantes de processos de reeleição.

Tais diferenças se tornam ainda mais evidentes com a observação da distribuição das deputadas segundo o número de mandatos eletivos ocupados ao longo de sua vida política. Para quem a trajetória foi construída no campo político, a ocupação de cargos eletivos municipais é realidade para a maior parte. De fato, 43,5% das originárias de movimentos sociais, e 50% das que converteram saber técnico especializado para a ocupação de cargos importantes no poder público, não tinham qualquer histórico de ocupação desses mandatos (ver Tabela 20). Ao se passar para a esfera estadual, esses

grupos permanecem como os que mais têm experiência em cargos eletivos, mas em menor nível do que o verificado anteriormente.

De maneira diversa, uma proporção muito elevada – 87,5% – das deputadas que contam com capital familiar não ocupou qualquer cargo em nível municipal, sendo que os 12,5% restantes correspondem àquelas que exerceram somente um mandato. Uma parcela ainda maior – 96,8% – encontrava-se nessa situação com relação a cargos de âmbito estadual, ou seja, pouquíssimas deputadas vivenciaram a experiência de ocupar um cargo de deputada estadual ou de governadora. O mesmo se verifica para as que entraram na Câmara dos Deputados em função da popularidade obtida em outros campos sociais.

**Tabela 20**

Distribuição das deputadas\* por número de mandatos eletivos e tipo de Capital político  
Brasil, 1987 a 2002.

(Em %)

Tipo de capital Político	Número de Mandatos					Total
	0	1	2	3	4	
	Municipais					
Movimentos	43,5	30,4	17,4	8,7	-	<b>100,0</b>
Ocupação de cargos	50,0	42,9	7,1	-	-	<b>100,0</b>
Familiar	87,1	9,7	3,2	-	-	<b>100,0</b>
Outros campos	87,5	12,5	-	-	-	<b>100,0</b>
<b>Total</b>	<b>67,1</b>	<b>22,4</b>	<b>7,9</b>	<b>2,6</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>
	Estaduais					
Movimentos	56,5	39,1	4,3	-	-	<b>100,0</b>
Ocupação de cargos	64,3	21,4	7,1	7,1	-	<b>100,0</b>
Familiar	96,8	3,2	-	-	-	<b>100,0</b>
Outros campos	87,5	-	12,5	-	-	<b>100,0</b>
<b>Total</b>	<b>77,6</b>	<b>17,1</b>	<b>3,9</b>	<b>1,3</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>
	Federais					
Movimentos	-	47,8	34,8	17,4	-	<b>100,0</b>
Ocupação de cargos	-	21,4	71,4	7,1	-	<b>100,0</b>
Familiar	-	54,8	35,5	6,5	3,2	<b>100,0</b>
Outros campos	-	50,0	50,0	-	-	<b>100,0</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>44,7</b>	<b>42,1</b>	<b>9,2</b>	<b>1,3</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pinheiro, Luana. Vozes Femininas na Política. Brasília, 2006.

Nota: \* O total de deputadas refere-se às 76 eleitas, tendo sido desconsideradas as duplas contagens resultantes de processos de reeleição.

A pouca experiência prévia é, portanto, regra entre essas mulheres. Mais de dois terços nunca exerceram qualquer mandato de nível municipal (prefeitura/vereança) e 77,6% não passaram pelos Legislativo e Executivo estaduais. A maior fonte de experiência resume-se à própria Câmara dos Deputados, já que mais de 50% são reeleitas ao menos uma vez para o exercício de mandatos federais. O alto índice de reeleições, se contribui para consolidar um *habitus* político feminino, também produz uma tendência de cristalização dos espaços e de queda na renovação da Casa. A tabela 21 mostra claramente o profissionalismo que caracteriza o Congresso Nacional: no primeiro Parlamento do pós-Constituinte, 81% das deputadas eram novatas; nos seguintes, esse percentual cai constantemente, até atingir a marca de 43% nas eleições para a legislatura iniciada em 1999.

**Tabela 21**

Distribuição das deputadas, por experiência prévia na Câmara dos Deputados, segundo legislatura Brasil, 1987 a 2002

Experiência prévia	1987-1990		1991-1994		1995-1998		1999-2002	
	Nº Abs.	(%)						
Reeleita	4	15,4	9	31,0	10	34,5	13	46,5
Reeleita após interrupção	1	3,9	-		1	3,4	3	10,7
Eleita pela primeira vez	21	80,7	20	69,0	18	62,1	12	42,8
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100,0</b>	<b>29</b>	<b>100,0</b>	<b>29</b>	<b>100,0</b>	<b>27</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

A ocupação tanto de cargos públicos quanto de mandatos eletivos fornece ao seu ocupante capital político do tipo delegado, tal como foi discutido no capítulo 2 deste trabalho. “Isto é, colocam seus ocupantes em posições que garantem acesso a recursos de poder, conferem visibilidade social e permitem-lhes, em maior ou menor medida, formar a rede de apoios partidários e extrapartidários necessária à busca de um mandato eleitoral”.<sup>313</sup> A baixa presença de mulheres nesses espaços, portanto, é preocupante do ponto de vista do pouco treinamento e socialização política que experimentam, bem como do pouco capital político que acumulam, o que acaba se revertendo, já na Câmara dos

<sup>313</sup> MIGUEL, 2003, p.124.

Deputados, em pouco reconhecimento pelos colegas. Considerando-se que o capital político é um capital simbólico, e, portanto, baseia-se fundamentalmente na visão de um deputado por seus pares, tem-se que a quase ausência de mulheres nas posições decisórias na Casa é, em grande parte, por ele determinada.

A conclusão que se permite é que a ascensão ao Parlamento federal se constrói de maneiras distintas para grupos distintos de mulheres. No caso daquelas que vêm de famílias políticas, pesa a sua tradição e, especialmente, a notoriedade e o reconhecimento que uma parcela significativa dos maridos delega às suas esposas. Esse capital “transferido” permite que a disputa eleitoral seja feita diretamente no topo da carreira, sem que haja necessidade de se construir uma trajetória “por baixo”. O prestígio familiar aliado ao exercício de cargos públicos de notoriedade, especialmente em secretarias e fundações ligadas à área social, possibilita às mulheres pularem etapas na carreira política, e as leva diretamente à Câmara.<sup>314</sup> Tal como apontado por uma das entrevistadas:

*Nunca fui nem presidente de síndica de prédio, já vim direto pra deputada federal. [...] Fui quase imposta pelo partido para ser candidata (Deputada federal – PFL).*

É possível pensar na mesma direção na análise dos casos de mulheres que não tiveram vivência prévia com a política e entraram na esfera institucional graças ao reconhecimento e à popularidade recebidos em outro campo. A diferença, nesse caso, é que não há uma trajetória consistente de ocupação nem mesmo de cargos públicos na administração. O capital que essas mulheres carregam, mesmo sendo estranho ao campo político, é suficientemente forte para conduzi-las diretamente ao Parlamento. Cabe ressaltar, porém, que esta não é uma via de fácil acesso, vez que o campo político exige uma taxa de conversão bastante elevada para aqueles oriundos de outras áreas, o que pode ser indicado pela baixa presença de deputadas enquadradas nessa categoria.

Já no caso das deputadas que alcançam a Câmara a partir da construção de uma carreira política típica, ocupando cargos de poder no Executivo, no Legislativo ou nos dois poderes, a trajetória é mais longa. Aqui, o reconhecimento que origina capital político está ligado à posse de um saber técnico especializado que confere ao seu detentor notoriedade que se traduz em votos ou na ocupação de cargos públicos. Abrem-se, portanto, dois

---

<sup>314</sup> Tal como aponta Martins, “muitas das mulheres que começaram ‘por cima’, conseguindo se eleger numa legenda forte, sem uma carreira política prévia, foram de fato eleitas através do apoio que lhes foi prestado por uma figura masculina com prestígio e influência no campo político”. PRÁ, 1992, p. 183.

caminhos: o exercício de mandatos eletivos, e a ocupação de posições importantes na administração pública. Na maior parte das vezes esses caminhos se cruzam, o que é característico da política brasileira.<sup>315</sup>

Por fim, a trajetória mais recorrente para as mulheres que trazem consigo um capital político oriundo do envolvimento na sociedade civil organizada refere-se à participação em processos eleitorais. Para esse grupo, o que se nota é o prestígio advindo da luta e da participação em movimentos sociais ser ampliado pela presença em cargos eletivos de menor valor na hierarquia da carreira política até tornar-se suficientemente forte para possibilitar o acesso ao Parlamento federal.

---

<sup>315</sup> MESSENBURG, 2002.

## 5. Práticas e representações sobre a ação política

A atuação dos parlamentares no Congresso Nacional dá-se de diversas maneiras: ao lado da produção legislativa, função primordial dos deputados federais, dá-se por meio da presença no Plenário, nas comissões e em reuniões, dos discursos proferidos na própria Câmara, das entrevistas concedidas aos órgãos de imprensa, do contato e do atendimento às bases eleitorais, da elaboração do Orçamento Anual da União, da discussão de projetos, entre outros.

Todas essas atividades são guiadas por normas formais – particularmente, pela Constituição Federal e pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados – ou informais, que regulam e determinam o comportamento dos indivíduos em sociedade. Dentre estas, encontra-se uma cultura que produz e reproduz concepções de gênero, a partir das quais homens e mulheres orientam seus comportamentos, constroem-se e apresentam-se à sociedade (idéia de *habitus*) em obediência a determinadas regras não explícitas.<sup>316</sup> Essas regras, porém, estabelecem espaços delimitados para cada grupo no campo social; a cada um deles corresponde um campo de força e uma posição hierárquica em que dominados se submetem, em geral sem questionamento, aos dominantes. Esta é, de fato, a tese central do conceito de dominação masculina ou de patriarcado, tal como se discutiu nos capítulos anteriores. E tais concepções perpassam e influenciam, de alguma maneira, a atuação de homens e mulheres parlamentares, em todas as suas possibilidades. A forma como os deputados se colocam no campo e reproduzem as crenças que sustentam a dominação simbólica e os *habitus* de gênero influenciam, de maneira importante, o espaço que as deputadas têm para inserirem-se na esfera política institucional. Mas a maneira como as mulheres atuam nesse espaço pode ameaçar a posição até então consolidada dos homens, impulsionando outras manifestações simbólicas cujo objetivo é “colocar as mulheres de volta aos seus lugares tradicionais”.

O objetivo deste capítulo é apresentar as principais características da atuação das deputadas no pós-Constituinte, bem como os principais fatores que, com mais ou menos importância, influenciaram na conformação desse comportamento. Para tanto, foram

---

<sup>316</sup> Cabe lembrar que essas regras encontram-se em permanente mudança, uma vez que a sociedade não é estática e, portanto, é capaz de reinventar as relações sociais sobre as quais se estrutura.

analisados dados referentes à produção legislativa ao longo de todo esse período e à distribuição das mulheres pelas comissões permanentes por onde passam as proposições legislativas apresentadas pelos parlamentares. Ademais, verificou-se a presença de mulheres nos cargos de maior importância no Parlamento – o que é um indicativo do nível de capital político que possuem – e a “taxa de sucesso” de suas propostas de lei, ou seja, a capacidade que têm de transformá-las efetivamente em norma jurídica. Por fim, foram analisados aspectos menos objetivamente percebidos que, a partir das falas das entrevistadas, remetem a uma discussão sobre elementos centrais que influenciam e caracterizam a sua atuação.

## **5.1. Como atuam as deputadas do pós-Constituinte**

### *5.1.1. Produção legislativa*

De acordo com a Constituição Federal, o processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis ordinárias, complementares e delegadas, decretos legislativos, medidas provisórias e resoluções<sup>317</sup>. A cada um desses conjuntos de leis estão associados objetivos e funções específicas, além de estarem previstos públicos com poderes de iniciativa distintos para cada caso. Em relação à Câmara dos Deputados, as únicas restrições em termos de competência de proposição relacionam-se às leis delegadas e às medidas provisórias, cuja iniciativa é exclusiva do Executivo.

Os projetos de lei (PLs), tradicionalmente aqueles que envolvem o maior número de proposições por deputado, destinam-se a regular matéria inserida na competência normativa do Congresso Nacional, estando sujeitos a veto presidencial. Já os projetos de lei complementar (PLCs) têm como função regulamentar dispositivo constitucional não auto-aplicável e também estão sujeitos a sanção do presidente da República. As propostas de emenda constitucional (PECs), por sua vez, também se destinam à Constituição, mas, nesse caso, para o qual não se exige sanção presidencial, o objetivo é alterar – e não regulamentar – o texto vigente.

Alguns tipos de proposição, porém, são de iniciativa exclusiva do Legislativo. É o caso dos projetos de resolução e dos decretos legislativos. Os primeiros objetivam regular,

---

<sup>317</sup> BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, art.59*. Brasília, DF. Senado, 1988.

com eficácia de lei ordinária, matérias privativas da Câmara dos Deputados de caráter político, processual, legislativo ou administrativo, tais como a perda de mandatos, a criação ou o encerramento de comissões parlamentares de inquérito (CPIs). Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regular matéria inserida na competência exclusiva do Congresso Nacional, as quais estão elencadas no artigo 49 da Constituição, não se sujeitando a veto ou sanção presidencial.

A distribuição das proposições apresentadas pelas deputadas eleitas entre 1987 e 2002 segundo o tipo está apresentada na tabela 22, seguinte: a maioria absoluta da produção legislativa da bancada feminina foi de projetos de lei ordinária, que respondem por 82% do total. Comportamento semelhante pôde ser observado para o Congresso Nacional, tal como foi apresentado por Messenberg;<sup>318</sup> nesse caso, esse percentual é de 85%. Nessa comparação, destaque-se, ainda, o maior peso relativo das PECs, que representaram para as mulheres quase três vezes mais do que para o Congresso (6,8% contra 2,6%), e o menor peso dos PLCs que, de maneira inversa, foi quase duas vezes maior para os congressistas em geral. A atuação das mulheres, portanto, foi comparativamente menos voltada para a regulamentação de dispositivos constitucionais e mais para alterações do texto da Carta Magna.

**Tabela 22**

Distribuição das proposições de iniciativa das deputadas apresentadas e aprovadas, por tipo  
Brasil, 1987 a 2002

Tipo de Proposição	Apresentadas		Aprovadas	
	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)
Projeto de Decreto Legislativo	30	2,4	1	3,3
Proposta de Emenda à Constituição	86	6,8	1	1,1
Projeto de Lei	1.047	82,2	42	4,0
Projeto de Lei Complementar	55	4,3	3	5,5
Projeto de Resolução	55	4,3	11	20,0
<b>Total</b>	<b>1.273</b>	<b>100,0</b>	<b>58</b>	<b>4,5</b>

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

<sup>318</sup> MESSENBURG, 2002.

A taxa de sucesso das proposições,<sup>319</sup> isto é, a proporção de iniciativas legislativas que se transformaram em norma jurídica, é bastante baixa, situando-se em 4,5%. A maior taxa de aprovação refere-se aos projetos de resolução, que obtiveram sucesso em 20% dos casos. “Ao tratarem de forma não exclusiva, mas em grande parte de assuntos relacionados ao funcionamento e à organização interna do CN, dispensando assim a sanção do presidente da República e não estando sujeitas ao seu veto, os projetos [...] de resolução apresentam condições mais favoráveis de tramitação e aprovação”<sup>320</sup>.

É importante considerar, porém, que o baixo índice de aprovação deve-se em grande medida ao fato de que o Congresso Nacional tem legislado amplamente sobre matéria de iniciativa do Executivo, e assim se constituído em “agente legislador *de facto* no CN”.<sup>321</sup> Além disso, essa baixa taxa de sucesso não se configura como uma realidade típica dos projetos de iniciativa feminina, tendo girado historicamente em torno de 7% para o conjunto dos deputados<sup>322</sup>. Como aponta a deputada federal do PFL:

*É difícil [aprovar um projeto], a não ser que tenha interesse muito forte do presidente você fica lá. Mas fora isso, principalmente hoje que nós estamos governando sob medida provisória, então se tornou mais difícil ainda (Deputada federal – PFL).*

No entanto a aprovação dos projetos, ainda que seja baixa de maneira geral, é ainda menor para as deputadas. Isso certamente tem uma relação com seu menor tempo de participação na esfera política formal e seu conseqüente restrito acúmulo de capital político. Ademais, pode ter relação também com a pouca prioridade, conferida pelo governo, aos temas aos quais as deputadas se dedicam, ou com o menor interesse de grandes bancadas, tais como a ruralista. De fato, como afirmam Amorim Neto e Santos, a ocupação prévia de cargos públicos ou eletivos e carreiras parlamentares mais longas aumentam as chances de um deputado aprovar seus projetos. Soma-se a esses fatores a ocupação de cargos importantes na estrutura da Câmara dos Deputados, tais como

---

<sup>319</sup> Este termo é usado, também, em Santos *et al.* (2004). SANTOS, Eurico A. G. C.; BRANDÃO, Paulo Henrique; AGUIAR, Marcos Magalhães. Um toque feminino: recepção e formas de tratamento das proposições sobre questões femininas no Parlamento brasileiro, 1826-2004. In: SENADO FEDERAL. *Proposições legislativas sobre questões femininas no Parlamento brasileiro: 1826-2004*. Brasília: Senado Federal, 2004.

<sup>320</sup> MESSEMBERG, 2002, p. 97.

<sup>321</sup> *Ibid.*, p. 96. De acordo com Figueiredo e Limongi, 86% das leis aprovadas no Congresso Nacional são de iniciativa do Executivo. FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999 e 2000.

<sup>322</sup> Conforme Santos *et al.*, 2004.

membros da Mesa Diretora, lideranças partidárias ou presidências de comissões. Nesse caso, a idéia é que “por ocupar um cargo na Câmara, o político tem acesso a recursos que poderá negociar com os colegas em troca de votos para os projetos que ele apresentou”.<sup>323</sup>

Outro importante fato em relação aos projetos aprovados é que 19% deles referem-se à prestação de homenagens, tais como nomear viadutos e estabelecer datas comemorativas. Isso significa que parte significativa daquilo que as mulheres conseguem aprovar não tem qualquer impacto real na vida dos cidadãos brasileiros, são matérias de cunho estritamente ornamental. Ademais, outro grupo importante de propostas aprovadas refere-se a matérias de caráter administrativo, como a criação de CPIs ou grupos parlamentares. Logo, se a aprovação de uma proposta de lei já é algo difícil, mais difícil, ainda, é aprovar matéria de impacto relevante para a sociedade.<sup>324</sup>

É no conteúdo das propostas legislativas das deputadas que se concentra boa parte do debate a respeito de sua atuação no Parlamento. Como já se apontou, a preocupação das mulheres com temas afetos à área social, em particular relacionados aos cuidados, e a sua capacidade de inserir novos temas na agenda, são justificativas comumente empregadas para defender a presença feminina na política institucional. Nesse sentido, alguns estudos apontam que a presença de mais mulheres no poder se traduz na inclusão de novos temas na agenda política. Esses novos temas dizem respeito a questões como violência doméstica, discriminação e assédio sexual no mundo do trabalho, políticas de acesso à educação, saúde e benefícios assistenciais, e são introduzidos pelas mulheres, pois se considera que têm maior autoridade para falar do social, enquanto os homens a têm para falar do econômico.<sup>325</sup> Pesquisa realizada por Avelar<sup>326</sup> mostra que os temas priorizados pelas mulheres na legislatura de 1998-2002 na Câmara dos Deputados referiram-se às áreas de trabalho e previdência, saúde, violência e direitos civis, enquanto uma proporção mínima tratou de temas relacionados ao desenvolvimento, à infra-estrutura e ao poder. Esses estudos concluem que:

[...] claramente, a questão feminista se confunde com a questão social, podendo-se mesmo denominá-las de a questão social do gênero. E é aí que as mulheres fazem a diferença na

---

<sup>323</sup> AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 46, n. 4, p. 661-698, 2003.

<sup>324</sup> Entre 1989 e 1994, apenas 3,8% dos projetos aprovados por congressistas referiam-se à prestação de homenagens, proporção bastante inferior àquela verificada para as mulheres.

<sup>325</sup> HTUN, 2001.

<sup>326</sup> AVELAR, 2001.

política. Em qualquer lugar do mundo, a modernidade na política, a conduta ética em sentido pleno e a conduta humanista são frutos de políticas sociais que atendem tanto os segmentos sociais marginalizados quanto aqueles discriminados.<sup>327</sup>

A análise da produção legislativa das mulheres, ao longo desse período, foi, como se pode ver na tabela 23, bastante diversificada. Com o objetivo de comparar a atuação legislativa das mulheres do pós-Constituinte com os dados apresentados na literatura, procedeu-se a uma classificação das proposições em diferentes áreas temáticas. A definição e a classificação do conteúdo das proposições apresentadas pautaram-se nas suas respectivas ementas, tendo sido considerados apenas os aspectos principais dos projetos e não seus possíveis desdobramentos. Está é uma opção válida, uma vez que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) estabelece que “nenhuma proposição poderá conter matéria estranha ao enunciado objetivamente e declarado na ementa”.<sup>328</sup>

Para que fosse possível agregar as proposições em uma grande categoria denominada “social” – importante, vez que a atuação de mulheres no Parlamento é associada geralmente a essa área – partiu-se da seguinte definição do que seja política social:

[...] tem como objetivo o atendimento de necessidades e direitos sociais fundamentais que afetam vários dos elementos que compõem as condições básicas de vida da população, principalmente aquelas que dizem respeito à pobreza e à desigualdade. [...] Busca atender às demandas por maior igualdade [...] e garantir segurança ao indivíduo em determinadas situações de dependência.<sup>329</sup>

Considerando-se essa definição abrangente e os direitos sociais assegurados pela Constituição Federal – educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados – chegou-se a uma classificação de social que abarca uma grande variedade de temas que podem, para os propósitos deste trabalho, ser divididos em dois subgrupos.

---

<sup>327</sup> AVELAR, 2001, p. 143.

<sup>328</sup> RICD, art. 100, § 3º. BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Brasília: Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações, 2006.

<sup>329</sup> CASTRO, Jorge Abrahão; MORAES NETO, Manoel; SADECK, Francisco; DUARTE, Bruno; SIMÕES, Helene. *Análise da evolução e dinâmica do Gasto Social Federal: 1995-2001*. Brasília: Ipea, 2003, p. 9. (Texto para Discussão, n. 988).

O primeiro subgrupo refere-se a projetos que, inseridos em uma temática social, referem-se a áreas reconhecidas como tipicamente femininas e nas quais as mulheres têm, ao longo dos anos, concentrado sua atuação. Relacionam-se aos cuidados e, portanto, traduzem-se em uma atuação que remete aos papéis de gênero e às atividades tradicionalmente exercidas pelas mulheres. Abarcam questões de saúde, educação e cultura, meio ambiente, violência sexual e doméstica, assistência social e atuação para grupos específicos e para mulheres. De fato, como apontam estudos que procuram analisar as áreas estereotipicamente reconhecidas como femininas e masculinas, os temas do primeiro subgrupo apresentado (A) remetem diretamente aos estereótipos femininos.

Seguindo os estereótipos de ideologia e personalidade que as pessoas carregam, elas comumente associam as candidatas com o que é chamado de temas ligados à compaixão – pobreza, saúde, idosos, educação, crianças e família, meio ambiente. Os homens, de modo não surpreendente, são vistos como mais preocupados com economia, defesa, negócios, crime e agricultura. As mulheres candidatas são também reconhecidas como melhores para defenderem temas de especial preocupação feminina, como violência sexual, aborto e direitos das mulheres.<sup>330</sup>

[...] pesquisadores descobriram que mulheres candidatas são percebidas como mais aptas do que homens para atuar nos seguintes temas: educação, saúde, meio ambiente, artes, defesa do consumidor e auxílio aos pobres. Os homens candidatos são vistos como mais competentes para lidar com questões ligadas às crises militares ou de segurança, economia, negócios, agricultura e controle do crime. Em relação a esses estereótipos, as mulheres são identificadas como mais compassíveis, inclinadas ao compromisso e orientadas para as pessoas, enquanto os homens são vistos como mais assertivos, ativos e autoconfiantes<sup>331</sup>.

Já o segundo subgrupo é composto por proposições direcionadas para áreas que também podem ser entendidas como sociais, mas que não encontram correspondência direta nos papéis de gênero, ou seja, não são diretamente relacionadas aos cuidados e às funções ainda delegadas às mulheres prioritariamente. Compreendem atuação nos campos de trabalho, previdência social, desenvolvimento agrário e política rural, segurança pública, meio ambiente e turismo.

As informações obtidas com base nessa classificação estão apresentadas na tabela 23. Inicialmente cabe destacar a variedade temática dos projetos apresentados. De fato,

---

<sup>330</sup> DOLAN, 2004, p. 208. Tradução nossa.

<sup>331</sup> FOX e OXLEY, 2003, p. 835. Tradução nossa.

foram encontrados projetos em 19 áreas, que abarcam desde aquelas mais tradicionalmente associadas ao feminino – como educação e assistência social – até outras como economia e sistema político. Essa diversidade da atuação foi apontada por algumas entrevistadas como uma característica da sua atuação parlamentar que, ao mesmo tempo em que se concentra em determinados espaços, exige um caráter multidisciplinar.

*Então olha, eu venho de um estado cheio de problema, grande, e com uma representação política muito pequena, então a gente tem um problema [...] Então acaba que a gente tem que fazer de tudo um pouco, não há como eu privilegiar [...] Agora se eu fizer um balanço de tudo, você tá vendo é bem eclética a minha atuação, né? (Deputada federal do PCdoB).*

*Eu falei pra você de três coisas que eu atuo aqui, mulheres, educação, comunidades GLBT, mas mais uma infinidade de assuntos que a gente debate. Hoje eu tava debatendo aqui a questão da ferrovia, não é minha área de atuação, mas eu sou solicitada por esta demanda. Eu fui presidenta da comissão que definiu a atribuição das guardas municipais no Brasil, então você entra na área de segurança, um assunto leva a outro (Deputada federal – PT/SP).*

No entanto, chama atenção a enorme predominância de proposições que se direcionam para temas sociais. Quase dois terços das propostas dessas deputadas refere-se a temáticas com esse escopo, o que confirma conclusões de estudos e que está fortemente presente no imaginário coletivo. Um terço dos projetos de autoria das deputadas (33,4%) concentram-se em áreas que se relacionam aos cuidados e que reproduzem, de certa maneira, o papel das mulheres na esfera privada e sua extensão ao mundo público. Além da atuação para educação e para saúde – que guardam grande correspondência com a divisão sexual do trabalho e do conhecimento, tal como se apresentou no capítulo 3 –, ganham força as proposições legislativas voltadas para grupos sociais específicos, entendidos como aqueles mais vulneráveis e que necessitam de atenção especial. Enquadram-se, aqui, crianças e adolescentes – nicho tradicional de participação feminina – ,população negra, idosos, portadores de deficiências, e o público GLBTT (gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros). Esta é uma característica importante da atuação feminina: ir além das temáticas de cunho universal e garantir àqueles grupos vítimas de preconceitos e discriminações, conquistas legais que lhes assegurem melhores condições

de vida e de inserção na sociedade. De todo modo, como será visto nas seções seguintes, esses públicos constituem, em grande medida, as bases eleitorais das deputadas e correspondem à forma de atuação socialmente esperada para elas.

**Tabela 23**

Distribuição das proposições de iniciativa das deputadas, por conteúdo  
Brasil, 1987 a 2002

Tipo de Proposição	Apresentadas		Aprovadas	
	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)
<b>SOCIAL (A) +(B)</b>	<b>784</b>	<b>61,6</b>	<b>37</b>	<b>63,7</b>
<b>SOCIAL (A)*</b>	<b>425</b>	<b>33,4</b>	<b>28</b>	<b>48,3</b>
Assistência e Atuação para Grupos Específicos	113	8,9	7	12,1
Educação e Cultura	83	6,5	5	8,6
Mulher	92	7,2	7	12,1
Violência Sexual e Doméstica	28	2,2	3	5,2
Saúde	56	4,4	5	8,6
Meio Ambiente e Turismo	53	4,2	1	1,7
<b>SOCIAL (B)**</b>	<b>359</b>	<b>28,2</b>	<b>9</b>	<b>15,4</b>
Trabalho e Emprego	152	11,9	3	5,2
Previdência Social	57	4,5	3	5,2
Desenvolvimento Agrário e Política Rural	22	1,7	1	1,7
Segurança Pública	52	4,1	2	3,4
Outras Áreas Sociais***	76	6,0	-	-
Economia	119	9,3	1	1,7
Administração Pública e Reforma do Estado	65	5,1	2	3,4
Códigos	37	2,9	-	-
Direitos Individuais e Coletivos	73	5,7	2	3,4
Estados e Municípios	32	2,5	2	3,4
Homenagens	46	3,6	11	19,0
Processo Legislativo	22	1,7	-	-
Sistema Político	19	1,5	-	-
Outros	76	6,0	3	5,2
<b>Total</b>	<b>1273</b>	<b>100,0</b>	<b>58</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pinheiro, Luana. Vozes Femininas na Política. Brasília, 2006.

Nota: \* Áreas consideradas tipicamente femininas.

\*\* Áreas não associadas tipicamente a assuntos femininos.

\*\*\* Inclui proposições nas áreas de infra-estrutura social (habitação e transporte), ciência e tecnologia e comunicação.

A esse conjunto, soma-se uma importante quantidade de projetos voltados especificamente para as mulheres. Nesse caso, foram incluídos projetos que objetivam garantir ou ampliar os direitos da população feminina nas mais diferentes áreas, tais como

trabalho, previdência e política/eleitoral, além de alterações nos códigos – especialmente no Código Civil – cujo objetivo foi assegurar a igualdade de gênero, retirar o uso de expressões pejorativas às mulheres e garantir novos direitos, tais como o direito à mulher presidiária de amamentar o seu filho. Outro tema importante, debatido na esfera pública apenas mais recentemente, e que diz respeito diretamente à proteção e aos direitos fundamentais à segurança, à vida, à saúde e à integridade física e psíquica das mulheres, refere-se à questão da violência sexual e doméstica. Tal fenômeno constitui-se em uma das principais formas de violação dos direitos humanos da população feminina, e seu combate tem se intensificado a partir de 1995, pela iniciativa, principalmente, das parlamentares da Câmara. No mesmo sentido, os projetos direcionados ao tema de saúde, especialmente à questão da saúde sexual e reprodutiva de interesse da população feminina, envolveram uma parcela importante dessa produção legislativa. Aqui, o que determina a atuação é a lógica da política da presença, ou seja, ninguém melhor do que a mulher para defender os seus próprios interesses. Torna-se um compromisso e uma responsabilidade dessas deputadas atuar diretamente para a garantia e a defesa dos interesses e necessidades da população feminina.

Uma outra parcela importante dos projetos de iniciativa feminina – 28,2% – também diz respeito a temas sociais, mas que se enquadram como tais mais pela lógica dos direitos e não necessariamente são associados ou reconhecidos como tipicamente femininos. Assim, entre esses temas sociais destaca-se a grande proporção de projetos voltados especificamente com os temas de trabalho, emprego e geração de renda. Incluem-se, nessa categoria, desde alterações na Consolidação das Leis do Trabalho até regulamentação de profissões e capacitação profissional. Está implícita, nesse caso, a preocupação em atender aos reclames de determinados segmentos profissionais, vez que grande parte das deputadas eleitas veio de uma participação anterior em movimentos sindicais, o que induz um olhar especialmente direcionado para essas questões. Ademais, há uma parte expressiva dessas propostas que se ligam a aspectos legais, que objetivam ampliar ou assegurar os direitos das classes trabalhadoras. Essa primazia da área de trabalho e renda já havia sido verificada no estudo de Messenberg para o Congresso Nacional. Lá, como aqui, esses temas dominavam a pauta da produção legislativa dos parlamentares.

Finalmente, entre os temas que não se enquadram na grande categoria de “social”, encontram-se muitos daqueles usualmente chamados de *hard politics*,<sup>332</sup> e que envolvem assuntos estereotipicamente tidos como masculinos, em especial questões de ordem econômica, de administração pública e de relações internacionais. No entanto, de maneira surpreendente, verificou-se, no período, uma intensa produção feminina voltada à área econômica: projetos voltados para as questões fiscais, tributárias e orçamentárias, as tarifas públicas, o sistema financeiro e a política macroeconômica. Referem-se, portanto, a um espectro usualmente fora do campo de atuação feminina, mas cuja importância no âmbito do Parlamento é inegável.

Entre os temas menos desenvolvidos pelas deputadas do período destacam-se os assuntos diretamente relacionados ao processo legislativo – especialmente ligados à regulamentação da atuação da Câmara dos Deputados e às alterações em seu Regimento Interno – ou ao sistema político, por meio de alterações na legislação eleitoral e partidária. Cada uma dessas áreas correspondeu a, respectivamente, apenas 1,7% e 1,5% das proposições de iniciativa dessas mulheres, o que confirma que os temas sobre poder e política seguem, em grande medida, fora da pauta de interesses femininos. Apenas a título de ilustração, aproximadamente 6% de todos os projetos de lei apresentados pelos deputados, em 1995, centraram-se na área política, o que equivale a 70 projetos.<sup>333</sup> Ou seja, este não é um tema que movimenta os parlamentares, mas é ainda menos atraente para as mulheres que, em um período de tempo 15 vezes maior, apresentaram menos de 2% de seus projetos nessa temática, ou 41 proposições.

Este é, assim, um retrato geral das áreas privilegiadas pelas deputadas em suas intervenções realizadas na Câmara dos Deputados via produção legislativa. São diversas as causas que concorrem para explicar tal conjunto de escolhas e preferências, levando-se sempre em conta, que são condicionadas por uma forma de inserção social que obedece a padrões distintos de socialização, que produz *habitus* diferenciados para homens e mulheres e que se estrutura também sobre a lógica patriarcal ou da dominação masculina.

---

<sup>332</sup> MIGUEL, 2001, p. 261.

<sup>333</sup> AMORIM NETO e SANTOS, 2003. Ressalte-se que, de fato, os dados apresentados pelos autores não foram classificados exatamente sob a mesma metodologia utilizada nesta pesquisa. Acredita-se, porém, que conferem uma boa idéia da realidade.

*[A deputada] não participa de todos os temas, e eu noto também que ela fica mais dentro da área que ela **domina**, que ela tem **interesse**. Cada uma na sua área, se ela é assistente social como a Sandra Rosado, ela aborda os temas sociais. Se é médica ela vai... abrange as questões da medicina, da saúde, etc, etc. Se ela é advogada, como é o caso da Denise Frossard, se ela é juíza, ela chega abordando a questão da justiça, da questão da legalidade, da melhoria das leis, da aplicabilidade das leis, da fiscalização do mandato no judiciário (Deputada federal – PMDB).*

Além de todos esses condicionantes sociais, há também determinantes de ordem mais pragmática que se referem a estratégias políticas para ocupação de espaços de poder, a resposta às bases e às expectativas sociais, entre outros. Tais fatores serão mais profundamente discutidos na próxima seção, sendo importante, por hora, deixar claro que a preocupação com os temas ditos sociais não é, de modo algum, algo natural, que está na essência do ser feminino, ainda que esta seja muitas vezes a representação que muitas mulheres e homens, inclusive as parlamentares, façam do papel das mulheres.

No que diz respeito, porém, à aprovação dos projetos apresentados pelas deputadas, parece haver reconhecimento de que são mais aptas e capazes de falar do social do que de outros temas. Quase metade das proposições que se transformaram em norma jurídica diz respeito às áreas reconhecidas historicamente como “tipicamente femininas”, sendo que, do total das aprovadas, 24% referem-se à atuação específica para grupos sociais, sejam eles crianças, adolescentes, idosos ou as próprias mulheres. Ainda que pareça ingênuo acreditar que a simples presença de mulheres no Parlamento garante a defesa dos interesses da população feminina à qual julgam representar, no caso de aprovação de leis, a idéia de uma política de presença parece tornar-se bastante relevante.

Cerca de um quinto dos projetos aprovados referem-se à prestação de homenagens, sem qualquer impacto na vida cotidiana dos milhões de brasileiros. São, portanto, normas cuja única consequência é alterar nomes de viadutos, de saguões ou salas da Câmara dos Deputados, ou estabelecem datas comemorativas, como o “Dia do Forró”, proposição apresentada e que se transformou em norma jurídica.

O capital político dessas mulheres pode, a partir dessas informações, ser percebido como bastante baixo. Ainda que tenham proposto uma quantidade significativa de ações,

são aprovadas, em geral, matérias de menor prestígio no campo político. No que se refere aos projetos relativos às homenagens isso é mais evidente, pois produzem ações de caráter potencial realizador insignificante. Já no caso dos projetos voltados para grupos específicos e outros na área social reconhecida como tradicionalmente feminina, tem-se que “concretamente [...] tratam-se das questões de menor prestígio do campo político, questões que exigem menos capital simbólico de quantos delas se ocuparão e lhes alavancam de forma menos expressiva a carreira futura”.<sup>334</sup>

Em relação à multiplicidade de interesses e de compromissos que se estabelecem no interior do conjunto das próprias deputadas é ilustrativo analisar a produção legislativa das mulheres segundo a origem de seu capital político – movimento social, ocupação de cargos, família, convertido de outros campos. Alguns aspectos interessantes são destacados e auxiliam na compreensão do quadro que se forma.

Um primeiro aspecto é aquele que diz respeito à diferença na intensidade da atividade propositiva. São as mulheres com trajetória diretamente ligada à participação social as que mais apresentaram projetos; sua média *per capita* é de quase 23 projetos, enquanto para as de tradição familiar e as que convertem capital de outro campo esse valor é de apenas 13. Assim, em função dessa maior produtividade, as mulheres com origem em movimento sociais propuseram, individualmente, o maior número de projetos na grande maioria das áreas. Essas parlamentares apresentaram, em média, o dobro de projetos na área social que aquelas de capital familiar, destacando-se, nesse caso, nas áreas de saúde, previdência, agricultura e administração pública. Por fim, as deputadas com trajetória de ocupação de cargos públicos/políticos importantes apresentaram em média 18 projetos *per capita*. Se do grupo de mulheres com herança familiar for retirada a Deputada Rita Camata (PMDB) que, sozinha, teve uma produção de 121 projetos – o que destoou bastante do conjunto das 76 deputadas pesquisadas –, então essas deputadas passam a apresentar uma taxa média de 9 projetos cada uma. Assim, tem-se que a maior intensidade de proposição é mesmo daquelas mulheres que, oriundas de movimentos sociais, devem prestar contas a uma base que, por definição, participa mais ativamente da vida política e acompanha de modo mais próximo o que desenvolvem (ver Tabela 24).

---

<sup>334</sup> MIGUEL, 2001, p. 261.

**Tabela 24**

Número médio de proposições apresentadas por cada deputada por conteúdo,  
segundo tipo de capital político  
Brasil, 1987 a 2002

Área	Ocupação de cargos	Movimentos	Familiar	Outros Campos
	Nº Médio	Nº Médio	Nº Médio	Nº Médio
<b>SOCIAL (A)+(B)</b>	10,6	14,5	7,3	9,3
<b>SOCIAL (A)*</b>	6,9	7,5	3,6	5,6
Assistência e Atuação para Grupos	1,7	1,7	1,1	1,9
Educação e Cultura	1,9	1,2	0,6	1,1
Mulher	1,4	1,6	1,0	0,6
Violência Sexual e Doméstica	0,4	0,7	0,1	0,5
Saúde	0,1	1,5	0,3	1,3
Meio Ambiente e Turismo	1,4	0,8	0,4	0,3
<b>SOCIAL(B)**</b>	3,8	7,0	3,7	3,6
Trabalho e Emprego	1,4	2,6	2,0	1,3
Previdência Social	0,5	1,4	0,5	0,4
Desenvolvimento Agrário e Política Rural	0,2	0,6	0,1	0,1
Segurança Pública	0,9	0,9	0,5	0,6
Outras Áreas Sociais***	0,9	1,5	0,6	1,3
Economia	1,9	1,7	1,5	0,9
Administração Pública e Reforma do Estado	0,4	1,8	0,5	0,1
Códigos	1,0	0,4	0,4	0,1
Direitos Individuais e Coletivos	1,0	1,2	0,8	1,0
Estados e Municípios	0,6	0,5	0,4	0,0
Homenagens	1,6	0,7	0,3	0,1
Processo Legislativo	0,4	0,3	0,3	0,1
Sistema Político	0,2	0,3	0,2	0,1
Outros	0,6	1,3	1,0	1,0
<b>Total</b>	<b>18,3</b>	<b>22,7</b>	<b>12,7</b>	<b>12,8</b>

Fonte: Pinheiro, Luana. Vozes Femininas na Política. Brasília, 2006.

Nota: \* Áreas consideradas tipicamente femininas.

\*\* Áreas não associadas tipicamente a assuntos femininos.

\*\*\* Inclui proposições nas áreas de infra-estrutura social (habitação e transporte), ciência e tecnologia e comunicação.

Para identificar o peso relativo que cada uma das áreas tem para o conjunto das deputadas dos diversos grupos, é importante analisar a distribuição da produção legislativa pelas áreas, tal como é apresentado na tabela 25. Inicialmente cabe ressaltar que, independentemente do tipo de capital que possuem, mais da metade de todos os projetos

apresentados referem-se à área social e, destes, uma proporção significativa – que varia de 28,5% a 44% – envolve temas considerados como tipicamente femininos. Entre as deputadas oriundas de movimentos, quase dois terços dos projetos são voltados para questões sociais, enquanto cerca de 58% das proposições daquelas de famílias políticas e de capital originado da ocupação de cargos estão na mesma temática. Interessante que 72,5% dos projetos de deputadas que converteram capital de outro campo para o político encontram-se nessa situação, o que se deve, em grande medida, ao forte direcionamento das propostas legislativas para o atendimento de grupos específicos e para questões de comunicação e infra-estrutura (grande parte das proposições contidas no agrupamento “outras áreas sociais”). A preocupação com esse tema se justifica pelo fato de estarem inseridas aí questões relativas à comunicação, tema particularmente importante para atrizes e radialistas, que se constituem em maioria nessa categoria.

É possível notar, também, que as deputadas com tradição familiar são as que menos atuam, proporcionalmente, em questões ligadas à área de cuidados, direcionando sua atuação em grande medida para as áreas de trabalho e emprego e economia. Com efeito, 16% e 12% de sua produção legislativa, respectivamente, direcionaram-se para tais temas. São elas também as que menos apresentam projetos com temas como saúde – categoria que alude a matérias relativas à saúde sexual e reprodutiva – ou violência sexual e doméstica. Apenas 10 projetos no primeiro caso<sup>335</sup> e 3 no segundo foram apresentados. De fato, tanto a questão da saúde sexual e reprodutiva, quanto o tema da violência doméstica e sexual, atentam contra os valores tradicionais e conservadores da sociedade brasileira, em particular o patriarcalismo. A atuação legislativa nessas áreas envolve o rompimento, não apenas com tais valores, incorporados por meio dos *habitus*, mas também com as barreiras que os tornaram, durante muito tempo, invisíveis ao debate público.

---

<sup>335</sup> Nem todos os projetos classificados como de saúde remetem obrigatoriamente à saúde sexual e reprodutiva. Logo, a atuação específica para esses temas envolveu um número ainda menor de projetos apresentados pelas deputadas com capital familiar.

**Tabela 25**

Distribuição das proposições das deputadas por conteúdo, segundo tipo de capital político. Brasil, 1987 a 2002

Área	Ocupação de cargos		Movimentos		Familiar		Outros Campos	
	Nº Abs.	(%)	Nº Abs.	(%)	Nº Abs.	(%)	Nº Abs.	(%)
<b>SOCIAL (A)+(B)</b>	149	58,2	334	64,0	227	57,8	74	72,5
<b>SOCIAL (A)*</b>	96	37,5	172	33,0	112	28,5	45	44,1
Assistência e Atuação para Grupos Específicos	24	9,4	39	7,5	35	8,9	15	14,7
Educação e Cultura	27	10,5	28	5,4	19	4,8	9	8,8
Mulher	19	7,4	36	6,9	32	8,1	5	4,9
Violência Sexual e Doméstica	6	2,3	15	2,9	3	0,8	4	3,9
Saúde	1	0,4	35	6,7	10	2,5	10	9,8
Meio Ambiente e Turismo	19	7,4	19	3,6	13	3,3	2	2,0
<b>SOCIAL (B)**</b>	53	20,7	162	31,0	115	29,3	29	28,4
Trabalho e Emprego	19	7,4	60	11,5	63	16,0	10	9,8
Previdência Social	7	2,7	33	6,3	14	3,6	3	2,9
Desenvolvimento Agrário e Política Rural	3	1,2	14	2,7	4	1,0	1	1,0
Segurança Pública	12	4,7	21	4,0	14	3,6	5	4,9
Outras Áreas Sociais***	12	4,7	34	6,5	20	5,1	10	9,8
Economia	27	10,5	38	7,3	47	12,0	7	6,9
Administração Pública e Reforma do Estado	5	2,0	42	8,0	17	4,3	1	1,0
Códigos	14	5,5	9	1,7	13	3,3	1	1,0
Direitos Individuais e Coletivos	14	5,5	27	5,2	24	6,1	8	7,8
Estados e Municípios	8	3,1	12	2,3	12	3,1	0	0,0
Homenagens	22	8,6	15	2,9	8	2,0	1	1,0
Processo Legislativo	5	2,0	8	1,5	8	2,0	1	1,0
Sistema Político	3	1,2	8	1,5	7	1,8	1	1,0
Outros	9	3,5	29	5,6	30	7,6	8	7,8
<b>Total</b>	<b>256</b>	<b>100,0</b>	<b>522</b>	<b>100,0</b>	<b>393</b>	<b>100,0</b>	<b>102</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pinheiro, Luana. Vozes Femininas na Política. Brasília, 2006.

Nota: \* Áreas consideradas tipicamente femininas.

\*\* Áreas não associadas tipicamente a assuntos femininos.

\*\*\* Inclui proposições nas áreas de infra-estrutura social (habitação e transporte), ciência e tecnologia e comunicação.

Esses temas têm-se tornado objeto de políticas públicas há muito pouco tempo. É esse aspecto de relativa “novidade” que explica a ainda baixa atuação de mulheres nessa área. No entanto, ainda que sejam assuntos recentes e polêmicos, são de extrema importância para as mulheres, e a quase inexistência de atuação nesse sentido por parte da bancada feminina dotada de herança política familiar reforça o argumento contrário à política de presença. Ou seja, não basta ser mulher para que sejam defendidos os temas de interesse feminino; para tanto, vale mais o que o parlamentar – homem ou mulher – pensa a respeito do assunto. Identifica-se um argumento que coloca lado a lado a questão de gênero e a de classe; para algumas mulheres, são questões que se complementam; para outras, o mais importante parece ser a ideologia, mais do que o sexo. Uma das deputadas entrevistadas levanta essa questão ao afirmar que:

*Tem muito homem que age como eu aqui, muito deputado, agora tem muita deputada que age como outros muitos homens, entendeu? Aí é uma questão de definição política, uma questão ideológica, depende qual o seu partido (Deputada federal – PCdoB).*

De fato, os aspectos de gênero e classe parecem mais se complementar do que se opor. Assim, se algumas discussões são predominantemente levantadas por mulheres (o que justifica a política de presença), tal como a questão da violência doméstica e sexual, também são as parlamentares de orientação mais à esquerda que tendem a dedicar-se prioritariamente a esses temas, tal como pôde ser observado na tabela 25.<sup>336</sup>

No outro extremo, encontram-se as deputadas que vieram de movimentos sociais; a maioria das proposições apresentadas nas áreas da violência doméstica e sexual e da saúde foi de iniciativa dessas mulheres. Por estarem muito próximas de movimentos sociais – e terem assim, mais do que qualquer outro grupo de mulheres, um contato bastante próximo do movimento feminista –, são elas que inserem a discussão desses temas no Parlamento. De fato, ambos os temas têm sua inserção na esfera pública marcada pela pressão do feminismo, ou seja: atuando como porta-vozes da sociedade civil organizada, essas deputadas constituem-se em um canal por meio do qual essas novas demandas sociais encontram eco no Poder Legislativo federal.

---

<sup>336</sup> As deputadas com capital de movimento social concentram-se em partidos de esquerda, enquanto as de capital familiar encontram-se naquelas agremiações mais à direita, como se demonstrou no capítulo 3. São justamente as parlamentares de movimento sociais que mais se preocuparam com as questões de violência contra a mulher.

São essas mulheres, também, as que mais discutem questões relacionadas à administração pública e à reforma do Estado. Pouco mais de 8% de suas proposições (o dobro daquela verificada para o segundo grupo de deputadas mais atuante nesta área) foram nessa direção, tendo sido privilegiadas as discussões sobre privatização e reestatização de empresas públicas, o que reflete a ideologia mais à esquerda à qual estão conectadas. Por fim, é interessante perceber que o debate de temas econômicos ainda não é dos mais importantes na pauta de interesses dessas deputadas. Para essas, e para aquelas que vêm de outros campos, o *habitus* ainda fala mais forte e a atuação se concentra em outras áreas que também guardam maior relação com suas bases.

Entre as deputadas que obtiveram visibilidade pela ocupação prévia de cargos importantes chama atenção o peso que atribuem à atuação nas áreas de educação e cultura, economia e homenagens. A atuação de cunho “ornamental”, como é característica dessa última, está, dessa forma, basicamente concentrada nesse grupo de mulheres, sendo a proporção de projetos apresentados superior à soma de todas as demais parlamentares. Destaque-se, também, a proporção de projetos orientados para modificações nos Códigos Civil, Penal, de Processo Penal, entre outros. Nesse caso, há relação direta com o perfil profissional que apresentam. Conforme se viu no capítulo 3, 23% das mulheres desse grupo são advogadas, o que as coloca em posição privilegiada para tratar de alterações na legislação processual, penal e civil do país. Por outro lado, ressalte-se o baixíssimo direcionamento para a área de saúde; apenas 1 projeto foi proposto, o que pode indicar falta de interesse para tratar de temas dessa natureza, mas também o entendimento de que outros grupos são mais aptos para essas questões, motivo pelo qual saem de cena.

Finalmente, ao se tratar do grupo de parlamentares com capital convertido de outras áreas, é importante apontar que a conformação de sua produção legislativa é bastante condicionada pela presença bastante forte de atrizes e radialistas no grupo: correspondem a quase 40% do total de parlamentares aqui classificadas. É por isso, talvez, que quase 9% de seus projetos se direcionam à temática de educação e cultura e 9,8%, a outras questões sociais, na qual se incluem as proposições voltadas para a área de comunicação. Essas mulheres não apresentaram ao longo dos 15 anos aqui analisados qualquer projeto voltado para os interesses específicos de estados e municípios. Tal fato pode ser explicado por serem, elas, dotadas de uma base política de caráter mais nacional, construída sobre uma notoriedade e uma popularidade que ultrapassam as fronteiras territoriais. Assim,

apresentam um relacionamento mais indireto com seus eleitores, não estando presas à atuação voltada para seus municípios ou regiões de origem.

É interessante observar, por fim, a taxa de sucesso de cada um desses grupos, ou seja, identificar quais são aquelas mulheres que mais têm conseguido transformar seus projetos e suas idéias em normas jurídicas. Nesse particular, são as deputadas com histórico nos movimentos sociais as que mais aprovaram proposições no período analisado. De fato, seus projetos correspondem a 48% de todos os aprovados, o que aponta para a maior valorização e reconhecimento das parlamentares dotadas de um capital típico do campo político. São essas mulheres as que, no conjunto, atuam decisivamente na produção de leis, tendo aprovado 5,4% de tudo que propuseram. Em seguida aparecem as deputadas com capital familiar, com 29% do total (taxa de sucesso de 4,3%) e as que ocuparam cargos, que responderam por 14% dos projetos aprovados (ou 3% de suas proposições). Foram aquelas oriundas de outros campos sociais, por sua vez, as responsáveis pela menor parcela das normas produzidas no período, apenas 9%. No entanto, em relação aos projetos que apresentaram ao Congresso, obtiveram sucesso em 5% deles.

A despeito das diferenças internas aqui apresentadas, a esmagadora maioria das deputadas atua, ainda, segundo os papéis de gênero pré-estabelecidos pela sociedade em que vivem. Defender os temas sociais diretamente relacionados ao papel de “cuidadoras” que exercem no âmbito privado, bem como atuar para grupos específicos, entendidos como vulneráveis e necessitados de apoio, constituem a marca central da sua produção legislativa.

### *5.1.2. Presença em Comissões Permanentes*

Além da produção legislativa, os deputados atuam na Câmara, também, por meio da presença em comissões permanentes e temporárias. As comissões permanentes organizam o funcionamento da Casa e, segundo o Regimento Interno, têm “caráter técnico-legislativo ou especializado, são integrantes da estrutura institucional da Casa, co-partícipes e agentes do processo legiferante, têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer o

acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária da União, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação.”<sup>337</sup>

Já as comissões temporárias são instaladas para apreciar determinado assunto e se extinguem ao término da legislatura, ou quando termina seu prazo de atuação, sempre que alcançados os fins a que se destinam.<sup>338</sup> Incluem as comissões (i) Especiais – para dar parecer sobre proposta de emenda à Constituição, projeto de código ou sobre proposição que versar sobre matéria de competência de três ou mais comissões; (ii) de inquérito – para apurar acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do país. Conta com prazo certo e é dotada de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei; e (iii) externas – com o objetivo de cumprir missão temporária autorizada que implicar o afastamento do parlamentar.

A participação das parlamentares nas comissões permanentes foi privilegiada por melhor possibilita a identificação dos jogos e das estratégias políticas que se estabelecem no momento da sua distribuição pelo mais diversos temas.<sup>339</sup> A tabela 26, a seguir, traz informações sobre a distribuição das deputadas do pós-Constituinte pelas comissões permanentes. Quase todas as comissões estão em atividade desde o início do período analisado, ainda que tenham sofrido pequenas alterações em suas competências. Apenas quatro delas – a de Direitos Humanos, Amazônia, Segurança e Legislação Participativa – foram criadas em momentos posteriores. Para o cálculo da proporção de deputadas que obtiveram cadeiras em cada uma delas considerou-se, portanto, apenas o total de deputados em exercício a partir da data de sua criação. Assim, no caso da Comissão de Direitos Humanos, por exemplo, a base de cálculo corresponde às parlamentares que exerceram mandatos na Câmara a partir de 1995, ano em que foi criada.

---

<sup>337</sup> RICD, art.22, inciso I.

<sup>338</sup> *Ibid.*, art. 22, inciso II.

<sup>339</sup> Importante lembrar que os dois primeiros anos do período analisado foram marcados pela realização da Assembléia Nacional Constituinte, que constituiu comissões especiais para o desenvolvimento de seus trabalhos. Tal como foi apresentado na introdução desta dissertação, tais comissões não serão objeto de análise.

**Tabela 26**

Distribuição das deputadas por Comissão Permanente,  
segundo tipo de capital  
Brasil, 1988 a 2002

(Em %)

Comissão Permanente	Movimentos	Ocupação de Cargos	Outros Campos	Familiar	Total
Relações Exteriores e Defesa Nacional	26,1	57,1	62,5	38,7	<b>40,8</b>
Viação e Transportes	47,8	42,9	-	29,0	<b>34,2</b>
Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	65,2	35,7	62,5	16,1	<b>39,5</b>
Agricultura e Política Rural	21,7	50,0	12,5	32,3	<b>30,3</b>
Educação, Cultura e Desporto	56,5	28,6	62,5	61,3	<b>53,9</b>
Desenvolvimento Urbano e Interior	39,1	28,6	-	48,4	<b>36,8</b>
Constituição, Justiça e Cidadania	21,7	21,4	37,5	12,9	<b>19,7</b>
Defesa do Consumidor	43,5	71,4	37,5	51,6	<b>51,3</b>
Seguridade Social e Família	56,5	57,1	25,0	67,7	<b>57,9</b>
Trabalho, Administração e Serviço Público	43,5	28,6	-	35,5	<b>32,9</b>
Economia, Indústria e Comércio	13,0	42,9	25,0	41,9	<b>31,6</b>
Fiscalização Financeira e Controle	17,4	21,4	12,5	19,4	<b>18,4</b>
Minas e Energia	26,1	7,1	25,0	22,6	<b>21,1</b>
Finanças e Tributação	4,3	21,4	37,5	12,9	<b>14,5</b>
Direitos Humanos e Minorias*	13,3	40,0	75,0	52,6	<b>38,8</b>
Amazônia e Desenvolvimento Regional**	20,0	20,0	25,0	36,8	<b>26,5</b>
Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado***	23,1	50,0	-	14,3	<b>23,5</b>
Legislação Participativa****	15,4	33,3	-	28,6	23,5

Fonte: Pinheiro, Luana. Vozes Femininas na Política. Brasília, 2006.

Notas: \* Criada em 1995; \*\* Criada em 1997; \*\*\* Criada em 2002; \*\*\*\* Criada em 2001.

Entre os campos temáticos tratados pelas CPs, quatro podem ser diretamente identificados como femininos, tomando-se como parâmetros os estereótipos construídos socialmente a respeito de funções e habilidades masculinas e femininas. Tal como se apresentou, as representações sociais atribuem à mulher melhor desempenho e aptidão em temas como educação, saúde, meio ambiente, artes, defesa do consumidor e auxílio aos pobres.<sup>340</sup>

<sup>340</sup> A respeito, ver Fox e Oxley, 2003 e Dolan, 2004.

As três comissões para as quais as mulheres mais se deslocaram no período 1987-2002 refletem, de maneira exata, tais estereótipos. De fato, 58% das deputadas que passaram pela Câmara dos Deputados ocuparam, em algum momento, cadeiras na Comissão de Seguridade Social e Família, responsável por temas como saúde, assistência e previdência social, além da atuação para grupos socialmente vulneráveis, entre os quais se incluem mulheres, crianças, adolescentes, idosos e portadores de necessidades especiais. Esses mesmos temas foram responsáveis por 18% da produção legislativa das parlamentares, ou seja, é aqui que se concentra a maior parte do trabalho desenvolvido por essas mulheres na Casa. A política de presença mostra-se, mais uma vez, eficiente.

Mais de 50% dessas mulheres participaram também das Comissões de Educação e de Defesa do Consumidor, também diretamente associadas aos papéis tradicionais de gênero. Essas comissões, mais a de Direitos Humanos e Minorias – responsável pela investigação de denúncias relativas a ameaça ou violação de direitos, bem como de assuntos referentes às minorias étnicas e raciais – foram apresentadas por Müller<sup>341</sup> sob o título de “comissões de ordem social”, no que este trabalho está de acordo.

Esses percentuais de participação das mulheres nas comissões de caráter social são bastante elevados. O estudo de Achin,<sup>342</sup> realizado para a França, mostra que, em 2002, 47% das deputadas direcionaram-se para as comissões de assuntos culturais, familiares e sociais e apenas 24%, para as de assuntos econômicos. Para a autora, é possível falar em uma divisão sexual das comissões na qual cabem às mulheres os espaços dotados de menor prestígio e valor simbólico. No entanto, a menor valorização desses temas não significa que sejam, de fato, menos importantes. “É legítimo argumentar que os temas considerados femininos são importantes, talvez até mais importante do que os outros”.<sup>343</sup> Na prática, porém, a questão simbólica pesa de maneira mais forte e a segregação de mulheres em espaços de menor prestígio no campo político relaciona-se com o mais baixo acúmulo de capital político. Isso pode ser confirmado pela análise da quase-ausência de mulheres nos cargos de maior importância na Câmara, para os quais se exige reconhecimento dos pares e a partir dos quais se avança na hierarquia da carreira política.

---

<sup>341</sup> MULLER, Gustavo. Comissões e Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as Comissões Permanentes. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, 2005, pp. 371-394

<sup>342</sup> ACHIN, Catherine. Un métier d’hommes? Les représentations du métier de député à l’ épreuve de sa féminisation. *Revue Française de Science Politique*, v. 55, n. 3, pp. 477-499, 2005.

<sup>343</sup> MIGUEL, 2001, p. 261.

Outras áreas que também concentram uma parcela significativa das mulheres são aquelas tratadas nas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Nesse caso, pode-se argumentar que o pouco valor simbólico e a pouca atuação efetiva e de impacto da comissão funcionam como explicativos para a abertura das portas desse espaço tão associado historicamente às virtudes masculinas. Tem-se a temática das relações exteriores que se associa, por definição, ao espaço público que esteve durante muito tempo fora do alcance das mulheres. E tem-se também a questão da defesa nacional, das guerras e das armas, tema, ainda hoje, predominantemente relacionado ao mundo masculino. A atuação da comissão, porém, é de caráter eminentemente administrativo e ornamental, referindo-se à assinatura de tratados, acordos internacionais, protocolos de intenções, autorização para o presidente da República ausentar-se do país e questões militares que vão desde as mais administrativas (serviço militar, passagem de forças estrangeiras) até as não exercidas, como as declarações de guerra e de paz.

A análise aqui realizada, mais ainda do que aquela desenvolvida para a produção legislativa das deputadas, explicita os estereótipos construídos a partir da questão de gênero. Isso porque a apresentação de leis (e não a sua aprovação) envolve menor requisito de capital político. É possível apresentar proposições em qualquer área, mesmo naquelas em que não se possui *expertise*. Já no caso da presença em comissões, torna-se decisivo não apenas o interesse manifesto das deputadas – que, por si só, já carrega concepções de gênero –, mas também a aceitação, por parte dos dirigentes partidários – no campo de disputas políticas –, da demanda apresentada pelas mulheres, momento no qual os estereótipos pesam fortemente. Assim, é interessante observar que, se as proposições na área trabalhista constituíam-se na principal matéria tratada (12% de toda a produção feminina no período), a participação em comissões, como a de Trabalho, Administração e Serviço Público é apenas a 9ª quanto à presença de mulheres. Este é um espaço a partir do qual se desenvolveram algumas das principais medidas políticas adotadas nos últimos anos,<sup>344</sup> cujo potencial realizador é bastante elevado e o impacto na sociedade é rápido e facilmente sentido.

Importante ter em mente que as regras impostas pelo RICD definem, apenas, que nenhum deputado poderá fazer parte de mais de uma CP, ressalvada as Comissões de

---

<sup>344</sup> A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi alvo de inúmeras propostas de alteração que objetivavam flexibilizar os direitos trabalhistas. Bastante polêmico, o tema proporcionou diversas e acaloradas discussões, tornando a Comissão de Trabalho um espaço privilegiado de atuação na Casa.

Legislação Participativa e de Segurança Pública, e que a cada parlamentar – exceto os membros da Mesa – deverá ser assegurado o direito de integrar, como titular, pelo menos uma comissão. Garantem, também, que na constituição das CPs deverá ser assegurada, o tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participem da Casa, incluindo sempre um membro da Minoria, ainda que pela proporcionalidade não lhe caiba lugar. O que se observa, porém, é que, para além das divisões em termos partidários, existe uma divisão que considera aspectos relacionados à divisão sexual dos papéis fundamentada em concepções de gênero.

A delimitação de espaços femininos segundo essas concepções é claramente observada na tabela 26. Além do que já foi apresentado, é importante destacar aquelas comissões que menos estiveram abertas – claro que não no sentido formal – à participação das parlamentares. Como já se poderia esperar, e constituindo-se em um reflexo da divisão sexual do trabalho e do conhecimento, são as comissões de Minas e Energia, Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Fiscalização Financeira e Controle e Finanças e Tributação aquelas que abrigaram o menor número de mulheres.<sup>345</sup> Essas comissões, remetem não apenas a temáticas usualmente tratadas por homens, mas as últimas três constituem-se, também, nos espaços considerados mais importantes e estratégicos de atuação.

*As [comissões] mais importantes [são] as de Orçamento e Constituição e Justiça. São comissões de peso, que decidem (Deputada federal – PT/SP).*

Pela CCJ passam todas as proposições legislativas apresentadas pelos deputados, sendo nela julgados seus aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa. Tornam-se, dessa maneira, de extrema relevância ao processo legislativo, ao mesmo tempo exigindo e produzindo capital político para aqueles que ali têm assento. A Comissão de Fiscalização é responsável por uma das funções do Poder Legislativo, qual seja a de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, sendo responsável pelo acompanhamento da execução orçamentária da União. Por fim, a de Finanças lida, não apenas com temas relacionados ao sistema financeiro do país e da dívida pública interna e da externa, como também trata de matérias orçamentárias, em especial, de questões que importem aumento ou diminuição da receita ou despesa pública. Constituem-se, portanto,

---

<sup>345</sup> Ilustrativo observar que, em 2006, 5% das vagas da CCJ eram ocupadas por mulheres, o que representa uma sub-representação em relação ao total de deputadas na Casa. Por outro lado, na Comissão de Educação esse percentual sobe para 13%, o que confirma essa divisão sexual nas comissões.

as três, em comissões da mais alta relevância e poder, não estando qualquer uma delas no horizonte típico de atuação feminina.

Mais uma vez, a desagregação dessas informações pelo tipo de capital político mais característico das deputadas levanta outras questões importantes. Percebe-se, desse modo, modelos de atuação que podem ser classificados como mais ou menos femininos, no sentido de que as parlamentares se direcionam mais ou menos para comissões que remetem ao papel exercido pela mulher no âmbito privado.

É interessante perceber que as deputadas com histórico familiar na política conformam um tipo de atuação que poderia ser caracterizado como o mais tradicional no que se refere à ocupação de espaços de atuação típica das mulheres. De fato, todas as comissões que contaram com a participação de mais da metade dessas deputadas relacionam-se diretamente com os papéis de gênero. São elas: a de Seguridade Social e Família, da qual participaram mais de dois terços das mulheres, a de Educação, a de Direitos Humanos e Minorias e a de Defesa do Consumidor. No outro extremo encontram-se as comissões de Finanças e a de Constituição e Justiça, tendo, cada uma delas, contado com a participação de apenas 12,9% das parlamentares. A presença também é muito pequena nas de Segurança Pública, Ciência e Tecnologia e Fiscalização e Controle. Em nenhuma dessas comissões se alcançou mais de 20% de participação. Para as deputadas com essa trajetória política, portanto, os espaços de atuação são bem delimitados e as suas barreiras têm como fundamento os estereótipos de gênero.

São as deputadas com trajetórias de ocupação de cargos públicos e políticos importantes as que mais conseguiram romper as barreiras impostas pela socialização. Se as duas primeiras comissões na ordem de ocupação seguem sendo tradicionais – Consumidor e Seguridade Social – logo na terceira posição estão as Comissões de Segurança Pública e de Agricultura e Política Rural, que envolveram, cada uma, metade das mulheres com esse tipo de capital político. Importante, ainda, foi a presença de mulheres na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, cuja composição contou com 23% dessas parlamentares. Logo, as possibilidades de ocupação de espaços diferentes daqueles tradicionalmente reservados às mulheres se abre com mais facilidade para aquelas que ocuparam posições de poder nos Executivos e Legislativos das três esferas da Federação. Talvez por terem passado por esses postos, tais mulheres sejam vistas como detentoras de maior nível de

capital político, que se construiu tendo por base a experiência na administração pública ou nas câmaras e assembleias, o que lhes conferiu, possivelmente, maiores habilidades políticas e reconhecimento de sua capacidade de atuação.

Aquelas que têm história prévia de participação em movimentos sociais apresentaram uma distribuição pelas comissões que pode ser definida como híbrida, mas mais próxima da tradicional feminina. Assim, envolvem-se, prioritariamente, com as de Ciência e Tecnologia, Educação e Seguridade Social, mas transitam, também, em elevada proporção, pelas Comissões de Viação e Transportes e de Trabalho. Seguindo aquilo observado nas proposições legislativas, envolvem-se pouquíssimo em Finanças e Economia, mas também poucas participaram das discussões na de Direitos Humanos.

Por fim, a atuação das mulheres com capital oriundo de outros campos sociais não apresenta um padrão identificável. São elas, entre todas, as que mais participam das Comissões de Constituição e Justiça (37,5%), de Finanças (37,5%) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional. No entanto, também envolveram-se bastante com as de Direitos Humanos (75%), Educação (62,5%) e Ciência e Tecnologia, o que era de se esperar, vez que aqui encontram-se os temas relacionados à política de comunicação e difusão cultural. Por possuírem perfil menos homogêneo, a atuação também se dá de maneira mais difusa, abarcando tanto temas tipicamente femininos quanto outros totalmente diversos e que, inclusive, referem-se às áreas de maior poder simbólico e material.

A distribuição das deputadas segundo as diferentes comissões guarda, conforme indicam os dados coletados, uma forte correspondência com as representações sociais e os papéis de gênero que constroem estereótipos a partir dos quais as mulheres dirigem-se para esferas de cunho mais social – em grande medida, ligadas ao papel que tradicionalmente desempenham no espaço privado – enquanto os homens tendem a ocupar espaços mais “estratégicos”.<sup>346</sup> Aponta, portanto, para a eficiência da dominação simbólica e dos *habitus* fundados em concepções de gênero. Estes, além de produzirem nas consciências de homens e mulheres a idéia de aptidões típicas e diferenciadas para cada um deles, favorecem espaços bem delimitados de atuação. Dificulta-se, assim, o rompimento de tais limites, já que não apenas o acesso a espaços de maior poder e prestígio é dificultado,

---

<sup>346</sup> Tal como aponta Müller, 2005.

como as próprias deputadas tendem a reproduzir e a aplicar sobre seus atos e escolhas os padrões da dominação e da socialização fundada nos papéis de gênero, explicitando preferências que, sendo socialmente construídas, referem-se aos espaços tradicionais.

Os padrões de recrutamento para as comissões não obedecem, em geral, a critérios claros, objetivos e facilmente identificáveis. Para além das regras formais anteriormente explicitadas, alguns estudos têm verificado a existência de estratégias informais que se desenvolvem no processo de alocação dos deputados pelas comissões. Um primeiro conjunto abarca aquelas que dizem respeito a critérios auto-seletivos, isto é, os interesses e os desejos expressos pelos parlamentares são levados em conta no processo de recrutamento. Tais interesses podem advir da experiência acumulada na temática – o que responde pela função informacional das comissões – ou simplesmente dos cálculos eleitorais para sua reeleição – os parlamentares escolheriam as comissões visando ao atendimento de suas bases (ou mesmo dos financiadores de suas campanhas), o que responde ao seu aspecto distributivista.<sup>347</sup> Além dessas possibilidades, há ainda a influência dos partidos no controle do recrutamento, ou seja, o partido funcionaria como instrumento de conciliação de conflitos, possibilitando aos líderes o controle das indicações para as comissões.<sup>348</sup> As trajetórias político-partidárias também parecem influenciar no processo a partir da observância, pelos líderes, da adesão de cada deputado à posição ideológica do partido ao longo da vida política e da experiência nos Diretórios Partidários Nacionais.<sup>349</sup> Nessa mesma direção, Achin,<sup>350</sup> em estudo realizado sobre o recrutamento de homens e mulheres para as comissões da Assembléia Nacional francesa, encontrou que os parâmetros que orientam a demanda para participar de uma comissão referem-se, em primeiro lugar, aos interesses pessoais de produzir um trabalho legislativo direcionado às suas bases eleitorais e com o objetivo de assegurar uma reeleição. A aceitação dessa demanda pelos partidos, porém, depende de alguns fatores, dentre os quais destacam-se: (i) a idade do deputado – que representa, de certa forma, a sua experiência; (ii) a “envergadura” política – trajetória política, cargos públicos importantes e cargos no próprio partido; (iii) sua especialização – notadamente a profissional; e (iv) acordos

---

<sup>347</sup> MÜLLER, 2005; LIMONGI, Fernando. O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente. *BIB*, n. 37, 1º sem 1994.

<sup>348</sup> COX, Gary; MCCUBBINS, Mathew. *Legislative Leviathan. Party government in the House*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1993. *Apud* MULLER, 2005.

<sup>349</sup> MÜLLER, *op. cit.*

<sup>350</sup> ACHIN, 2005.

políticos – que respondem às necessidades pragmáticas de distribuir os deputados segundo o número de vagas existentes. Assim, conclui que “a distribuição dos deputados pelas diferentes comissões não é aleatória, mas recai sobre seu trabalho, seus centros de interesse e seu nível de autoridade no interior do grupo. A posição social do deputado, associada à sua profissão de origem, é igualmente fundamental nessa escolha, assim como as origens sociais do deputado”. Ademais, a autora verifica que, ao lado do *habitus* primário, o *habitus* secundário, formado a partir da atuação profissional como parlamentar, contribui, também, para a alocação dos deputados pelas comissões.

A situação brasileira parece assemelhar-se bastante àquilo que Achin verificou para a França. A maior parte das manifestações das deputadas entrevistadas nesta pesquisa destacou, a respeito dos determinantes de sua participação em comissões, a questão da preferência manifesta – que remete à especialização profissional e à relação com as bases – e o pragmatismo, expresso na atuação do partido como instituição mediadora e produtora de acordos políticos que permitem acomodar todos os deputados, não apenas segundo os interesses dos parlamentares mas, também, principalmente, segundo os seus próprios interesses.

*[A entrada na comissão é determinada] pela **experiência**, pelo **tempo de atuação** naquela área. Eu posso optar pra querer ir pra qualquer comissão, mas não quer dizer que eu vá, né? Depois... eu fiz uma opção que eu quero ir pra comissão de Constituição e Justiça e Educação, aí quantos pedidos têm e fazem a seleção, e o PT usa muito um critério de... Como é que se diz... de **preparo** pra pessoa ir para aquela comissão. [Quando há coincidência de interesses], aí é uma boa disputa, não é fácil de resolver não. Aí é uma briga danada e a experiência na comissão conta bastante também. Você faz uma mescla, né? Deputados inexperientes, novos, numa comissão, muitas vezes que o PT tem grande interesse, então faz uma reciclagem, mas desde que eu entrei aqui eu faço parte da Comissão de Educação ou como suplente ou como efetiva (Deputada Federal – PT/SP).*

*Escolhe assim, você se inscreve, bota as tuas **preferências**. Você pode ser titular de uma e suplente de outra, né? Aí vai **negociando** até acertar, né? Às vezes acerta, às vezes não. Aí fica um titular e um suplente. [O que] define é o **envolvimento com a***

*causa, que tu não pode ficar em todas comissões, aí se abraça tudo, não aperta nada, né? (Deputada federal – PT/SC).*

*A gente negocia e vai e diz: ‘você já tá naquele outra’, ‘já tá mais sobrecarregado’, ‘a pessoa tem mais **tradição nesse tema**’ e acaba que a gente se acerta. [O desempate] tem a ver com o perfil da pessoa, [com a trajetória] pra trás e no desempenho das atividades dela (Deputada federal – PCdoB).*

*Aqui na casa há uma composição né? Quem escolhe primeiro é o maior partido, o segundo, etc, etc. e vai assim. Depois que esgota isso vão indo na seqüência, a próxima é do partido tal. A Comissão de Constituição e Justiça é muito disputada, né? A Comissão de Transportes também, então nesse aspecto quando há muito interesse, às vezes, quando ele opta pela suplência inverte, ele fica como titular onde ele queria ser suplente, e suplente onde ele queria ser titular. E tudo isso acaba indo pra uma mesa de negociação política (Deputada federal – PMDB).*

A distribuição pelas comissões certamente remete, portanto, à tradição, à experiência que a parlamentar tem no tema. A formação profissional constitui-se, assim, em uma espécie de “caminho sem volta”. Se uma deputada tem uma formação e uma vivência anterior na área de Educação, dificilmente conseguirá conquistar, na disputa política, uma vaga em espaços diferenciados. Esta é a percepção de uma deputada francesa, assistente social, que não conseguiu a vaga na Comissão de Produção e Comércio que havia solicitado em função das características de sua região. Mesmo sendo esta uma realidade social e política diferenciada da brasileira, o depoimento é bastante ilustrativo de um fato que também se repete no Brasil: “*Sou assistente social, enfim veja este fato, eu estou **destinada à Comissão Social**. E eu, eu aponteí já de partida [...] que na minha circunscrição existem umas quatro ou cinco grandes empresas [...], existem enormes problemas industriais, eu gostaria de ir para aquela comissão*”.<sup>351</sup>

A conquista de espaços passa, também, por um reconhecimento das competências legislativas, daquilo que uma das deputadas chamou de “preparo” para lidar com o tema. Entra-se, portanto, no mundo do simbólico, pois o reconhecimento remete não apenas àquilo que uma pessoa é, mas, de maneira bem mais intensa, àquilo que os outros enxergam que ela seja. O capital político que as deputadas carregam é simbólico e,

---

<sup>351</sup> ACHIN, 2005, p. 488. Tradução nossa.

portanto, depende não apenas do que a deputada faz, dos cargos que ocupa, da trajetória que carrega. Depende, também, de como seus pares a vêem, do que esperam dela e do que acreditam ser ela capaz. Essa crença remete, por sua vez, ao mundo da dominação simbólica. Sendo produzida socialmente, incute nos deputados e nas próprias deputadas a visão de que elas são mais aptas para o mundo social, para as questões que exigem atributos típicos da maternagem e do feminino, tais como solidariedade, compaixão, paciência.

Ilustrativa dessa lógica da reprodução das estruturas de pensamento e de comportamento, típicas do sistema de dominação na qual o dominado aplica sobre si as mesmas categorias que o dominante aplica sobre a relação, foi a fala da deputada do PFL:

*Já fui convidada uma vez pra trocar da Comissão de Educação pra Comissão de Finanças. Eu virei “finanças eu só sei cuidar e muito mal da minha, né?” Agora, das finanças do país... Porque eu acho assim, na comissão, você tem que ir numa comissão que você possa contribuir. Agora pra você ser de uma comissão pra ficar sentada lá registrando presença e indo embora, eu não sou dessa história. Então finanças, ia ficar fazendo o quê? E é pra economista, eu não sou, entendeu? Por isso eu não aceito me colocar num lugar que **não parece comigo, não tem nada a ver comigo**... Eu não vou mesmo (Deputada federal – PFL).*

De fato, se a distribuição pelas comissões passa pelo reconhecimento das competências, cabe questionar se tais competências são conscientemente reivindicadas pelas mulheres ou se são projetadas sobre elas e internalizadas a partir da dominação simbólica e dos *habitus* masculinos e femininos. Assim, romper as barreiras e conquistar espaços não relacionados usualmente ao mundo feminino não são tarefas fáceis. Além da necessidade de se vencer os preconceitos e estereótipos presentes nas organizações partidárias,<sup>352</sup> faz-se necessário, também, romper com os *habitus* femininos que as levam, quase que instintivamente, a direcionar-se para áreas de atuação tradicional. Como já apontava Bourdieu, o rompimento da crença que dá sustentação aos *habitus* e à violência

---

<sup>352</sup> “A correlação entre especialização profissional das deputadas e participação em uma comissão com atribuições próximas, parece ser anulada pelos efeitos de gênero. Tudo se passa como se as competências reconhecidas às deputadas (ou auto-reconhecidas) considerassem um parâmetro único: sua qualidade de mulher e mãe, que lhes confere as virtudes e as características inerentes a essa situação”. ACHIN, 2005, p. 491.

simbólica exige mais do que a tomada de consciência da situação; exige uma mudança nas estruturas sobre as quais a sociedade se desenvolveu. Uma das entrevistadas apresentou uma ilustrativa discussão a respeito desse tema, ao destacar que tais barreiras referem-se, simultaneamente, a uma pretensa vocação, a um direcionamento (em grande medida, social) e à formação.

*Hoje eu priorizei a Comissão de Educação e Cultura e a Comissão de Constituição e Justiça por onde passam todos os projetos, é o que eu faço parte hoje. O ano que vem eu vou fazer o possível pra ir pra Comissão de Orçamento. Eu nunca reivindiquei ir pra Comissão de Orçamento, esse ano reivindiquei e não tinha espaço, mas agora, daqui por diante eu vou reivindicar, eu quero aprender.[Não conseguiu vaga nessa comissão porque] não é um espaço feminino aqui nessa Casa. Dificilmente uma mulher faz parte da Comissão de Orçamento. As mulheres, parece que têm a **tendência de** ficar sempre nessas políticas, na discussão de políticas públicas e outros temas. Tem poucas aqui que atuam na Comissão de Economia, na área financeira, são poucas as mulheres presentes. Barreiras? Eu acho que a barreira é muito mais de formação. Você não tem mulheres economistas aqui na Casa, por exemplo. Então nas comissões de peso da Casa tem poucas mulheres presentes, de peso que eu digo, de decisão, que decidem de fato. As mais importantes, a de Orçamento e Constituição e Justiça. Educação e Cultura são comissões importantes, por ali passam ações importantes, a Comissão de Saúde e Seguridade, também. Aí você vê bastante mulher presente, muitas deputadas estão na Comissão de Saúde e Seguridade e na Comissão de Educação e Cultura Na comissão de Direitos Humanos também as deputadas se dirigem pra lá, parece que é um... Não sei se é **vocação** ou **direcionamento**, acho que é até pela **formação** das mulheres, se eu for ver qual é a formação das deputadas aqui eu não tenho muitas economistas, por exemplo, que sejam da área financeira, que tenham **preparo** pra esse debate (Deputada federal – PT/SP).*

### 5.1.3. A segmentação vertical: pouca presença feminina nos cargos de poder

Além dessa segmentação horizontal das comissões, em que a hierarquia é informal e, até certo ponto, discutível, há ainda uma segmentação vertical. Esta, bem mais objetiva e

facilmente identificável, refere-se à quase inexistência de mulheres ocupando os postos de mais alta importância dentro da própria Câmara dos Deputados. Tem-se, assim, que às deputadas cabem as posições de menor prestígio e valor na hierarquia da Casa; as de maior expressão têm estado, historicamente, nas mãos de parlamentares homens.

Entre os cargos mais importantes na estrutura organizacional da Câmara destacam-se aqueles que compõem a Mesa Diretora, especialmente a Presidência e a 1<sup>a</sup> Secretaria, as presidências das comissões permanentes, as lideranças partidárias, de bloco, da maioria e da minoria. A ocupação desses postos torna-se de fundamental importância para o acúmulo de capital político, necessário para a ampliação do reconhecimento e do valor que os deputados conferem aos seus pares. Na verdade, estabelece-se, aqui, um círculo vicioso, pois se a ocupação de cargos-chave no Parlamento contribui para a produção de capital político, este, por outro lado, é requisito essencial para que um deputado conquiste qualquer dessas posições. Assim, se as deputadas do pós-Constituinte são, como já se viu, dotadas de baixo nível desse capital, então tendem a apresentar pequena presença nesses cargos e, desse modo, têm o acúmulo de capital político dificultado.

No que diz respeito às presidências das comissões permanentes, estas dispõem de mandatos de um ano, e aos presidentes compete coordenar todos os trabalhos internos, assim como a indicação dos relatores das matérias sujeitas a parecer. Segundo o critério de proporcionalidade, os maiores partidos detêm a ocupação desses cargos, e é considerada, ainda, a pressão da sociedade civil organizada, para que sejam empossados na presidência representantes diretos de seus interesses, e o grau de experiência e conhecimento profissional do deputado acerca do tema em questão.<sup>353</sup>

Nesse particular, entre 1987 e 2002, 15,8% das deputadas ocuparam a presidência de alguma das comissões permanentes da Casa.<sup>354</sup> Não há diferença significativa segundo o tipo de seu capital político. Assim, entre 12% e 18% das deputadas de cada uma das categorias aqui analisadas ocuparam esses espaços de importante influência na definição

---

<sup>353</sup> MESSENERG, 2002, p. 80.

<sup>354</sup> Assim como para os cargos analisados anteriormente, não foram coletadas informações sobre presidência de comissão para os deputados e não se encontrou, na literatura, qualquer análise que apresentasse esses mesmos dados, de modo a que se pudesse fazer uma análise comparativa entre homens e mulheres. Novamente pode-se recorrer aos dados de presidência de comissões em 2006, apenas como meio de ilustrar as dificuldades que se apresentam mais fortemente para as mulheres na ocupação de tais cargos. Assim, neste ano, das 20 comissões permanentes, apenas uma era presidida por mulher, justamente a de Educação e Cultura. Isso significa que pouco mais de 2% das deputadas alcançaram tal posição, proporção que salta para 4,1%, no caso dos homens.

dos rumos do Parlamento. É interessante observar que três deputadas ocuparam a presidência da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. As demais distribuíram-se por comissões das mais variadas temáticas, indo desde a presidência da Comissão de Segurança Social – espaço típico de atuação feminina – até a de Economia e Finanças, ocupadas por mulheres com trajetória profissional e acadêmica na área. Nesses casos, a excepcionalidade é grande e remete mesmo à especialização profissional. Mais uma vez, tem-se, aqui, que a formação tende a ser uma sentença que determina, *ad eternum*, os espaços e as posições que as mulheres irão ocupar.

*[Quero] ver se eu consigo fazer parte da Comissão de Orçamento que eu quero aprender, que não é fácil, tem que adquirir experiência. A minha **formação** nunca foi pra essa área, muitas vezes eu participo de debates que eu não entendo determinadas coisas que são colocadas pela falta de traquejo, de preparo nessa área, mas eu tenho certeza que eu posso aprender (Deputada federal – PT/SP).*

*Eu atuo naqueles [temas] que considero mais importantes e nos quais já contava com **espaço** para fazê-lo. Por exemplo, eu fui presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, em 1999. É uma das mais comissões mais importantes, a primeira vez que uma foi uma mulher, e era o ano da desvalorização do real. Então eu me propus a ser presidente e fui eleita (Deputada federal – PSDB).*

Há, neste depoimento, dois pontos importantes. Um deles remete à questão do espaço, o que aponta para a existência de uma estratégia política de se direcionar para aqueles temas nos quais a mulher julga encontrar maior abertura para atuar. Se nesse caso era o tema da economia, em função da formação e da trajetória profissional da deputada, na maioria das vezes esses temas estarão relacionados à área social, aos cuidados. Isso se dá, tanto porque reflete a formação acadêmica e a atuação profissional das mulheres, quanto porque elas próprias acreditam ter maior competência para atuar nesses temas.<sup>355</sup> Tal como indica Miguel, “No âmbito parlamentar, ao que parece, as mulheres se ocupam com mais frequência de temas ‘sociais’ [...] Mas isto ocorre, muitas vezes, porque se trata do **único nicho** disponível para elas no campo político”.<sup>356</sup>

---

<sup>355</sup> Tal como foi explicitado no discurso da deputada do PFL, anteriormente apresentado, que, ao falar da possibilidade de ir para a Comissão de Finanças, disse que essa “*não parece comigo, não tem nada a ver comigo... Eu não vou mesmo.*”.

<sup>356</sup> MIGUEL, 2001, p. 261, grifos nossos.

A fala da deputada do PSDB desvenda, ainda, um fator característico da participação das mulheres na política: o ineditismo. De fato, a idéia de rompimento, de ser a “primeira mulher” a conquistar alguma coisa, perpassa e se torna uma marca da participação das mulheres na política institucional. Muitos foram os depoimentos de deputadas que destacavam o fato de terem sido as primeiras mulheres a ocuparem cadeiras nas câmaras municipais e estaduais e de serem as primeiras representantes femininas de seus estados na Câmara Federal. A idéia de ruptura, aqui presente, portanto, remete ao fato de que essas deputadas conseguiram romper as barreiras que tradicionalmente se colocaram para a participação das mulheres na esfera política institucional e, de certo modo, subverteram aquilo que, até então, era tradicional.

*Você tinha uma sociedade um pouco **perplexa**, porque eu era muito nova, e como é que vai ser, onde vai essa mulher, e tal, como é que ela faz? Larga a família e cuida de política? (Deputada federal – PMDB).*

De modo geral, estes dados, aqui apresentados, demonstram os constrangimentos a que as deputadas estão sujeitas em sua atuação parlamentar. A negação implícita de espaço para essas mulheres dificulta que ampliem seu capital político, impõe barreiras para sua atuação e contribui para que se mantenham presas a uma atuação mais focada em temáticas tradicionais. Persiste a idéia de que a mulher, de maneira natural, possui limitações de cunho psicológico para o exercício do poder. Como destaca uma das entrevistadas:

*Quando a mulher tenta estar na liderança [da Câmara dos Deputados], aí acham que o homem vai desempenhar melhor, ainda tem essa visão profundamente equivocada. As limitações que tem uma mulher, que uma mulher ou outra pode ter, tem também um homem, né? E nós já fomos lideradas por pessoas que não tinham o menor conhecimento dos temas que estavam sendo tratados no plenário por muito tempo [...] Mas é que na verdade há uma discriminação ainda por conta de espaço, principalmente na política, principalmente na política. A mulher consegue chegar a ser gerente de banco e tal. Presidir essa Casa ainda vai passar muito tempo... muito tempo... A Heloisa Helena tá tendo um desempenho fantástico aí, fala pra ela ir lá disputar a presidência do Senado, não tem como, né? (Deputada federal – PMDB).*

Outra forma bastante clara de visualizar a pouca presença de mulheres em cargos de maior poder na Câmara dos Deputados refere-se à análise da ocupação de espaços de poder na Mesa Diretora. A Mesa é constituída por sete parlamentares: um presidente, dois vices e quatro secretários. As eleições para os seus cargos são realizadas de dois em dois anos, sendo vedada a recondução de seus membros para as mesmas posições na eleição imediatamente subsequente. A composição da Mesa deve refletir, na medida do possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares. A Presidência da Mesa é o cargo mais importante de todo o Parlamento, competindo, ao presidente, coordenar os trabalhos legislativos e representar a Casa, em âmbito nacional e internacional, quando ela se pronuncia coletivamente. Na linha sucessória do presidente da República, imediatamente após o vice-presidente encontra-se o presidente da Casa. O primeiro secretário da Mesa também desempenha de funções de relevância; é responsável pelo gerenciamento dos serviços administrativos e tem sob seu controle vultosos recursos para contratação e supervisão de funcionários e serviços, além da manutenção de recursos físicos.

Ao longo de todo o período aqui analisado, que compreende 15 anos e quatro legislaturas, o posto mais alto que uma mulher conseguiu alcançar na Mesa Diretora foi a 1ª suplência de secretaria.<sup>357</sup> Além deste, mais duas deputadas exerceram a 3ª suplência,<sup>358</sup> o que mostra o baixo reconhecimento da parte de seus pares e, portanto, o baixo nível de capital político de que dispõem para sua atuação. Das parlamentares que ocuparam tais posições, duas construíram seu capital a partir de um envolvimento prévio na política, por meio da participação em movimentos sociais, e uma tinha uma trajetória ligada ao mundo artístico, tendo convertido capital desse espaço para o político.

Os líderes partidários, por sua vez, assumem, junto com a presidência da Mesa, a definição da agenda do Legislativo. Nesse caso, compõem o chamado Colégio de Líderes, juntamente com os líderes da Maioria, da Minoria, dos blocos parlamentares e do governo. Os líderes devem ser indicados pelas agremiações que contam com número mínimo de representantes no início da legislatura e permanecem no cargo até que seja feita nova

---

<sup>357</sup> Segundo se acha disposto no *site* da Câmara dos Deputados, “Os Suplentes terão as designações de Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto, de acordo com a ordem decrescente da votação obtida, e incumbir-se-ão, dentre outras, das seguintes atribuições: i) Substituir os secretários de acordo com sua numeração ordinal; ii) Substituir os Secretários da Mesa em suas faltas, de acordo com sua numeração ordinal; e iii) Tomar parte nas reuniões da Mesa”.

<sup>358</sup> A Deputada Irma Passoni ocupou, além da 3ª Suplência, o cargo de 4ª suplente de secretaria.

indicação. Dispõem de amplas e importantes prerrogativas que incidem, não apenas no direcionamento de seus liderados a respeito das proposições sob deliberação no Congresso, como também na definição da participação e substituição dos membros de seus partidos nas comissões, delegações e em outras tarefas. Apesar de não mais existir o voto de liderança na Câmara, Figueiredo e Limongi<sup>359</sup> concluíram que o voto dos deputados tende a ser bastante disciplinado, seguindo, em grande parte das vezes, a orientação de suas lideranças. Logo, fica clara a importância que tais deputados têm na definição dos trabalhos parlamentares e a necessidade de que contem com alto prestígio na Casa para que ocupem tais postos.

Apenas 5,3% das deputadas ocuparam lideranças de partido entre 1987 e 2002, tal como pode ser observado pela tabela 27.<sup>360</sup> Pouco mais de 50% das deputadas foram vice-líderes de seus partidos, tendo uma delas sido 1<sup>a</sup> vice-líder. As vice-lideranças, porém, pouco dizem a respeito de seus ocupantes em termos de reconhecimento de sua competência e habilidade para liderar – característica, esta, tradicionalmente associada ao mundo masculino. Com efeito, para cada 4 deputados pode-se indicar um vice-líder, havendo, ainda, a alternativa de se constituir um 1<sup>o</sup> vice-líder, que, de fato, substitui os líderes em suas ausências. Às deputadas, portanto, dá-se a possibilidade de ocupar tais postos, com pouca possibilidade de exercício do poder e pouca decisão efetiva sobre os rumos do trabalho parlamentar.

---

<sup>359</sup> FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995.

<sup>360</sup> Considerando-se o objetivo deste trabalho, o de analisar apenas as deputadas, não foram coletados esses dados para os deputados e não se encontrou, na literatura, qualquer análise que apresentasse esses mesmos dados, de modo a que se pudesse fazer uma análise comparativa entre homens e mulheres. No entanto, apenas para ilustrar a questão da segregação vertical no Parlamento, é interessante analisar os dados de ocupação de cargos da alta hierarquia da Casa para 2006. De fato, neste ano nenhum dos líderes partidários era mulher, o mesmo sendo verificado para os líderes da Maioria e da Minoria. Já no caso das primeiras vice-lideranças partidárias a situação era mais vantajosa para as mulheres: 26% das deputadas ocupavam esse posto (2 mulheres), enquanto 15% dos deputados estavam na mesma situação (7 homens).

**Tabela 27**

Distribuição das deputadas por ocupação de cargos de liderança,  
segundo tipo de capital político  
Brasil, 1987 a 2002.

Tipo de Capital Político	Líder		Vice-Líder		Não	
	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)	Nº Absoluto	(%)
	Liderança Partidária					
Movimentos	3	13,0	14	60,9	7	30,4
Ocupação de Cargos	1	7,1	10	71,4	6	42,9
Familiar	-	-	12	38,7	19	61,3
Outros Campos	-	-	4	50,0	4	50,0
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>5,3</b>	<b>39</b>	<b>51,3</b>	<b>36</b>	<b>47,4</b>
Liderança de Bloco						
Movimentos	1	4,3	5	21,7	18	78,3
Ocupação de cargos	-	-	7	50,0	7	50,0
Familiar	-	-	5	16,1	26	83,9
Outros Campos	-	-	2	25,0	6	75,0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1,3</b>	<b>19</b>	<b>25,0</b>	<b>57</b>	<b>75,0</b>

Fonte: Pinheiro, Luana. Vozes Femininas na Política. Brasília, 2006.

Interessante observar que quase dois terços das deputadas com capital político familiar não ocuparam qualquer um desses cargos. No outro extremo, encontram-se as deputadas originárias dos movimentos sociais, entre as quais 60,9% conquistaram a vice-liderança de seus partidos e 13% alcançaram a sua liderança. No caso das mulheres que conseguiram chegar a esta importante posição na hierarquia da Casa, vale ressaltar que todas apresentam trajetórias prévias de envolvimento no mundo político, seja via movimentos sociais, seja via ocupação de cargos políticos nos Executivos ou Legislativos das três esferas federativas. Apresenta-se, assim, uma situação na qual o alcance de cargos de prestígio passa por um reconhecimento, pelos dirigentes partidários, das capacidades dessas mulheres, momento no qual pesa, sobremaneira, a experiência anterior no campo. Tal experiência provavelmente conferiu às deputadas habilidades relativas à administração, negociação e liderança, essenciais para o exercício desses cargos.

Em relação aos blocos parlamentares, a mesma situação se repete. Nesse caso, porém, é bem maior a proporção de mulheres que não exerceram liderança,<sup>361</sup>, tendo sido, esses cargos, preenchidos preferencialmente por deputadas com história de ocupação de postos importantes no poder público. Apenas uma mulher, dotada de capital político acumulado em movimentos sociais, assumiu a liderança de um bloco parlamentar. Por fim, verificou-se a participação de uma deputada na liderança da Maioria, com capital convertido de outros campos sociais, uma vice-líder de governo e outra vice-líder do governo no Congresso Nacional.

Pode-se concluir, a partir da apresentação desses dados e, especialmente, do fato de que nunca uma mulher fez parte da Mesa Diretora da Câmara, que as deputadas são realmente dotadas de um baixíssimo capital político. A regra é a ausência de mulheres nesses espaços. Para todos os cargos aqui apresentados há sempre, no mínimo, 84% de não-participação, abstraindo-se as vice-lideranças, que têm pouco poder de decisão.

Logo, são poucas as oportunidades de que as mulheres dispõem para ascender na hierarquia política da Câmara. Um primeiro ponto é que a sua formação profissional não é suficiente para sua valorização, tal como foi discutido ao longo deste e do 3º capítulos. Há, também, a dificuldade relacionada ao seu pouco tempo de participação na esfera política e, mais particularmente, ao pouco capital político acumulado no Parlamento. O resultado das lutas pelo poder depende da experiência acumulada fora e dentro da Câmara, ponto no qual as mulheres se encontram em grande desvantagem. Não se pode ignorar que o capital político remete ao reconhecimento da legitimidade para agir no campo. As estruturas de pensamento e de percepção, porém, construídas a partir da lógica da dominação masculina e da separação de papéis com base em gênero, tornam esse reconhecimento algo difícil para as mulheres, vez que foram tradicionalmente vistas como não aptas ou pertencentes ao mundo político. Assim, no momento da escolha daqueles que ocuparão os cargos decisórios do Parlamento, tais percepções e representações orientam, em certa medida e de forma nem sempre consciente, a tomada de decisões, resultando em uma situação como a aqui apresentada. Este é um dos efeitos perversos da dominação masculina que, como se viu, produzem nas mentes a representação de que mulheres não são capazes de exercer cargos de liderança. Há, portanto, um processo de discriminação contribuindo para esse quadro.

---

<sup>361</sup> O que se poderia esperar, já que esses cargos são em quantidade bem menor do que os de liderança partidária.

## 5.2. Bases eleitorais, discriminação e socialização política

A atuação das mulheres no Parlamento é, tal como se apresentou, fortemente condicionada pela trajetória profissional das deputadas e pelo seu baixo nível de capital político. Outros são, também, os fatores que influenciam, de maneira decisiva, o desempenho dessas parlamentares e que foram destacados durante a realização das entrevistas. Entre eles, podem ser mencionados os fatos de serem detentoras de uma base política particular, que as direciona para uma determinada atuação; os papéis sociais de gênero,<sup>362</sup> que delimitam espaços de atuação para homens e mulheres; e o patriarcalismo ou a dominação masculina, que, no âmbito da política, manifestam-se de diversas formas, desde a adoção de posturas masculinizadas, até as dificuldades para acesso à palavra.

A análise dos discursos das parlamentares entrevistadas certamente não pode ser generalizada para o conjunto das mulheres que alcançaram cargos na Câmara durante os 15 anos aqui analisados. É importante ter em mente, também, que a expressão das representações dessas mulheres tende a ser influenciada pelo ambiente que cerca a realização de uma entrevista. Tal como destaca Bezerra,<sup>363</sup> é preciso levar em consideração a disposição de falar do entrevistado, assim como as estratégias discursivas e os constrangimentos de justificação que pesam sobre as pessoas. No entanto, se os discursos não dizem tudo, eles apontam para muitos caminhos importantes, fundamentais para a identificação de pontos nodais a serem analisados.<sup>364</sup>

### 5.2.1. A “voz” das mulheres e dos excluídos na Câmara dos Deputados

O relacionamento dos políticos com suas bases tende a ser freqüente, com espaço durante todo o exercício do mandato parlamentar. Uma vez iniciada a legislatura para a qual foi eleito, o deputado procura agir, também, segundo a racionalidade político-eleitoral, direcionando suas atividades para onde se encontram aqueles que lhes confiaram votos e para onde acredita que possa ampliar sua base eleitoral.

---

<sup>362</sup> A questão de gênero, e os papéis sociais que delimita, perpassam todos os elementos que condicionam a atuação das deputadas. Nesta seção, porém, serão analisados os condicionantes relacionados aos estereótipos a elas associados, tanto no que diz respeito às características psicológicas – como o fato de serem consideradas mais éticas, conciliadoras, sensíveis – , quanto à preocupação fundamental com temas da área social. De fato, esses estereótipos acabam por ser incorporados pelas parlamentares, levando-as a atuar, em grande medida, sob essa crença na qual se assenta a dominação simbólica.

<sup>363</sup> BEZERRA, 1999, p. 29.

<sup>364</sup> PRÁ, 1992, p. 229.

Se, para Bezerra,<sup>365</sup> o relacionamento entre representante e representados envolve muito mais uma relação regional, no caso das deputadas, o que pôde ser percebido a partir das entrevistas realizadas foi a sua preocupação em atuar em benefício de grupos sociais específicos. Ainda que permaneça a idéia de compromisso com o eleitor, esse tipo de atuação remonta à noção de pertencimento, e contribui para criar um sentimento de cumplicidade, de partilhamento de experiências de vida comum.

Alguns pontos importantes podem ser extraídos das falas das deputadas. Inicialmente, resalte-se que explicitam uma tendência em atender à população mais carente e mais excluída do centro econômico do país, que tem pouco acesso à renda produzida ou aos direitos sociais. As noções de partilhamento de experiências, nesse caso, colocam as mulheres – um dos grupos que vivenciam processos fortes de exclusão, especialmente no campo político – em situação de proximidade daqueles grupos que vivenciam tal situação a partir de outro ponto no espaço social. Constituem-se, assim, em defensoras de seus interesses e necessidades na Câmara. “Na condição de porta-voz dos oprimidos, as mulheres trariam a autenticidade do sentimento de exclusão partilhado.”<sup>366</sup> Nesse caso, a participação em movimentos sociais constitui-se em um fator de reforço da preocupação com a população “excluída”. Para as parlamentares com capital político de movimentos, portanto, a motivação para atuar voltada para esses grupos vai além da questão de gênero e constitui-se, também, em uma resposta a ser dada àqueles para as quais, ao menos em tese, trabalharam como militantes de organizações populares.

*Política é prestar serviço à comunidade, ter um compromisso com as pessoas que nos colocaram aqui, esse é meu pensamento. Meu eleitorado é mais assim voltado para o pessoal da área de Educação, população mais carente, assim pessoal da deficiência física, muito idoso, mas é mais voltado pra essa área **carente mesmo**.. [Para] incluir os excluídos até, do processo né? Eu acho que de uma maneira geral eu trabalho pra toda essa camada... Criança, jovem, jovem e adolescente e idoso. [Esses grupos], eles querem espaço pra eles... E eu assumi um compromisso com eles que eu vou ajudar (Deputada federal – PFL).*

*[Meu eleitorado] é muito misturado, mas tem uma parte que eu reconheço que é aquele que luta por moradia, que quer abrir o espaço pra lutar pelos seus direitos,*

---

<sup>365</sup> BEZERRA, 1999.

<sup>366</sup> BARREIRA, 1998, p. 107.

*quer seja da sua categoria, quer seja... Então a sociedade que **clama** ela se identifica mais comigo, ela me acha **porta-voz dessas desigualdades**, né? Essa parte da sociedade que não tem ainda todos os seus direitos confirmados e reconhecidos, essa se identifica muito comigo. Na primeira eleição foi uma eleição que era uma **voz da mulher** na Constituinte, né? E na verdade era a voz do povo, eu diria, porque eu não tinha a menor condição de chegar aqui. Pelos que chegaram, eu era a pessoa diferente, eu tava vindo pelo voto popular. Então é evidente que eu fui porta-voz de todos os anseios dessas reivindicações, dessas lutas e tal, continuo sendo (Deputada federal – PMDB).*

*Eu tenho um engajamento com as lutas populares, eu tenho uma participação. Eu tenho uma empatia, uma empatia muito grande com os movimentos sociais, então eu sou vista assim como a representante desses movimentos sociais organizados, trabalhadores... Aquela pessoa que vai tá buscando uma vaga no Parlamento, mas que vai nos ajudar sim, vai ser a nossa **porta-voz** (Deputada federal – PCdoB).*

Interessante notar que, para o caso das deputadas que construíram uma trajetória profissional diferente daquela tradicionalmente construída pelas mulheres, a possibilidade de formar bases políticas menos ligadas à população excluída e aos temas estereotipicamente tidos como femininos se torna maior. É o caso daquelas que, tendo conhecimento especializado em áreas não tradicionalmente femininas, apresentam bases diferenciadas das suas companheiras, o que lhes possibilita ação mais orientada para temas diferentes dos mais tradicionais. Desse modo, o discurso de identidade com os excluídos pode dar lugar a outro, tal como foi apontado por uma das entrevistadas, que apresentou atuação menos focada em temas estereotipicamente associados às mulheres:

*Eu tenho voto em todas as classes de renda, em todas as classes de educação, espalhadas por todo o estado. Mas, sem dúvida, há um predomínio de classe média, de jovens e de centros urbanos (Deputada federal – PSDB).*

As deputadas sentem que o perfil do seu eleitorado vem se ampliando ao longo do tempo, mas, o que pôde se observar é que dificilmente ele ultrapassa a linha das áreas tradicionais de atuação e interesse femininos. Há pouca menção ao aspecto regional da

base eleitoral, característica típica da política brasileira.<sup>367</sup> No caso das mulheres, portanto, a defesa das bases refere-se mais a grupos específicos, o que as colocaria em uma terceira categoria, além das propostas pelo autor, que remete à idéia de política e de pertencimento.

*[Meu eleitorado] não tem um perfil hoje único, porque como eu trabalhei com projetos em todos os estados, Santa Catarina e no país, o perfil da candidatura ele é nas pessoas que acreditam na mudança dos valores, da cultura, das relações sociais, econômicas e políticas e a sucessão da democracia no país, acho que passa por aí. Agora, ele traz a questão da reforma agrária, da agricultura familiar, a questão das mulheres, aí pega agricultoras, donas de casa, trabalhadoras doméstica, maricultoras, pescadoras, todas as mulheres que não têm direitos, que nós estamos lutando e as que estão conseguindo seus direitos. É um perfil bastante grande de mulheres trabalhadoras, que a gente tá lutando pra inclusão de direitos sociais, por respeito à sua cidadania, e as pessoas com deficiência, portadores de deficiência, que através da Comissão de Direitos Humanos eu venho trabalhando já há muito tempo. Então eu entrei bastante na questão dos direitos humanos, né? (Deputada federal – PT/SC).*

*Educação é um grupo forte, mulheres também, porque eu desenvolvo bastante trabalho voltado pra questão das mulheres, mas eu não posso dizer só que esses dois grupos me elegeram. Hoje a atuação, por exemplo, na questão da frente parlamentar pela livre expressão sexual, são atuações focadas, os direitos das comunidades GLBT, as mulheres, a educação. Esses são grupos que eu atuo que eu sei que **vai ter repercussão inclusive em termos de voto**, mas a questão regional também conta, e conta muito (Deputada federal – PT/SP).*

Outro aspecto importante, ainda, diz respeito ao sentimento de obrigação de atuar em defesa dos direitos das mulheres. A idéia de uma política da presença parece fazer sentido para as deputadas entrevistadas. Desse modo, elas reconhecem em si uma condição feminina que deve ser defendida em suas atividades no Parlamento. E parecem assumir para si a responsabilidade exclusiva pela defesa dos interesses das mulheres brasileiras,

---

<sup>367</sup> Tal como indica Bezerra, uma das formas de atuação dos parlamentares – mais característica da elite política brasileira, na qual as mulheres não se encontram – os aproxima da idéia de políticos nacionais, que participam das discussões e tomadas de posição diante dos principais problemas do país. Uma outra possibilidade refere-se aos chamados políticos locais – representantes dos estados, municípios, comunidades – a quem cabe a defesa dos interesses de suas bases.

contribuindo para naturalizar a divisão sexual dos trabalhos e a percepção de que as mulheres devem votar em outras mulheres<sup>368</sup> porque são as únicas que irão representá-las e defendê-las. Na verdade, esse é o grande perigo da defesa única da política da presença, no lugar da tentativa de associá-la a uma política de idéias, na qual todos os deputados – homens e mulheres – seriam responsáveis por representarem os interesses femininos.

*[Meu mandato serve] pra representar as mulheres. Eu sempre coloco isso no meu discurso, que eu tenho uma **obrigação** e coloco isso pra bancada feminina. [Obrigação] de representação das mulheres brasileiras. [Sinto essa obrigação] porque somos poucas. Eu procuro sempre, como uma das coordenadoras da bancada feminina, incentivar que as deputadas tenham esse pensamento. Somos pouquíssimas, portanto somos **nós que representamos as mulheres** brasileiras aqui. E com tanta diferenciação que existe na sociedade ainda nós temos que trabalhar com enfoque de gênero. Não dá pra deputada fugir disso, acho que não dá... Eu acho que é **obrigação** da deputada trabalhar com essa questão de gênero e penso que há esse pensamento quase que consensual na bancada feminina. De que pra nós, inclusive, é positivo e produtivo trabalhar de forma unificada aqui, a gente consegue aprovar leis, consegue fazer projetos, caminhar mais depressa, consegue defender questões voltadas à mulher brasileira. Acho que as deputadas entenderam que essa causa feminista é importante pro mandato de cada uma, pelo menos a maioria (Deputada federal – PT/SP).*

*Então eu nunca esqueço que eu tenho aqui uma condição feminina, que é a questão do meu gênero mesmo que eu não quero deixar nunca de falar por ele. Essa coisa da condição de mulher e da luta em favor daquele processo inverso da sociedade que coloca uma grande parte da sociedade marginalizada, essa não dá pra você largar, é como você renegar a sua própria história, então você tem mais coragem, mais capacidade de lutar, você vai, não fica esperando que outro faça (Deputada federal – PMDB).*

---

<sup>368</sup> “[Mulher deve votar em mulher] por causa do trabalho que a mulher faz, até pela representatividade dela aqui no Congresso. Se elas reunissem e exigissem da mulher: ‘não, a senhora vai lá e você tem que fazer isso lá. Nós queremos que faça lá’. Aí a gente não sente isso... Não sentia isso. Hoje [...] que eu já viajo, já vou pra município maior eu trabalho, conversando... a gente já vê mulheres com outras idéias... porque tá lá, porque vai ajudar, e isso e aquilo, não são só aqueles homens lá mandão, nós também temos que ter nosso espaço... é isso” (Deputada federal - PFL.).

*Acho que na questão de gênero porque é algo que nós **não podemos escapar**”*  
(Deputada federal – PCdoB).

Assim, o modo como a atuação feminina se constrói no Parlamento passa pela relação das deputadas com suas bases eleitorais que, como se apresentou, associa-se a características específicas que as fazem orientar-se para determinadas áreas. Além da atuação para grupos vulneráveis, bastante destacada pelas parlamentares e confirmada pela análise da produção legislativa e pela presença nas comissões, essas mulheres atuam em resposta às bases que construíram conforme suas carreiras profissionais. A condição da mulher como porta-voz daqueles que não tem vez na sociedade acaba por naturalizar os atributos de uma forma de representação descritiva. Ademais, além de aplicarem sobre si mesmas as representações dominantes na sociedade patriarcal, ao entender como sua responsabilidade o cuidado com a área social e com os grupos excluídos, essas mulheres têm que lidar com uma sociedade que age orientada pelos mesmos padrões dominantes e que tem expectativas de quais serão as atividades que irão desenvolver no Parlamento. A relação eleitor-representante configura,-se assim, em mais um fator que condiciona a atuação das mulheres na Câmara dos Deputados.

### *5.2.2. Dominação masculina, preconceito e discriminação de gênero*

A dominação masculina – ou o patriarcalismo<sup>369</sup> –, ao produzir um sistema de relações sociais que colocam, por definição, a mulher no pólo dominado, contribui para produzir na sociedade as mais diferentes formas de preconceito e discriminação a respeito das capacidades e habilidades que a parcela feminina da população tem para o mundo político. A partir de um padrão que, durante muito tempo, situou a política como uma atividade fora do campo de ação das mulheres, a sociedade – permeada por uma herança patriarcal – parte de preconceitos que se constituem em verdadeiras barreiras que as parlamentares devem ultrapassar no seu cotidiano. Tomando-se como referencial os discursos produzidos na pesquisa de campo desenvolvida nesta dissertação, foram identificadas algumas manifestações desse teor.

A primeira delas refere-se às dificuldades que enfrentaram nos processos de candidatura e campanha. Tal como foi apresentado no capítulo 1, o comportamento das

---

<sup>369</sup> Tal como é entendido pelas estudiosas da área de gênero; ver capítulo 2.

organizações partidárias aparece como um dos elementos que dificultam a ação das mulheres no campo político-institucional. No entanto, no caso das mulheres bem-sucedidas no processo político-eleitoral, que foram eleitas ou reeleitas para a Câmara dos Deputados, percebem-se menores queixas em relação ao apoio partidário. Isso se verifica, tanto porque contam com redes próprias de apoiadores e estão em situação de independência frente à máquina partidária, quanto porque eram dotadas de um nível de capital político maior que o das outras candidatas e, portanto, foram estimuladas a se candidatarem pelos próprios partidos.<sup>370</sup> A idéia, neste último caso, é que as mulheres que conseguem se eleger para a Câmara são dotadas de uma trajetória anterior e de um tipo de capital político que propicia o seu reconhecimento frente ao partido. Na fala das próprias parlamentares:

*Tem muita [dificuldade nos partidos], mas eu, como tinha apoio do meu marido [que é político famoso], tinha a força dos meus familiares, dos meus amigos, muita gente envolvida na minha campanha, não tive. Não fiquei lá, assim, junto do partido, sentada lá, dependendo de alguém. Não, nunca fui. Minha candidatura, de dois mandatos, eu **não fiquei dependente** do partido nosso, eu fiquei dependente do meu eleitor (Deputada federal – PFL).*

*Depois do ministério, foi natural a aceitação, e o resultado foi eu ter sido a primeira deputada federal eleita pelo partido no estado. Como analista já conhecida, pelo contrário, tive enormes facilidades de fazer uma campanha dizendo o que eu faria (Deputada federal – PSDB).*

Assim, as dificuldades em relação ao apoio partidário se manifestam muito mais no início de suas carreiras políticas, de seu envolvimento com esse campo, do que no momento em que conseguem lançar-se candidatas à Câmara Federal. Referindo-se às eleições que disputaram antes da Câmara, muitos foram os relatos de falta de estrutura e de apoio partidário para a campanha, de dificuldades para lançarem as candidaturas e do machismo ainda vigente nos partidos.

*O partido, no PT, nós temos maior parte de participação de mulheres no processo político, tanto na Câmara como no Senado. Mas isso não significa que o machismo*

---

<sup>370</sup> Assim como aponta Prá (1992), qualquer evidência de apoio partidário colhida de mulheres que obtiveram sucesso político deve ser relativizada, vez que, em geral, costuma-se dar mais crédito aos partidos do que eles realmente possuem. Essas mulheres, em grande parte dos casos, contaram com redes de apoio próprio, independentes dos partidos.

*foi banido não, o machismo tá na cabeça, nas mentes, na história [...] Há diferenças de apoio de estrutura e tudo, há diferença de dar mais estrutura em alguns candidatos homens, eu senti isso na outra eleição como deputada federal (Deputada federal – PT/SC).*

*[Dificuldade] particular? Eu tive muitas dívidas. É, de novo a falta de apoio. Não foi tão consensual assim eu ter sido candidata a prefeita, eu tive que disputar uma prévia dentro do PT, o grupo de sindicalistas que faziam parte do partido não queriam meu nome. Eles lançaram outro nome, que não tinha nenhuma projeção, era só um rapaz que era presidente do sindicato. Nunca houve muita convergência dentro do PT, entre o grupo de sindicalistas, e eu, mulher, que fui vereadora, professora (Deputada federal – PT/SP).*

*Eles [dirigentes partidários] acham que a gente como mulher tem dificuldade pra fazer uma viagem por uma estrada que é muito longe, eles acham que é difícil pra uma mulher ir viajar, e dormir naqueles apartamentos e nos quartos. Eles acham assim, e acham assim que política é mesmo só pra homem mesmo, por causa das coisas que eles pensam. Até para os assuntos pra conversar, o homem quer conversar tanta coisa que acha que a mulher não pode escutar... (Deputada federal – PFL).*

*Todas, todas, todas [dificuldades na primeira eleição]. Não tinha recurso de qualquer natureza. Era como se quisesse matar a candidatura no nascedouro. Não tinha apoio, dificuldade pra falar em palanque. Tudo dentro do próprio partido. Na época, a própria esposa do governador, ela tinha discriminação sobre a gente usar o microfone, falar. Saí fazendo a campanha, me colocando em todos os lugares que tinha que me colocar, me coloquei em todos os lugares, falei onde quis<sup>371</sup>, e nos comícios que eles me falavam que eram grandes comícios, eu tinha muita dificuldade de falar, não me deixavam falar. Até que um dia aconteceu um fato que aí foi a minha sentença definitiva. Me chamaram pra falar, eu não falei, quando acabou o comício eu cheguei e falei: ‘Posso falar por favor?’, ‘Mas não tem ninguém na praça, você vai se queimar’. Eu falei: ‘Pois posso falar pra ninguém?’ Ele falou assim: ‘Então tá, com a palavra a candidata a deputada’ e tal. Falei.*

---

<sup>371</sup> A deputada possuía uma caminhonete, na qual instalou alto-falantes e, dessa maneira, pôde falar, por conta própria, onde quis. Quando precisou do apoio do partido, a situação foi outra, tal como ficou relatado.

*Aquela praça que tinha 10 mil pessoas que foram embora, tinha umas cento e poucas ainda caminhando na outra direção, voltaram umas 500, e eu tive 480 votos. E aí que foi minha ruína, porque a repercussão na cidade foi grande e aí que não me deixaram mais falar (Deputada federal – PMDB).*

É interessante observar, a partir dos depoimentos, a eficácia do processo de dominação masculina. Como vem sendo destacado, a dominação simbólica funciona ao introjetar, nos próprios dominados, as mesmas categorias de percepção e de entendimento da realidade que seus dominantes utilizam; desse modo, há a reprodução, por parte das mulheres, de estereótipos e preconceitos referentes às suas capacidades e funções, tal como transparece nesse depoimento de uma das entrevistadas:

*[As dificuldades] vêm, inclusive, de mulheres que fizeram uma reunião, era a presidente do PT na região, num outro município próximo, fizeram uma reunião pra eu desistir de ser candidata porque as mulheres trabalhadoras rurais não estavam preparadas pra ser candidatas. Isso me incomodou muito, a mim e a várias mulheres; isso motivou ainda mais a campanha, e o processo foi difícil porque como a gente não tava escalada pra ser eleita a gente tinha que se virar, né? [Isso] mostra que o preconceito, ele está nos homens e tá em algumas mulheres que também exercem o poder (Deputada Federal – PT/SC).*

Não se pode ignorar, porém, que as dificuldades que as mulheres enfrentam nos partidos políticos remonta também à história de seu envolvimento nesse espaço. Por terem se inserido mais tardiamente na vida política formal do país e, portanto, contarem com menos capital político, os partidos, que atuam orientados segundo uma lógica eleitoral, apresentam, em grande parte dos casos, resistências em apoiarem decisivamente essas novas candidaturas:

*Eu acho que essa dificuldade pra mulher atuar, é porque nós começamos depois, começamos atrasadas, por falta de experiência, por falta de participação nos partidos, porque os partidos eram fechados para as mulheres. Por isso que o movimento feminista na década de 70 teve uma importância muito grande de incentivar a participação das mulheres nas políticas e nos movimentos, é... mas penso... por exemplo, não se investe em mulher, não se investe em grandes campanhas de mulher, empresários, setores, grupos, não se investe muito em*

*mulher, então a dificuldade vem lá desde a base, da experiência dela pra ela se eleger vereadora, deputada, até chegar aqui (Deputada Federal – PT/SP).*

Uma vez vencidas as barreiras para a entrada no Parlamento, a dominação masculina encontra outras formas para se manifestar. Há que se considerar que a entrada de novos atores no campo político – independentemente de quem sejam – desencadeia um jogo de lutas de poder, de garantia da ordem dominante, de manutenção do *status quo*. Existe, portanto, subversão da ordem a partir do momento em que mulheres passam a participar da esfera política institucional. Há um sentido de ruptura, tanto no que se refere às práticas tradicionais que se desenrolam no Parlamento e que construíram o mundo político a partir de características consideradas masculinas, quanto no rompimento com a associação direta entre poder e mundo masculino. E essa relação, que sempre foi vista como natural, passa, agora, a ser questionada. Adotando-se a definição de campo de Bourdieu, historicamente os homens estiveram localizados nas posições de maior valor simbólico e prestígio no espaço político e, como tais, desejam manter essa mesma estrutura de forças. Para tanto, podem se utilizar de artifícios de que dispõem, inclusive de atitudes sexistas, estereotipadas e que desqualificam a presença da mulher na esfera política. Assim, características normalmente associadas ao feminino, como a sensibilidade, passam a ser apresentadas como formas de desmerecer as conquistas alcançadas por essas mulheres.<sup>372</sup> Algumas deputadas manifestaram o que sentem em sua prática política cotidiana, destacando exemplos nos quais as posturas preconceituosas e estereotipadas se manifestam, não de forma explícita e direta, o que de fato se constituiria em crime, mas de maneira indireta, velada e sutil:

*Ser mulher é uma coisa marcante, tu vai assim... Temas pra tu discutir, se tu não se impõe eles [homens] acham que temas pra você discutir são temas que não interessam pra grande política, interessam só pra nós mulheres, então você precisa tá enfrentando o tempo inteiro que nós somos capazes de discutir a distribuição de renda, que a questão da reforma agrária faz parte da nossa pauta, que a luta de construção do país democrático faz parte da nossa política de mulheres, dentro do*

---

<sup>372</sup> Ilustra esse argumento fato relatado em relação à ministra Marina Silva, que, por ter se emocionado e chorado em público, foi acusada de somente conseguir “no choro” algumas importantes vitórias políticas. ATHAYDE, Phydia. Jogo de damas. *Carta Capital*, ano XII, n. 389, pp. 12-18, abril de 2006.

*nosso projeto também, então ele [o preconceito] é permanente, muitas vezes sutil, mas permanente (Deputada federal – PT/SC).*

*A primeira tendência, a primeira reação de um homem [no Parlamento] é não olhar a mulher da mesma forma que ele olha os seus pares. Ele olha a mulher sempre achando que ela tem uma capacidade um pouquinho menor, ele não se sente muito à vontade. Mesmo porque ele tá muito acostumado com esse ambiente que ele pode falar a bobagem que ele quiser, falar besteira, contar as piadas e com a nossa presença ali já mudou, entendeu? Então muda [o mundo político com a entrada da mulher], porque o ambiente masculino é um ambiente assim, muito próprio, não tô dizendo esquisito, mas é muito particular, como o ambiente feminino também é. Eu reparo que eles não gostam muito que a gente entre na roda (Deputada federal – PCdoB).*

*Na disputa plenária, quando a mulher tenta ter assento à mesa, aí a corporação se fecha pra impedir, né? (Deputada federal – PMDB).*

Desse modo, muitas deputadas sentem que a questão de gênero perpassa a competição política ao criar elementos, posturas e representações que dificultam o pleno exercício de suas atividades diárias. São vítimas, em alguns casos, de ataques pessoais e de atitudes explicitamente discriminatórias que ainda desqualificam sua postura como postura política. Para além dessa discriminação direta, que não é a regra, reconhecem que são vítimas de comportamentos não explicitamente objetivados, mas que se manifestam nas menores e mais simples ações.

*Eu não levo desaforo pra casa, eu respondo, nunca levei. Eu penso que nós precisamos nos valorizar, conquistar o espaço nesse sentido. Eu já tive numa comissão, que quando fez o enfrentamento político pra valer, de frente dos trabalhadores, teve deputado que me chamou de mal amada, mal resolvida, mal isso, mal aquilo, né? E isso aconteceu este ano, então é o seguinte, o preconceito, ele existe, e eu sofri isso. Agora houve uma reação muito bonita das mulheres em minha defesa, que eu nunca esperava, e da própria sociedade, de defender que ele ofendeu porque, além de ser uma mulher, fez uma disputa política, ideológica em defesa de uma classe social. Mas ele [o preconceito] não aparece muitas vezes,*

*nem sempre aparece. O pior que tem é quando não aparece, esse que é o mais difícil de enfrentar (Deputada federal – PT/SC).*

*A pessoa de repente, chega pra você e... ‘Ah.. vamos encerrar a discussão’, quando você... ‘Vamos encerrar, vamos discutir mais não’, depois que já discutiu tudo... ‘Não, não, eu tenho uma colocação a fazer’. Então muitas vezes eu não discuto não, vou lá, defendo minha proposta e acabou. Alguns gracejos, tipo assim, ‘essas mulheres falam demais, né?’ ‘Não sei o que mulher tá fazendo no Parlamento’, mas eu levo isso na galhofa, não levo a sério, até porque quem tá falando não pode ser sério, e se é sério não podia estar aqui, porque esse pensamento ele não fala no microfone pra ninguém... (Deputada federal – PMDB).*

Há, ainda, o caso daquelas deputadas que relataram acreditar que esse tipo de manifestação existe no Congresso Nacional, mas que não foram atingidas por adotarem “posturas preventivas” ou por terem uma trajetória feminista que, de certa forma, constrangia os deputados a direcionarem-se a elas de modo pejorativo ou irônico.

*Ah! Isso sim, gracinhas eles fazem, mas até pela minha atuação feminista que os deputados conhecem, não é comigo que eles fariam essas graças (Deputada federal – PT/SP).*

*Não [fui vítima de discriminação], mas, sem dúvida, pratico uma política de prevenção. Na verdade, a discriminação está em toda a parte, mas não é aqui dentro do Congresso que eu sofri qualquer impedimento por ser mulher, ou piadinha por ser mulher. Normalmente quando querem se manifestar desta maneira, eles [os deputados] usam a imprensa (Deputada federal – PSDB).*

Por fim, um outro ponto importante, e que se relaciona à idéia de um *ethos* masculino de fazer política, é a percepção que as deputadas têm a respeito da adoção de posturas masculinizadas na sua atuação política. De fato, a questão que está por trás desse tipo de comportamento é a visão de que existe um modelo universal e masculino de se fazer política que é valorizado e adequado para o desenrolar das atividades no interior do Parlamento. A visão androcêntrica do mundo político, portanto, cria uma representação do ponto de vista dos valores e dos comportamentos que excluem – ou não reconhecem – as características que foram socialmente atribuídas às mulheres, ou que desenvolveram de modo particular. Logo, ao se dirigirem a espaços tipicamente masculinos, muitas mulheres

acabam negando a condição de gênero que lhes foi atribuída por uma construção social e incorporam uma visão, também estereotipada, do homem no poder. Assim, à docilidade e delicadeza que seriam esperadas de uma mulher, em função das construções sociais acerca do “ser feminino”, opõem-se posturas mais agressivas e impositivas.

Ao tentarem romper com tais posturas tradicionalmente valorizadas como femininas, as mulheres passam a sofrer com a discriminação e o preconceito, sendo acusadas de serem masculinas, arrogantes e prepotentes.<sup>373</sup> Tal como escreve Miguel,<sup>374</sup> “Uma vez no Parlamento, há duas opções: ou a mulher enfrenta o preconceito e age da mesma forma que o homem, correndo o risco de ser tachada de masculinizada, ou restringe-se aos nichos que no campo político são ligados às mulheres”. Nenhuma das entrevistadas assumiu adotar esse tipo de comportamento, mas reconheceram a sua existência e o associaram à questão da aceitação, da busca pela igualdade e pelo respeito.

*Muitas mulheres, não só na política, mas também quando as mulheres vão para o Executivo, também uma secretaria, um ministério, um cargo de poder... Ela tá com esse defeito, ela começa a fazer essa postura, de grosseria assim até. Parece-me que é pra **disputar em pé de igualdade** com os homens. Eu acho que não deveria ser por aí. Nem ficar chorando também pra todo mundo ficar com pena da gente, mas também não é impor pela força, né? E na casa tem mulher que grita, faz o pronunciamento gritando e todo mundo critica e acha ruim, os homens e as mulheres também. [Essa postura] prejudica a mulher, em vez de conquistar o espaço, nós perdemos (Deputada federal – PFL).*

*Existe porque é difícil, é difícil. Eu nem adotei a [postura] maternal, nem achei que eu tinha que me masculinizar pra me defender. Mantenho a minha postura como classe social e como uma questão de gênero, trabalhando as duas questões. Não dizendo às mulheres que nós somos umas coitadas (Deputada federal – PT/SC).*

*Eu acho que isso existe, eu acho uma bobagem, mas existe. As pessoas procuram saídas, né? Muitas vezes é difícil você se colocar numa Casa como essa, é difícil, você aparecer, você conseguir desenvolver suas idéias, suas propostas, se é que*

---

<sup>373</sup> Em entrevista ao jornal Correio Braziliense, de 5 de março de 2006, a ministra Dilma Roussef, cuja atuação não segue os padrões reconhecidos como femininos, afirma que “[...] notei que sou a única pessoa autoritária, mandona e com opinião de todo o governo, cercada de homens meigos, doces e gentis”.

<sup>374</sup> Em entrevista concedida à revista Carta Capital, de 19 de abril de 2006, p. 15.

*você as tem, né? Vejo muitas vezes as mulheres assumindo essas posições, e vi aí pelos parlamentos afora, posições maternais ou assumindo posturas bem repetitivas do comportamento masculino, [com o objetivo] de defesa e de se impor (Deputada federal – PT/SP).*

*Eu não vejo isto aqui no Congresso e penso que se pelas características desta mulher na política, ela se acha mais bem **aceita** desta maneira, então isso é uma questão dela na busca da aceitação, mas não é uma norma. (Deputada federal – PSDB).*

A adoção de posturas estereotipadas revela-se, desse modo, uma estratégia de que parte das mulheres se utiliza para conseguir espaço no Parlamento. Por partir de uma situação de inferioridade e desvalorização simbólica – gerada pelos anos em que foram formalmente excluídas desse espaço e pelos papéis de gênero que as mantiveram longe, mesmo quando já não havia mais imposições legais –, as parlamentares buscam, em si, mas a partir de um espelho masculino, características que farão ampliar seu capital político, mesmo que para isso tenham de negar sua condição de gênero. Há, desse modo, uma dualidade de valores à qual a mulher está submetida na política: é cobrada por uma postura que renove a política, que seja sensível, que introduza novos temas na agenda do Parlamento, mas essas mesmas características não são ali valorizadas, sendo atribuídas às suas funções políticas qualidades que se supõe não serem típicas das mulheres, como agressividade e objetividade.<sup>375</sup>

### *5.2.3. Socialização diferenciada e estereótipos de gênero*

A partir do que já foi discutido, é possível associar a presença das mulheres na política com dois estereótipos: um relacionado aos temas de sua atuação e outro às suas características pretensamente inatas, tais como honestidade, capacidade de conciliação, sensibilidade, espírito comunitário, entre outros.

A inexperiência das mulheres na vida política acaba por ser vista como um atributo positivo, já que, por ter estado tradicionalmente fora desse espaço, estaria distante das práticas tradicionais e espúrias de poder. “A inexperiência pode, assim, tornar-se virtude na

---

<sup>375</sup> BARREIRA, 1998, p. 107.

medida em que a não entrada na política permitiria a guarda de uma integridade. As mulheres aparecem, assim, como guardiãs ou reservatórios de uma moral coletiva”.<sup>376</sup> Desse modo, há uma expectativa social que é internalizada pelas mulheres quanto ao seu papel decisivo de contribuir para a construção de uma política mais honesta. Ilustrativo desse ponto é a seguinte manifestação, que teve lugar no Jornal Zero Hora: “[Mulheres], não entrem no Parlamento como os homens fazem, não vale a pena. Entrem para começar a história política do Brasil... que ainda não começou”.<sup>377</sup>

*Tem mulheres que vêm prá mostrar que nosso papel é um papel de não repetir o que os homens fizeram, esqueceram do povo brasileiro, e principalmente das mulheres, das crianças, né? (Deputada federal – PT/SC).*

Há, então, um sentido de rompimento, de ruptura com uma política tradicional. Tal como apontam Grossi e Miguel, as justificativas para a entrada da mulher na política muitas vezes vêm associadas ao reconhecimento de um valor ético intrínseco às mulheres. “Nesse entendimento, uma maior presença das mulheres nos espaços de poder resolveria, por si só, uma equação que associa poder = homem = corrupção”.<sup>378</sup> Assim, há a construção de um ideário de ruptura das mulheres com a política tradicional, exercida pelos homens e marcada pela desonestidade, pela falta de ética e de preocupação com a sociedade. Essa percepção é de tal modo presente na sociedade que uma pesquisa do Instituto Gallup,<sup>379</sup> realizada em 2000, com pessoas no Brasil, Colômbia, México e Argentina, mostrou que a grande maioria dos entrevistados acredita serem as mulheres mais honestas e mais eficientes do que os homens para conduzir medidas voltadas para o combate à pobreza e à corrupção, à educação e até mesmo à economia.

No entanto, é importante considerar que esses argumentos, tal como defendidos pelos teóricos da política do desvelo, do desinteresse, e tal como difundidos nos processos de socialização e ressocialização, poderiam ser, de certa maneira, considerados ingênuos, presos a uma leitura pré-maquiaveliana da política. Assumem, também, que as mulheres constituem um grupo homogêneo que, pelo simples fato de serem do sexo feminino, independentemente de como tenham construído sua trajetória, estarão **naturalmente** inclinadas a transformar a política em direção à honestidade e à moralidade.

---

<sup>376</sup> BARREIRA, 1998, p. 106.

<sup>377</sup> *Jornal Zero Hora*, 07 de julho de 1991. Apud. PRÁ, 1992, p. 205.

<sup>378</sup> GROSSI e MIGUEL, 2001, p. 178.

<sup>379</sup> AVELAR, 2001, p. 72.

As características tidas por “masculinas” da política – a sua amoralidade, a submissão dos meios aos fins, a crueza da disputa pelo poder – se universalizam devido à sua eficiência superior. É possível querer uma política com novo conteúdo, em especial mais ética, mas sem ignorar que este querer, por si só não basta. Negar o realismo maquiaveliano, como fazem algumas teóricas do pensamento maternal, significa recuar para uma postura ingênua.<sup>380</sup>

Interessante notar que, ao mesmo tempo em que estão submetidas a tais estereótipos,<sup>381</sup> as mulheres também tendem a reproduzi-los, reconhecendo-se como detentoras de todas essas características que, na verdade, foram socialmente atribuídas a elas como naturais. Tal como apresentou Scott,<sup>382</sup> “as reivindicações de igualdade envolvem a aceitação e a rejeição da identidade de grupo atribuída pela discriminação. Ou, em outras palavras: os termos de exclusão sobre os quais essa discriminação está amparada são ao mesmo tempo negados e reproduzidos nas demandas pela inclusão”.

*A mulher é mais **terna**, mais **honest**a também nas suas atividades, né? Toda sindicância que você vai ver tem um número de mulheres [investigadas]... [As pessoas dizem que tem menos mulher do que homem porque] ‘é proporcional ao que estava lá [na Câmara]’. Não é nem proporcional, tá! A mulher sempre tem uma **acuidade** maior em relação à sua ética, então eu acho que quanto mais mulheres tiver na política, melhor pra que se tome a decisão mais justa e adequada na sociedade. Então eu vejo mais presença, mais **dedicação**, a mulher tem sido mais ágil inclusive, quando ela é relatora, ela sempre tá entregando o relatório no prazo certo, ela não prolonga aquela discussão por comodismo, né? (Deputada federal – PMDB).*

*Quando você tem uma proporção maior de mulheres, elas estão, na sua imensa maioria, a serviço do **bem comum**. Quando você tem uma proporção maior de homens, eles estão a serviço dos resultados. Então, aqui na Câmara dos Deputados, se fosse meio a meio, posso te garantir que a forma de trabalhar, o ritmo de trabalho e a agenda seriam diferentes (Deputada federal – PSDB).*

---

<sup>380</sup> MIGUEL, 2001, p. 263.

<sup>381</sup> Tal como apontou o então deputado federal José Dirceu, “Acredito que nunca foi tão necessária a presença da mulher na política, não só por questão de direito e igualdade, mas de sensibilidade”. Em GROSSI e MIGUEL, *op. cit.*, p. 189.

<sup>382</sup> SCOTT, 2005, p. 15. SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 1, jan./abr. 2005, pp. 11-30.

Ao lado das questões da ética e da sensibilidade, entendidas como as “diferenças valorizadas” da mulher na política, há, também, uma idéia de que as mulheres desenvolvem suas atividades orientadas para o exercício da conciliação. Estendendo ao mundo público suas habilidades conciliatórias, para as quais foram treinadas na esfera privada, as deputadas entrevistadas manifestaram ser essa uma das características que justificariam a presença feminina no Parlamento.

*As mulheres, e eu, têm muito mais capacidade de **aglutinação**, de tentar fazer o convencimento das idéias, do que votar e passar por cima das pessoas. As mulheres sempre, eu acho, que elas sempre têm mais a capacidade de trabalhar no **conjunto** do que os homens (Deputada federal – PT/SP).*

*As mulheres, não é porque a gente é mulher, mas as mulheres... A comissão que tá cheia de homem, a mulher tem até mais facilidade de se contrapor e chegar a um **denominador comum**. Os homens às vezes brigam, falam e não chegam, as mulheres parece-me que têm essa força, essa perseverança de poder mostrar que realmente aquilo é certo e por essa razão. Não fica devaneando e nem brigando por causa das coisas. Não. Eu acho que tem que ter mulheres aqui pra se tornar mais **leve** até o parlamento. Parece que estrutura que tem só homem é uma coisa grossa, imposta. Sempre ajuda no Parlamento ter mulheres que têm um relacionamento muito bom, parece que a coisa é mais leve, mais fácil de caminhar. Não sei, eu percebo que tem uma coisa da mulher, forte ali, que faz com que as coisas sejam mais perenes e mais seguras (Deputada federal – PFL).*

Percebe-se um entendimento, portanto, de que é bom que haja mulheres no Parlamento, vez que são capazes de conformar uma nova política, mais ética, sensível e conciliatória. A entrada de mulheres diminui a rispidez e a aridez entendidas como típicas da forma de fazer política masculina. Há, aqui, a reprodução do que se produziu socialmente como o “ser homem” e o “ser mulher”. Ao entrar em espaços tradicionalmente masculinos, as mulheres partem de uma condição de “inferioridade simbólica”, o que contribui para que se ressocializem, de certa forma, naturalizando a condição feminina e os seus atributos associados.

Foi possível identificar, a partir das falas das parlamentares, uma outra característica também resultante da construção social: a não-intencionalidade para a

política, ou a falta de ambição pelo poder. Essas questões surgiram para a grande maioria das deputadas entrevistadas em resposta à questão sobre o que as levou a entrar na vida política formal, a se candidatar a cargos políticos eletivos: responderam não ter havido decisão própria. De fato, muitas foram as manifestações que situavam essa decisão como algo externo, de responsabilidade dos partidos ou de movimentos sociais que acabaram levando-as à candidatura.

*O grupo [do partido] decidiu, “Olha você vai ser nossa candidata a vereadora”. Também não me passava pela cabeça isso, eu não planejei entrar na carreira política. [Fui indicada] pela minha atuação, porque eu era do sindicato dos professores, porque tinha projeção pública, tive projeção na greve, era do comitê de anistia, então eles achavam que eu tinha condições de disputar e ganhar (Deputada federal – PT/SP).*

*Ele [o envolvimento com a política] foi assim, sem eu querer. Nem o título de eleitor eu tinha quando me envolvi no processo político. Foi assim, uma motivação espontânea pelo que eu já vinha tentando da luta social. [O lançamento da candidatura] foi mais uma questão que eu não decidi. As coisas foram acontecendo na vida, muito impressionante, tanto minha entrada na política, nos movimentos sociais, todas as vezes eu fui convidada. As coisas vieram ao meu encontro, parecia que alguma coisa tava pra acontecer. O movimento de mulheres agricultoras, começamos a discutir além da participação sindical, o processo político também, a importância de as mulheres participarem, que nunca, as mulheres só votavam e principalmente onde o marido mandava votar. Aí as mulheres: ‘vai ser uma nossa candidata, quem vai ser? Quem vai ser? Aí as mulheres... não, vai você que tem coragem de falar do nosso jeito. Então foi assim meio que espontânea as coisas, pela minha liderança, aí eu entrei, saí candidata com o apoio das mulheres e de algumas figuras do PT (Deputada federal – PT/SC).*

*Essa [lançar candidatura] já não foi mais uma decisão individual não, pelo contrário, individualmente eu até relutei um pouco no começo... Porque eu não tenho uma carreira política, é que eu não vejo isso aqui, meu mandato, como uma carreira política, eu vejo que eu tenho uma opinião política, uma idéia política,*

*faço parte de um partido, de um grupo e que tem um projeto pra esse país, não é? (Deputada federal – PCdoB).*

*Eu não decidi. Aí é que está. Eu fui decidida. Eu não decidi, eu fui conclamada, e foi assim da noite pro dia eu me vi dentro de uma convenção sendo escolhida candidata a deputada estadual (Deputada federal – PMDB).*

Nesses casos, as deputadas não admitem que buscaram voluntariamente espaços de poder no campo político institucional ou que desejavam construir uma carreira política que passasse pela ocupação de mandatos eletivos. A associação entre poder, ambição e mulher não é, ainda, algo resolvido para elas. De fato, historicamente, a ambição e o desejo pelo poder estiveram associados ao mundo masculino; ao feminino, restavam atributos mais dóceis e relacionados à fragilidade. Assim grande parte das mulheres que galgou postos que, queiram ou não, constituem-se em expressão de poder, “preferem não admitir claramente suas ambições [...] não conseguem admitir para si mesmas que tal conquista corresponde a um desejo, um projeto de vida, uma carreira tão consistente e coerente como a de qualquer homem na mesma posição”.<sup>383</sup> Isso transparece de forma importante na fala de uma deputada bastante reconhecida por sua atuação, a respeito da associação entre mulher e poder, proferida no seminário Mulheres na Política, Mulheres no Poder, realizado em Brasília, em 2000. Segundo ela:

*Não basta disputarmos e conquistarmos o poder. Primeiro é preciso que gostemos dele. Fomos educadas, formadas e induzidas ideologicamente a não gostar do poder e achar que é coisa para homem. Até utilizamos um mecanismo psicológico para justificar este fastio, esta falta de apetite pelo poder, dizendo que é coisa pouco nobre, de homem, que cede à corrupção e à imoralidade, fazendo concessões éticas. Dispensamo-nos, assim, do esforço de disputá-lo e conquistá-lo.<sup>384</sup>*

Essa postura, claro, não significa que de fato as deputadas não tenham tido qualquer ambição ou desejo de ocupar posições. Assumir isso como verdade significa, novamente,

---

<sup>383</sup> KEHL, Maria Rita. Vestidas para mandar: política de saias justas. *Teoria & Debate*, n. 21, maio-julho 1993. Outras quatro mulheres entrevistadas neste artigo de Kehl foram deputadas que exerceram seus mandatos no período coberto por este estudo. Para todas elas, também, há a expressão de que a entrada na política formal não foi consequência de um plano de carreira política, de uma ambição reconhecida por ocupar tais postos, o que confirma o que foi percebido nesta dissertação.

<sup>384</sup> GROSSI e MIGUEL, 2001, p. 186.

correr o risco de observar a política a partir de uma posição ingênua e pré-maquiaveliana. Ademais, a modéstia é uma das características que permeiam o espaço político, tal como afirma Messenberg.<sup>385</sup> Assim, ao lado de discursos que exaltam o caráter de excepcionalidade e de rompimento que sua participação política representa, as mulheres tendem a se verem como portadoras de uma missão que devem cumprir a pedido de outros. O discurso da modéstia, portanto, apresenta-se como um contraponto ao da vaidade, tornando-se essencial para o exercício da atividade política. Por fim, tomar como verdade essa manifestada falta de ambição significa, também, ignorar que, mesmo com um discurso de não-intencionalidade para a política, e mesmo afirmando que não têm qualquer interesse, também, de ocupar cargos no futuro, essas mulheres se candidataram várias vezes e seguem candidatando-se.

Das entrevistadas, apenas uma, justamente a que apresentou uma trajetória profissional e política que foge aos padrões tradicionais do feminino, afirmou claramente que a sua candidatura à Câmara dos Deputados foi uma intenção e que possui ambições bastante elevadas na sua carreira política. Tal comportamento mostra que processos de socialização e de ressocialização distintos dos usuais podem ter um peso importante para redefinir os caminhos e as representações que as mulheres têm de sua presença na política.

*Depois de uma rica experiência como economista, atuando em diversos setores, como consultoria, comunicação e universidade e também como ministra, busquei um novo desafio, o de ser deputada federal da base de apoio para o governo. [O maior objetivo na vida política é] assim como qualquer político chegar a ser presidente da República (Deputada federal – PSDB).*

A concepção de uma atuação concentrada em nichos tipicamente femininos é outro ponto relacionado ao papel destinado às mulheres na política institucional e que poderia ser entendido como o “enfoque político do gênero feminino”.<sup>386</sup> Tal como se pode perceber pela análise dos dados aqui apresentados, as deputadas tendem a concentrar suas atividades nas áreas sociais, em especial, naquelas relacionadas aos cuidados e aos grupos entendidos como mais vulneráveis. Há o entendimento de que as práticas políticas femininas são diferentes das masculinas, que as deputadas têm maior preocupação com a área social, com uma política que privilegie menos o econômico e o individual. De fato, as expectativas

---

<sup>385</sup> MESSENBURG, 2002.

<sup>386</sup> PRÁ, 1992, p. 214.

sociais e as próprias experiências de vida dessas mulheres fazem que, “quando alçadas a postos de decisão [...] quase que intuitivamente [...] encaminhem demandas relacionadas com este universo”.<sup>387</sup> É interessante destacar que a noção de uma atuação “intuitiva” remete ao conceito de *habitus*, de Bourdieu, de essa forma de atuação não ser produto de uma intenção consciente, de uma ação organizada segundo um regente. É, portanto, a resposta à incorporação de estruturas sociais que molda os próprios indivíduos e que faz que, nesse caso, as mulheres contribuam para “reproduzir as estruturas objetivas das quais elas são o produto”.<sup>388</sup>

A idéia subjacente à definição de *habitus* é que são construídos socialmente e, dessa mesma forma, perpetuam-se e se reproduzem nos processos de ação e de ressocialização cotidianos. Tal construção parte da divisão sexual do trabalho e dos papéis de gênero presentes e difundidos por todas as esferas da vida social. A atuação das deputadas, portanto, acaba por se constituir em uma reprodução, em uma extensão, das experiências cotidianas do espaço privado e da vivência prévia no espaço público, “que a mulher experimenta e que projeta num sentido mais amplo da prática política.”<sup>389</sup> Essas experiências, portanto, ao terem sido vivenciadas de maneira mais profunda pelas mulheres, contribuiriam para lhes conferir maior capacidade para tratar de questões relacionadas ao mundo social, tal como aparece neste depoimento:

*Nós temos outra visão dos problemas mais arraigados, aqueles que ainda não têm solução. Nós temos uma visão e eles [homens] têm outra, uma parte deles significativa tem outra, vamos dizer assim. Então eu acredito que o funcionamento da Casa poderia ser bem melhor se tivesse mulher aqui. Esse projeto [social] já tinha passado, a justiça estaria se ligando. Porque a mulher tem um filho que tá ali, ela tem um marido que tá ali, então ela age olhando toda a estrutura que ela tá dentro e não desconhece nenhum detalhe. É muito difícil você pegar uma mulher que seja insensível a um problema de dor, né? Então é preciso ter esse olhar na sociedade, do sofrimento das pessoas pela falta da existência das leis ou do cumprimento delas (Deputada federal – PMDB).*

---

<sup>387</sup> COSTA, 2001, p. 222.

<sup>388</sup> ORTIZ, 2003, p.54.

<sup>389</sup> PRÁ, 1992, p. 214.

A partir dessa projeção da experiência vivenciada pela mulher como sujeito socialmente construído, tem-se que a divisão sexual das tarefas se reproduz no Parlamento, levando a uma divisão sexual também dos trabalhos parlamentares. As parlamentares entendem, portanto, que cabe a elas a responsabilidade, não apenas pelos temas tradicionais da área social, mas também pela inserção no debate público de novas questões de relevância para a população feminina. Assim, ao mesmo tempo em que “inovam” em sua atuação, reafirmam sua condição e, contribuindo para esse reproduzir de papéis, pouco se lançam em espaços que usualmente foram dominados pelos homens:

*No meu estado eu faço serviço completamente diferente dos homens de lá fazem, né? Eu sou voltada tudo pra essa área social, eu faço esse trabalho, né? E homem parece que não tem muita paciência pra isso.. Eles gostam mais de infra-estrutura, gostam de construir estrada, quer construir ponte, quer construir hospital, quer construir cadeia, coisa grande. Meu marido é da área econômica, ele faz essa área econômica, agricultura, pecuária, agroindústria, então ele trabalha nessa área, então ele não tinha acesso a essa área social, não sabia nada. Então eu vim com esse compromisso, e cumpri. Então nós temos esse trabalho ele faz a área econômica e eu faço a área social. Nós temos um projeto de vida juntos. Se meu marido é senador e eu sou deputada, nós somos completamente diferentes de temas, e eu tenho certeza de que se nós fossemos fazer a mesma coisa nós íamos ter muita discordância, porque ele tem um rumo completamente diferente do meu rumo de trabalhar, entendeu? (Deputada federal – PFL).*

*A sociedade e as próprias mulheres precisam se organizar muito pra entender que, se projetos importantes, como eu estou discutindo – e que é um projeto nacional hoje de tantas mulheres no Brasil, da aposentadoria das donas de casa, da valorização do trabalho doméstico –, [existem], é porque tem uma **mulher comprometida**. Isso não acontece se não tivesse uma mulher, mas que tem um compromisso com a questão da transformação, com mudança da cultura dos valores, do papel do Estado. A importância das mulheres é muito grande, a bancada feminina muitas vezes se ‘ajunta’ em alguns temas, né? Combate a violência, discriminação, algumas questões. Agora precisa de mais mulheres que assumam as causas da democracia, dos direitos humanos, de sobrevivência do país, da valorização dos excluídos, que é a grande parte da população, porque a*

*Constituição garantiu direitos, mas na prática os direitos não chegaram pros pobres. Porque os projetos que nós puxamos em defesa das mulheres e do trabalho de organização social que nós estamos construindo no país, é diferente. Nós vamos conversar com mulheres e mobilizar mulheres e discutir temas dos direitos sociais, econômicos, culturais, que fazem a diferença, que **ninguém iria discutir**, não teria essa compreensão, a não ser uma mulher pra fazer esse papel. Eu sempre digo, se os homens... noventa por cento dos homens cuidassem das crianças, educassem elas e criassem, não ia faltar uma creche no Brasil porque eles iam tá cuidando dos filhos. **As mulheres nascem e morrem cuidado de gente porque são mulheres** (Deputada federal – PT/SC).*

*[Há uma diferença] nos projetos que eles julgam aqui que são os mais importantes. Às vezes nós, assim, estamos absolutamente convencidos que o projeto de violência doméstica é importante pra sociedade, mas os homens não estão sensibilizados com isso, eles não têm a mínima..... Até tem sensibilidade pra questão sim, porque a gente já conseguiu incutir isso na Casa, mas eu acho que isso é importante. Vamos votar um recurso pra um estado, pra uma grande obra ou discutir a questão da violência doméstica? Só a atuação da bancada feminina que consegue convencer o Congresso, em determinados momentos, que esses temas são super importantes, pelo menos nós achamos. Um projeto que tem uma importância de gênero, por exemplo, olhe pra isto aqui com enfoque de gênero, tem que lembrar os colegas, não necessariamente eles lembram. Questões voltadas a crianças e adolescentes, do idoso, as deputadas têm bastante atuação na questão de grupos de minoria, atuação na Comissão de Direitos Humanos, as deputadas se focam muito nisso, acho que a gente até **peca por não atuar muito mais nessas comissões de peso**, que decidem, que é a Comissão de Orçamento e a Constituição e Justiça (Deputada Federal – PT/SP).*

O depoimento da deputada do PT/SP traz um elemento importante para a discussão da política de idéias e a política de presença, contribuindo, em parte, para aclarar soluções que desconstruam a oposição que acaba se fazendo entre esses dois aspectos. Assim, mostra que uma política de presença, que traga mais mulheres para o Parlamento, de modo a que sejam incluídos na pauta temas que até então estavam de fora, tem como consequência ampliar a política de idéias. Ou seja, a partir do momento em que novas questões são descortinadas e se apresentam como problemas sociais no interior do Congresso, então há a

possibilidade de que os demais parlamentares se sensibilizem para a questão e passem a incluí-la, também, nas suas ações cotidianas. Ademais, a presença de mulheres na Casa torna possível “lembrar” aos deputados da importância de se considerar a questão de gênero em suas atuações, constituindo-se em mais um mecanismo de garantia dos interesses femininos, sem que esta tenha que ser de exclusiva responsabilidade das deputadas eleitas.

Não há, porém, homogeneidade quanto ao pensamento e ao comportamento dessas mulheres. Todas as representações que expressem, e que orientam suas práticas, dependem de outros elementos que também as constituem como sujeitos. A origem regional, a trajetória política, o tipo de capital político, a corrente ideológica são, todos, fatores que contribuem para conformar a sua atuação. Para algumas deputadas, a atuação não é determinada pelo seu sexo, mas por um desses outros elementos que se destacam no processo político:

*A diferenciação da atividade parlamentar, ela se dá de acordo com a ideologia. Não de acordo com a questão de gênero, não. Porque tem muito homem que age como eu aqui, muito deputado, agora tem muita deputada que age como outros muitos homens, entendeu? Aí é uma questão de definição política, uma questão ideológica, depende de qual é o seu partido. [Há] um pouquinho [de diferença entre homens e mulheres em relação aos temas prioritários], mas não tanto, você tem mulher que atua lá no meio rural, você tem homem que atua na defesa do consumidor (Deputada federal – PCdoB).*

Considerando-se essa multiplicidade de focos, é interessante perceber que, se além da idéia de ser natural que as mulheres se orientem para as áreas mais relacionadas aos cuidados, já se começa a observar o levantar de novas opiniões. Para estas, a separação de espaços não é natural, e pode ser reconstruída a partir de novas concepções. A consciência é, como afirma Bourdieu, a primeira arma para se vencer a dominação simbólica, mas não é capaz, sozinha, de alterar as suas conseqüências. Para tanto, tornam-se necessárias mudanças mais profundas na sociedade, na cultura patriarcal e na construção de identidades e funções masculinas e femininas. A oposição entre aquelas que acreditam ser a preocupação social algo natural e aquelas que a entendem como socialmente construída pode ser percebida nas falas apresentadas a seguir:

*Eu acho que a mulher tem mais preocupação em fazer coisas que as pessoas vão ocupar, vão querer, que vai atendê-las... E aí não atende um só, atende todo mundo, homens e mulheres, atende a família. Acho que é **natural** de mulheres. Ter essa preocupação com a família, eu acho que é. Mesmo as mulheres que se consideram avançadas, aquelas mulheres que discutem,<sup>390</sup> aquelas mulheres que se parece que, que não quer nada com esse negócio de família, elas vão até lá discutindo, quando chega lá aí mostram esse aspecto aí. As deputadas que podem até ser solteiras, não tem problema, mas elas que têm essa preocupação (Deputada federal – PFL).*

*Então a atuação parlamentar é dentro de determinadas regras que privilegiam o comportamento masculino tradicional, do tempo em que a mulher não participava do mundo público, portanto, não inclusivo. Como a agenda da minoria reflete a enorme concentração de poder e renda, então tem cabido à representação feminina **carregar a agenda social** de modo diferenciado. **Não é absolutamente necessário**, mas é assim (Deputada federal – PSDB).*

A questão dos estereótipos de gênero é, portanto, condicionante da atuação dessas mulheres, na medida em que incorporam valores relacionados ao seu papel na sociedade e também respondem àquilo que se espera delas. Também contribuem para construir uma das características da participação feminina na esfera pública institucional, que se refere à reprodução e ao reforço do que foi socialmente atribuído a elas como natural. Tal como mostra Scott, “as demandas pela igualdade necessariamente evocam e repudiam as diferenças que num primeiro momento não permitiram a igualdade”. Isso significa que, para que consigam vencer neste espaço masculino, as mulheres “[...] tentam transformar o ‘negativo’ em ‘positivo’, seja imprimindo de forma naturalizada a condição feminina como cheia de virtudes para o exercício da política, seja colocando valores morais acima de qualidades políticas”.<sup>391</sup> Logo, os estereótipos de uma moral diferenciada, uma atuação mais ética e uma preocupação com o social acabam sendo reproduzidos, e utilizados como justificativas para a participação das mulheres na política institucional.

---

<sup>390</sup> Ressalte-se que a idéia de uma deputada que “discute” indica, para a deputada entrevistada, uma noção de avanço, de algo não tradicional.

<sup>391</sup> BARREIRA, 1998, p.108.

## 6. Conclusão

Ao longo deste trabalho procurou-se traçar um perfil das mulheres que ocuparam cadeiras na Câmara dos Deputados entre 1987 e 2002, em especial no que se refere a suas práticas políticas e aos seus principais determinantes. A partir das discussões apresentadas nos capítulos iniciais e da análise dos dados coletados foi possível identificar alguns importantes fatores que contribuíram para o delineamento da atuação feminina. Dentre estes, destaque-se o acúmulo e o tipo de capital político que levam consigo ao entrarem no Parlamento; as “preferências” construídas a partir de uma socialização diferenciada para homens e mulheres; as práticas sexistas fundadas em uma herança patriarcal; as bases políticas diferenciadas, construídas, em grande parte, a partir de uma idéia de identificação com os excluídos; e outras características como profissão e filiação ideológica.

Inicialmente, apresentou-se um panorama da participação das mulheres na vida política institucional. Os dados revelam uma persistente ausência feminina nessas esferas de poder, particularmente na Câmara Federal. Resultado de elementos que vão desde a socialização diferenciada, que, em geral, não inclui a política nos horizontes femininos, até as dificuldades encontradas nas organizações partidárias, a baixa presença de mulheres nesses espaços pode ser associada à idéia de uma democracia incompleta. Incompleta por, no mínimo, três motivos: i) porque não se oferecem as mesmas chances e as mesmas condições de disputa para candidatos e políticos de sexos diferentes; ii) porque não assegura a existência da “porção de espelho” necessária para que o Parlamento configure-se, realmente, em uma instituição representativa; e iii) porque ainda é permeada por valores e preconceitos que atribuem a homens e a mulheres capacidades e habilidades distintas pra o exercício da prática política.

Destacou-se, porém, que a baixa presença feminina nas esferas políticas formais não significa, de modo algum, que as mulheres sejam mais apáticas ou que naturalmente tenham menos interesse pela política do que os homens. De fato, tal como se discutiu ao longo desta dissertação, as concepções de gênero que orientaram a construção social das identidades masculinas e femininas mantiveram, durante muito tempo, a política como algo externo ao “ser mulher”. No desenrolar da história, algumas mulheres ousaram a romper essas barreiras e mostrar que a ausência feminina na política não tinha

absolutamente nada de natural. Assim, a partir de suas posições na estrutura social, ingressaram na esfera política, mas o fizeram, inicial e majoritariamente, pelo envolvimento em movimentos sociais, associações de bairro, grupos de mulheres, entre outros.

A forte participação feminina em movimentos sociais tem, cada vez mais, servido como um trampolim para a vida política formal e representado uma das principais vias de acesso ao Parlamento. De fato, os caminhos que as mulheres encontram para alcançar os postos decisórios de poder político são variados. Neste trabalho, foram analisadas quatro vias principais de entrada na Câmara: i) o prestígio adquirido junto a movimentos sociais; ii) a herança de um capital político familiar; iii) a notoriedade advinda da ocupação de cargos públicos e políticos anteriores; e iv) a popularidade obtida em outros campos sociais. A partir dessa classificação, foi possível identificar importantes diferenças entre as parlamentares, que incluem desde a formação e a atividade profissional, passando pela trajetória política construída, até o modo de atuação no Parlamento. Alguns temas são privilegiados por grupos específicos de mulheres, como, por exemplo, aqueles relacionados à violência doméstica e à saúde sexual e reprodutiva, que apareceram, em maior intensidade, na prática política das deputadas oriundas de movimentos sociais, enquanto para aquelas com capital político familiar tiveram peso bem inferior.

Essas importantes distinções colocam em xeque a validade da opção exclusiva pela política da presença, em contraposição à sua coexistência com uma política de idéias. Afinal, ser mulher não implica que a deputada terá uma atuação voltada para temas femininos. Justificar a entrada de mulheres na política condicionando-as a um determinado tipo de atuação é, assim, uma armadilha que se coloca ao processo de desnaturalização das diferenças de gênero. Assumir que a maior presença de mulheres na esfera política é importante para garantir a inclusão de temas prioritários para mulheres na pauta política significa, em primeiro lugar, o reforço dos tradicionais papéis de gênero. Assim, as mulheres estariam eternamente responsáveis por lidar com assuntos relacionados à esfera social ou privada, enquanto aos homens caberiam os temas que usualmente envolvem mais prestígio e recursos, a saber, os temas econômicos, de infra-estrutura e tecnologia.

Em segundo lugar, significa colocar na mão de um grupo historicamente excluído das esferas de decisão e poder a responsabilidade exclusiva pela alteração de sua condição

social, por meio da apresentação de projetos e da participação em áreas relacionadas aos direitos femininos e aos direitos sociais em sentido mais amplo. Nesse caso, é importante ressaltar que a capacidade da mulher política para representar as mulheres e defender os seus interesses depende muito mais de suas idéias do que de seu sexo. Não basta aumentar a sua proporção no Parlamento, pois as mulheres podem não estar envolvidas com as questões que mais afetam a sua vida, seja porque não viveram a experiência em organizações feministas, seja porque não consideram essas questões como prioritárias ou relevantes. Este trabalho mostra que, ainda que haja representantes femininas no Parlamento, não foi possível aprovar um conjunto de leis que seriam de interesse das mulheres, mesmo porque tais proposições são votadas em um Congresso composto majoritariamente por homens. A presença de mulheres, senão garante a defesa de temas de interesse da população feminina, garante menos ainda a aprovação de qualquer legislação proposta nessa direção.

De todo modo, o entendimento de que às mulheres cabe um espaço na política, porque trazem um novo aporte, pode acabar condicionando a sua atuação ao ocupar uma cadeira no Congresso Nacional. A compreensão que as próprias deputadas têm de si mesmas, reconhecendo-se como canais por meio dos quais as vozes das mulheres e dos excluídos podem ser ouvidas, parece ser a tônica de sua prática política. Constrói-se, assim, uma base política que espera encontrar nas parlamentares uma representação direta de seus interesses. De fato, a maior parte das deputadas reconheceu que suas bases eleitorais eram formadas por segmentos sociais mais excluídos, além das categorias profissionais “tipicamente” femininas como professoras e profissionais de saúde, o que está relacionado, especialmente, ao envolvimento sindical prévio. Dada a lógica da política, a atuação parlamentar direciona-se para o atendimento das bases, o que faz que a percepção de ser porta-voz das necessidades dos excluídos constitua-se em elemento a ser considerado no momento de decisão das ações a serem empreendidas.

No entanto, é possível concluir que não é apenas esse imaginário coletivo que condiciona o desempenho das mulheres. Outros fatores foram também percebidos como importantes: o acúmulo diferenciado de capital político; as relações estabelecidas com bases eleitorais particulares; a socialização diferenciada que produz interesses distintos para homens e mulheres; e o próprio sexismo institucional, que se manifesta nos

constrangimentos à atuação das mulheres, seja por meio de comportamentos discriminatórios, seja por empecilhos à concessão da palavra.

Com relação à questão do capital político, puderam ser percebidas duas vias importantes pelas quais esse capital simbólico se faz influente na ação parlamentar das deputadas: o acúmulo e o tipo de capital político que angariam. Desse modo, a entrada no Parlamento pelos diferentes caminhos aqui apresentados contribui para construir bases eleitorais e níveis de capital político diferenciados, bem como para que o reconhecimento de habilidades e competências seja bastante variado, tendendo a favorecer aquelas mulheres que apresentaram alguma vivência prévia no campo político. Como consequência, são estas as que ocupam a maior parte dos cargos de relevância na Câmara dos Deputados. A posse de maior nível desse capital aumenta as possibilidades de atuação, seja pela ocupação de postos-chave na Casa, seja pelo maior reconhecimento a elas conferido, o que amplia, também, as chances de que ocupem outros espaços além dos estereotipicamente femininos.

A questão da socialização diferenciada pôde ser percebida como um fator central a moldar as práticas políticas femininas. As concepções de gênero a partir da qual meninos e meninas conectam-se ao mundo têm reflexos por toda a trajetória política e profissional dessas mulheres, acumulando-se ao longo dessas etapas. Desse modo, interferem já no momento em que as parlamentares iniciaram suas vidas profissionais. As escolhas então realizadas são sempre permeadas por idéias sobre o papel que cada indivíduo deve exercer na sociedade e as características que um homem ou uma mulher devem valorizar. Os caminhos profissionais trilhados pelas mulheres condicionam sua atuação na Câmara, já que passam a ser reconhecidas como especialistas na área em que trabalharam. Além disso, a socialização diferenciada produz, então, gostos e preferências distintos para homens e mulheres. Assim, além de sentirem-se responsáveis pela agenda social no Parlamento, as deputadas também apresentam maior interesse por temas sociais. Esta é, portanto, uma questão que perpassa todas as conclusões encontradas neste trabalho.

A dominação masculina e a herança patriarcal ainda operantes na sociedade brasileira impulsionaram manifestações sexistas e estereotipadas a respeito das deputadas. Alguns relatos apontam nessa direção ao expor comportamentos que dificultaram o exercício parlamentar, sejam eles relacionados ao pretense entendimento da incapacidade

psicológica feminina para o exercício do poder ou ao reconhecimento de atributos positivos que acabam por reforçar os papéis tradicionais de gênero. Interessante notar que parcela significativa das deputadas compreende que os atos discriminatórios são, por vezes, sutis e não claramente dirigidos às mulheres, o que os torna demais difícil combate.

A atuação cotidiana das deputadas é influenciada, também, pelo seu perfil biográfico e de trajetória política. Em alguns momentos, a escolha profissional pôde ser vista quase como um “caminho sem volta”, uma sentença que confina os indivíduos em espaços que estejam relacionados com a profissão anteriormente exercida. Em outros, a filiação ideológica manifestava-se de maneira bastante intensa, chegando a ser percebida por parcela das deputadas como o principal fator a orientar sua atuação.

Os dados apresentados nesta dissertação confirmam que, de fato, as deputadas apresentaram uma tendência particular em atuar naquelas áreas tradicionalmente percebidas como mais femininas, tais como educação, saúde e assistência social. Ademais, focaram bastante sua produção legislativa em grupos sociais mais vulneráveis, além, claro, de um expressivo envolvimento com temas de interesse particular das mulheres. A maior parte das proposições que se transformaram em normas jurídicas, afora aquelas de caráter ornamental, concentravam-se exatamente nessas áreas. Quase 50% das leis produzidas no período pelas deputadas diziam respeito a temas que poderiam ser entendidos como mais relacionados aos cuidados e aos papéis que, durante muito tempo, foram de responsabilidade feminina.

Interessante notar o ligeiro crescimento da produção das deputadas que foi direcionada para questões econômicas, tema dotado de grande prestígio e tradicionalmente associado ao universo masculino. Há, portanto, espaço para mudanças. Essa ocupação com os temas econômicos parece ser, ao menos em parte, resultado das mudanças que a sociedade brasileira tem experimentado e que têm abalado as estruturas que durante muito tempo mantiveram distantes os espaços masculinos e femininos. Parece haver um processo de tomada de consciência por parte do universo das parlamentares sobre a importância de forçarem sua entrada nos redutos masculinos que são, justamente, aqueles nos quais as decisões mais importantes são tomadas.

A tomada de consciência, porém, como indicava Bourdieu, não é suficiente para alterar os *habitus* e a dominação simbólica que construíram estruturas e percepções a partir

das quais coube às mulheres, quase sempre ocuparem espaços de menor valor simbólico no campo político. Assim, poucas foram as mulheres que conseguiram espaço nas comissões de peso da Casa, poucas ocuparam alguma posição de prestígio e poder, e apenas um dos 119 projetos apresentados pelas mulheres na área econômica foi aprovado.

Outra conseqüência da dominação simbólica percebida neste trabalho é a relação que (não) se estabelece entre mulher e poder. Assim, a ocupação de cargos mais importantes se torna uma responsabilidade muito grande que as mulheres nem sempre se sentem preparadas para exercer. Uma parte das deputadas manifestou existir, de certa forma, certo “medo” de assumir postos de poder, o que está relacionado, também, à idéia de terem sempre que fazer muito mais do que os homens na mesma situação.

A conturbada relação entre mulher e poder pode ser também percebida no fato de a maior parte das deputadas avaliar a sua entrada na vida política como não intencional, fruto de demandas externas às quais elas atenderam sem jamais terem pensado nessa possibilidade. Não admitem, ainda, ter ambições maiores quanto ao futuro de sua vida política, ainda que, na prática, o comportamento seja diverso do discurso.

Entretanto, essas percepções variam conforme a trajetória de vida e a carreira política que essas mulheres experimentaram. Se a maioria das deputadas não manifestou traçar claramente objetivos para sua vida pública, outras externaram que gostariam de chegar à Presidência da República ou ao governo do seu estado. Percebe-se, mais uma vez, que novas posturas começam a aparecer no cenário político, o que promete possibilidades de alterações futuras na estrutura de poder do Parlamento. Mesmo sendo posturas minoritárias entre as mulheres, a construção de um novo *ethos* feminino de se fazer política parece despontar, ainda que de forma bem incipiente.

Pôde-se perceber, também, que as mulheres, ao entrarem na vida política, passam por um processo de ressocialização no qual acabam por contribuir para a naturalização de seus papéis e práticas. Logo, consideram-se realmente mais honestas, éticas e com a capacidade de romper com a política tradicional, exercida pelos homens. Entendem a si mesmas como porta-vozes das mulheres do país e de outros grupos que, à sua semelhança, vivenciam processos de exclusão ou discriminação na sociedade.

Desse modo, as deputadas, em sua atuação, acabam por contribuir para reforçar estereótipos construídos a seu respeito. De fato, as demandas por igualdade rejeitam e

evocam, ao mesmo tempo, as diferenças. As mulheres demandam maior espaço para atuação na vida política rejeitando argumentos essencializadores e fundamentados em papéis de gênero e argumentando que são tão capazes quanto os homens. No entanto, para conseguir tal espaço, evocam as diferenças que têm – que são as mesmas construídas a partir de estereótipos de gênero –, exibindo o que trariam de novo ao entrarem na política institucional. Procuram, desse modo, transformar em positivas qualidades tradicionalmente vistas como negativas para a prática política e que justificaram durante anos sua ausência dessa esfera.

A auto-reconhecida e autovalorizada habilidade para o social e a identidade com os excluídos traz um risco de que as divisões sexuais sejam reforçadas. Se a responsabilidade de lidar com assuntos como creches e assistência social couber apenas às mulheres e elas reproduzirem essa percepção, corre-se o risco de que o discurso acabe por estigmatizar e criar um gueto feminino que não terá repercussão no universo masculino, mantendo inalteradas as fronteiras da separação sexual de tarefas na Casa. É aí que se encontra a importância da política de presença. Contar com mulheres no Parlamento é importante, não só porque é democrático e confere pluralidade de visões, mas também porque permite que suas experiências sejam disseminadas na esfera política, estimulando homens e mulheres, não sensibilizados ao tema, a atuarem em áreas até então tidas como de menor valor. A presença é, portanto, importante porque permite ampliar a política de idéias. Contudo, isoladamente, a política de presença não é suficiente; é preciso que esteja conectada a uma política de idéias. Dessa forma garante-se que a “porção de espelho” da democracia representativa se faça presente e que todos os interesses estejam representados no Parlamento, mesmo que os interlocutores não sejam do mesmo grupo social dos que demandam intervenções políticas.

Por fim, outro fator que contribui para organizar a forma de atuação feminina refere-se à conquista tardia dos direitos políticos. Se o Brasil foi um dos primeiros a estender tais direitos à sua população feminina, esse atraso em relação aos homens produziu um “déficit estrutural” para as mulheres no campo político. Seu ingresso nesse mundo se dá com determinados padrões, valores e comportamentos delineados e a distribuição de forças e de espaços, estruturada. Essa menor experiência faz que homens e mulheres partam de patamares distintos de acúmulo de capital político. A política foi durante muito tempo um reduto quase exclusivo da parcela masculina da sociedade

brasileira, o que possibilitou a construção de longas carreiras e alta concentração de capital político, e os dados aqui apresentados mostram que as mulheres só muito recentemente tiveram chances reais de conseguir postos nos espaços institucionais de poder. Tal desequilíbrio repercute, não só em menores chances de suporte às campanhas femininas por parte dos partidos, que orientam sua atuação segundo a lógica eleitoral, mas, especialmente, na própria atuação das parlamentares. A trajetória recente de inserção feminina na política institucional, portanto, acaba sendo um dos fatores a moldar as práticas que adotam na Câmara, já que sua atuação depende, em grande medida, do nível de capital político que detêm. Isso significa que, por terem acumulado menor quantidade deste capital simbólico, não têm igual acesso aos recursos e ao reconhecimento necessários para sua atuação política no Parlamento.

Ademais, os padrões de funcionamento da Casa e a cultura política reinante estruturam-se sobre bases em geral excludentes, pois a política foi feita por homens e para homens, não tendo, durante muito tempo, considerado as especificidades da população feminina e nem mesmo sua preparação para o poder. Assim, muitas são as manifestações de sexismo e preconceito a que as parlamentares estão sujeitas em virtude de representarem um rompimento com os padrões tradicionalmente vigentes no espaço político e uma ameaça à distribuição de forças do campo. Além disso, o padrão político vigente, ao valorizar atitudes e comportamentos tidos como masculinos, também leva a uma reprodução dessas manifestações pelas próprias mulheres. As deputadas reconhecem a existência de colegas que adotam posturas masculinizadas como forma de serem ouvidas e respeitadas na Casa, apesar de não admitirem ter utilizado tal estratégia. Reafirma-se, portanto, um *ethos* político tradicional que pressupõe, para haver reconhecimento, ser necessário seguir um padrão comportamental construído a partir da dominação masculina.

Assim, ao longo desta pesquisa, foi possível identificar quem são e o que fazem as parlamentares brasileiras do pós-Constituinte. Como contribuição maior, avançou-se na discussão a respeito dos condicionantes de sua atuação, identificando-se um conjunto de fatores que pouco têm sido estudados nas ciências sociais do país, bem como na identificação de diferenciações entre as deputadas, a partir da origem do principal tipo de capital político que levam consigo ao entrarem no Parlamento. Muitas ainda são as lacunas a serem preenchidas por outros estudos nesta área, em particular no que se refere a análises comparativas entre homens e mulheres, no que diz respeito tanto a suas práticas quanto às

suas representações. Apesar disso, esse estudo avançou ao ouvir as vozes femininas, vozes de mulheres que, apesar de terem sido, durante muito tempo, impossibilitadas de falar, alcançaram o Parlamento e romperam barreiras construídas sobre uma sociedade sexista que vem, lentamente, alterando suas estruturas.

## BIBLIOGRAFIA

ACHIN, Catherine. Un métier d' hommes? Les représentations du métier de député à l' épreuve de sa féminisation. *Revue Française de Science Politique*, v. 55, n. 3, p. 477-499, 2005.

AGUIAR, Renato. Butler e a desconstrução do gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 1, p. 179-183, 2005. Resenha de BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 46, n. 4, p. 661-698, 2003.

ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 399-422, jul./dez. 2003.

ARAÚJO, Clara. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, n. 1, p.71-90, 1998.

\_\_\_\_\_. *Cidadania incompleta: o impacto da lei de cotas sobre a representação política das mulheres brasileiras*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Dados: revista de ciências sociais*, v. 44, n. 1, p. 155-195, 2001.

\_\_\_\_\_. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 231-252, 2001.

\_\_\_\_\_. Ações afirmativas como estratégia política feministas. In: BRUSCHINII, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Ed. 34, 2002.

\_\_\_\_\_. *A interseção entre gênero e partidos políticos no acesso das mulheres às instâncias de representação*. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=72>>. Acesso em: 20 out. 2006.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ATHAYDE, Phydia. Jogo de damas. *Carta Capital*, v. 12, n. 389, p. 12-18, abril de 2006.

ATKESON, Lonna Rae. Not all cues are created equal: the conditional impact of female candidates on political engagement. *The Journal of Politics*, v. 65, n. 4, p.1040-1061, nov. 2003.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder*. São Paulo: Centro de Estudos Konrad Adenauer Stifting, n. 6, 1996.

\_\_\_\_\_. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da Unesp, 2001.

\_\_\_\_\_. *A participação política da mulher e a ideologia do conservadorismo político feminino: subsídios para novas pesquisas*. In: ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 11, 1987, Águas de São Pedro SP.

\_\_\_\_\_. *O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1989.

ÁVILA, Maria Betânia. Cidadania, direitos humanos e direitos das mulheres. In: BRUSCHINII, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Ed. 34, 2002.

BABBIE, Earl. *The practice of social research*. 6 ed. California: Wadsworth Publishing Company, 1992.

BANDEIRA, Lourdes; SIQUEIRA, Deis. A perspectiva feminista no pensamento moderno e contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, v. 12, n. 2, Brasília, 1997.

BAQUERO, Marcelo. Participação política na América Latina: problemas de conceituação. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v. 53, n. 2, p. 7-34, 1981.

BARREIRA, Irllys. *Chuva de papéis: ritos de símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

BOBBIO, Norberto et. al. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

\_\_\_\_\_. *Dicionário de política*. Brasília: EdUnb, 2004.

BONI, Valdete. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p.289-302, jan./abr. 2004.

BORBA, Ângela. Legislando para as mulheres. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

BOSELLI, Giane. *O desafio da política de cotas na conquista da igualdade*. 2005. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br>>. Acesso em: 29 set. 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. *Lições de aula*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 5. ed. Campinas: Papirus, 1996.

BRABO, Tânia S. A. M. *Gênero e poder local: eleições municipais do ano 2000 em Marília (SP)*. 361 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. Brasília: Centro de Documentação e Informação: Coordenação de Publicações, 2006.

BURREL, Bárbara C. *A woman's place is in the house: campaigns for Congress in the feminist Era*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.

BUTTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Witting e Foucault. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

\_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Jorge Abrahão; MORAES NETO, Manoel; SADECK, Francisco; DUARTE, Bruno; SIMÕES, Helene. *Análise da evolução e dinâmica do Gasto Social Federal: 1995-2001*. Brasília: Ipea, 2003. 59 p. (Texto para Discussão, n. 988).

CHODOROW, Nancy. *The reproduction of mothering*. Berkeley: University of California Press, 1978.

COHEN, J. Deliberation and democratic legitimacy. In: HAMLIN, A.; PETTIT, B. (Ed.). *The Good Policy*. Oxford, 1989.

CONOVER, Pamela Johnson. Feminists and the gender gap. *Journal of Politics*, n. 50, 1988, p. 985-1010.

CORRÊA-PINTO, Maria Conceição. *A dimensão política da mulher*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *Donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – FFCH/UFBA, 1998.

\_\_\_\_\_. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero*, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1981.

COSTA, Delaine Martins. *Ampliação da participação feminina no governo local: um trabalho de Sísifo?* São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 1997. p. 35-54. (Papers, n. 30).

\_\_\_\_\_. Capacitação de líderes femininas: reflexões sobre a experiência do IBAM. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 213-224, 2001.

\_\_\_\_\_. Gênero, representação e liderança feminina na política municipal: prefeitas brasileiras (2001-2004). In: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. *Participação feminina na construção da democracia: levantamento do resultado das eleições municipais (1992 a 2000), estaduais e federais (1994 a 2002)*. 4. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2004.

COSTA, Maria Cecília S. da. *Os caminhos da casa*. Dissertação (Mestrado) – PPGAS/MN/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1980.

COTTA, Maurizio. Parlamento. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Política*. Brasília: EdUnb, v. 2. p. 880.

DAHL, R. A. *Democracy and its critics*. New Haven, 1989.

D'ÁVILA NETO, M.; PIRES, C. B. Empoderamento: uma questão atual no projeto de equidade de gênero no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p. 14-21, 1998.

DECLARAÇÃO e plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Pequim, 1995. In: *A DEFESA das mulheres: instrumentos internacionais*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores /IPRI/ FUNAG, 2003.

DEVREUX, Anne-Marie. *A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina*. Paris, 2005 (mimeo).

DOLAN, Kathleen. The impact of candidate sex on evaluations of candidates for the U.S. House of Representatives. *Social Science Quarterly*, v. 85, n. 1, mar. 2004.

FERRARI, Luís; COBOS, Paulo. Graças ao Norte, Câmara terá recorde de mulheres. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 out. 2006. Caderno Brasil, p. A10.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. O Congresso e as medidas provisórias: abdicação ou delegação? *Novos estudos Cebrap*, n.47, mar. 1997.

\_\_\_\_\_. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.

\_\_\_\_\_. Mudança constitucional, desempenho legislativo e consolidação institucional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 29, out. 1995.

\_\_\_\_\_. Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 38, n. 3, 1995.

\_\_\_\_\_. O processo legislativo e a produção legal no Congresso pós-constituente. *Novos estudos Cebrap*, n. 38, mar. 1994.

FONSECA, Tânia Mara Galli. Utilizando Bourdieu para uma análise das formas (in)sustentáveis de ser homem e mulher. In: STREY, Marlene et al. *Construções e perspectivas em gênero*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

FOX, Richard; OXLEY, Zoe. Gender stereotyping elections: candidate selection and success. *The Journal of Politics*, v. 65, n. 3, p. 833-850, aug. 2003.

GARCIA, Natacha Molina. El derecho a elegir y a ser elegidas. *Perspectivas*, n. 20. p. 33-38, 2000.

GODINHO, Tatau. O PT e o feminismo. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

GILLIGAN Carol. *In a different voice*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GROSSI, Miriam Pilar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.

HABERMAS, Jurge. Política deliberativa: um conceito procedimental de democracia. In: *DIREITO e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 2, p. 9-121, 1997.

HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sergio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré: Anpocs; Brasília: Capes, v. 2, p. 183-221, 1999.

HERNANSON, Paul; LAY, J. Celeste; STOKES, Atiya Kai. Women running “as women”: candidate gender, campaign issues, and voter-targeting strategies. *The Journal of Politics*, v. 65, n. 1, p. 244-255, Feb. 2003.

HTUN, Mala. A política de cotas na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 225-230, 2001.

HUDDY, Leone; TERKILDSEN, Nadya. Gender stereotypes and the perception of male and female candidates. *American Journal of Politics Science*, v. 37, n. 1, p. 119-147, [s.d.].

INTER PARLIAMENTARY UNION (IPU). *Resolução sobre “Mulher e Poder Político”*, abril 1992.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento*. Brasília: Ipea, 2005, p. 73.

\_\_\_\_\_. *Radar Social 2006: condições de vida*. Brasília: Ipea, 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2006.

\_\_\_\_\_. *Retrato das desigualdades*. Brasília: Ipea, 2006.

IZQUIERDO, María Jesús. *El malestar en la desigualdad: feminismos*. Madrid: Cátedra, 1998.

JUCOVSKY, Vera Lucia. *Representação política da mulher*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

KEHL, Maria Rita. Vestidas para mandar: política de saias justas. *Teoria & Debate*, n. 21, mai./jul. 1993.

KINZO, Maria D’Alva. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 4, 2001.

LAMAS, Marta. No basta com ser mujer. *Perspectivas*, n. 20, p. 39-41, 2000.

LAVINAS, Lena; MELO, Hildete Pereira. *Mulheres sem medo do poder: chegou a nossa vez: cartilha pra mulheres candidatas a vereadoras 1996*. Rio de Janeiro: IPEA, julho 1996.

LEÃO, Danuza. Carta a D. Marisa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 nov. 2006, Caderno Cotidiano, p. C2.

LEEPER, M. S. The impact of prejudice on female candidates: an experimental look at voter inference. *American Politics Quarterly*, v. 19, p. 248-261, 1991.

LIBARDONI, Marlene. La cosecha de las cuotas. *Perspectivas*, n. 20, p. 28-32, 2000.

LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUVENDUSKI, Ione. *The dynamics of gender and party politics*. In: NORRIS, Pippa; LUVENDUSKI, Ione (Org.). *Gender and party politics*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MESSEMBERG, Débora. *A elite parlamentar do pós-constituente: atores e práticas*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

\_\_\_\_\_. *A elite parlamentar brasileira: 1989-2004*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30, Caxambu, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 91-102, out. 2000.

\_\_\_\_\_. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 253-267, 2001.

\_\_\_\_\_. *Influência e resistência: em busca de um modelo complexo da relação mídia/política*. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS), 10., Brasília, mai./ jun. 2001.

\_\_\_\_\_. Representação política em 3-D. Elementos para uma teoria ampliada da representação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 123-140, fev. 2003.

\_\_\_\_\_. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n.20, p.115-134, jun. 2003.

MIGUEL, Sônia Malheiros. *A política de cotas por sexo: um estudo das primeiras ‘experiências no Legislativo brasileiro’*. Brasília: Cfemea, 2000.

MILBRATH, Lester; GUEL, M. L. *Political participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand Mc Nally, 1965.

MORAES, Maria L. Quartim de. *Mulheres em movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política*. São Paulo: Nobel: CECF, 1985.

MOREIRA NETO, Mariana. A categoria “gênero”: considerações acerca de suas variações e validade. *Política & Trabalho*, n. 16, p. 137-149, set. 2000.

MÜLLER, Gustavo. Comissões e partidos políticos na Câmara dos Deputados: um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as Comissões Permanentes. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 371-394, 2005.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 1, p. 225-233, 2003.

NORRIS, Pippa; LUVENDUSKI, Ione (Org.). *Gender and party politics*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

- ORTIZ, Renato. *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003.
- PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.
- PINHEIRO, L.; FONTOURA, N.; PRATA, A. C.; SOARES, V. *Retrato das desigualdades*. Brasília: Ipea: Unifem, 2006.
- PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.
- PINTO, Céli R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Claudia; SCHMIDT, Simone. *Poéticas e políticas feministas*. Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2004.
- PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.
- PLATAFORMA Política Feminista. Brasília: Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, 2002.
- PRÁ, Jussara Reis. Eleições e cidadania: notas sobre o comportamento político de gênero. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *A lógica do processo eleitoral em tempos modernos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Representação política da mulher no Brasil (1982-1990): a articulação de gênero no sul do país e a questão institucional*. 263 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- PLUTZER, Eric; ZIP, John, F. Gender identity and voting for women candidates. *Public Opinion Quarterly*, n. 60, p. 30-57, 1996.
- QUEIROZ, Cristina Monteiro de. *Mulheres nas eleições municipais do Brasil (1996-2004)*. 2005. 91 f. Monografia (Graduação em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- RIBEIRO, Antônio Sérgio. *A mulher e o voto*. Disponível em: <[http://www.al.sp.gov.br/web/eleicao/mulher\\_voto.htm](http://www.al.sp.gov.br/web/eleicao/mulher_voto.htm)>. Acesso em: 19 set. 2006.
- RODRIGUES, Almira. *Participação política das mulheres e gestão em política de gênero*. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados= 92>>. Acesso em: 19 de setembro de 2006.

\_\_\_\_\_. *A participação política das mulheres nas eleições 2006*. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=186>>. Acesso em: 30 set. 2006.

\_\_\_\_\_. Lugar de mulher é na política: um desafio para o século XXI. In: SWAIN, Tânia N.; MUNIZ, Diva C. G. *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

RODRIGUES, Luciomar da Costa. *Explorações sobre gênero e poder: a voz e a vez da mulher na política*. 193 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

RULE, W.; ZIMMERMAN J. *Electoral systems in comparative perspectives: their impact on women and minorities*. London: Greenwood Press, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, A. M. Nas fronteiras do campo político: raposas e *outsiders* no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 87-101, fev. 1997.

SANTOS, Eurico A. G. C.; BRANDÃO, Paulo Henrique; AGUIAR, Marcos Magalhães. *Um toque feminino: recepção e formas de tratamento das proposições sobre questões femininas no parlamento brasileiro, 1826-2004*. In: SENADO FEDERAL. *Proposições legislativas sobre questões femininas no parlamento brasileiro: 1826-2004*. Brasília: Senado Federal, 2004.

SCOTT, J. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas* v.13, n.1, p.11-30, janeiro/abril 2005.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Sociedade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

\_\_\_\_\_. “La querelle de femmes” no final do século XX. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, 2001, p. 379.

SELTZER, Richard A.; JODY, Newman; LEIGHTON, Melissa Voorhees. *Sex as a political variable: women candidates and voters in U. S. Elections*. Boulder: Lynne Rienner, 1997.

SENADO FEDERAL. *Proposições legislativas sobre questões femininas no parlamento brasileiro, 1826-2004*. Brasília: Senado Federal, 2004.

SHUMAHAR, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SMITH, Eric; FOX, Richard. The electoral fortunes of women candidates for Congress. *Political Research Quarterly*, v. 54, n. 1, p. 205-221, Mar. 2001.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SUPLICY, Marta. Novos paradigmas nas esferas de poder. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 126-137, jan./jun. 1996.

SWAIN, Tânia N.; MUNIZ, Diva C. G. *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

TAAGAPER, Rein. Beating the law of minority attrition. In: RULE, W.; ZIMMERMAN, J. *Electoral systems in comparative perspectives: their impact on women and minorities*. London: Greenwood Press, 1994.

TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

\_\_\_\_\_. *A mulher brasileira no Congresso Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.

\_\_\_\_\_. *Mulheres públicas: participação política & poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

TEIXEIRA, Rodolfo Marcílio. *Partidos, verticalização das eleições e reforma política no Brasil pós-85*. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 4. ed. Brasília: EdUnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, v.1.

\_\_\_\_\_. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel. *Weber: sociologia*. São Paulo: Ática, 2003.

\_\_\_\_\_. *Parlamento e governo na Alemanha reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos*. Petrópolis: Vozes, 1993.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, jul./dez. 2001.

## ANEXOS

### Anexo I - Deputadas federais eleitas entre 1987 e 2002

Nome Parlamentar	Nome Completo
Abigail Feitosa	Maria Abigail Freitas Feitosa
Adelaide Neri	Antônia Adelaide da Rocha Néri
Almerinda de Carvalho	Almerinda Figueiras de Carvalho
Alzira Ewerton	Alzira Valdelice Pires Ewerton
Ana Catarina	Ana Catarina Lyra Alves
Ana Júlia	Ana Júlia de Vasconcelos Carepa
Ângela Amin	Ângela Regina Heinzen Amin Helou
Ângela Guadagnin	Ângela Moraes Guadagnin
Anna Maria Rattes	Anna Maria Martins Scorzelli Rattes
Benedita da Silva	Benedita Souza da Silva
Bete Mendes	Elizabete Mendes de Oliveira
Beth Azize	Elizabeth Azize
Ceci Cunha	Josefa Santos Cunha
Celcita Pinheiro	Celcita Rosa Pinheiro da Silva
Célia Mendes	Auricélia Freitas de Assis
Cidinha Campos	Maria Aparecida Campos Straus
Cristina Tavares	Maria Cristina de Lima Tavares Correia
Dirce Tutu Quadros	Dirce Maria do Valle Quadros
Dolores Nunes	Maria das Dores Braga Nunes
Elcione Barbalho	Elcione Therezinha Zahluth Barbalho
Esther Grossi	Esther Pillar Grossi
Etevalda Grassi de Menezes	Etevalda Grassi de Menezes
Eunice Michiles	Eunice Mafalda Michiles
Fátima Pelaes	Fátima Lúcia Pelaes
Iara Bernardi	Iara Bernardi
Irma Passoni	Irma Rosseto Passoni
Jandira Feghali	Jandira Feghali
Laura Carneiro	Maria Laura Monteza de Souza Carneiro
Lidia Quinan	Lydia Araújo Quinan
Lídice da Mata	Lídice da Mata e Souza
Luci Choinacki	Luci Teresinha Choinacki
Lúcia Braga	Antônia Lúcia Navarro Braga
Lúcia Vânia	Lúcia Vânia Abrão Costa
Luiza Erundina	Luiza Erundina de Sousa
Márcia Cibilibis Viana	Márcia Maria D'Ávila Cibilibis Viana

Márcia Kubitschek	Márcia Kubitschek
Márcia Marinho	Márcia Regina Serejo Marinho
Maria Abadia	Maria de Lourdes Abadia
Maria do Carmo Lara	Maria do Carmo Lara Perpétuo
Maria Elvira	Maria Elvira Salles Ferreira
Maria Laura	Maria Laura Sales Pinheiro
Maria Lúcia	Maria Lúcia Mello de Araújo
Maria Lúcia	Maria Lúcia Cardoso
Maria Luiza Fontenele	Maria Luiza Menezes Fontenele
Maria Valadão	Maria Bahia Peixoto Valadão
Marilu Guimarães	Marilu Segatto Guimarães
Marinha Raupp	Marinha Célia Rocha Raupp de Matos
Marisa Serrano	Marisa Joaquim Monteiro Serrano
Marluce Pinto	Maria Marluce Moreira Pinto
Marta Suplicy	Marta Teresa Suplicy
Miriam Reid	Miriam Santos Mancebo Reid
Moema São Thiago	Moema Correia São Thiago
Myriam Portella	Myriam Nogueira Portella Nunes Nair Maria Xavier Nunes de Oliveira Lobo
Nair Xavier Lobo	
Nice Lobão	Nice Lobão
Raquel Cândido	Raquel Cândido e Silva
Raquel Capiberibe	Raquel Capiberibe da Silva
Regina Gordilho	Regina Helena Costa Gordilho
Rita Camata	Rita de Cássia Paste Camata
Rita Furtado	Rita Isabel Gomes Furtado
Rose de Freitas	Rosilda de Freitas
Roseana Sarney	Roseana Macieira Sarney
Sadie Hauache	Sadie Rodrigues Hauache
Sandra Cavalcanti	Sandra Martins Cavalcanti
Sandra Starling	Sandra Meira Starling
Simara Ellery	Simara Nogueira Ellery
Socorro Gomes	Maria do Socorro Gomes Coelho
Telma de Souza	Telma Sandra Augusto de Souza
Teresa Jucá	Maria Teresa Saenz Surita Jucá
Teté Bezerra	Aparecida Maria Borges Bezerra
Vanessa Grazziotin	Vanessa Grazziotin
Wanda Reis	Wanda Mendes Reis
Wilma Maia	Wilma Maria de Faria Maia
Yeda Crusius	Yeda Rorato Crusius
Zila Bezerra	Maria Zila Frota Bezerra de Oliveira
Zulaiê Cobra	Zulaiê Cobra Ribeiro

## **Anexo II – Informações que compõem o banco de dados**

### **A) Informações pessoais**

- Nome;
- Estado e região de nascimento;
- Estado e região pela qual se elegeu;
- Partido pelo qual foi eleita em cada legislatura;
- Filiação partidária – partido pelo qual exerceu o mandato;
- Partido a cada ano do mandato;
- Corrente ideológica;
- Número de mandatos eletivos já exercidos em nível municipal;
- Número de mandatos eletivos já exercidos em nível estadual;
- Número de mandatos eletivos já exercidos a nível federal;
- Nível de escolaridade;
- Profissão;
- Tipo de capital político.

### **B) Informações sobre trajetória política e profissional anterior ao mandato**

- Cargos públicos anteriormente ocupados;
- Cargos políticos anteriormente ocupados;
- Liderança sindical;
- Liderança partidária.

### **C) Informações sobre a atuação parlamentar**

- Presença em comissões permanentes;
- Presença em comissões da Assembléia Nacional Constituinte;
- Cargos importantes que ocupou no Parlamento:
  - Liderança de blocos parlamentares;
  - Liderança de partido;
  - Liderança de governo;
  - Liderança da minoria;
  - Presidência de comissões;
  - Presidência da Mesa Diretora;

- 1º secretaria da Mesa Diretoria.

D) Informações sobre produção legislativa

- Número de proposições apresentadas por cada parlamentar (projetos da lei, propostas de emenda à Constituição, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo e projetos de lei complementar) segundo áreas temáticas;
- Situação de aprovação de cada projeto.

## Anexo III – Roteiro de Entrevistas

### O PERFIL DA ENTREVISTADA

A ser preenchido por mim a partir dos dados já disponíveis:

Nome

Idade

Partido pelo qual foi eleita

Partido pelo qual exerceu o(s) mandato(s)

Estado natal

Formação acadêmica

Escolaridade

A ser preenchido na entrevista:

Estado civil

Religião

Estado onde construiu sua carreira política (domicílio eleitoral)

Profissão

### A ENTRADA NO MUNDO POLÍTICO

1. O que a motivou na escolha de sua profissão?
  - quando houver distinção entre profissão e formação, questionar o que motivou na escolha da formação
2. O que é ser política para a senhora?
3. Como se deu seu envolvimento inicial (primeiro contato) com o mundo político?
  - checar se toca no ponto da tradição parlamentar na história da família e da participação em movimentos sociais
  - como se dá a ligação com a política institucional, ou seja, com os partidos
4. Por que a senhora decidiu pela carreira parlamentar?

#### Controles:

- a. Como a senhora construiu sua carreira política? (atenção para a ocupação de cargos políticos segundo a hierarquia)
- b. A senhora ocupou cargos públicos no poder Executivo, em estatais, sindicatos ou outros? Qual a importância desses cargos para a sua (de outrem) carreira política?
- c. A senhora tem algum parente que exerce ou exerceu cargos políticos e que te apoiou em sua candidatura à Câmara? Qual o cargo que ele ocupava? E quando você teve o apoio dele, você saiu vitoriosa?

## AS DIFICULDADES E LUTAS DE PODER

5. Como a senhora foi aceita pelo seu partido para ser candidata na primeira vez em que disputou eleições (tendo sido vitoriosa ou não)? Houve dificuldades no processo de aceitação da candidatura? Se sim, quais? As dificuldades são as mesmas para todos os cargos eletivos?
  - checar se fala especificamente de deputada federal
6. E ao longo da campanha, a senhora enfrentou algum tipo de dificuldade? Se sim, qual? E quais foram as estratégias que a senhora utilizou para contornar essas dificuldades? As dificuldades são as mesmas para todos os cargos eletivos?
  - checar se fala especificamente de deputada federal
  - dificuldades internas ao partido
7. A senhora percebe diferenças de apoio do partido em relação a determinadas candidaturas? Por ser mulher sente algum tipo de diferenciação particular?
8. A senhora chegou a fazer algum tipo de associação com outro político para “casarem” os votos? Com quem e por quê? (santinhos com fotos dos dois, dobradinha)

## AS BASES ELEITORAIS

9. Qual o perfil do seu eleitorado?
10. Quais os segmentos sociais que a senhora julga representar no Congresso?
  - atentar para a construção de novas bases ao longo do mandato, diferentes da que a elegeu
  - se a ampliação da base altera a forma de atuação (temas, por exemplo) e, se sim, como a “antiga” base reage a isso?
11. Como é o seu relacionamento com o seu eleitorado?
  - \* checar se toca no ponto de como a base influencia a atuação política

## ATUAÇÃO PARLAMENTAR

12. O que a senhora acha que um político precisa fazer para ser eleito? O que a senhora fez?
13. Quais temas a senhora considera mais importantes para serem debatidos no Parlamento?

14. E quais temas caracterizam a sua atuação? Ou seja, em quais temas a senhora tem atuado ao longo de sua carreira como deputada federal? (Se não atua naqueles considerados mais importantes, questionar porquê.)
15. A sua atuação se dá também pela presença nas comissões permanentes, especiais e parlamentares de inquérito. Nesse sentido, como funciona, dentro do seu partido, o processo de escolha de qual deputado vai ser titular em qual comissão?
  - em caso de mais de uma pessoa desejar participar da mesma comissão, como se dá “o desempate”
  - se é por acúmulo, como medir quem tem mais que o outro? E se os dois tem o mesmo tanto?
16. Atualmente, o Congresso Nacional possui apenas 53 mulheres, ou 9% do total de parlamentares. Na Câmara dos Deputados, a situação se repete com apenas 8,7% dos deputados sendo mulheres. Como a senhora vê isso? E qual a importância de se ter mulheres no Parlamento?
17. A senhora considera que a sua atuação parlamentar é diferenciada da atuação dos parlamentares homens? Caso sim, em que sentido? A senhora considera essa diferenciação necessária? Por quê?
  - checar se toca na diferenciação em termos de temas
18. O fato de ser mulher dificulta a ação entre os pares? De que forma? No seu caso, a senhora poderia citar alguns exemplos?
19. Alguma vez a senhora já sofreu discriminação (piadas, impedimentos de atuação, assédio moral/sexual, etc) em sua atuação na Câmara dos Deputados? Como a senhora lida ou lidou com isso? Isso influenciou na sua atuação como parlamentar? Como?
20. Algumas pessoas acreditam que as mulheres quando entram na política acabam adotando algumas posturas estereotipadas para serem respeitadas, como posturas masculinizadas, maternais, etc. O que a senhora pensa sobre isso?
21. A senhora acredita que se houvesse uma representação equitativa de homens e mulheres na Câmara dos Deputados, isso alteraria a Casa em algum aspecto (formato das comissões, tipo de proposições legislativas, forma de atuação)?
22. Aonde a senhora deseja chegar em sua trajetória política? Qual seu maior objetivo na vida política?

Gostaria de agradecer a disposição em conceder a entrevista e perguntar se a senhora tem algo a acrescentar.